

XII

CONIC 2012

Educação, saúde e desenvolvimento humano

ISSN 2596-2892 (edição online)

ISSN 2446-5089 (edição impressa)

25 a 27 de outubro

ANAIIS

Ciência e Desenvolvimento Humano

Congresso de Iniciação Científica do UNI-RN chega à décima segunda edição baseado na tríade Educação, Saúde e Desenvolvimento Humano

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.



XII

CONIC 2012

Educação, saúde e desenvolvimento humano

ISSN 2596-2892 (edição online)
ISSN 2446-5089 (edição impressa)

25 a 27 de outubro

ANAIIS

Ciência e Desenvolvimento Humano

Congresso de Iniciação Científica do UNI-RN chega à décima segunda edição baseado na tríade Educação, Saúde e Desenvolvimento Humano

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.



**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNI-RN:
EDUCAÇÃO, SAÚDE E DESENVOLVIMENTO HUMANO.**

**NATAL/RN
2012**

ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CONIC:
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE – UNI-RN
Rua Prefeita Eliane Barros, 2000 – Tirol – Natal/RN – CEP 59.014-540
Portal de Revistas: <http://revistas.unirn.edu.br>

Catálogo na Publicação – Biblioteca do UNI-RN
Setor de Processos Técnicos

C759 Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (12: 2012: Natal, RN).

Anais do Congresso de Iniciação Científica do UNI-RN: “Educação, Saúde e Desenvolvimento Humano”, Natal (RN), 25 a 27 de outubro de 2012. – Natal: UNI-RN, 2012.

2 v. (i, 165 f.; ii, 364 f.)

ISSN 2596-2892 (edição online)

ISSN 2446-5089 (edição impressa)

(Ciências Sociais, Exatas e da Terra; v.1, Ciências da Saúde; v.2)

1. Educação - Resumos. 2. Saúde - Resumos. 3. Desenvolvimento Humano - Resumos. 4. Iniciação Científica - Resumos. I. Centro Universitário do Rio Grande do Norte. II. Título.

RN/UNI-RN/BC

CDU 001(063)

Fernando Roberto Brandão da Silva (CRB 15/383)

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

CONSELHO DIRETOR E CHANCELARIA

Presidente da Liga de Ensino do RN – Dr. Manoel de Medeiros Brito
Chanceler do UNI-RN – Dr. Manoel de Medeiros Brito

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO UNI-RN
DIREÇÃO GERAL, ASSESSORIA E APOIO ESTRATÉGICO.

Reitoria do UNI-RN – Prof^o. Daladier Pessoa Cunha Lima
Direção Geral Adjunta – Prof^a. Ângela Maria Guerra Fonseca
Assessoria de Planejamento – Prof^o Alcir Veras da Silva
Assessoria de Comunicação – Graciêma Maria Carneiro
Secretaria Geral – Rosana Karla Pereira Caldas
Prefeitura do Campus – Josefa Arioene de Medeiros
Biblioteca – Helena Maria da Silva Barroso

ÁREA ACADÊMICA

Pró-Reitoria Acadêmica – Prof^a. Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Controle Acadêmico – Patrícia Falcone Pessoa
Núcleo Didático-Pedagógico – Prof^a. Ângela Maria Guerra Fonseca
Coordenação dos Cursos de Administração e Administração com Habilitação em Marketing
– Prof^a Catarina da Silva Souza
Coordenação do Curso de Bacharelado em Sistema de Informação e Licenciatura em
Computação – Prof^a. Livia Maria Martins da Silva
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis – Prof^o. Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Coordenação do Curso de Direito – Prof^o. Walber Cunha Lima
Coordenação do Curso de Educação Física – Prof^o. Marcilio Souza Vieira
Coordenação do Curso de Enfermagem – Prof^a. Rejane Millions Viana Meneses
Coordenação do Curso de Fisioterapia – Prof^a. Robson Alves da Silva
Coordenação do Curso de Nutrição – Prof^a. Carina Leite de Araújo Oliveira
Coordenação do Curso de Psicologia – Prof^a. Jordana Celli Bulhões Campos
Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação – Prof^o. Aluisio Alberto Dantas
Núcleo de Extensão Universitária – Prof^a. Ana Maria da Silva Souza

ÁREA ADMINISTRATIVA

Pró-Reitoria Administrativa – Prof^o Édson Luiz Amaral de Oliveira
Setor de Informática – Francisco das Chagas da Silva
Setor de Recursos Humanos – Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues
Setor de Contabilidade – Cláudio Cesar Formiga Barbosa
Setor de Compras, Material e Patrimônio – Dickson Pessoa de Lima
Setor de Serviços Gráficos – Wantoilton Albuquerque

COMISSÃO ORGANIZADORA DO XII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação
Alúcio Alberto Dantas

Representante da Direção Geral
Alcir Veras da Silva

Assessoria de Comunicação
Graciêma Maria Carneiro

Biblioteca
Helena Maria da Silva Barroso

Curso de Administração e Marketing
Catarina da Silva Souza

Curso de Ciências Contábeis
Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira

Curso de Direito
Walber Cunha Lima

Curso de Educação Física
Marcilio Souza Vieira

Curso de Enfermagem
Rejane Millions Viana Meneses
Cléa Maria da Costa Moreno

Curso de Fisioterapia
Robson Alves da Silva
André Luiz Silva Davim

Curso de Informática
Lívia Maria Martins da Silva
Bartira Paraguaçu Falcão Dantas Rocha

Curso de Nutrição
Carina Leite de Araujo Oliveira

Curso de Psicologia
Jordana Celli Bulhões Campos

SECRETARIA EXECUTIVA

Alcir Veras da Silva
Alúcio Alberto Dantas
Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues
Ana Maria da Silva Souza
Ângela Maria Guerra Fonseca
Carina Leite de Araújo Oliveira
Cláudio Cesar Formiga Barbosa
Catarina da Silva Souza
Dickson Pessoa de Lima
Édson Luiz Amaral de Oliveira
Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Francisco das Chagas da Silva
Graciema Maria Carneiro
Helena Maria da Silva Barroso
Jordana Celli Bulhões Campos
Josefa Arioene Medeiros
Lívia Maria Martins da Silva
Patrícia Falcone Pessoa
Rejane Millions Viana Meneses
Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Robson Alves da Silva
Romeica Cunha Lima Rosado Batista
Rosana Karla Pereira Caldas
Vânia de Vasconcelos Gico
Vera Lúcia Bruch
Walber Cunha Lima

APRESENTAÇÃO

Em outubro de 2012, ocorreu nova edição do CONIC, desta feita com o título completo de 12º Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário do Rio Grande do Norte do Norte. A FARN agora é UNI-RN, isto é, mudou o nome, mas a qualidade continua a mesma. Contudo, há sempre o desejo de melhorar, de evoluir, de crescer em números e em valor científico dos trabalhos apresentados. Durante três dias, professores e alunos desenvolveram atividades acadêmicas intensas: palestras, debates, comunicação livre de resultados de pesquisa, posters, teatro, exposições, enfim foi o ponto alto de um trabalho que levou meses de preparação e de estudos. De forma crescente, o UNI-RN se orgulha do seu projeto inovador de iniciação científica, um dos pilares da melhoria progressiva da instituição. Parabéns aos autores dos trabalhos constantes neste compêndio, cujos resumos mostram o elevado nível acadêmico do UNI-RN.

Natal, novembro de 2012.

Daladier Pessoa Cunha Lima

Reitor do UNI-RN

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DOS TRABALHOS

ÁREA DE CONHECIMENTO	PROFESSORES AVALIADORES	
ADMINISTRAÇÃO	<i>Aluísio Alberto Dantas Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti Karina de Oliveira Costa Bezerra Luiz Augusto M. Mendes Filho Marcio Carvalho de Brito</i>	
CONTABILIDADE	<i>Aluísio Alberto Dantas Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara Augusto Cesar Rebouças de Brito Cásio Carlos Pereira Barreto Joana Darc Medeiros Martins José Emerson Firmino Marcio Carvalho de Brito Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira Roberto Davi Miranda da Costa Thereza Angélica Bezerra de Souza</i>	
DIREITO	<i>Ana Paula Oliveira Cacho Carlos Thompson Costa Fernandes Edinaldo Benicio de Sa Junior Everton da Silva Rocha Fabio Fidelis de Oliveira Gabriella Simonetti M. P. Barbalho Glaucineia Gomes de Lima Henrique Batista de Araujo Neto Humberto Lima de Lucena Filho José Albenes Bezerra Junior José Eduardo de Almeida Moura João Batista Machado Barbosa</i>	<i>Juliana Maria Rocha B. da Silva Kaio Alencar de Azevedo Dantas Lenice Silveira Moreira de Moura Luciana Flávia Nunes Casimiro Luiz Eduardo Marinho Costa Marcelo de Barros Dantas Marcelo Maurício da Silva Mario Sergio Falcão Maia Rasland Costa de Luna Freire Ronaldo Alencar dos Santos Sandresson de Menezes Lopes</i>
INFORMÁTICA	<i>Alexandre Luiz Galvão Damasceno Aluísio Ferreira da Rocha Neto Cristiane Clébia Barbosa Itamir de Moraes Barroca Filho Kaio Alencar de Azevedo Dantas Luiz Augusto Machado Mendes Filho Romulo Fagundes Cantanhede Ytalo Rosendo do Amaral</i>	

SUMÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

COMERCIO EXTERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE.....	17
O PODER DA COMUNICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES.....	18
ESTÁGIO NA GH EMPREENDIMENTOS LTDA.....	19
5 C`S DE CRÉDITO.....	20
ANÁLISE DE RISCOS DE UM PARQUE EÓLICO NO RN.....	21
O IMPACTO ECONÔMICO DO TUNGSTÊNIO NO RIO GRANDE DO NORTE: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO.....	22
COMO OS NEGÓCIOS INFORMAIS FAVORECEM A ECONOMIA, A SOCIEDADE E AS EMPRESAS FORMAIS.....	23
A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NO RIO GRANDE DO NORTE.....	24
MERCADO IMOBILIÁRIO DE NATAL.....	25
O MERCADO DE CRÉDITO NO BRASIL.....	26
ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS EMPRESAS.....	27
ARTESANATO – RENDA DE BILRO NO RIO GRANDE DO NORTE.....	28
PERFIL SOCIOECONOMICO DO TURISMO NO RN.....	29
ANÁLISE MERCADOLÓGICA NA CABO TELECOM.....	30
IMPACTO SOCIOECONÔMICO NA IMPLANTAÇÃO DO AEROPORTO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE.....	31
O SURGIMENTO DO FAST FOOD: O MC DONALD’S COMO EXEMPLO DE SUCESSO.....	32
A CARCINICULTURA NO RIO GRANDE DO NORTE.....	33
ANÁLISE ADMINISTRATIVA E MERCADOLÓGICA NA NE MEDCAL.....	34

SUMÁRIO DE CONTABILIDADE

NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE: ESTUDO DO CONHECIMENTO DOS GRADUANDOS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS.....	36
FORMAÇÃO DE PREÇO DE VENDA NO RAMO DA DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS: UM ESTUDO DE CASO.....	37
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA EMPRESA: ENTRAVES E SOLUÇÕES.....	38
OS TIPOS DE RISCOS QUE AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CORREM NA CONCESSÃO DE CRÉDITO E AS FERRAMENTAS DE MITIGAÇÃO.....	39
LAVAGEM DE DINHEIRO E EVASÃO DE DIVISAS.....	40
UM ESTUDO SOBRE O CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DE CONTABILIDADE DO 2º E 4º ANO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE UNI-RN, A RESPEITO DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL.....	41
A APLICABILIDADE DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DE NATAL/RN.....	42
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA O SUCESSO DE UMA EMPRESA.....	43
A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA EXTERNA NA DETECÇÃO DE FRAUDES NAS EMPRESAS DO SETOR INDUSTRIAL PRIVADO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	44
PERFIL DOS CLIENTES DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - UM ESTUDO DE CASO NUMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE NATAL/RN.....	45
ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE INTERNO EM UMA EMPRESA DO SEGMENTO INDUSTRIAL SITUADA NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN.....	46
GESTÃO DE INVESTIMENTOS. (ESTUDO DO COMPORTAMENTO DE INVESTIMEN.....	47
CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO.....	48
IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NO CONTROLE E GESTÃO NAS EMPRESAS DE ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS.....	49
CONTROLE ESTRATÉGICO EM INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO: ESTUDO DE CASO DA CAMISARIA ÔMEGA.....	50

TIPOS DE INVESTIMENTOS DO MERCADO FINANCEIRO BRASILEIRO EM 2012.....	51
ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE INFORMAÇÕES DOS PROFISSIONAIS QUE OPERACIONALIZAM O SPED FISCAL E EFD CONTRIBUIÇÕES.....	52
A IMPORTÂNCIA E APLICABILIDADE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA MICRO EMPRESAS: UM ESTUDO DE CASO NA MADEIREIRA SANTA EDWIRGENS.....	53
GERENCIAMENTO DE CUSTOS EM TI: ESTUDO DE CASO APLICADO EM UMA EMPRESA DE TI, LOCALIZADO EM NATAL/RN, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A JUNHO DE 2012.....	54
MANIPULAÇÃO DO RESULTADO NAS EMPRESAS DESENVOLVEDORAS DE SOFTWARE ATRAVÉS DO RECONHECIMENTO DE RECEITA.....	55
ASSALTO AO BANCO CENTRAL UM PLANEJAMENTO QUASE PERFEITO.....	56
A ATUAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL JUDICIAL: UM ESTUDO COM OS PROFISSIONAIS DA ASSOCIAÇÃO DOS PERITOS DO RIO GRANDE DO NORTE.....	57
DESAFIO DOS CONTADORES QUANTO ÀS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS IMPOSTAS ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS - ESTUDO DE MULTICASO NOS MUNICIPIOS DE NATAL E PARNAMIRIM/RN.....	58
A CONTABILIDADE E A ADMINISTRAÇÃO COMO FERRAMENTAS PARA O PLANEJAMENTO E CONTROLE DO ORÇAMENTO DOMÉSTICO.....	59
LEI MUNICIPAL DE INCENTIVOS FISCAIS DJALMA MARANHÃO: ESTUDO DE CASO NA UNIMED NATAL.....	60
ORÇAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS PÚBLICAS: UM ESTUDO DE CASO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA/RN.....	61
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: UM ESTUDO SOBRE ADOÇÃO E PRÁTICA EM EMPRESAS DE ASSESSORIA CONTÁBIL DO RIO GRANDE DO NORTE.....	62
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO SETOR FINANCEIRO.....	63
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: CONSTITUÍ-LO REFLETE NO PRESENTE PERSPECTIVAS PARA UM FUTURO PROMISSOR.....	64
PROCESSO DE PLANEJAMENTO EMPRESARIAL.....	65
OS PROBLEMAS ENFRENTADOS NA ADMINISTRAÇÃO DOS FUNDOS FINANCEIRO E PREVIDENCIÁRIO DO IPERN.....	66

BALANCED SCORECARD NA PERSPECTIVA DO CLIENTE INTERNO: UM ESTUDO DE CASO DA AMIL-NATAL.....	67
A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO NA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RN.....	68
A ÉTICA DA EVASÃO FISCAL: UM ESTUDO COMPARATIVO DE PROFISSIONAIS E ESTUDANTES DE PÓSGRADUAÇÃO DA UNI-RN.....	69
O RELACIONAMENTO EMPRESARIAL E A NOVA FASE DA PROFISSÃO CONTÁBIL.....	70
A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE, SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS.....	71
PLANEJAMENTO EM GESTÃO HOSPITALAR.....	72
GERENCIAMENTO DE FINANÇAS PESSOAL.....	73
CUSTOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL: ESTUDO DE CASO DE UMA CONSTRUÇÃO EM PARCERIA.....	74
A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL INTELECTUAL: ESTUDO NA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE.....	75
IMPACTOS DA REAVALIAÇÃO E DO IMPAIRMENT NA CONTABILIDADE PÚBLICA.....	76
O PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL SEGUNDO A LEI 10.931/04.....	77
ANÁLISE DE CRÉDITO: AVALIAÇÃO DOS INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO PROCESSO DE CONCESSÃO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO.....	78

SUMÁRIO DE DIREITO

UMA ANÁLISE DA JURISDIÇÃO SIMBÓLICA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	80
ARG - ASSISTENTE DE ARGUMENTAÇÃO.....	81
NECESSIDADE/UTILIDADE DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA ASSISTIR OS BACHARELANDOS DO CURSO DE DIREITO.....	82
A INVIOLABILIDADE DE SIGILO DE CORRESPONDÊNCIA NOS PRESÍDIOS: UMA BREVE ANÁLISE NORMATIVA SOBRE A POSSIBILIDADE DA QUEBRA DE SIGILO NO SISTEMA CARCERÁRIO.....	83
A PIROTECNIA NAS OPERAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	84
ADOÇÃO NO BRASIL - EFEITOS PESSOAIS E PATRIMONIAIS PARA O ADOTADO.....	85
AS ATENUANTES NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO.....	86
LIBERDADE DE EXPRESSÃO E INFORMAÇÃO SOB A ÓTICA DO DIREITO PENAL.....	87
O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E A SEGURANÇA NO AMBIENTE DE TRABALHO E A APLICABILIDADE DAS NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO TRABALHO E EMPREGO AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS.....	88
A IMPORTÂNCIA DA RELIGIÃO NO SISTEMA CARCERÁRIO.....	89
A RESPONSABILIDADE CIVIL PRÉ-CONTRATUAL POR DISCRIMINAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	90
O JULGAMENTO DE JESUS CRISTO À LUZ DOS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CONTEMPORÂNEOS.....	91
DIREITO PENAL DE RISCO, BIOPODER E A OTIMIZAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA.....	92
ATIVISMO JUDICIAL NO ESTADO BRASILEIRO.....	93
AMARO CAVALCANTI E O FEDERALISMO BRASILEIRO NA CONSTITUIÇÃO DE 1891.....	94
A PROBLEMÁTICA DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL.....	95
A LEI Nº 12.690/12 E AS RECENTES MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE COOPERATIVAS DE TRABALHO.....	96

A LEI 12.440/11 E A EFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS TRABALHISTAS	97
A ESTABILIDADE DA GESTANTE E A ALTERAÇÃO DA SÚMULA 244 DO TST.....	98
A FUNÇÃO SOCIAL DO PROCESSO CIVIL – ASPECTOS FILOSÓFICOS E JURÍDICOS.....	99
UM CERTO GALILEU E A AÇÃO PENAL DO DIREITO ROMANO.....	100
UNIÃO ESTÁVEL POLIAFETIVA.....	101
MEDIAÇÃO JUDICIAL: PARADIGMA QUE EFETIVA O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DO ACESSO À JUSTIÇA.....	102
O PEQUENO PRÍNCIPE E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: UMA ANÁLISE DA OBRA DE SAINT-EXUPÉRY COM BASE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988.....	103
O AMOR "AFECTUS" COMO CONDUTA LEGITIMADORA DE DIREITO.....	104
A3 COACHING: UMA NOVA PROPOSTA PARA A SOLUÇÃO DO PROBLEMA DA DELINQUÊNCIA JUVENIL.....	105
EXECUÇÃO TRABALHISTA NA FALÊNCIA.....	106
A MUDANÇA DE SEXO E SUAS IMPLICAÇÕES NO ÂMBITO CIVIL.....	107
RUI BARBOSA - INOVAÇÕES NO DIREITO E NA EDUCAÇÃO,NO SÉCULO XIX,E SUAS INFLUÊNCIAS NA ATUALIDADE.....	108
CONTRADIÇÕES DO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL CONSTITUCIONAL DO DIREITO À SAÚDE E SEUS EFEITOS SOBRE A GESTÃO E SUAS REPERCUSSÕES SOBRE A EQUIDADE NO SUS.....	109
O FENÔMENO DE TERRORISMO E O CRIME DE TERRORISMO.....	110
O TELETRABALHO E AS NOVAS TENDÊNCIAS DA SUBORDINAÇÃO JURÍDICA.....	111
HERMENÊUTICA E CONSTITUIÇÃO: MÉTODOS CLÁSSICOS E MODERNOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	112
A CONDENAÇÃO CRIMINAL ANTECIPADA PELA IMPRENSA NO BRASIL.....	113
A ABORDAGEM CULTURALISTA DO DIREITO: ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS DO TRABALHO JURÍDICO DE NELSON SALDANHA.....	114

ALIENAÇÃO PARENTAL: FENÔMENO E PREVISÕES LEGAIS.....	115
COMISSÃO TÉCNICA DE CLASSIFICAÇÃO: PREMÊNCIA DE UM NOVO ENFOQUE.....	116
A IMPORTÂNCIA DA APROVAÇÃO DOS PROJETOS DE LEI QUE VISAM CLASSIFICAR COMO HEDIONDOS OS CRIMES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	117
CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA: CAUSAS E EFEITOS.....	118
A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE COMO MEIO DE DEFESA IDÔNEO EM FACE DE REDIRECIONAMENTO FISCAL CONTRA SÓCIO ADMINISTRADOR.....	119
REDIRECIONAMENTO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL: UMA ANÁLISE DO ART. 135, III DO CTN E DA SÚMULA 435 DO STJ.....	120
A PSICOPATIA E A MEDIDA DE SEGURANÇA.....	121
MODUS OPERANDI ESQUEMA DOS PRECATÓRIOS.....	122
DIREITO COMPARADO COMO FONTE DE DIREITO: APLICAÇÃO TÉCNICA...	123
O TELEATENDIMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS.....	124
DIREITO DO TRABALHO: OS LIMITES ENTRE IDEOLOGIZAÇÃO E PROTEÇÃO DO HIPOSSUFICIENTE.....	125
A APLICAÇÃO DA TEORIA DE GABBA NAS RELAÇÕES DE TELEATENDIMENTO E SEUS REFLEXOS PROCESSUAIS.....	126
LIBERDADE SINDICAL: PLURISINDICALISMO EM FOCO.....	127
O DIREITO IMPRESSO NO CORPO: FORMA POSITIVA OU NEGATIVA DE LIBERDADE?.....	128
RESPONSABILIDADE CIVIL, PENAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA, DECORRENTES DO ACIDENTE DO TRABALHO.....	129

SUMÁRIO DE INFORMÁTICA

WEBSERVICES - NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-E).....	131
MONITORAMENTO E GERENCIAMENTO DE REDES.....	132
IMPLANTAÇÃO DO IPV6 EM AMBIENTE CORPORATIVO.....	133
PROJETO DE MIGRAÇÃO DE SERVIDORES FISICOS PARA VIRTUAIS.....	134
ANALISE DO DESENVOLVIMENTO DO SOFTWARE GERADOR DO ARQUIVO SPED.....	135
IMPRESSÃO SIMULTÂNEA DE CONTAS DA CAERN.....	136
SISTEMA DE PROTOCOLO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS (SPED).....	137
ANÁLISE DA SOLUÇÃO ERP TOTVS. ESTUDO DE CASO: CONSTRUTORA A.GASPAR.....	138
NOVAS FERRAMENTAS DIGITAIS IMPULSIONANDO O MARKETING TURÍSTICO SOB A ÓTICA GOVERNAMENTAL.....	139
USABILIDADE PARA USUÁRIOS IDOSOS EM AMBIENTES DE APRENDIZAGEM WEB.....	140
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA UM SISTEMA WEB: UM ESTUDO NA EMPRESA PARAFUS-E.....	141
ANÁLISE DE USABILIDADE EM TRÊS SITES DE COMPRAS COLETIVAS BRASILEIRO.....	142
ALTA DISPONIBILIDADE: HEARTBEAT E DRBD.....	143
ROUND ROBIN DNS: COMPARTILHAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE CARGA... 	144
GERENCIAMENTO DE MEMORIA VIRTUAL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO... 	145
UM ESTUDO DE MODELOS DE NEGÓCIOS PARA PORTAIS DE NOTÍCIAS.....	146
DESENVOLVIMENTO DA DELEGACIA VIRTUAL.....	147
MERCADO DE START UP - SUA IDÉIA GERANDO LUCROS.....	148
ALTA DISPONIBILIDADE DE BANCO DE DADOS UTILIZANDO O MICROSOFT SQL SERVER 2008.....	149

CLÍNICAS MOBILE - OTIMIZANDO O GERENCIAMENTO DE CONSULTAS NO PROJETO DAS CLÍNICAS INTEGRADAS.....	150
COMO EVITAR FALHAS EM SISTEMAS EMBARCADOS.....	151
ANALISE DA RELAÇÃO FRAMEWORK E PRODUTIVIDADE NO DESENVOLVIMENTO WEB. ESTUDO DE CASO: CLÍNICAS INTEGRADAS.....	152
A VIABILIDADE DA VIRTUALIZAÇÃO.....	153
TESTE DOS REQUISITOS FUNCIONAIS DO PROGRAMA APLICATIVO FISCAL – EMISSOR DE CUPOM FISCAL (PAF-ECF).....	154
LTE (LONG TERM EVOLUTION): AS EVOLUÇÕES DAS REDES 3G.....	155
INCLUSÃO DIGITAL E SUA IMPORTÂNCIA NA INCLUSÃO SOCIAL.....	156
T.I. VERDE-LIXO ELETRONICO.....	157
ANALISE DA SEGURANÇA DIGITAL EM UM AMBIENTE MILITAR.....	158
REDES SOCIAIS COMO UMA FERRAMENTA DE ANÁLISE DE RELACIONAMENTO ENTRE EMPRESAS DE TELEFONIA E SEUS CLIENTES.	159
INCLUSÃO DIGITAL E INCLUSÃO SOCIAL E O DESAFIO DA INFORMAÇÃO..	160
GERENCIAMENTO DE MEMORIA: UM ESTUDO EXPLORATORIO DAS ESTRATEGIAS DE ALOCAÇÃO.....	161
SGF - SISTEMA GESTOR DE FORMATURA E LERO - LEILÃO REVERSO DE ORIGEM.....	162
O USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PELAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS BRASILEIRAS.....	163
SISTEMA DE DETECÇÃO DE INTRUSÃO – IDS.....	164
QUALIDADE DE SOFTWARE E SUAS METODOLOGIAS.....	165

ADMINISTRAÇÃO

XII

CONIC

2012

Educação, saúde e desenvolvimento humano

25 a 27 de outubro

Ciência e Desenvolvimento Humano

Congresso de Iniciação Científica do UNI-RN chega à décima segunda edição baseado na triade Educação, Saúde e Desenvolvimento Humano

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.



COMERCIO EXTERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Fernando Gonçalves Garcia: Discente do curso Administração do UNI-RN
Hugo Rafael Macedo dos Santos: Discente do curso Administração do UNI-RN
Rosemberg Galvao de Melo: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Alúísio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O comércio exterior do Rio Grande do Norte vem apresentando sinais de crescimento nos últimos anos em função do aumento das exportações e importações de mercadorias com o exterior. O presente estudo analisa o comportamento e a dinâmica do comércio exterior do Estado, destacando diversos aspectos das importações e exportações dos últimos três anos, com ênfase para produtos, destinos e o saldo da balança comercial, suas causas e respectivos efeitos para a economia do Estado. Justifica-se o estudo considerando a importância que o comércio exterior exerce na economia do Estado, contribuindo para geração de emprego e renda, aumento das vendas e lucros das empresas e principalmente para o crescimento do PIB e da economia do Rio Grande do Norte.

(METODOLOGIA) O estudo foi desenvolvido com base em pesquisa descritiva, bibliográfica e documental e aplicada ao comércio exterior, utilizando-se informações secundárias coletadas em relatórios técnicos e base de dados estatísticos publicados por entidades e organismos específicos da área econômica. As informações estatísticas permitiram a formulação de parâmetros e análises das relações de causas e efeitos, rigorosamente fundamentados na teoria econômica e modelos macroeconômicos que orientam à funcionalidade do capitalismo contemporâneo, principalmente os princípios de formulações da Teoria Keynesiana.

(RESULTADOS) O Rio Grande do Norte manteve praticamente o mesmo ritmo de exportações em 2011 com a venda na ordem de US\$ 281,2 milhões, representando ligeira queda de 1,2% em relação ao ano de 2010, quando exportou US\$ 284,7 milhões. Outro dado positivo para os produtores de melão foi o aumento do preço médio de venda para o mercado externo. Enquanto em 2010 foram comercializadas 71,5 mil toneladas, em 2011 foram 72,1 mil toneladas. Isso significa que o volume exportado aumentou apenas 0,9% e o valor médio do melão teve um incremento de 9,6%. O pescado, com a chegada dos japoneses em parceria com empresa local, alcançou o quarto lugar entre os produtos destinados ao mercado externo, com um expressivo crescimento de 83,4% em 2011, alcançando marca de US\$ 17,9 milhões (em 2010 foram US\$ 9,8 milhões). O setor mineral teve forte expansão no comércio internacional com o granito, o tungstênio e o ferro, para os dois primeiros produtos foi de 28,7% e 365,2% respectivamente. O mel também recuperou seu espaço no mercado global em 2011, com US\$ 4,5 milhões exportados, ante a queda verificada em 2010 (US\$ 1,8 Milhão). O mercado dos Estados Unidos foi responsável pela compra de 95% do mel potiguar destinado ao comércio exterior. Na pauta de exportação destacam-se os 15 produtos que apresentaram indicadores superiores em relação ao ano anterior, merecendo o devido destaque para o melão, mel, peixes e o setor mineral, devem permanecer em alta durante esse ano, gerando uma expectativa positiva para o conjunto da economia do estado.

(CONCLUSÃO) As importações cresceram em função da implantação de grandes projetos estruturantes, tais como os da energia eólica, energia solar, os equipamentos da Petrobrás e de importação de tecnologias. Observa-se que o saldo da balança comercial vem reduzindo-se a cada ano, o que exige o incremento das exportações que possam suprir a demanda de equipamentos e instalações importados. Palavras-Chave: Comércio exterior; exportações; importações.

O PODER DA COMUNICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

Autor(es):

Arivaldo Silva Rocchigiani Neto: Discente do curso Administração do UNI-RN

Ivan Alex Amorim Brandão: Discente do curso Administração do UNI-RN

Luzamara Karla Barbosa Davila: Discente do curso Administração do UNI-RN

Sandro de Souza Grilo: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti

Instituição de Ensino: UNI-RN

Karina de Oliveira Costa Bezerra

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho analisou a eficácia da comunicação empresarial como fator de desenvolvimento empresarial, observando a relação da empresa com seu público interno e externo. Observou-se os aspectos da comunicação dentro das organizações, da maneira correta de se comunicar, com propósitos ao trabalho de resultados nas pesquisas realizadas em empresas entre colaboradores e empresários. Foi questionada a objetividade das informações veiculadas pelas empresas e que nela constituem o seu poder de influência sobre a percepção dos resultados, em detrimento ao desempenho adequado.

(METODOLOGIA) A pesquisa caracteriza-se como descritiva-exploratória, bem como pesquisa de campo realizada em empresas de pequeno e grande porte. Os dados foram coletados por meio de questionário estruturado com perguntas fechadas. Para a posterior análise dos dados, utilizou-se a abordagem quantitativa pela atribuição de significados que serve para o processo, bem como qualitativa. A pesquisa ainda foi fundamentada em fontes secundárias de livros e artigos publicados na Internet, possibilitando investigar e avaliar o fenômeno contemporâneo da Comunicação Empresarial em um contexto real, evidenciando os caminhos que são seguidos para sua efetivação e consolidação de imagem dos negócios realizados perante a comunidade.

(RESULTADOS) A comunicação empresarial deve ser fundamentalmente estratégica para uma corporação. Ela tem sido utilizada de forma que a comunicação estratégica seja voltada sob uma nova perspectiva para que contemple as teorias de gestão e destaque ainda mais, a comunicação como instrumento de interação empresarial. E sua afirmação requer também a existência de um ambiente favorável da aplicabilidade das estratégias e dos recursos financeiros e humanos que permitam o seu cumprimento. Sob esta perspectiva, o tema deste trabalho deve ser visto como um fenômeno que pode ser mais bem compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa visão integrada de autores. Outros são apenas hipóteses, ou suposições aceitáveis, no sentido de poderem ser argumentadas.

(CONCLUSÃO) O papel da empresa é de oferecer um ambiente em que haja, além dos benefícios previstos por lei, um espaço em que o profissional sinta-se valorizado e reconhecido em suas competências, proporcionando assim, programas de treinamentos no diversos segmentos, principalmente no que diz respeito a comunicação, pois é através de uma eficiente, presente e ordenada comunicação no ambiente de trabalho que se resulta a credibilidade entre os funcionários e clientes, gerando estabilidade nas negociações e confiança durante o processo de troca de informações. A comunicação bem contextualizada promove uma rede de conhecimentos onde estuda os processos de comunicação humana incluindo assim, a comunicação interpessoal, intrapessoal, marketing, propaganda e realizada de forma inteligente a somar no aprendizado nas possíveis negociações dentro e fora das organizações. O aprofundamento do tema proposto por este artigo é imprescindível, tendo o tema fontes inesgotáveis de muitos pontos ainda a serem apresentados devido a sua grande abrangência.

ESTÁGIO NA GH EMPREENDIMENTOS LTDA.

Autor(es):

Pedro Henrique da Silva Costa: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra

Instituição de Ensino: UNI-RN

Marcio Carvalho de Brito

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O estágio foi realizado na GH Empreendimentos LTDA, envolvendo todas as áreas da empresa. Escolheu-se a GH Empreendimentos Limitada, pois a graduanda Thayana Almira Gurgel é funcionária da empresa, portanto o acesso foi facilitado às informações detalhadas da empresa em estudo. O estágio foi realizado nos meses de abril e maio de 2012. A oportunidade do Estágio Supervisionado I ajudou a adquirir conhecimentos importantes para a experiência profissional, bem como, foi avaliado o exercício da empresa, o desempenho dos funcionários em suas funções, foi visto como é feita a escolha para cargos superiores da empresa e toda a análise financeira e contábil da empresa.

(METODOLOGIA) O estágio foi realizado através de pesquisas do mercado, entrevistas com os funcionários e visitas a empresa. Com ajuda da amiga e colega de curso Thayana Almira Gurgel relacionamos os setores e identificamos aqueles com deficiências e apresentamos o diagnóstico e sugerimos a realização de um plano de ação.

(RESULTADOS) Com base nas análises e estudo realizado na empresa foi possível avaliar vários setores desde o processo de seleção até a saída dos funcionários, além de setor financeiro, administrativo. A empresa em estudo é bastante complexa, pois envolve vários segmentos e com isso pode-se ter uma visão holística de uma empresa mista. Através das ações é que se pode integrar o conhecimento dos funcionários ao projeto da empresa, coordenando-os para a preparação na inclusão dos colaboradores no mercado. E, com o apoio e aprimoramento das ações é que deverão ser trabalhadas em equipe com toda a organização, garantindo os resultados almejados.

(CONCLUSÃO) Ao termino desde trabalho aprendemos a analisar os setores de uma empresa, identificamos quais dos 6 P's de marketing apresentam dificuldades para serem realizados. Após análise verificamos que a empresa cresceu através de grandes parcerias e assim fez com que a empresa se tornasse uma das maiores empresa no ramo imobiliário, com credibilidade e confiança valorizadas pelos os seus clientes. Hoje seu foco maior esta na construção por encomenda para órgãos como Caixa Econômica, Banco do Brasil etc. Onde eles adquirem um terreno que seja de interesse do órgão tratam de toda construção e alugam por um período mínimo de tempo de 10 anos, onde com isso o retorno do seu capital investido estará garantido. Outro ponto forte esta na incorporação de grandes empreendimentos atualmente com os incentivos que o Governo tem dado principalmente com o Programa Minha Casa Minha Vida, vários empreendimentos populares também estão em andamento.

5 C'S DE CRÉDITO

Autor(es):

Ana Beatriz Souza Peres: Discente do curso Administração do UNI-RN
Raquel do Nascimento Costa: Discente do curso Administração do UNI-RN
Rebeca Otaviano dos Santos: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho se propõe a mostrar os 5c's imprescindíveis para a análise de crédito. Os 5c's são formados por: Caráter, Capacidade, Condições, Capital e Colateral. Podendo ser divididos em dois campos, que são os aspectos pessoais, compostos pelo Caráter e Capacidade e os aspectos financeiros, compostos por Capital, Condições e Colateral. Eles possuem em sua base dois elementos fundamentais, são eles a vontade do devedor em liquidar a dívida e as habilidades que o devedor possui para poder quitar o débito, sem estes dois elementos é impossível a aprovação do crédito. Os 5c's foram elaborados com o objetivo de auxiliar os bancos que irão fazer o empréstimo na distinção daqueles que provavelmente pagarão e os que não arcarão com a responsabilidade, tendo como meta minimizar o índice de inadimplência, ou seja, o risco.

(METODOLOGIA) A metodologia a ser utilizada terá em primeiro lugar como base a análise de crédito através dos 5 c's de crédito, técnica esta utilizada no processo de avaliação de crédito no mundo inteiro. Sendo compostos pelo Caráter, Capacidade, Condições, Capital e Colateral. Sendo realizado isto através do estudo de artigos concernentes a este tema, livros específicos, aulas ministradas em sala de aula sobre o assunto, auxílio e orientação de professores. O trabalho será apresentado por três componentes na forma oral (comunicação livre) com o auxílio visual do programa Microsoft PowerPoint 2010.

(RESULTADOS) Observou-se através do estudo da análise de crédito que por meio do método dos 5c's, o banco, como principal agente de financiamento, pode obter a mensuração dos riscos, diminuindo assim o seu índice de inadimplência, isto levará a determinação do risco de crédito do cliente, cabendo ao banco, por meios de critérios e notas dadas aos clientes, conceder ou não o financiamento.

(CONCLUSÃO) A análise de crédito por meio dos 5 c's, com base no que foi visto, mostrado, analisado, é um dos métodos mais utilizados em bancos do mundo inteiro. Os 5c's diz respeito aos cinco aspectos do crédito, que é dividido em pessoais e financeiros, são eles respectivamente, Caráter e Capacidade; Capital, Condições e Colateral. É por meio deles que a determinação de crédito no campo de análise é encontrada, e isto proporciona ao banco mensurar o risco que ele corre ao conceder o crédito a um determinado cliente. E isto possibilitará aos bancos distinguir entre os que provavelmente pagarão e os que não honrarão os seus compromissos, beneficiando assim as instituições financeiras no que diz respeito ao índice de inadimplência, e ao risco, ou seja, diminuição do risco de perda, prejuízo.

ANÁLISE DE RISCOS DE UM PARQUE EÓLICO NO RN

Autor(es):

Arnaldo Pinheiro da Silva: Discente do curso Administração do UNI-RN *Thayana Almira Gurgel do Nascimento*: Discente do curso Administração do UNI-RN *Thiago Felipe Medeiros de Araujo*: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra
Instituição de Ensino: UNI-RN
Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O estudo tem por objetivo analisar os riscos na implantação e investimento de um parque eólico no RN. A importância do estudo é ressaltada pela necessidade de gerar informações de caráter financeiro para o empresário tomar decisões, analisar a margem de segurança do empreendimento, bem como poder avaliar os riscos que este ramo apresenta. Por se tratar de um setor que está em grande ascensão no mercado e tem chamado bastante a atenção de investidores, o RN tem grande vantagem por estar numa localização privilegiada com bastante incidência de vento no litoral e em algumas regiões do interior do estado. Atualmente o mercado está muito concorrido por empresas que concorrem através de leilões promovidos pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Geralmente ocorrem dois no ano, sendo o A-3 voltado a empreendimentos de geração a partir de fonte hidrelétrica, eólica e de termelétricas a biomassa ou a gás natural e A-5 este voltado para hidrelétricas que demandam um tempo de 5 anos para a construção de uma usina.

(METODOLOGIA) A pesquisa caracteriza-se como exploratória-descritiva, bem como estudo de campo. Considerou-se como o universo, as diversas empresas cadastradas no setor, e por isso o estudo classifica-se como censitário. A coleta de dados foi feita através de observação direta do setor seguindo um roteiro de pontos que foram cuidadosamente organizados e analisados, e pesquisa bibliográfica para fundamentar as variáveis escolhidos no estudo. Para a descrição e análise dos resultados, tomou-se como referência o uso das abordagens quantitativa e qualitativa.

(RESULTADOS) A pesquisa apresentou que o segmento é viável por apresentar uma TIR (taxa interna de retorno), - 22%; PAYBACK (tempo necessário para pagamento do investimento) - 5 anos; IBC (Índice Benefício/Custo) - 1,65; VPL (Valor Presente Líquido) R\$ 45MI, tendo em vista a necessidade de novas alternativas renováveis para o abastecimento de energia do planeta, a energia eólica tem uma vantagem por ser uma energia limpa que vem dos ventos. Porém o setor apresenta vários riscos de investimento tendo em vista a concorrência acirrada nos leilões, custos elevados de implantação, manutenção, operação, equipamentos, mudanças climáticas e por se tratar de um investimento alto onde o valor médio em investimento inicial para usinas de médio e grande porte (acima de 30MW) é de R\$4.200.000,00 por MW instalado. Este valor inclui o aerogerador, infra-estrutura civil e elétrica, tudo isso dependendo das características de cada empreendimento, devendo assim ser analisado caso a caso.

(CONCLUSÃO) A pesquisa conclui que, tão importantes quanto a análise técnica, estudos de viabilidade econômica tornam-se imprescindíveis uma vez que é através deles que um projeto torna-se viável ou não. Através da análise de riscos procurou-se identificar os principais fatores de risco como nos custos de projeto, implantação etc. e identificar as possíveis configurações em que o projeto poderia apresentar maior atratividade. Das várias análises de sensibilidade abordadas para aplicação das duas resoluções vigentes, os impactos do custo da energia, dos preços das turbinas e dos impostos apresentam as maiores variações na TIR de investimentos utilizando os modelos de turbinas em questão. As análises de sensibilidade sobre a TIR dos investimentos possibilitam, além de verificar cenários mais atrativos, viabilizar projetos com potenciais menos onerosos.

O IMPACTO ECONÔMICO DO TUNGSTÊNIO NO RIO GRANDE DO NORTE: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Autor(es):

Dayvid Carlos Monteiro Bezerra dos Santos: Discente do curso Administração do UNI-RN

Felipe Viana Marcelino: Discente do curso Administração do UNI-RN

Gisely Santos de Souza: Discente do curso Administração do UNI-RN

Mariana Guimarães Manoel: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Alúísio Alberto Dantas

Instituição de Ensino: UNI-RN

Luiz Augusto Machado Mendes Filho

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Tungstênio é um elemento químico conhecido como o mais pesado dos metais, em exceção do ouro. Em função de suas características de dureza e resistência é muito utilizado na constituição de ligas metálicas destinadas a fabricação de ferramentas de cortes em alta velocidade, como por exemplo, em usinagem, e em pontas de brocas para perfuração de rochas. É usado também em indústrias de fundição, nuclear, automobilística, em aplicações aeroespaciais, em pontas de canetas esferográficas e em lâmpadas incandescentes e fluorescentes. A inexistência de implantações de novas tecnologias no processo de extração, produção de produtos oriundos do tungstênio e a falta de qualificação profissional são alguns dos fatores negativos que influenciam o crescimento econômico no setor de mineração do Rio Grande do Norte, que é o segundo maior exportador, perdendo apenas para a China no mercado mundial. O presente estudo tem como objetivo analisar o impacto econômico do tungstênio no estado, o qual é detentor das maiores reservas no Brasil concentradas nas regiões de Jardim de Piranhas, Currais Novos, Bodó, Acari e Lajes, identificando os níveis de empregabilidade (de forma direta e indireta), formas de produção, sua finalidade (exportação e importação) e investimentos.

(METODOLOGIA) Realizado estudo utilizando a pesquisa bibliográfica exploratória, visando o impacto econômico do tungstênio no Rio Grande do Norte, através de artigos publicados em sites da Internet relacionados ao tema.

(RESULTADOS) Após uma forte crise imposta pela economia chinesa, que controlava a oferta mundial de tungstênio, gerando menores preços (75% inferior ao nacional), o Rio Grande do Norte, em meados dos anos 2000, beneficiou-se com a proibição da exportação do produto pelo governo chinês, voltando ao mercado de forma competitiva e aumentando gradativamente suas exportações, passando a exportar de 10 para 33 toneladas mensalmente entre os anos de 2011 e 2012. Tendo em vista a falta de investimentos nacionais (privado ou governamental), ficamos propensos aos investimentos de capital estrangeiro, como o da indústria canadense "Canada Search" que pretende investir em torno de U\$ 60 milhões no setor de mineração, em Currais Novos. O estado produz apenas a primeira parte do processamento da matéria, exportando o material concentrado, deixando de lucrar com seus derivados, devido a falta da implantação de novas tecnologias e escassez de mão-de-obra qualificada. Afirma-se assim a idéia de que faltam investimentos para que haja o avanço na produção de produtos intermediários e finais, o que faria o Rio Grande do Norte assumir o papel de grande produtor e exportador, tanto da matéria quanto de seus produtos, tendo ainda como benefício em relação aos outros estados produtores de tungstênio, Pará e Rondônia, a localização das minas próximas aos portos.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que atualmente o estado do Rio Grande do Norte tem forte destaque no mercado mundial na produção de tungstênio, possuindo fatores positivos como a posição geográfica de suas minas, o que favorece sua exportação e futuros investimentos internacionais que podem aumentar a capacidade de produção do estado. A falta de investimentos nacionais em tecnologia, produção de produtos e a escassez de mão-de-obra qualificada destacam-se entre outros como fatores importantes para o avanço da economia nacional.

COMO OS NEGÓCIOS INFORMAIS FAVORECEM A ECONOMIA, A SOCIEDADE E AS EMPRESAS FORMAIS

Autor(es):

Karol Hellen Dias Lima: Discente do curso Administração do UNI-RN
Kátia Natana dos Santos Fonseca: Discente do curso Administração do UNI-RN
Pollyana Pereira de Almeida: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Alúísio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: UNI-RN
Luiz Augusto Machado Mendes Filho
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Sabemos que o comércio informal é uma atividade que vem crescendo em grande proporção, e que apesar das iniciativas do governo para a formalização destes negócios, ainda existe uma grande parcela da população que por diversos motivos preferem continuar atuando no mercado informal. Juridicamente não é interessante que as empresas sejam informais, até porque o desenvolvimento da economia mede-se a partir das empresas formais. Entretanto, este trabalho mostrará o confronto existente entre a realidade e a lei.

(METODOLOGIA) O estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa comparativa, de campo e descritiva. Levando-se em consideração que por ser um tema cuja comparação outrora não havia sido feita, notou-se a necessidade de embasar a pesquisa em seis entrevistas cujas perguntas foram extraídas de aulas de economia e sociologia e realizadas com autônomos vendedores de cachorro-quente e um professor de economia, além da pesquisa em estudos realizados pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

(RESULTADOS) Ao caracterizar a informalidade a justiça em parte descreve certo este tipo de comércio, entretanto ela é incoerente ao afirmar que, por exemplo, a margem de ganho de um comerciante informal é muito pequena, mal dando para sobreviver, uma vez que se comprova que alguns desses trabalhadores possuem o lucro líquido de em média três mil reais por mês. Ou quando diz que na atividade que exercem os empreendedores informais não tem como diferenciar seus negócios, o que pressupõe que esses trabalhadores tem um potencial limitado, ou seja, não é pelo fato de um comerciante ser formal que ele terá mais criatividade para diferenciar seu negócio. Além de que os negócios informais demandam mercadorias das empresas formais o que cria uma relação de necessidade entre elas, pois o negócio informal precisa da matéria prima que a empresa formal oferece, ao mesmo tempo em que a formal precisa do capital da informal para sobreviver.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que os motivos para a legalização de um negócio são positivos o suficiente para despertar o interesse de aderir à lei, mas que, no entanto, coexiste da realidade. Não é pelo fato de uma empresa ser informal que ela não causará o bem a sociedade ou a economia, pois, ela gera empregos, remunera mão de obra, dá capacidade de compra para as os comerciantes informais, são prestadora de serviços além de serem importantes para as empresas formais, pois a relação entre elas é direta, não existe relação isolada entre a empresa formal e a informal.

A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Adina Swanne Francelino Barbosa: Discente do curso Administração do UNI-RN

Andréia Lopes de Lima: Discente do curso Administração do UNI-RN

Elane Félix da Silva: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Alúísio Alberto Dantas

Instituição de Ensino: UNI-RN

Luiz Augusto Machado Mendes Filho

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Com o grande desenvolvimento da indústria do petróleo a nível mundial, o presente estudo descreve aspectos da atividade industrial petrolífera no estado do Rio Grande do Norte e seu impacto no desenvolvimento humano e socioeconômico. Justifica-se o estudo, tendo em vista que a atividade petrolífera gera muitos recursos para o estado, beneficiando a indústria, o comércio e toda a economia do estado, além do emprego e salários pagos aos trabalhadores. Especificamente são estudados os royalties do petróleo que são repassados mensalmente aos municípios produtores de petróleo e gás natural, analisando-se como esses recursos são empregados nesses municípios.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa foi desenvolvida com base em bibliografias, relatórios e monografias pertinentes ao tema e com embasamento nas Lei Nº 9.478 de 06 de Agosto de 1997, Lei 7.990/89. Os dados foram coletados em documentos e relatórios formais publicados. Os dados permitiram a análise qualitativa e quantitativa da influência da receita dos royalties nos municípios produtores, como também a interpretação dos dados obtidos.

(RESULTADOS) No panorama nacional, apesar da queda de 2,2% na comparação com agosto de 2011 e agosto de 2012 e de 0,8% em relação ao mês julho do mesmo ano, a produção de petróleo do Brasil foi de aproximadamente 2.033 MbbL/d. E o Rio Grande do Norte produziu no mês de junho deste ano 1.008,3 boe/d, gerando como receita realizada para o estado o valor de R\$ 12.869.897,51, equivalente a 9,87% tendo como fonte de recurso a cota-parte do royalties. Lei 7.990/89, que institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF). Os municípios do Rio Grande do Norte produtores de petróleo terrestre são: Mossoró, Alto do Rodrigues, Guamaré, Macau, Apodi, Areia Branca, Açu, Caraúbas, Carnaubais, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Pendências, Porto do Mangue, Serra do Mel e Upanema. Esses municípios que recebem mensalmente elevado montante de recursos de royalties apresentam o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que não são compatíveis com a elevada renda. O IDH envolve a transformação em três dimensões em índices de longevidade, educação e renda, podendo-se afirmar o grande impacto ocasionado por essa indústria do município de Mossoró, onde no ano de 1991 o seu IDH foi de 0,635 e no ano de 2000 de 0,735, apresentando assim o aumento no seu desenvolvimento.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que para se ter um entendimento do tema proposto esta pesquisa aborda os aspectos sociais desenvolvidos e implementados pela indústria petrolífera no estado do Rio Grande do Norte e nos seus municípios produtores. Através da qual foi possível identificar o desenvolvimento introduzido pela indústria petrolífera, mas o principal problema identificado é a falta de fiscalização sobre o uso dos recursos provenientes do pagamento dos royalties e má aplicação desse recurso. O estudo confirma a necessidade de um plano de desenvolvimento municipal com a efetiva e adequada aplicação dos recursos oriundos do petróleo.

MERCADO IMOBILIÁRIO DE NATAL

Autor(es):

Camila Batista da Silva: Discente do curso Administração do UNI-RN *Elionarda*

Cleania Alves de Souza: Discente do curso Administração do UNI-RN *Maria*

Cristina Ferreira de Freitas: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Alúísio Alberto Dantas

Instituição de Ensino: UNI-RN

Luiz Augusto Machado Mendes Filho

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A capital do estado do Rio Grande do Norte e cidades vizinhas como Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Extremoz, vem sentido o impacto gigantesco. De alguns anos pra cá esse tipo de mercado vem crescendo de forma acelerada. É normal vê em cada terreno vazio uma placa com a mensagem “Aguarde Breve Lançamento Imobiliário”. Com a copa de 2014 a perspectiva é de um mercado promissor nos próximos anos. Com isso acaba gerando a multiplicação de empresas incorporadoras, construtoras e imobiliárias em atuação no mercado local.

(METODOLOGIA) O estudo foi desenvolvido mediante pesquisa descritiva, bibliográfica e documental, considerando que o estudo busca analisar o crescimento do mercado imobiliário de Natal. Os dados foram coletados através de relatórios, entrevistas e opiniões. Publicadas nos principais Jornais da cidade como (TRIBUNA DO NORTE) e (DIARIO DE NATAL), e profissionais da área em questão.

(RESULTADOS) O Mercado Imobiliário é a bola da vez para quem deseja ter uma segunda residência e uma segunda fonte de renda. A capital do Estado vem vivendo um crescimento imobiliário constante, apesar do boom das construções que ocorreram há algum tempo atrás, Natal esta querendo e conseguindo se fortalecer novamente, porém voltados para grupo local. Esse mercado é o ramo que mais cresce em todo país. Atualmente tem vivido seus bons momentos. Existem construções por todos os lados de Natal e grande Natal, a cidade esta ficando pequena para as grandes construções, por isso a expansão para os municípios vizinhos. O crescimento se deu principalmente nas regiões que antes eram consideradas como periferias. Um bom exemplo disso é o bairro do Planalto, localizado na zona oeste de Natal. O bairro esta em crescente desenvolvimento e abre portas para a entrada de novas famílias das classes C e D, graças ao programa do Governo Federal “Minha casa, minha Vida”. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o bairro do Planalto é hoje o que mais cresce em Natal. Segundo dados do IBGE, a população cresceu 118, 1% desde o ultimo censo, tendo passado de 14.314 no ano de 2000 habitantes para 31.206 em 2010, o que significa um crescimento populacional de mais de 1.500 habitantes por ano.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que o mercado imobiliário esta em constante crescimento, apesar dos rumores do boom imobiliário. Com a política de credito e os juros cada vez mais baixos, a demanda esta crescendo progressivamente nos últimos anos. Famílias de baixa renda estão cada vez mais conseguindo comprar seus primeiros imóveis, a demanda é alta, e a oferta também. Por isso dos preços elevados, apesar da região nordeste esta entre as regiões com o metro quadrado mais barato do país.

O MERCADO DE CRÉDITO NO BRASIL.

Autor(es):

Clauba Monik Pereira Alves: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O mercado de crédito faz parte do mercado financeiro, é constituído por instituições financeiras. É onde ocorre a concessão e tomada de crédito, ou seja, onde há instituições prestadoras e organizações que tomam recursos financeiros para atender necessidades de investimentos operacionais ou de capital. No Brasil, o mercado de crédito vem crescendo a cada dia, isso se deve a necessidade de geração do crescimento de consumo interno (uma das formas de fomentar o consumo por produtos nacionais e diminuir as importações para se envolver o menos possível na crise internacional) e na boa fase que o país enfrenta de políticas socioeconômicas.

(METODOLOGIA) Para se atingir os objetivos propostos neste trabalho, a metodologia utilizada foi baseada em pesquisas bibliográficas, destacando-se artigos científicos, pesquisas nos sites dos Bancos Itaú, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, aulas expositivas dadas em sala de aula pelo professor da disciplina de gestão financeira e de dados e fatos apresentados pelos meios de comunicação tais como televisão e jornais (Folha de São Paulo e Correio Braziliense). Por se tratar de um assunto totalmente teórico-empírico, não foram realizadas pesquisas de campo.

(RESULTADOS) Com base nas pesquisas realizadas, chegou-se a conclusão de que o Brasil no que tange a macroeconomia possui um cenário relativamente positivo se comparado a outros países da América Latina e dos BRICS, nosso nível de desemprego é um dos mais baixos e no que diz respeito ao mercado de crédito, ainda temos uma abertura enorme de crescimento de financiamentos imobiliários e no que tange a qualidade de crédito, que os nossos spreads estão em níveis bastante elevados (spread é a diferença entre os juros cobrados pelos bancos nos empréstimos a pessoas físicas e jurídicas e as taxas pagas pelos bancos aos investidores que colocam seu dinheiro em aplicações do banco), mas com o risco em um patamar não tão elevado.

(CONCLUSÃO) Apesar do crescimento do mercado de crédito e das facilidades de financiamento, a taxa de inadimplência ainda continua alta, em torno de 6% para pessoas físicas e 4,1 para pessoas jurídicas, os juros comparados a outros países ainda são muito elevados, o que muitas vezes é a causa da inadimplência por parte dos consumidores. Ainda com spreads altos, risco caindo e inadimplência oscilando, o mercado de crédito do Brasil está aquecido no que diz respeito à oferta e buscando aumentar a sua demanda, para que com isso, o mercado interno fique aquecido e possamos tentar enfrentar a crise em uma posição mais confortável.

ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS EMPRESAS

Autor(es):

Lucas Gonçalves Costa: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A globalização e o constante avanço da Tecnologia da Informação promoverão, nas últimas décadas, notável evolução na gestão financeira das empresas. Ao mesmo tempo, o cenário da economia mundial nos evidencia dificuldades e crises financeiras em quase todos os segmentos do mercado. De outra forma, levantamento de empréstimos descabidos e falta de planejamento muitas companhias consolidam sua situação terminal. Como as mudanças não param e a competitividade é acirrada, torna-se evidente a necessidade de utilizar técnicas especializadas de gestão, em especial na área financeira. De acordo com essa conjuntura, um bom planejamento, análise de investimentos e de meios viáveis para a obtenção de recursos para financiar operações e atividades da empresa, visando sempre o desenvolvimento, evitando gastos desnecessários, desperdícios, observando os melhores caminhos para a condução financeira da empresa. Uma das importantes ferramentas no auxílio às organizações no tocante à administração financeira é o Demonstrativo dos Fluxos de Caixa. Apesar de bastante útil, não é obrigatória sua demonstração para todas as organizações. De acordo com a Lei das S.A. de 1976, “a companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa.” (Redação dada pela Lei nº 11.638 de 2007). Através do Fluxo de Caixa Operacional pode-se mensurar se o empreendimento é autossuficiente no financiamento de seu capital de giro e qual sua capacidade de expansão com recursos próprios gerados pelas operações, permitindo ao administrador financeiro planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar seus recursos em determinado período.

(METODOLOGIA) A pesquisa é classificada como documental, sendo utilizado o procedimento metodológico de Estudo de Caso. Os dados primários serão recolhidos dos demonstrativos contábeis da empresa. Já os secundários constituirão o arcabouço teórico da pesquisa, provenientes de pesquisas bibliográficas. As informações colhidas serão compiladas em planilha do Excel.

(RESULTADOS) A pesquisa encontra-se em fase de coleta de dados.

(CONCLUSÃO) A análise do fluxo de caixa ajuda a empresa a mensurar e compreender a diferença entre planos estratégicos e operacionais, bem como o papel de cada tipo de plano; avaliando a importância da focalização da atenção nos fluxos de caixa da empresa, bem como uso das demonstrações projetadas para que ela seja capaz de evitar dificuldades. Desta forma, poderá ser compreender o processo de planejamento financeiro, incluindo os planos financeiros de longo prazo (estratégicos) e de curto prazo (operacionais). Atualmente, em todas as mídias fala-se em planejamento, este que procura identificar as deficiências dos enfoques simplificados para elaboração de demonstrações financeiras projetadas e os usos mais comuns dessas demonstrações.

ARTESANATO – RENDA DE BILRO NO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Jéssyka Mayara dos Santos: Discente do curso Administração do UNI-RN

Maria Marlúcia Sales: Discente do curso Administração do UNI-RN

Patricia Gonçalves Leite de Almeida: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Alúísio Alberto Dantas

Instituição de Ensino: UNI-RN

Luiz Augusto Machado Mendes Filho

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A renda de bilros é uma das mais antigas e mais ricas manifestações da arte do nosso povo. Surgiu no século XV na Itália, posteriormente chegou à França e depois a Portugal. É uma arte praticada exclusivamente por mulheres. Chegou ao Brasil com a colonização trazida pelas esposas e filhas dos portugueses. No Brasil, a atividade desenvolveu-se nas comunidades interioranas, particularmente nas faixas litorâneas. O aprendizado era passado de mãe para filha ainda muito cedo e com as encomendas feitas, ajudavam seus esposos pescadores no período das entressafas.

(METODOLOGIA) Esse trabalho foi realizado com base em referências bibliográficas, com o intuito de destacar e/ou apresentar uma das nossas riquezas: o artesanato, mais precisamente a renda de bilro. Os conceitos aqui expostos foram extraídos do livro: ARAUJO, Rubens. *Artesanato Potiguar - A trama da tradição e da beleza*. Natal: Sebrae/RN, 2003 e sites: OFICINA de renda de bilro: reflexões sobre a postura das rendeiras aprendizes. 2009. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/93009208/SEPRONe-2009>> Acesso em: 04/10/2012; NÍSIA Floresta/RN. Disponível em: <<http://www.artesol.org.br/site/nisia-florestarn/>>. Acesso em: 06/10/2012; RENDA de bilro de Alcaçuz (RN). Disponível em: <<http://www.promoart.art.br/polo/renda-de-bilro-de-alca%C3%A7uz-rn>>. Acesso em: 10/10/2012.

(RESULTADOS) A renda de bilros é um ofício secular de grande importância cultural ainda encontrado em várias regiões do Brasil. No Rio Grande do Norte, os trabalhos da renda de bilro são encontrados na região litorânea, principalmente nas cidades de Natal, Parnamirim e Nísia Floresta. Contudo, com o passar dos anos, o crescente desinteresse das novas gerações em aprender e praticar a arte, está fazendo com que esse trabalho tão característico vá morrendo junto com as antigas rendeiras. Prova disso, é que em uma pesquisa comparativa, a Associação de Alcaçuz, em Nísia Floresta, não tem evoluído desde o ano de 2000, onde contabilizava um grupo de 22 artesãs e hoje, após 12 anos, totaliza 23 rendeiras, segundo Dona Maria Cícera, responsável pela Associação. Com pouco apoio dos órgãos que deveriam incentivá-las, elas contam com a colaboração de dois amigos, Marcílio e Marquinhos, que conseguem transporte e espaço para algumas exposições em feiras de artesanato local, conforme relato de Dona Cícera. Fora isso, elas contam com a sorte, seus bordados ficam na associação parados e partes vão para feirinha do cajueiro na praia de Pirangi do Norte, nessas feiras elas conseguem vender, mas não o bastante para terem uma autonomia e poderem expor em outros Estados valorizando seus trabalhos e sustentabilidade.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que a renda poderia melhorar para essas associações se tivessem mais apoio e estrutura e por isso escolhemos esse tema para mostrar a importância da renda de bilro e poder ajudar a valorização da cultura local, hoje tão precária, pois a maioria das artesãs são de idade avançada e poucas jovens tem interesse em levar adiante essa tradição. Dentro do Estado ainda não se dá o valor que merecem, em outros Estados e países, vem gente de longe para divulgar o trabalho dessas rendeiras, só que a maioria são atravessadores, faturando muito num trabalho tão trabalhoso que passa meses para ser finalizado e de uma qualidade espetacular. Palavras-chave: Renda. Incentivo. Tradição.

PERFIL SOCIOECONOMICO DO TURISMO NO RN

Autor(es):

Melissa França Vilar de Melo Lopes da Silva: Discente do curso Administração do UNI-RN

Suenny Kelly Ferreira de Oliveira: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Aluísio Alberto Dantas

Instituição de Ensino: UNI-RN

Luiz Augusto Machado Mendes Filho

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Em meio a um país considerado cheio de riquezas naturais a serem exploradas por cada canto deve-se destacar a grande importância que a atividade do turismo vem contribuindo para a economia e desenvolvimento do RN nesses últimos anos. O presente trabalho tem como objetivo principal analisar quais fatores contribuem para esse desenvolvimento econômico do turismo no RN analisando a importância que o turismo tem para uma localidade e os impactos causados pela atividade turística. Este trabalho tem então considerada relevância, pois o turismo é atualmente a segunda indústria do mundo e assume-se como gerador de renda, empregos e receitas do estado do Rio grande do Norte.

(METODOLOGIA) Este trabalho utiliza o método de pesquisas bibliográficas fundamentadas em textos, artigos, livros da área e internet.

(RESULTADOS) Ao estudar o turismo no estado do RN, percebe-se vários pontos positivos que a atividade turística trás para cada cidade/região. Uma cidade desempenha varias atividades econômicas e dentre as cidades do estado do RN, o turismo é uma das atividades que mais contribuem para o desenvolvimento econômico aliado ao fator de que o estado do RN é altamente atrativo para a atividade turística. O estado do RN conheceu um forte crescimento depois dos anos 80. Um dos fatores que contribuíram para isto foi um investimento no Turismo. A fim de permitir a expansão do crescimento da economia, vários projetos de infraestrutura foram feitos depois dos anos 80, criando numerosos empregos. Currais novos, Santa cruz, região do Tibau do sul, Touros, Galinhos, São Miguel do gostoso, no sul e norte de Natal, em todas essas regiões o turismo está presente, gerando mais empregos diretos e indiretos para a população. Todas estas regiões utilizam-se basicamente de estratégias de marketing para atrair turistas, compreendendo etapas como: Design Urbano, Infraestrutura, Serviços básicos, Eventos e Atrações, Pessoas e Imagem, todas essas regiões procuram conquistar e manter turistas através desses fatores e assim se permite o desenvolvimento econômico para todo o estado. Pesquisas mostram que mais de 91% dos entrevistados pretendem retornar ao estado em outra oportunidade, seja ela por qualquer ocasião: trabalho, lazer, diversão, demonstrando o altíssimo percentual de aprovação do destino. (SETUR – RN).

(CONCLUSÃO) Sendo assim, na análise obtida deve-se destacar que o turismo tem total relevância para o desenvolvimento de cada cidade/região por apresentar condições favoráveis para a economia. As consequências práticas de toda essa indústria do turismo é um estado como gerador de renda, empregos, oportunidades de crescimento e investimentos nele obtidos e uma economia fundamentizada na atividade turística.

ANÁLISE MERCADOLÓGICA NA CABO TELECOM

Autor(es):

Arnaldo Pinheiro da Silva: Discente do curso Administração do UNI-RN

Ivan Alex Amorim Brandão: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho analisou a gestão de marketing da Cabo Telecom, empresa que atua no ramo de telecomunicações e comercializa seus serviços nas cidades de Natal e de Parnamirim, o trabalho realizado focou na busca de informações a cerca dos produtos comercializados, tais como TV por assinatura, Internet banda larga e telefonia fixa, a segmentação do mercado em que atua, seu posicionamento no mercado e o mix de varejo através da definição dos 4p's do marketing, Produto, Preço, Ponto e Promoção.

(METODOLOGIA) A pesquisa realizada foi classificada como descritiva-exploratória, bem como estudo de caso. Analisou-se as características dos produtos comercializados e seu posicionamento no mercado. Os dados foram coletados através de um roteiro de entrevista com perguntas fechadas e estruturadas, com o corpo gerencial da empresa, buscando informações também de como são trabalhados os 4p's do marketing.

(RESULTADOS) A atuação da Cabo Telecom no mercado local possui uma forte penetração em praticamente todas as regiões da cidade, desde as classes mais bem assistidas como as menores, a política de preços não varia de acordo com a região, são valores fixos e que por se diversificarem em escalas, atingem todas as classes sociais. Atua com pontos de atendimento em todas as quatro regiões da cidade de Natal, tendo ainda um ponto de apoio extra na zona sul, elevando desta forma a sua presença nos bairros, outro fator que incentiva o aumento de sua base de clientes é a política de descontos para clientes novos, permitindo que os mesmos façam uso dos serviços por um preço mais acessível no início do contrato, são promoções voltadas para todos os serviços que comercializa, além da formação de combos com descontos para quem contrata mais de um serviço. Seus produtos estão em sintonia com as necessidades do mercado e possuem tecnologia moderna, e que são comercializadas nos principais centros do país. Apesar de não ter condições de competir em preços com as grandes empresas de telecomunicações do Brasil, seu grande diferencial é a busca pela qualidade no fornecimento de seus serviços.

(CONCLUSÃO) A partir da análise dos dados, pode-se entender que, a Cabo Telecom possui uma área de marketing voltada principalmente para seus clientes da base, com campanhas que evidenciam o diferencial da empresa e seus serviços. As variáveis do mercado são trabalhadas internamente, com a adaptação de seus produtos ao consumidor local, possui diversidade nos serviços ofertados, atingindo desta forma as necessidades de todas as classes sociais. Os 4p's são trabalhados com muita evidência e são amplamente divulgados através de campanhas publicitárias e no site próprio.

IMPACTO SOCIOECONÔMICO NA IMPLANTAÇÃO DO AEROPORTO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

Autor(es):

Ana Carolina Lima de Santana: Discente do curso Administração do UNI-RN

Cristian Lucas Barbosa: Discente do curso Administração do UNI-RN

Linduarte de Moraes Barbalho: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Alúísio Alberto Dantas

Instituição de Ensino: UNI-RN

Luiz Augusto Machado Mendes Filho

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Visando o desenvolvimento econômico local e nacional, a instalação do Aeroporto de Cargas de São Gonçalo do Amarante (SGA) ganha visibilidade, particularmente pela localização estratégica no RN. O Estado permite maior proximidade aos continentes norte-americano, africano e europeu, e com isso o aeroporto trará oportunidades locais que incluem novos empreendimentos. Além disso, o governo desenvolveu novas estratégias de expansão com o intuito de ampliar e restabelecer a malha aeroviária, facilitando assim o transporte de passageiros e o tramite de cargas da região. Por esse motivo, a presente pesquisa busca analisar o impacto socioeconômico.

(METODOLOGIA) O estudo foi desenvolvido mediante a uma pesquisa bibliográfica do tipo exploratória, considerando que o mesmo busca analisar o impacto socioeconômico na região, onde será implantado o Aeroporto de Cargas de SGA. Os dados foram coletados através de artigos e periódicos retirados da internet.

(RESULTADOS) Com a implantação do Aeroporto de Cargas na cidade do SGA, percebe-se que o projeto teve uma localização estratégica a fim de favorecer melhorias na região e facilitar o transporte de passageiros e cargas. O aeroporto será um centro de atividades com um crescente desenvolvimento em seu entorno, onde serão implantados recursos como: rede hoteleira, estações de metrô e de ônibus, linhas férreas diretas e ligadas o futura transnordestina, que será uma importante ligação entre as cidades portuárias do nordeste. A duplicação da BR 101, ponte Newton Navarro, além da construção e melhoramento da malha viária, nas principais cidades do RN, investimentos industriais apoiado pelo PROADI e o investimento em turismo para que passem a fluir com modernidade e segurança. Os referidos empreendimentos são capazes de redesenhar os espaços de inserção e contíguos, de reverter tendências, atingindo efeitos para além de sua circunscrição imediata. Entre os possíveis efeitos cabe citar o salto de escala da metrópole, que no geral, torna-a mais potente e competitiva no contexto internacional. Hoje a região metropolitana de Natal conta com o total de dez municípios: Natal, Parnamirim, Macaíba, São José do Mipibu, Monte Alegre, Nízia Floresta, São Gonçalo do Amarante, Ceará Mirim, Extremoz e o mais novo integrante o município de Vera Cruz. Estima-se que as diretrizes de ocupação da área hoje fortemente concentrada por Natal poderão ser reorientada por processos econômicos, sociais e políticos que viabilizarão a inclusão e projetam a metrópole além do local. Ademais o avanço da atividade turística no mundo e o aumento do fluxo turístico internacional para o Brasil e para o nordeste tem exigido a modernização dos aeroportos e provocado à necessidade de expansão. Em tal perspectiva o projeto do Aeroporto de Cargas de SGA pode se apresentar como instrumento de desenvolvimento local, dinamizando e fortalecendo o RN.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que o novo Aeroporto de Cargas de SGA tem posição estratégica na Região Metropolitana de Natal, o que possivelmente poderá redimensionar tendências e fluxos, tanto de negócios quanto de pessoas no âmbito interno da região e do próprio estado. Na região parece visível a configuração de novas territorialidades metropolitanas, decorrentes do crescimento populacional, incremento do setor de serviços e do turismo como alavancadores de novos processos e espaços econômicos.

O SURGIMENTO DO FAST FOOD: O MC DONALD'S COMO EXEMPLO DE SUCESSO.

Autor(es):

Andreia Teixeira Alves: Discente do curso Administração do UNI-RN
Manoel Paulo Fernandes de Lima Freire: Discente do curso Administração do UNI-RN
Renato Cleidio Souza de Araújo Pereira: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Alúísio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: UNI-RN
Luiz Augusto Machado Mendes Filho
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A civilização humana está em constantes transformações sociais, uma delas está na gastronomia, ou seja, nos hábitos, na forma de se alimentar. A pesquisa realizada mostra como surgiu um forte vertente da alimentação contemporânea, o fast food. Modelo de negócio inovador que trouxe para os tempos atuais a praticidade e velocidade que a sociedade atual precisa. Seu surgimento nos EUA até os tempos atuais consistiram em adaptar estratégias para atender os clientes com soluções usadas em fábricas. O estudo tem como finalidade descrever a história do fast food usando como exemplo a história do Mc Donalds e seu sucesso.

(METODOLOGIA) O material foi realizado com foco na pesquisa bibliográfica e documental, buscando o surgimento e características do fast food através do exemplo do Mc Donald's. Dados relacionados ao surgimento como livros e sites especializados, a história da organização(Mc Donald's) foi extraído diretamente de sites e material institucional da empresa.

(RESULTADOS) O surgimento do fast food se deu nos Estados Unidos em meados dos anos 1915 e 1920, com a primeira empresa adotando e aprimorando o modelo de restaurantes com padrões fabris, a White Castle. No decorrer dos anos com a primeira empresa em expansão, dois irmãos, Maurice e Richard aprimoram ainda mais o negócio e criaram a própria empresa, o Mc Donald's, um marco na história do fast food. Utilizando o drive-in como referência, foram feitas adaptações e mudanças para que as famílias pudessem entrar nos ambientes e dentro se alimentarem. A linha de montagem para fabricação dos alimentos estava criada junto com um cardápio reduzido e custos operacionais mínimos. No decorrer dos anos e com necessidade de sempre aproximar o cliente do consumo, foi inventando o drive thru. Uma fila de carros era formada para esperar o lanche que saía de uma janela específica para esse serviço, o pedido era entregue e as pessoas podiam ir para casa. Todos esses recursos inovadores foram propostos pelo Mc Donald's, que no decorrer dos anos sentiu as necessidades do cliente e soube moldar o mercado.

(CONCLUSÃO) O fast food se revela como uma solução promissora para investimentos e alimentação própria. Seu surgimento revolucionou as interações na hora de alimentar, na hora de investir e na nutrição diária. Saber como surgiu o fast food é estabelecer uma relação direta com a história do Mc Donald's.

A CARCINICULTURA NO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Emanuel de Oliveira Gonçalves: Discente do curso Administração do UNI-RN

Laura Vasconcelos Simonetti: Discente do curso Administração do UNI-RN

Rafael Guanais Fortes Araujo: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Luiz Augusto Machado Mendes Filho

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho trata sobre a carcinicultura, ou seja, criação de camarão. Em geral, a carcinicultura representa uma grande atividade econômica para o Estado do Rio Grande do Norte, gerando grandes lucros através de exportações, vendas locais e nacionais. Porém, como toda atividade que interfere na natureza, faz-se necessário um cuidado todo especial na execução dos projetos, que devem ser analisados e aprovados, junto aos órgãos competentes, para então serem executados. Nosso objetivo é apontar os pontos positivos e negativos dessa atividade.

(METODOLOGIA) Para o levantamento das principais atividades associadas à carcinicultura, foram avaliadas as seguintes etapas do processo, como a sua história no Estado do Rio Grande do Norte, as espécies estudadas, sua produção, área ocupada e os impactos no meio ambiente. Em seguida, foi realizado um levantamento no banco de dados do site do Governo do Estado do Rio Grande do Norte observando as informações necessárias para realização do trabalho. Dando continuidade à pesquisa, foram utilizados materiais bibliográficos extraídos de sites e monografias sintonizando o referencial teórico com os dados obtidos. Posteriormente, foram desenvolvidos entendimentos com amplitude no que foi pesquisado nos mostrando a real importância econômica e social da carcinicultura para o Estado do Rio Grande do Norte. A partir da interpretação dos textos foi possível diagnosticar as virtudes e problemas dessa atividade, sendo certo que a leitura e análise dos artigos extraídos permitem uma explicação mais profunda sobre os resultados encontrados.

(RESULTADOS) A carcinicultura teve início através do projeto camarão que tinha como objetivo comprovar a viabilidade do cultivo de camarões e acabar com o desemprego nas salinas. No início foram testadas e estudadas várias espécies até chegarem a espécie *P. vannamei* que é utilizada até hoje. Segundo dados de 2011, o Rio Grande do Norte produz 7 mil toneladas, cerca de 29% de todo produzido no país, ocupando 4000 hectares na costa e junto com esse crescimento a destruição e poluição de vários manguezais.

(CONCLUSÃO) Podemos concluir que toda atividade desenvolvida junto à natureza, apresenta prós e contras se não forem observados os cuidados necessários. Entretanto, quando as leis e regulamentações são obedecidas, os impactos negativos ao meio ambiente podem ser evitados ou ao menos, reduzidos ao máximo. No caso específico da carcinicultura, é verdade que houve no início, grande devastação de manguezais e poluição de rios. Atualmente, porém, está havendo uma conscientização dos produtores que têm mudado os procedimentos de manejo, com uso de probióticos para amenizar a carga de matéria orgânica jogada nos rios e margens. Com isto, evita-se o acúmulo de matéria no fundo dos viveiros e o consequente mau cheiro. Outro procedimento que tem beneficiado a carcinicultura é a utilização do Sistema Fechado- reutilização da água do viveiro onde foi feita a despesca, evitando que seja jogada nos rios. Conclui-se que as pesquisas são um ponto importante para qualquer atividade, assim como o incentivo do Governo, proporcionando ajuda e esclarecimento aos pequenos produtores para que também possam utilizar métodos e sistemas mais modernos, com menos interferência no meio-ambiente.

ANÁLISE ADMINISTRATIVA E MERCADOLÓGICA NA NE MEDCAL

Autor(es):

Elen Daniella de Sousa: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho tem como objetivo descrever as atividades administrativas e mercadológicas realizadas pela empresa NE Medcal com um diagnóstico que possa ajudar a mesma a solucionar problemas detectados. No ambiente foram encontradas algumas dificuldades para execução dessa pesquisa, devido à empresa não ter um banco de dados. Percebeu-se inicialmente que a ausência dos gestores está refletindo diretamente na rotina da empresa, pois a organização fica sem uma base para orientação a cerca de diversos problemas apresentados, como na realização de orçamentos, para realizar uma pesquisa de mercado, e a falta de informatização na empresa. No entanto, a empresa apesar de ser pequena, pode crescer, a estrutura é boa, mais sem acompanhamento e informatização adequada não funciona, fica a desejar

(METODOLOGIA) A pesquisa classifica-se como exploratório-descritiva, com sub-tipo denominado estudo de caso. O ambiente da pesquisa foi na NE Medcal. O instrumento utilizado para coleta de dados foi um roteiro de entrevista com questões estruturadas aplicadas na própria organização com os dois gestores da empresa. Portanto, é uma pesquisa censitária por ter sido utilizado todo o universo de gestores da empresa

(RESULTADOS) Através das informações cedidas pela empresa podemos identificar que o fator mais relevante da NE Medcal é que os gestores se encontram num momento de crise com relação à sociedade, querem desmembrar a sociedade, sugere-se mediante esta situação que ambas as partes entrem em um acordo comum para decidir se a sociedade ira permanecer, ou será desmembrada, após esta decisão é necessário ação por parte da gestão, é preciso que os gestores ajam como administradores e não como profissionais da área médica. Existem três fatores que são determinantes para o desenvolvimento da empresa: Pessoas Capacitadas para que desenvolvam suas atividades com facilidade, pois isso acaba refletindo em desmotivação dos funcionários
Departamento Comercial: É necessário realizar pesquisa de mercado para que consigam precificar seus produtos de acordo com o mercado, pois não existe uma tabela de preço unificada na empresa NE Medcal.
Sistemas e Processos – Financeiro: A gestão da NE Medcal deve dar prioridade a implementação de um programa “software” para gerenciamento de dados e produtos, que atenda todos os departamentos da empresa, como Controles de estoque, Cadastramento de produtos, Validade de produtos junto ao registro da ANVISA, Cadastro de clientes e análise de crédito, facilitando todo o processo da empresa, e conseqüentemente tornando mais eficiente. Com isso calcular riscos e alcançar seus resultados de forma simples

(CONCLUSÃO) Pode-se observar que, o Clima organizacional da NE Medcal é desfavorável para reverter o processo e é necessário que a gestão seja participativa e que a mesma forneça recursos suficientes para que os profissionais exerçam suas atividades com facilidade e qualidade. O planejamento projetado para curto e médio prazo sugerido a empresa NE Medcal, não terá um custo elevado de investimento que prejudique o capital da empresa. É necessário que a empresa coloque em prática as sugestões o mais breve possível, porque se a mesma não adotar o planejamento permanecerá com alta rotatividade de funcionários, não aumentará sua demanda com relação à distribuição e comercialização de produtos, continuará com queda em suas receitas, conseqüentemente a mesma não alcançar suas metas e objetivos desejados

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

XII

CONIC

2012

Educação, saúde e desenvolvimento humano

25 a 27 de outubro

Ciência e Desenvolvimento Humano

Congresso de Iniciação Científica do UNI-RN chega à décima segunda edição baseado na tríade Educação, Saúde e Desenvolvimento Humano

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.



NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE: ESTUDO DO CONHECIMENTO DOS GRADUANDOS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Autor(es):

Deysiane Souza do Nascimento: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Joana Darc Medeiros Martins

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A contabilidade é uma ciência que procura adaptar-se à sociedade na qual está inserida, tem como objeto de estudo o patrimônio das entidades, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas consequências. Contudo, graças ao avanço da globalização, faz-se necessária a utilização de um padrão internacional para as informações contábeis. Com o passar do tempo, as operações econômicas se tornam cada vez mais complexas e o seu controle, mais refinado. Atualmente, as funções do contabilista não se restringem ao âmbito meramente fiscal, devendo tornar-se contextualizada em um mercado de economia complexa, já que é vital para as empresas receber informações mais precisas possíveis para auxiliar a tomada de decisões e para atrair investidores. Esta pesquisa busca identificar o conhecimento dos graduandos de ciências contábeis concluintes no ano de 2012 de uma instituição pública e uma instituição privada localizada em Natal/RN.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo de cunho bibliográfico, descritivo com enfoque qualitativo, seguido de uma pesquisa de campo. O instrumento de coleta dos dados utilizado foi um questionário contendo perguntas fechadas aplicados pessoalmente e com o auxílio da internet.

(RESULTADOS) Os resultados demonstraram através das análises das respostas obtidas pelos questionários que é possível verificar uma falta de preparo das instituições educacionais brasileiras no que se refere às mudanças causadas pelo processo de adoção das normas internacionais de contabilidade, pois a pesquisa revelou que a maioria dos graduandos considera que as instituições ainda não estão preparadas para transmitir os novos conceitos relacionados a essas mudanças, e que não ocorre uma disseminação eficiente do processo de convergência das normas internacionais no Brasil pelos professores do curso, assim como nas ementas e conteúdos abordados não estão sendo aplicados temas relacionados ao processo de convergência. Como consequência, a maioria dos graduandos pesquisados afirma não se sentir preparados para atuar e atender as novas exigências do mercado.

(CONCLUSÃO) O conhecimento dos graduandos de ciências contábeis em relação ao processo de convergência das normas internacionais de contabilidade tem se mostrado frágil e muitas vezes superficial, devido a diversas dificuldades, tanto no contexto nacional que a contabilidade brasileira ainda se encontra, como pelos desafios educacionais que devem ser superados para o fortalecimento acadêmico dos cursos de ciências contábeis. Esta pesquisa contribui para melhor entender as principais diferenças existentes e as dificuldades na implantação do processo de convergência das normas internacionais no Brasil.

FORMAÇÃO DE PREÇO DE VENDA NO RAMO DA DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS: UM ESTUDO DE CASO

Autor(es):

Franciane Aparecida Araújo dos Santos: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Ridolfo Medeiros Alves de Oliveira

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Pela grande competitividade do mercado atual, as estratégias e métodos de formação de preço de venda tem sido indispensáveis para a alavancagem e destaque das empresas. Essas estratégias e técnicas têm feito com que as empresas se tornem cada vez mais interessadas na melhor forma de calcular o preço de venda de seus produtos e serviços, que é de suma importância para obtenção de lucros e buscar conhecer suas posições no mercado. O produto ou serviço oferecido deve estar de acordo com o que os clientes estejam dispostos a pagar, levando em consideração as necessidades dos mesmos, tendo em vista que num mercado competitivo os preços são formados pela lei da oferta e da procura. Para se obter o preço de venda de um produto é necessário saber os principais fatores que influenciam na formação desse preço de venda, dentre os inúmeros existentes. As empresas têm buscado alternativas para tratar esses fatores de forma que o preço não fique acima do valor de mercado e não deixe de ser atrativo para os consumidores, ou que as empresas tenham como solução reduzir sua margem de lucro para que o produto possa ser comercializado. O mercado competitivo tem feito com que as empresas estejam em contínua busca para aprimorar seus processos, a fim de obter aceitação de seus produtos e/ou serviços, uma permanência no mercado e realização de seus objetivos, cumprindo, dessa forma, sua missão na sociedade. Para que o preço calculado tenha resultado positivo a curto, médio e longo prazo é necessário atentar aos erros que os fatores externos e internos possam causar, pois eles podem não aparecer no curto ou no médio prazo, e trazer conseqüências imprevisíveis no longo prazo.

(METODOLOGIA) Essa pesquisa será desenvolvida com bases bibliográficas, apresentando conceitos e definições sobre o tema proposto. Em se tratando dos objetivos descritos seja desenvolvida uma pesquisa descritiva e exploratória com proposito de obter dados e informações sobre o assunto.

(RESULTADOS) Será desenvolvido um Estudo de Caso com base em dados coletados por pesquisa documental a partir de informações apresentadas em relatórios contábeis e documentos internos fornecidos pela entidade, buscando soluções para responder o problema de pesquisa proposto no trabalho.

(CONCLUSÃO) O ramo da Distribuição tem um papel fundamental no mercado, ela é responsável por repassar os produtos comercializados pelas indústrias ao comercio varejista, que, por sua vez repassa para o consumidor final. As distribuidoras de Alimentos têm encontrado dificuldades para chegar a um preço que seja acessível e competitivo para o seu mercado consumidor.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA EMPRESA: ENTRAVES E SOLUÇÕES

Autor(es):

Tiliane Pereira de Carvalho: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Cásio Carlos Pereira Barreto
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho tem por objetivo identificar as principais dificuldades apresentadas na elaboração e implementação do planejamento estratégico das empresas, bem como propor as respectivas soluções. Com o advento da globalização e as crescentes alterações tecnológicas, verificou-se a ascensão da competitividade entre as empresas. Para permanecer no mercado de forma competitiva, as organizações necessitam conhecer não apenas a sua estrutura interna como também o ambiente externo em que ela está inserida a fim de antever as dificuldades e oportunidades advindas do mercado. Para isto o Planejamento estratégico ascende como um importante instrumento no estabelecimento das estratégias. Entretanto, estudos revelam inúmeras dificuldades durante os processos de elaboração, execução e avaliação do planejamento estratégico, que obstaculizam a sua efetividade. A descoberta destas dificuldades juntamente com a busca das correspondentes soluções possui relevância científica na medida em que contribuirá para auxiliar as empresas a eliminar estes entraves e implementar um planejamento estratégico que produza resultados satisfatórios.

(METODOLOGIA) Para a realização deste trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas em obras de autores como Djalma de Oliveira, Takishy Tachizawa, entre outros.

(RESULTADOS) Mintzberg compreende o planejamento estratégico como um processo que leva em conta as oportunidades e ameaças do ambiente e os pontos fortes e fracos da organização, estabelecendo os objetivos, as estratégias e as ações na forma de um sistema integrado de decisões. As principais dificuldades constatadas na elaboração e implantação do planejamento estratégico foram as seguintes: Falta de comprometimento da Alta Gerência da empresa, desmotivando os demais setores a aderir ao processo; Inflexibilidade para se adaptar às novas estratégias exigidas em um ambiente externo em constante inovação; Ausência do envolvimento e comunicação dos níveis táticos e operacionais na elaboração do planejamento estratégico, ocasionando resistências à sua implantação; Deficiência ou inexistência de diagnóstico organizacional atualizado, que culmina no desperdício de tempo, esforço e dinheiro pela empresa no ataque a problemas que não são prioritários no processo; Definição de metas ou estratégias inatingíveis que não consideram os recursos disponíveis pela empresa; Inexistência de processo avaliativo periódico; Expectativa de resultados rápidos, que por não ocorrerem, fazem com que a empresa considere o planejamento estratégico utópico.

(CONCLUSÃO) A falta de comprometimento da Alta Administração ou a centralização do processo em suas mãos, a deficiência na elaboração do diagnóstico e a elaboração de estratégias inatingíveis podem ser solucionadas através da realização de treinamentos que ressaltem a importância da participação conjunta de todos os níveis empresariais, a fim de definir com precisão o retrato da organização e aliar recursos disponíveis a estratégias atingíveis. Deve ser ressaltado também que o planejamento estratégico possui metas a longo prazo e que, por isto, requer tempo para produzir os seus resultados. No que tange à inflexibilidade e ausência de avaliação, a empresa deve compreender que o planejamento estratégico além de ser periodicamente acompanhado, pode ser modificado sempre que alguma transformação no ambiente externo ou interno interfira em alguma estratégia anteriormente traçada.

OS TIPOS DE RISCOS QUE AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CORREM NA CONCESSÃO DE CRÉDITO E AS FERRAMENTAS DE MITIGAÇÃO

Autor(es):

Paulo Marcelo da Silva Braga: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O risco de uma instituição financeira é algo que está presente no cotidiano de qualquer empresa, seja uma empresa da área financeira, seja uma empresa de serviços, comercial ou industrial. No entanto, tendo em conta o negócio ou a área de atividade a qual a empresa atuará, as instituições financeiras podem analisar os riscos de crédito de um cliente específico. Diante do exposto, o trabalho busca solucionar o seguinte problema: Quais os riscos que as instituições financeiras correm para fornecer crédito a seus clientes Pessoa Jurídica?

(METODOLOGIA) A referida monografia foi realizada por meio de uma pesquisa do tipo descritiva e exploratória que busca o desenvolvimento de hipóteses e a modificação e ampliação de conceitos já existentes através de pesquisas que tem como objetivo a responder o problema. Esta monografia também pode ser classificada como uma pesquisa documental, pois se limitará a analisar ocorridos em um local específico. A coleta dos dados se deu através da utilização de documentos e questionários. Os questionários foram aplicados na UNICRED e no BANCO SANTANDER, sendo um total de 10 questionários. Na análise dos dados foi necessária a utilização de métodos matemáticos e estatísticos além da ferramenta da informática o programa Excel da Microsoft usado na formação dos gráficos que, facilitou tanto a condensação dos dados para fins de comparação de resultados, quanto para o fácil entendimento.

(RESULTADOS) Os dados levantados com o questionário, demonstram que os entrevistados dão um peso de 92,86 para o balanço financeiro pois nele vem informações importância para a concessão de crédito, pois contem todos os dados da empresa do ultimo ano ou exercício, já logo atrás com 87,14 vem tempo da empresa aberta também tem seu lugar, pois se é uma empresa mais velha o risco dela quebrar é menor que uma com pouco tempo no mercado, 65,71 vem a carteira de cliente, pois ela pode diminuir ou aumentar o risco do investimento, 77,14 falaram para não esquecer o ramo de atividade da empresa pois pode ser que esse ramo de atividade não esteja bem no momento assim aumentando o risco. No questionário também falava de garantias da concessão de crédito os entrevistados falaram que a alienação fiduciária é a garantia de maior peso na concessão de crédito que apresenta 84,29 no grau de importância, as demais garantias são, penhor com 62,86, caução de duplicatas ou cheques com 64,29, Hipotética com 77,14, Aval com 70 e Fiança com 67,14. Já na parte das ferramentas utilizadas a que apresento maior importância foi a Credit Scoring que ficou com um total de pontos de 98,57, já sua concorrente ficou com 88,57 que foi a Behavior Scoring mais com resultados tão bons não temos como dizer qual é melhor é sim que ambas as ferramentas são de excelente qualidade. No questionário também foi perguntado se era possível conseguir uma concessão de crédito com apenas os 5 C's de crédito, 57,14% dos entrevistados falaram que sim era possível a concessão, já 42,86% falaram que não era possível.

(CONCLUSÃO) Com todas essas ferramentas, relatórios e garantias conclui-se que o risco de uma instituição financeira é relativamente baixo, pois com os dados solicitados como, por exemplo, o balanço financeiro eles têm total acesso aos índices financeiros da empresa que medem tanto a liquidez, a rentabilidade e o endividamento, fora tudo isso ela ainda tem as garantias para poder baixar o risco na concessão do crédito, tendo em vista que para ser aceito o crédito o resultado tem que ser positivo na aplicação das ferramentas financeiras, utilizadas pela instituição financeira.

LAVAGEM DE DINHEIRO E EVASÃO DE DIVISAS

Autor(es):

Alan Bulhões Bezerra da Silva: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Jonas Jenniffer Jácome Souza: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Picter da Silva Inoue: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Renato Gonçalves da Trindade: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Whelborny Daijiro Inoue: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Cásio Carlos Pereira Barreto

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Lavagem de dinheiro é uma expressão que se refere a práticas econômico-financeiras que têm por finalidade dissimular, ou esconder a origem ilícita de determinados ativos financeiros ou bens patrimoniais, de forma a que tais ativos aparentem uma origem lícita ou a que, pelo menos, a origem ilícita seja difícil de demonstrar ou provar. É dar fachada de dignidade a dinheiro de origem ilegal. Os criminosos que mais precisam lavar dinheiro são traficantes de drogas, estelionatários, políticos corruptos, funcionários públicos, membros de quadrilhas, terroristas e golpistas. Traficantes de drogas precisam de bons sistemas de lavagem porque lidam quase que exclusivamente com dinheiro vivo, o que causa todo tipo de problemas logísticos. O dinheiro vivo não só chama a atenção da polícia, como também é pesado. Um milhão de dólares em cocaína pesa cerca de 20kg, enquanto um milhão de dólares em notas pesa cerca de 110kg.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada para atingir esta finalidade varia de acordo com a imaginação. É muito comum a divisão do processo de lavagem em três fases ou etapas: Colocação, Ocultação e Integração. No processo de Colocação, o dinheiro, geralmente de forma pulverizada, é introduzido no Sistema Financeiro, através de depósitos ou pequenas compras de ativos. Na segunda etapa, a Ocultação, os valores são transferidos sistematicamente entre contas ou entre as aplicações em ativos de maneira a despistar o tráfego e ao mesmo tempo, concentrar os valores, aglutinando-os progressivamente. Finalmente, na Integração, os valores são introduzidos na economia formal, sob a forma de investimentos - geralmente isso acontece em praças onde outros investimentos já vêm sendo feitos ou estão em crescimento, de forma a confundir-se com a economia formal.

(RESULTADOS) O crime de lavagem de dinheiro costuma resultar em evasão de divisas, que é quando a riqueza produzida no país é exportada para - normalmente - paraísos fiscais, ou investida ilegalmente em imóveis ou títulos bancários não nominais. Este tipo de crime afeta diretamente a arrecadação tributária, bem como mascara a riqueza produzida por crimes contra o patrimônio e a fé pública, dificultando o repatriamento do dinheiro desviado por políticos e agentes públicos.

(CONCLUSÃO) Diversas formas de combate à lavagem de dinheiro e evasão de divisas, como adoção por parte do sistema bancário nacional de softwares de análise de movimentações financeiras, cruzamentos dos dados bancários de empresas e pessoas físicas, fiscalização mais rígida em aeroportos e fronteiras, e investigações promovidas por grupos especializados em combater este tipo de crime. Alguns pontos dificultam o combate a este tipo de crime, como o uso de "laranjas", corrupção de autoridades públicas, baixo índice de escolaridade e falta de pessoal investigativo, o que não tem impedido o combate, e o amplo aumento do repatriamento de valores antes "perdidos".

UM ESTUDO SOBRE O CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DE CONTABILIDADE DO 2º E 4º ANO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE UNI-RN, A RESPEITO DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL.

Autor(es):

Maria Emília da Costa Freitas: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Vive-se em um mundo cada vez mais globalizado e com isso a sociedade evidencia grandes diferenças econômicas, pelo fato de seus integrantes conviverem com interesses divergentes surge à necessidade da reflexão sobre valores, moral e ética. A falta de valores éticos provoca preocupações na sociedade atual, são comuns comportamentos antiéticos no ambiente profissional e o lucro é um dos principais fatores que conduzem a estes comportamentos. O profissional contábil assim como qualquer outro deve exercer sua profissão com competência e ética, abstendo-se de qualquer conduta errônea que possa trazer descrédito a profissão. O presente trabalho tem por objetivo descrever os conceitos de ética geral e profissional, demonstrar o papel da ética na valorização do profissional contábil e verificar o conhecimento dos estudantes de contabilidade do 2º e 4º ano do Centro Universitário do Rio Grande do Norte UNI-RN, a respeito do código de ética profissional.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi bibliográfica, exploratória e pesquisa de campo, onde buscou-se reunir mais conhecimentos sobre o tema estudado. Os estudos bibliográficos foram embasados em livros, periódicos, teses, dissertações, internet, entre outras fontes, e na pesquisa de campo, foi aplicado um questionário para coleta de dados, no período de 2012.2, entre 30 alunos do 2º ano e 25 alunos do 4º ano do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Rio Grande do Norte UNI-RN.

(RESULTADOS) A partir da pesquisa de campo identificou-se deficiência nessa área de conhecimento, verificou-se que tanto no 2º ano quanto no 4º, quase metade dos alunos não tiveram acesso ao Código de Ética que rege a profissão contábil. Quanto ao conhecimento detalhado do Código de Ética, ficou constatado que os alunos do 2º ano, tem mais esse conhecimento que os alunos do último ano do curso. Sobre os deveres do profissional 73% dos alunos do 2º declaram conhecer, enquanto que apenas 48% dos alunos do 4º ano dizem ter essa noção. Com relação aos princípios que regem o exercício da profissão o conjunto dos resultados indica que é no segundo ano onde é maior o número de alunos que conhece esses princípios. No conhecimento sobre as proibições e os elementos que devem ser considerados no momento de fixar os valores dos serviços contábeis, ficou constatado que no 2º ano é muito superior o número de alunos que tem esse conhecimento. Nos quesitos dos deveres profissionais, observou-se que nos dois períodos pesquisados a maioria dos alunos declara conhecê-los, total ou parcialmente. Principalmente na questão do dever de cumprir o que manda o código, mais de 90% das duas turmas fizeram essa afirmação. Na questão das possíveis penalidades no 2º ano 87% dos entrevistados tem essa consciência, enquanto que no último ano dividiram-se entre conhecer e conhecer parcialmente.

(CONCLUSÃO) Os resultados obtidos permitiram verificar que o conhecimento dos estudantes de contabilidade do 2º e 4º ano do Centro Universitário do Rio Grande do Norte UNI-RN, no ano de 2012, a respeito do Código de Ética é deficiente, verificou-se que o 2º ano do curso tem mais conhecimento desses preceitos que os alunos concluintes, onde deveria ser maior o conhecimento detalhado do Código entre os alunos do 4º ano, pois estão as portas do mercado de trabalho, onde poderão atuar formalmente e necessitarão seguir as normas de conduta da classe.

A APLICABILIDADE DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DE NATAL/RN

Autor(es):

Hellen Kelly Pereira Souza: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Joana Darc Medeiros Martins

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Atualmente com a grande facilidade de negociações internacionais, tornou-se necessário a implantação de normas que rejam a contabilidade para que a mesma torne-se unificada e entendida em qualquer lugar do mundo. Com isso, o estudo teve por objetivo verificar se as normas internacionais de contabilidade estão sendo adotado pelas pequenas e médias empresas de Natal/RN, com isso, o presente estudo teve como objetivos específicos estudar as normas internacionais e o processo de convergência no Brasil, Verificar os procedimentos que deveram ser observados na contabilidade das pequenas e médias empresas de acordo com a resolução CFC 1255/2009 e verificar se as pequenas e médias empresas estão atendendo a resolução CFC 1255/2009.

(METODOLOGIA) Tratou-se de uma pesquisa teórico-empírica que teve como ponto de partida conhecer as orientações legais e regulamentares específicas sobre as alterações da Lei 11.638/07 e 11.941/09. Em seguida, deu-se início a pesquisa de campo, para levantamento e análise dos resultados. A pesquisa bibliográfica se realizou mediante revisão da literatura, com o intuito de coletar informações e conhecimentos para atingir os objetivos do trabalho e propiciar um melhor entendimento sobre o tema abordado. Foi elaborado um questionário como instrumento de coleta constituído por uma série ordenada de perguntas que foram respondidas pelos informantes, as questões foram elaboradas de forma fechada contendo alternativas de múltipla escolha. A amostra escolhida foi por conveniência e acessibilidade.

(RESULTADOS) A pesquisa foi realizada com 15 contadores responsáveis pela contabilização de 15 empresas de pequeno e médio porte situadas em Natal/RN. Com base no questionário aplicado foi constatado que 60% dos entrevistados atuam na área contábil a menos de cinco anos; 26,67% a menos de dez anos e 13,33% a mais de dez anos. 100% dos entrevistados relataram que concordam com a adoção das normas internacionais de contabilidade. Já em relação ao conhecimento dos entrevistados sobre as normas internacionais os respondentes avaliaram seu conhecimento demonstrando que 20% tinha um ótimo conhecimento; 60% bom conhecimento, 13,33% conhecimento regular e 6,67% declararam ter um conhecimento ruim sobre o assunto. Das empresas entrevistadas 66,67% já aderiram às normas internacionais de contabilidade e 33,33% afirmaram que ainda não. 46,67% dos respondentes consideram fácil o processo de adoção as normas internacionais e 53,33% consideram difícil. 60% dos entrevistados declararam que a adoção as normas internacionais de contabilidade possibilitam informação adequada da empresa, já 6,67% declararam que facilita as concorrências públicas e 33,33% afirmaram que a adoção facilita o ingresso de capital estrangeiro.

(CONCLUSÃO) Pode se concluir que a adoção as normas internacionais é importante para qualquer porte de empresa, pois com a globalização surgiram muitas facilidades para incentivar a negociação internacional, inclusive para empresas de pequeno e médio porte. Porém, das 15 empresas entrevistadas apenas 66,67% das empresas já aderiram às normas internacionais. Pode-se observar também que alguns dos responsáveis pela contabilização das empresas não tinham conhecimento suficiente sobre o assunto, tornando-se um ponto negativo para as empresas, pois desta maneira se tornará difícil à abertura dos seus horizontes para o comércio internacional. Portanto a adoção as normas internacionais é primordial para todas as empresas, pois essa adoção possibilita uma informação adequada da empresa proporcionando um entendimento claro em qualquer lugar do mundo.

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA O SUCESSO DE UMA EMPRESA

Autor(es):

Janiel Sátiro de Assis: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

José Flávio Vieira: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Katia Suely Alves: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Moniza Lady Gurgel Melo Costa: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Stephany Ellenn Silva de Sousa Carvalho: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Cásio Carlos Pereira Barreto

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O planejamento é a função da administração responsável por definir os objetivos da empresa e os planos de ação que deseja alcançar, proporcionando uma organização e estabelecendo as bases para as demais funções administrativas. As empresas brasileiras tomam os seus caminhos sem muita noção do que fazer e o grande diferencial entre o negócio bem sucedido e um à beira da falência, está em saber como se planejar para disputar o mercado e manter-se sobrevivente a ele. Muitas empresas no Brasil fecham as portas antes de completarem dois anos de vida e os motivos são vários e os empresários se justificam dizendo que foi por causa da alta carga tributária ou por que a economia está ruim ou ainda a falta de apoio do governo. Pode-se encarar a situação por outra ótica: a falta de planejamento. O presente trabalho tem por objetivo mostrar como as fases do planejamento estratégico são fundamentais para o crescimento e sucesso de uma empresa.

(METODOLOGIA) Foi realizada uma pesquisa acadêmica em artigos, livros, SEBRAE e revistas científicas com o intuito de encontrar dados e assuntos como o planejamento estratégico pode influenciar para o sucesso de uma empresa.

(RESULTADOS) Aos administradores da empresa cabe à complexa e minuciosa tarefa de planejar, organizar, designar, dirigir e controlar todas as atividades setoriais dentro da estrutura corporativa da empresa, objetivando de maneira contínua a otimização do fluxo de materiais, pessoas, informações e processos, de modo a atingir em um curto espaço de tempo a excelência em planejamento empresarial (Lebas, 1995). É cada vez maior o número de empresas no Brasil que, diante da complexidade no cenário empresarial e de tantas turbulências e incertezas, estão buscando ferramentas e técnicas para que as auxiliem no processo gerencial. O Planejamento Estratégico é uma dessas ferramentas onde o seu objetivo maior é desenvolver estratégias que guiarão a organização a obter um melhor desempenho e, conseqüentemente, um melhor resultado. Para a sua elaboração e a implementação nas empresas faz-se necessário que o gestor obtenha conhecimentos teóricos necessários para melhorar sua aplicação, isso é obtido como uma otimização da base de sustentação no processo decisório. Para realizar um planejamento com sucesso, devemos seguir os seguintes passos: Definir: visão e missão do negócio; Analisar o ambiente externo; Analisar o ambiente interno; Analisar a situação atual; Definir objetivos e Metas; Formular e Implementar a estratégia e Gerar Feedback e Controlar.

(CONCLUSÃO) O planejamento estratégico é uma ferramenta de apoio importante na tomada de decisão. Através dele podemos coletar e avaliar as informações do ambiente interno e externo da empresa, traçando os objetivos e as metas que a empresa deve seguir para chegar a uma posição desejada em um determinado período de tempo. O contador é de fundamental importância na elaboração do planejamento, pois ele auxilia passando informações corretas, claras e seguras no desenvolvimento do planejamento das empresas.

A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA EXTERNA NA DETECÇÃO DE FRAUDES NAS EMPRESAS DO SETOR INDUSTRIAL PRIVADO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Leedson Cristiano Silva da Silveira: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A auditoria externa é uma maneira de obter informações e confirmações sobre a credibilidade das demonstrações informadas pela empresa como maneira de controlar suas áreas principais como forma de evitar situações que venham a favorecer fraudes e demais atos considerados ilegais vale salientar que o papel principal da auditoria não é a detecção de fraudes ou erros e sim o controle correto das transações financeiras e sua veracidade para uma melhor tomada de decisões da administração O principal objetivo da pesquisa foi apresentar a importância da auditoria externa na detecção de fraudes nas empresas do setor industrial privado do estado do RN e os específicos teve como propósito verificar se as empresas possuem manual de controle interno identificar se possuem o setor de auditoria interna e os motivos que levam as empresas a contratar o serviço de auditoria externa A importância científica concretiza-se na constatação dos recentes escândalos contábeis dentre grandes empresas nacionais e internacionais criando um cenário de insegurança perante os investidores e as instituições financeiras em relação à credibilidade das informações contábeis das empresas

(METODOLOGIA) O tipo de pesquisa que adotou para elaboração do trabalho foi basicamente pesquisa bibliográfica ela abrange toda bibliografia tomada como tema de estudo O universo de pesquisa foi aplicação do questionário com 20 auditores independentes do estado do RN onde obtive como retorno 10 respondidos A forma de levantamento dos dados a pesquisa teve característica qualitativa o ambiente das indústrias é a fonte principal para a coleta de dados e o pesquisador é a ferramenta chave Os dados serão coletados por meio de questionários aplicados aos auditores Os dados advindos das respostas dos questionários foram analisados e expostos em porcentagem em relação a como o processo de auditoria externa contribuiu para o melhor controle da empresa

(RESULTADOS) Os resultados alcançados foram baseados nas respostas dos questionários aplicados com auditores e denotam que 60% dos entrevistados auditaram empresas do setor industrial privado enquanto 40% nunca auditaram Em relação ao manual de controle interno 55% afirmam que as empresas onde se detectou fraudes tinham o manual porém não seguia já 45% das empresas auditadas tinham o Manual e seguia corretamente No tocante ao setor de auditoria interna 45% tinha o setor 36% não possuíam e 9% estavam implantando Em 64% dos casos as empresas já tinham passado pelo processo de auditoria enquanto 36% não Os métodos aplicados para análise das demonstrações das empresas são diversos, onde 9% utilizaram da conferência de cálculos 18% inspeção análise de documentos 9% contagem física e confirmação com terceiros e 64% utilizaram de todos esses métodos para uma conclusão contundente Após todos os recursos aplicados em 34% das empresas possuíam algum tipo de fraude e 64% estavam certas

(CONCLUSÃO) Verificou-se por meio desta pesquisa a importância de aplicar o processo de auditoria externa no tocante ao aumento considerável do controle e planejamento das transações dentro da empresa transmitindo maior transparência perante administradores órgãos públicos e investidores Consequentemente evitando problemas com fraudes e erros Fica evidente que seja para controle ou situações obrigatórias à auditoria é uma ferramenta de extrema importância Mesmo que detecção de fraudes e erros não seja ponto principal de uma auditoria esse assunto precisa ser tratado com profissionalismo e competência devendo ser realizadas as averiguações e obtidas as evidências elaborando-se consequentemente relatório à administração

PERFIL DOS CLIENTES DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - UM ESTUDO DE CASO NUMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE NATAL/RN

Autor(es):

Priscila Trajano Cavalcante: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Com o fim da fase produtiva, espera-se a chegada da fase de aposentadoria e a contínua independência financeira, com isso a previdência torna-se a principal preocupação dos indivíduos, pois não é novidade a situação deficitária em que se encontra a previdência social. Contudo ainda, destaca-se o aumento da expectativa de vida, pois se devem assegurar recursos financeiros suficientes para pagar uma aposentadoria digna. A partir dos problemas acima surge a necessidade de conhecer a previdência privada, bem como o perfil dos clientes desta, já que é considerada um planejamento financeiro pessoal e com finalidade de executar planos de benefício previdenciário.

(METODOLOGIA) O estudo se trata de um estudo de caso, pois serão estudados fatos relacionados a uma instituição financeira de Natal/RN através de questionário, contendo 15 perguntas abertas e 02 fechadas. Foram coletados 110 questionários. Houve também a necessidade de comparar os achados ao de outros municípios através de material já publicado. Quanto aos objetivos se classifica como descritiva, por descrever determinada população e interpretação de coleta de dados com aplicação de um estudo de caso. Quanto aos procedimentos será uma pesquisa bibliográfica por recorrer a materiais escritos para produção do referencial teórico. A escolha dessa instituição se motivou pelo acesso as informações e aplicação do questionário. Quanto a abordagem é uma pesquisa qualitativa e quantitativa, pois os dados coletados foram utilizados o Excel para as perguntas fechadas e para as perguntas abertas foram redigidas as respostas conforme foram expostas pelos respondentes.

(RESULTADOS) Como resultados parciais do primeiro semestre de 2011 para o mesmo período no ano 2012 ocorreu na maioria das seguradoras do RN, aumento no recebimento das contribuições e na média de contribuintes (SUSEP, 2012). Diante da pesquisa prevalece o sexo masculino, casados, com superior incompleto, com idade de 21 a 40 anos e com renda superior a R\$ 5.000,00. Fazendo um comparativo dos achados com outros estudos, identificou-se que a faixa etária em São Paulo/SP coincidiu com a de Natal/RN, já em Clevelândia/PR e Porto Alegre/RS entre 41 e 60 anos. Quanto a renda foi superior a R\$5.000,00 em Natal/RN e Clevelândia/PR já em São Paulo/SP foi entre 3 a 5 mil. Com relação ao motivo de adesão de planos de previdência privada os respondentes de Natal/RN, Clevelândia/PR e São Paulo/SP indicaram a preocupação com a renda após a aposentadoria, já em Porto Alegre/PR ressaltou-se a questão da preocupação com os descendentes. O tipo de plano mais citado foi o PGBL em Natal/RN, Clevelândia/PR e Porto Alegre/RS.

(CONCLUSÃO) O plano apresenta desvantagens, como elevado custo, alta taxa de carregamento e o IR pode ser elevado em caso de retiradas antecipadas, porém suas vantagens devem ser observadas, uma vez que concede benefícios fiscais, declaração de IR com dedução na base de cálculo podendo usar a diferença deste para outros investimentos, sem falar na sua boa rentabilidade. A pesquisa restringiu-se a apenas uma instituição financeira por motivo de sigilo, necessitando de autorização da matriz para aplicação dos questionários, o que limitou o estudo determinando uma pequena amostra de clientes. Para novos estudos indico o acesso a dados internos das instituições para obtenção de informações mais convictas e a divulgação da previdência complementar nos mais diversos meios de comunicação. A contribuição deste estudo é proporcionar as instituições que vendem este tipo de seguro uma estratégia de marketing que abranja todos os gêneros e classes sociais.

ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE INTERNO EM UMA EMPRESA DO SEGMENTO INDUSTRIAL SITUADA NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN

Autor(es):

Andreia Inês Coradini Tinoco: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O controle interno representa um conjunto de procedimentos visando proteger os ativos da empresa e, dessa forma, ajudando-a em sua direção. Para sua implantação, é preciso que haja profissionais habilitados, que entendam a sistemática dos mecanismos que auxiliam o controle interno. A interface dentro dos diferentes setores do ambiente empresarial é premente, no sentido de se evitar um menor número de erros e fraudes e buscar uma melhor eficiência entre ambos, promovendo assim, a harmonia corporativa. O objetivo geral do trabalho foi avaliar a importância do controle interno, sendo os específicos os seguintes: Verificar se a empresa possui o manual de procedimentos internos; Analisar se os procedimentos de controle interno são utilizados; Demonstrar os principais conceitos de controle interno e auditoria.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada no trabalho foi realizada por meio de consultas a bibliografias, periódicos, artigos e dissertações acadêmicas que visaram contemplar de forma direta e abrangente a problemática do tema proposto, exposta sob a forma de um Estudo de Caso. A aplicação de questionários objetivos direcionados aos funcionários da empresa também serviu como ferramenta metodológica, com o intuito de se formar um perfil fidedigno do controle interno nos diversos setores empresariais envolvidos, sendo este método realizado para a obtenção da coleta de dados. O questionário para a coleta dos dados foi aplicado nos dias 21 e 22 de setembro de 2012, abrangendo os colaboradores das áreas administrativa, financeira, contábil, comercial e TI. A empresa conta com um universo de 50 funcionários, sendo a amostra para a coleta de dados composta por 20 funcionários (40% da quantidade total de colaboradores da empresa).

(RESULTADOS) De acordo com os entrevistados, 80% responderam que a empresa não possui um manual, contra 20% que afirmaram sua existência dentro da empresa. Como resultado, 60% dos entrevistados afirmaram que não há a verificação das transações e dos controles dentro do ambiente empresarial, ao passo que 30% disseram que há este tipo de verificação. Em relação à divisão setorial, 90% dos entrevistados afirmaram sua existência contra 5% que disseram não existir tal divisão. Quanto à guarda de documentos, 90% afirmaram existir um padrão. Em contrapartida, 5% disseram não existir um padrão e 5% afirmaram ainda o desconhecimento quanto a este tipo de procedimento. A maioria dos funcionários (95%) disse ser limitado o acesso ao recebimento e 5% informaram que este acesso era ilimitado. Como resultado, 100% dos entrevistados afirmaram existir a conferência da documentação para pagamento. Por existir um setor de contas a pagar, cujo objetivo é habilitar notas fiscais para pagamento, os controles internos asseguram que os documentos sejam pagos na época devida. No que compete a este questionamento, 85% dos entrevistados disseram que existe segregação de funções e 15% afirmaram não existir tal procedimento. Dessa forma, os colaboradores que possuem acesso aos ativos disponíveis da empresa não deverão realizar lançamentos contábeis.

(CONCLUSÃO) O objetivo geral do trabalho foi avaliar a importância do controle interno dentro do ambiente empresarial. Nesta perspectiva, infere-se através dos resultados obtidos, que a empresa estudada, apesar de cumprir as principais diretrizes do controle interno (divisão setorial, segregação de funções, conferência da documentação para pagamento, padrão para a guarda de documentos, etc.) não dispõe, no entanto, em suas dependências, de um manual de procedimentos internos.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS. (ESTUDO DO COMPORTAMENTO DE INVESTIMENTOS DOS ALUNOS DO 4 ANO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNI-RN)

Autor(es):

Fernanda Martins Fernandes: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O mundo está vivenciando mudanças aceleradas na economia, e essas mudanças vem afetando o modo de vida, visão e valores básicos de cada um. Estamos expostos todos os dias a propagandas de produtos eletrônicos que nós trazem promessas de felicidade e realização profissional, apelos de todas as formas para que a gente venha a consumir todos os mais diferentes produtos. Junto a essa mudança, vem surgindo estilos de vida diferentes e independentes, que oferecem uma diversidade de formas de pensar e agir e uma nova cara para o investidor. Independentemente das preferências e necessidades do investidor, investir sempre implica na abstenção do consumo ou renúncia de uma parte dos momentos prazerosos do presente, na esperança de desfrutar de melhorias no futuro. Para se tornar um investidor de sucesso é importante que se conheça ao menos o básico sobre o mundo dos investimentos e esse conhecimento irá direcionar o investidor a oportunidade de escolher o tipo de investimento que mais o atrai ou o que mais se adéqua ao seu perfil.

(METODOLOGIA) Para atingir os objetivos propostos, o projeto abordará um estudo detalhado da percepção dos alunos do 4º de ciências contábeis na uni-rn acerca de investimentos no mercado financeiro e conceitos básico sobre quais são os tipos de investimentos e os tipos de investidores.

(RESULTADOS) Com a aplicação de um questionário, foram encontrados alguns resultados parciais, dentre eles percebemos que 82% tem a faixa etária de 20 a 30 anos, 85% está com o superior incompleto 12% superior completo e 3% já é pós graduado, 37% tem renda pessoal de 2 a 4 salários mínimos e a grande maioria gasta tudo com bens materiais e despesas domésticas, se os entrevistados tivessem uma renda extra, 67% acha que seria melhor investir em uma aplicação que ofereça renda elevada, porém com uma margem razoável de segurança. Existem vários outros resultados encontrados, que estão expostos e explicados no projeto.

(CONCLUSÃO) Com os resultados obtidos e analisados preliminarmente observa-se que os alunos concluintes de ciências contábeis podem ser vistos como seguros no ponto de vista do investimento, pois a grande maioria não arrisca investir em aplicações que possam gerar um lucro alto, devido ao seu risco que é igualmente alto, também podemos chamá-los de seguros pois a sua maioria aplica o seu dinheiro em algo que tenha um retorno rápido, esse tipo de investimento pode ser bom, mas não é o melhor, pois o bom lucro no investimento está aliado ao tempo. Em suma posso dizer que existe uma falta de conhecimento na percepção de investimento entre a maioria dos alunos e falta conhecimento sobre o que é investimento.

CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO

Autor(es):

Emericy Josenete Bezerra: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Robson Servita Balduino: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Thielly Priscila Dantas: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Cásio Carlos Pereira Barreto

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Hoje em dia para a sobrevivência de uma empresa é necessário ter uma boa contabilidade, pois são no setor contábil que ficam registradas todas as atividades do dia-a-dia de uma empresa, com suas oscilações, resultados e operações. Além disso, ela tem como objetivo observar, informar e registrar os fatos financeiros e econômicos podendo facilitar a tomada de decisão do gestor tendo resultados rápidos e precisos. As organizações estão se tornando cada vez mais competitivas e por causa disso é importante que as empresas tenham gestões especializadas, ou seja, gestores que busquem informações úteis e precisas, sempre se atualizando as novas técnicas contábeis e administrativas.

(METODOLOGIA) Foi realizada uma pesquisa acadêmica em livros e artigos já publicados, com o intuito de saber a real importância que o contador tem na gestão de uma empresa.

(RESULTADOS) Com esse trabalho podemos observar que o uso de relatórios contábeis na gestão de uma empresa é muito importante, pois eles nos mostram os resultados precisos que a empresa tem, baseado em informações verídicas que são fornecidas aos gestores, vimos também que ela pode facilitar a tomada de decisões dos gestores de acordo com as informações fornecidas. Portanto a contabilidade como ferramenta de gestão é um processo pelo qual visa identificar, mensurar, tolerar e avaliar as informações sobre situações econômicas das organizações, com a finalidade de abastecer seus diversos usuários de informações sobre o patrimônio, permitindo que sejam fornecidas informações econômico-financeiras e sociais para que seus usuários, dessa forma auxiliando no processo de gestão da empresa para a melhor tomada de decisão gerencial. Desse modo possibilitam que os administradores adquiriram uma boa visão em relação à contabilidade gerencial, que aliada aos sistemas informação oferece uma importante contribuição para elaboração de futuros planejamentos estratégicos, controles, avaliações de desempenho da companhia.

(CONCLUSÃO) O presente trabalho surge da inquietação acerca da utilização, ou melhor, a falta de aproveitamento do potencial que a contabilidade é capaz de fornecer aos seus usuários. Sabe-se que a maioria das empresas, em especial o micro e as de pequeno porte, utiliza o conhecimento contábil apenas para facilitar sua regularização quanto às exigências burocráticas dos órgãos públicos ou para fazer a apuração dos valores de tributos a serem pagos; as empresas constituídas e registradas em juntas comerciais estaduais, infelizmente encerram suas atividades com até dois anos de existência, a mortalidade das empresas é muito elevada vem do não aconselhamento dos contadores como gestores e assim surgindo diversos os fatores que contribuem para essa estatística, desde a falta de profissionalismo, desinformação, a não apuração e controle dos custos, a incorreta formação dos preços e até mesmo a falta de incentivos por parte do governo.

IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NO CONTROLE E GESTÃO NAS EMPRESAS DE ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS

Autor(es):

Ramon Wanderley Moura: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo teve por objetivo verificar a importância da utilização da ciência contábil como ferramenta de controle e gestão em uma empresa administradora de condomínios, ferramenta pouco conhecida tanto pelos profissionais da área contábil como pelos administradores de condomínios. Para tanto teve como objetivos específicos enfatizar a importância da elaboração e utilização de um Plano de Negócios, caracterizar a constituição e administração de um condomínio e verificar a contribuição da contabilidade no setor de administração de condomínios.

(METODOLOGIA) O tipo de pesquisa utilizada para elaboração do trabalho foi basicamente a pesquisa bibliográfica, uma vez que, foram utilizados livros, sites, artigos de periódicos e informações disponibilizadas na internet. O universo da pesquisa foi a aplicação de questionário em vinte empresas administradoras de condomínios da zona sul da cidade de Natal-RN onde foi obtido como retorno dezesseis questionários respondidos. A metodologia da pesquisa teve característica qualitativa, portanto o ambiente das empresas administradoras de condomínios é a fonte principal para a coleta de dados e o pesquisador é a ferramenta chave. Os dados foram coletados por meio de questionários aplicados as empresas administradoras de condomínios. Os dados advindos das respostas dos questionários foram analisados e expostos em porcentagem em relação a utilização da contabilidade como ferramenta de controle e gestão.

(RESULTADOS) Os resultados alcançados foram baseados nas respostas dos questionários aplicados nas empresas administradoras de condomínios da zona sul de Natal-RN e evidencia que 63% dos entrevistados consideram de extrema importância o uso da contabilidade como ferramenta de controle e gestão, enquanto 25% não julgam tão importante e 12% acham irrelevante. Quanto a utilização da contabilidade como ferramenta de controle e gestão, 44% das empresas utilizam, 44% utilizam parcialmente e 13% não utilizam de forma alguma. Ao questionar o uso das informações contábeis para a tomada de decisão, 31% afirmaram que utilizam, 44% utilizam parcialmente e 25% não utilizam. 63% das empresas veem a contabilidade como sistema de informações gerenciais e tributário enquanto 37% veem apenas como sistema de informações tributárias. Ao questionar as demonstrações contábeis utilizadas pelas empresas, 100% afirmaram que utilizam as Demonstrações do Resultado do exercício e Demonstrações dos Fluxos de caixa e 83% utilizam o Balanço Patrimonial.

(CONCLUSÃO) Verificou-se por meio desta pesquisa o quanto as empresas administradoras de condomínios consideram importante o uso da contabilidade como ferramenta de controle e gestão. A contabilidade para de ser vista apenas como sistema de informações tributárias e passa a ser vista também como sistema de informações gerenciais, onde através das demonstrações contábeis a empresa poderá tomar decisões, identificar os pontos fracos e planejar o exercício seguinte. Com as informações contábeis extraídas das demonstrações as empresas administradoras de condomínio apresentarão maior transparência e terão maior credibilidade junto aos condôminos.

CONTROLE ESTRATÉGICO EM INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO: ESTUDO DE CASO DA CAMISARIA ÔMEGA

Autor(es):

Iranilda Fernandes Campos: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Augusto Cesar Rebouças de Brito

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A crescente complexidade do mercado faz o controle de gestão buscar instrumentos que lhe ofereçam mais informações com rapidez e eficiência para tomadas de decisões. Nesse aspecto o acesso às novas tecnologias e metodologia de controle é muito importante e decisivo no melhoramento de produtos, serviços e processos. Em decorrência desse desenvolvimento social e tecnológico novas teorias administrativas surgiram desde a teoria da administração científica de Taylor (MOTTA, Fernando C. Prestes e VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de, 2009). Em meio à transição entre empresas de pequeno e médio porte, aos poucos deixam-se as características de administração familiar em busca de uma administração profissional, cabendo a controladoria um papel estratégico nesse momento. Assim, o gestor tem função de conduzir a organização a alcançar seus objetivos; para que isso, é necessário que as informações fluam de modo harmônico na organização, de forma que a informação gerada por um departamento transforme-se em matéria-prima para outro, sendo essa interação de atribuição estratégica do órgão administrativo de controladoria, objeto de estudo do presente trabalho.

(METODOLOGIA) Procedeu-se uma revisão bibliográfica acerca do tema Controle Estratégico; essencialmente fundamentada em obras de autores como Clóvis Luis Padoveze e Sandra Figueiredo. Realizou-se uma pesquisa de campo do tipo exploratória descritiva. No que concerne à coleta de dados, foi aplicado um questionário com dez perguntas objetivas junto aos colaboradores (universo total) da empresa em análise, que trabalham diretamente com estoque. Os dados foram tratados quantitativamente através da tabulação simples, com o uso do Excel, e qualitativamente por meio das respostas obtidas nas entrevistas.

(RESULTADOS) Através da pesquisa observou-se que 80% dos entrevistados trabalha rotineiramente com estoque, onde 100% deles confirmam a importância deste estar sempre com as informações atualizadas; 50% encontram divergências entre estoque físico e o Sistema de Informação e Controle, e que também 50% encontram estoque insuficiente para atendimento imediato às solicitações dos clientes, esse último com alta frequência; e ainda que 60% dos entrevistados acreditam que o estoque atualizado melhoraria significativamente seu desempenho profissional, e 90% deles acreditam que os desencontros de informações dos estoques podem levar à insatisfação do cliente.

(CONCLUSÃO) Com a realização desta pesquisa, evidenciamos uma problemática de pequenas empresas do setor comercial, que representam a maioria das empresas nacionais e, maior representatividade em termos quantitativos de empregados. Concluímos que o principal problema enfrentado por estas empresas é a falta de planejamento no decorrer da execução de suas atividades. Diante do levantamento de dados realizado, constatou-se que dos funcionários da Camisaria Ômega, objeto da análise, muitos não conseguem realizar suas atividades no tempo mínimo, devido à dificuldade de informações corretas do seu estoque. Observamos a grande preocupação desses, em atender aos pedidos com qualidade e com a matéria prima escolhida pelo cliente, no prazo solicitado. Conclui-se assim, de modo geral, que o Sistema de Informação e Controle atualizados podem ajudar as empresas a tomarem decisões rápidas e precisas. Caso os funcionários da empresa analisada, pudessem manusear as informações com segurança e confiabilidade, teriam um melhor rendimento de sua jornada de trabalho e não precisariam renegociar com o cliente no último momento, a substituição ou postergação da entrega da matéria prima antes acertada.

TIPOS DE INVESTIMENTOS DO MERCADO FINANCEIRO BRASILEIRO EM 2012

Autor(es):

Maxciliane Carla de Oliveira Peixoto: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Hoje o propósito do investimento no mercado brasileiro é o crescimento e o desenvolvimento da economia. Portanto as pessoas buscam a inovação e competição, por causa da necessidade. Com isso elas tratam em descobrir meios para financiar seus planos para trazer proveitos, vantagens e resultados no mercado. Contudo a tomada de decisões é uma função importante pra quem deseja investir o seu dinheiro, que carece planejamento e uma estratégia com relação às diversas opções que o mercado proporciona. Por isso este trabalho falará sobre os tipos de investimentos do mercado brasileiro como: a caderneta de poupança, fundos de investimentos, CDB, RDB, títulos públicos, mercado de ações, derivativos, debêntures e suas rentabilidades.

(METODOLOGIA) Desta forma, o presente trabalho é classificado como bibliográfica, exploratória, descritiva, e documental. Bibliográfico por sua coleta ser de materiais publicados, tal como: materias publicado na internet e livros. Exploratória, pois pretende do autor um conhecimento, analise e pesquisa do tema para saber quais os principais tipos de investimento do mercado financeiro brasileiro. Descritiva, pois será de forma clara e de fácil entendimento. E documental por ser formulado em documentos. Portanto, foi feita uma pesquisa bibliográfica nas fontes de informação sobre os tipos de investimento, como sites de instituições financeiras e livros especializados no assunto, a fim de conhecer os mais utilizados. Após informações sobre cada investimento, foram descritos os dados mais interessantes. Na análise dos resultados, os dados analisados no questionário foram comparados aos obtidos na pesquisa realizada, levando-se em consideração as afirmações levantadas através dos referencias teóricos fundamentados. Foram realizados 12 questionários em diversas agencias de bancos: Banco Brasil, Caixa Econômica Federal, UniCred, Estilo, Santander e Bradesco; com propósito de demonstrar os investimentos mais procurados e tentar conseguir uma análise de como os investidores preferem na hora de administrar um investimento e investir.

(RESULTADOS) Analisando-se a questão “Os clientes costuma procurar investimentos?”, pode-se verificar que dos clientes entrevistados 80% deles procuram investir pelo fato ter um valor aplicado para retornos futuros e 20% não procuram por ter toda a sua renda comprometida. A questão “Quais são os tipos de investimentos que mais é procurado?”, pode-se verificar que 41% preferiram à poupança, que mostra o quanto as pessoas ainda são conservadoras e procuram não se arriscar, com 29% ficou o CDB e RDB que também é outro investimento conservador, e com 24% os fundos de investimentos e por ultimo 6% estão as ações que são para pessoas com perfil mais agressivo. A questão “Qual o prazo disponível nas aplicações existentes?”, verifica-se que 83% preferem deixar o prazo indefinido e 17% dos investidores preferem determinar uma data específica.

(CONCLUSÃO) Portanto este trabalho mostrou os principais tipos de investimento disponíveis no mercado financeiro brasileiro, e apresentou quais as rentabilidades de cada um. No entanto, foi realizada uma pesquisa de campo com a finalidade de identificar, analisar os principais tipos existentes no mercado financeiro brasileiro. Foi comprovado que não tem o melhor tipo de investimento do mercado financeiro, e sim o investimento que mais conveniente para cada circunstância, levando em consideração a finalidade do investimento, do tempo que o investidor tem para se dedicar e de sua aversão ao risco.

ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE INFORMAÇÕES DOS PROFISSIONAIS QUE OPERACIONALIZAM O SPED FISCAL E EFD CONTRIBUIÇÕES

Autor(es):

Emanuel Fonseca: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Joana Darc Medeiros Martins

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A Contabilidade como sendo uma ferramenta essencial para o controle e mensuração do Patrimônio, é também considerada grande aliada no processo de auxílio à tomada de decisões de uma organização. Com a globalização e o avanço de tantas tecnologias, a contabilidade torna-se passível de mudanças significativas quanto a sua essência e sua forma de escrituração, tanto é, que neste sentido, tem se revelado um novo modelo de informativo. O SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL do governo federal, que compõe o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, instituído pelo decreto 6.022 de 22 de janeiro de 2007 que vem estabelecer uma relação de transparência entre fisco e contribuintes, modificando todo o cenário na forma de escrituração das demonstrações contábeis, onde estas têm existência apenas na forma digital. Neste sentido o estudo tem como objetivo Verificar o nível de informação dos profissionais que operacionalizam o SPED FISCAL e EFD Contribuições.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada foi bibliográfica e documental seguida de uma pesquisa de campo. A amostra foi selecionada por conveniência e acessibilidade. Os dados foram coletados através da aplicação de um questionário contendo perguntas fechadas, através da utilização do aplicativo Google Docs no período de março a julho de 2012 com profissionais de contabilidade.

(RESULTADOS) Os dados coletados e analisados permitiram visualizar uma realidade a respeito dos colaboradores de alguns escritórios de contabilidade de Natal. Fez parte da pesquisa o total de 40 profissionais e estudantes de contabilidade. Dos entrevistados 62% trabalham (operacionalizam) o SPED fiscal e EFD Contribuições e 38% responderam que não trabalham. No que diz respeito ao conhecimento do sistema 46% disseram conhecer bem o Sistema Público de escrituração Digital – SPED. Perguntados a respeito da principal dificuldade em operacionalizar o SPED fiscal e EFD contribuições 46% dos entrevistados responderam que as informações fornecidas pelo cliente é considerada a principal dificuldade, onde muitas vezes pessoas despreparadas são responsáveis pela escrituração das notas fiscais nas empresas. Fator importante na pesquisa é que 100% dos entrevistados responderam que com o projeto SPED os crimes de sonegação fiscal tendem a diminuir. Do total de respondentes, 62% são estudantes de Ciências Contábeis (em formação), 31% são formados em Ciências Contábeis e 8% são técnicos em contabilidade. A faixa etária dos entrevistados foi de 18 a 25 anos com 54%, 26 a 30 anos com 31%, 31 a 35 anos com 8% e acima de 41 anos com 8%.

(CONCLUSÃO) O estudo objetivou verificar o conhecimento dos profissionais contábeis na operacionalização do SPED FISCAL e EFD Contribuições, através de aplicação de um questionário juntos aos profissionais da contabilidade. O resultado demonstra que os profissionais embora se avaliem como preparados ainda encontram muitas dificuldades para executar e atender as exigências do Sistema Público de Escrituração Digital em função do despreparo dos colaboradores das empresas que são responsáveis pela emissão das notas fiscais.

A IMPORTÂNCIA E APLICABILIDADE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA MICRO EMPRESAS: UM ESTUDO DE CASO NA MADEIREIRA SANTA EDWIRGENS.

Autor(es):

Anderson Luiz Pereira Freire: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) As empresas sempre tiveram a necessidade de fazer os controles, seja financeiro, de produção ou de estoques. Tais controles eram feitos através de cadernetas de papel, os arquivos de registros eram armazenados em armários, acumulando grande quantidade de papel e utilizando pessoas, esses processos eram elaborados manualmente podendo acarretar erros e com isso prejudicar os negócios, fazendo com que a empresa perdesse tempo e dinheiro. As informações têm-se tornado o principal diferencial competitivo nas organizações empresariais, sendo sua utilização de vital importância para sobrevivência e manutenção na realidade de toda e qualquer empresa. O processo de tomada de decisões tem como sua referência e consulta as informações sobre o mercado, economia, comportamento o uso adequado da tecnologia da informação nas organizações permite mais agilidade na tomada de decisões, no casos das maiorias pequenas e medias empresas, são as faltas de informações e mal uso das ferramentas da tecnologia ou não uso, que boa parte das empresas chegar a falência. Aplicando-se conceitos do sistema de informação nas empresas, através dos tipos de sistemas adequados, melhorando para sua gestão através de dados e conhecimentos para tomada de decisão mas inteligentes, para agregar valor a informação, que interage com todos os departamentos coleta-se, recupera-se, processa-se dados, transformando-os em informações valiosas, tenciona-se facilitar o planejamento, a execução e o controle tendo uma forma melhor de planejar, gerando oportunidade para seus gestores.

(METODOLOGIA) Para atingir os objetivos propostos na pesquisa, procedeu-se um estudo teórico de natureza descritiva e exploratória, tendo em vista que a pesquisa é uma análise de tomada de decisões na madeireira santa edwirgens Em relação aos procedimentos de busca, são empregadas as pesquisas bibliográficas e de levantamento se configurando em um estudo de caso. os dados foram tratados de forma simples e contará com apoio do programa Excel para confecção dos gráficos.

(RESULTADOS) Foram encontrado alguns resultado parciais. Através de pesquisa realizada, constatamos que o uso do sistema na empresa, conseguimos identificar que No setor comercial que estava conseguido finalizar um total de apenas 17% nos orçamento de vendas, com isso o restante estava perdendo 83% para dois concorrente mas próximos, com esse dados identificamos que tinha algum de errado com empresa estudada. Com essas informações o gestor tende a ter um melhor pode de decisão, com essas informações no mês seguinte a empresa aumentou 30% na vendas.

(CONCLUSÃO) Diante de levantamento de dados realizado, Observou-se que o sistema de informação, trais para empresa informações com mais rapidez e segurança, para identificar os pontos francos e fortes, em varias áreas da empresa, com isso identificamos que antes com não uso do sistema não conseguia ter um controle eficiente pois a empresa tinha dificuldade para processar as informações, Com isso acarretando erros, fraudes. Bem hoje dia o sistema e o coração da empresa pois trais toda as informações e passada no dia-dia, controlando e armazenando, elaborando relatórios para fins de controle gerencias para tomada de decisão do gestor da empresa. com isso as micro empresa vai pode ter mais competitividade e sustentabilidade no mercado.

**GERENCIAMENTO DE CUSTOS EM TI: ESTUDO DE CASO APLICADO EM UMA EMPRESA DE TI,
LOCALIZADO EM NATAL/RN, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A JUNHO DE 2012.**

Autor(es):

Diego Vandr  Alves da Cunha: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Ridivalvo Medeiros Alves de Oliveira

Institui o de Ensino: UNI-RN

(INTRODU O) Ao falarmos de TI estamos abrangendo os instrumentos e serviços que propiciam a execu o no tráfego das informa es e do seu modo de operar no dia a dia. No caso da TI em um segmento contábil o gerenciamento de custos   uma realidade resultante da necessidade das empresas demonstrarem os custos e benefícios ao seu público alvo na implanta o de seus serviços. Outrora a TI era tratada como parte pouco importante nas entidades, não havendo planejamento adequado e como consequência não se obtinha informa es precisas sobre a realidade financeira deste. No que diz a respeito de gerenciamento de custos no setor, podemos subdividi-lo em processos de: contabilidade, orçamento e controle, pois estes servem de utilidade para combater a falta de informa es precisas sobre gastos e aloca o dos recursos de uma entidade, tendo em vista que estes processos quando bem geridos são essenciais para a tomada de decisão dos administradores. O principal objetivo da pesquisa foi identificar a importância do gerenciamento dos custos na empresa Domínio LTDA no processo de implanta o dos seus serviços e os específicos tiveram como propósito verificar o controle dos custos nas etapas de implanta o das atividades. A pesquisa concentra-se na constata o do mau gerenciamento dos custos nas empresas deste setor por falta de um controle adequado dos mesmos.

(METODOLOGIA) O tipo da pesquisa adotada para elabora o do trabalho foi pesquisa bibliográfica abrangendo o tema do estudo. O projeto trata-se de um estudo de caso da empresa Domínio LTDA com característica de abordagem qualitativa, os processos e etapas de implanta o são a fonte principal para a coleta de dados, os dados oriundos das etapas foram extraídos de planilhas eletrônicas, e expostos em percentuais em rela o às previsões orçadas perante a execu o das atividades de cada etapa.

(RESULTADOS) O pesquisador analisou os resultados dos procedimentos relacionados ao gerenciamento e controle dos departamentos e se os mesmos foram adequados no conflito do que foi orçado para o realizado. Constatou-se que a proje o dos custos esteve 100% em conformidade com o pr -elaborado incluídos os classificadas como diretos e indiretos. O confronto dos investimentos constatou através de métodos diversos, que a empresa obteve no período de seis meses o  ndice de eficiência técnica no faturamento de 21,27% em rela o ao previsto.

(CONCLUSÃO) Verificou-se por esta pesquisa a importância de se aplicar gerenciamento de custos no controle e planejamento dos investimentos nas empresas, pois servem para nortear o caminho que os gestores devem seguir para obten o de um resultado satisfatório para a tomada de decisão. Consequentemente evitando gastos inflados e sem transparência. Torna-se claro que seja para preven o ou para o esclarecimento que o gerenciamento   de suma importância para que se obtenham informa es válidas para proje es futuras a serem tomadas.

MANIPULAÇÃO DO RESULTADO NAS EMPRESAS DESENVOLVEDORAS DE SOFTWARE ATRAVÉS DO RECONHECIMENTO DE RECEITA

Autor(es):

Arnaldo Augusto de Albuquerque Trigo: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Quando falamos em mercado financeiro, fraudes e corrupção, pensamos logo em alocações errôneas feitas pela contabilidade, em despesas sendo lançadas como investimentos, em ativos irreais e sem lastro, em empréstimos sem garantia, mas pode ocorrer outros tipos de fraudes, menos visíveis aos stakeholders e a sociedade em geral, e que pode lesar os investidores e o mercado como um todo. No mercado mais específico de desenvolvimento de software, o maior ativo da empresa é a propriedade intelectual, ou seja, o investidor se baseia somente no ativo intangível para investir ou não em uma empresa. Neste tipo de mercado, onde as empresas vendem processos, sistemas de informação e, principalmente, marcas, e onde não há grande lastro físico dos bens dessas empresas, a receita acaba por se tornar um grande fator de avaliação de risco e de investimento, e conseqüentemente tem grande impacto no valor das ações dessas empresas. Neste trabalho, falaremos sobre o Reconhecimento de Receita (Revenue Recognition) e as regras do IFRS aplicadas às empresas de software, e a abertura que os contratos de licença desses softwares dão aos gestores dessas empresas para que haja manipulação do reconhecimento de receita de acordo com as necessidades dessa empresa, e muitas vezes de seus gestores, podendo assim, essa manipulação inapropriada se transformar em fraude perante os investidores e o mercado financeiro.

(METODOLOGIA) Aplicado ao trabalho há vários modelos de pesquisa, desde a exploratória, a bibliográfica, a descritiva e a empírica. Primeiramente, foi efetuado um levantamento bibliográfico em livros, periódicos e sítios com a finalidade de formular com mais exatidão a pesquisa que será exposta, propiciando informações e elementos para a formulação do modelo a representar. Em seguida foi feito um comparativo entre as normas internacionais de contabilidade e as normas locais. Também foi feito um levantamento dos vários tipos de licenças de softwares existentes, relevantes ao trabalho, com conseqüente comparativo entre esses vários modelos de licenças no tocante ao reconhecimento de receita.

(RESULTADOS) Através da pesquisa realizada observou-se uma homogeneidade no método de reconhecimento de receita feito pela empresas desenvolvedoras de software em adotar o modelo SOP 97-2 do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA), modelo este muito parecido ao proposto pelo International Accounting Standards Board, no qual estabelece uma estrutura básica principiológica de requisitos para o reconhecimento da receita. Porém, ainda pôde-se observar uma abertura para a manipulação do reconhecimento de receita através do não preenchimento de requisitos mínimos para o reconhecimento upfront, quais sejam, da evidência objetiva de valor justo específica do fornecedor (“VSOE of fair Value”) através do contrato de concessão de licença de uso dos softwares.

(CONCLUSÃO) Diante do levantamento de dados realizado, podemos assim prever que ainda haverá uma grande evolução nas normas internacionais referente ao reconhecimento de receita no sentido de restringir a manipulação de resultado através da inserção de cláusulas que atendam, ou não, aos requisito do VSOE. Uma outra possibilidade, seria a criação de um modelo de gradação do reconhecimento de receita, seguindo o modelo dos INCOTERMS da Câmara Internacional de Comércio. Nesse modelo, a concessão de determinado software deveria se enquadrar, invariavelmente em um dos modelos de licença, e assim como acontece com clareza a gradação da transferência de responsabilidade no incoterms, poderia haver gradação do reconhecimento da receita.

ASSALTO AO BANCO CENTRAL UM PLANEJAMENTO QUASE PERFEITO

Autor(es):

Chirlane Rodrigues de Araújo: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN
Daíla Jéssica Lima de Oliveira: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN
Elaine Daiane Araújo Oliveira: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN
Maria do Socorro Rocha: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN
Mychell Eduardo Machado Alves: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Cásio Carlos Pereira Barreto
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O filme Assalto ao Banco Central, escrito por Renê Belmonte e dirigido por Marcos Paulo Simões, é uma obra cinematográfica baseada em fatos reais que retrata de maneira espetacular as várias fases do ciclo de vida de um projeto assim como os papéis desempenhados pelos principais envolvidos. A fase de iniciação do projeto compreende o início do projeto o reconhecimento do mesmo por parte dos envolvidos. No filme, o patrocinador idealiza todo o projeto e tem em mente os integrantes necessários para que o projeto se torne viável. Ladrões cometem um assalto ao Banco Central do Brasil em Fortaleza, no Ceará, entre 6 e 7 de agosto de 2005. O fato só foi percebido no início do expediente na segunda-feira dia 8 de agosto. Foi o segundo maior assalto a banco do mundo. A escavação para se fazer o túnel que possibilitou a invasão demorou cerca de três meses. Segundo a Polícia Federal, com base em estimativas a partir do peso das notas roubadas (3,5 toneladas), foram roubados aproximadamente R\$ 164.755.150,00. As notas todas empilhadas chegariam a uma altura de quase 33 km.

(METODOLOGIA) Nosso trabalho se embasado de forma escrita e abrangente, com pesquisas relacionados ao filme, artigos da época e reportagens, onde foram vivenciados os capítulos desta historia.

(RESULTADOS) No início do planejamento do projeto existe uma cena rica em aspectos de gerenciamento de projetos, na qual o patrocinador, gerente de execução, gerente de projeto, consultor de gestão e responsável técnico iniciam o planejamento Durante esta reunião é solicitado ao gerente da execução uma estimativa de prazo e ele responde que não “tem idéia do que poderiam encontrar ao escavar o túnel”, pois diversos fatores eram desconhecidos. Alguém durante a reunião diz “chuta uma data pelo menos” e o gerente da execução responde “quatro meses”. Neste momento o patrocinador do projeto institui uma restrição de prazo determinante afirmando que só havia três meses disponíveis para o escavamento do túnel. Durante as investigações, os policiais percebem que as câmeras instaladas no cofre do banco central não gravam, ou seja, servem apenas para monitoramento online e dessa forma são inúteis para a investigação policial. A resposta para o não “salvamento” das imagens é justificada pelo chefe da segurança com a seguinte frase: “Ninguém imaginaria que alguém fosse abrir um buraco no meio do cofre”.

(CONCLUSÃO) Inspirado em um dos crimes mais sofisticados e bem planejados do Brasil, "Assalto ao Banco Central" conta uma história do assalto que ocorreu em agosto de 2005 no Banco Central em Fortaleza. Levando cerca de R\$ 164.7 milhões de reais, os criminosos fugiram por um túnel de 84 metros cavado sobre o cofre. o mais impressionante é o fato de não terem atirado e nem disparado o alarme do Banco.

A ATUAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL JUDICIAL: UM ESTUDO COM OS PROFISSIONAIS DA ASSOCIAÇÃO DOS PERITOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Ana Paula Câmara Correia: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Joana Darc Medeiros Martins

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) No Brasil, o campo da perícia contábil encontra-se em grande alavancagem devido à atual conjuntura sócio, econômico e política, onde prepondera-se a desigualdade social, cobrando-se cada vez mais um papel atuante do Estado como apaziguador das reivindicações de direitos e deveres da sociedade na mais variadas situações. Dessa forma, utilizam-se os serviços do perito, como auxiliar da justiça. Nesse contexto, o estudo teve por objetivo principal identificar as principais atividades desenvolvidas pelos peritos judiciais do RN tendo como objetivos específicos identificar o perfil dos peritos, levantar a trajetória de formação dos peritos, mapear as atividades desenvolvidas pelos peritos.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo teórico-empírico, que teve como ponto de partida o estudo bibliográfico para conhecer as orientações legais e regulamentares específicas sobre perícia contábil no Brasil. Em seguida, deu-se início a pesquisa de campo, onde através da aplicação de um questionário contendo perguntas fechadas de múltiplas escolhas com profissionais da área contábil foi identificado o perfil dos respondentes e as atividades por eles desenvolvidas. O questionário foi aplicado na Associação dos Peritos do RN e no IX Encontro Norte-rio-grandense de Ciências Contábeis no mês de setembro de 2012. O estudo também se caracteriza como exploratório e descritivo, uma vez que foi realizada em área na qual há escassez de material publicado.

(RESULTADOS) O resultado da pesquisa constatou que os peritos respondentes possuem as seguintes características: 66,67% são do sexo masculino, enquanto 33,33% são do sexo feminino. Para a caracterização da idade foram considerado três faixas etárias, onde apenas 25% tinham idades entre 26 e 35 anos ao passo que 75% possuíam idade acima de 35 anos. Dos peritos entrevistados constatou-se que 91,67% não possuem como atividade principal a perícia contábil e apenas 8,33% possui como atividade principal a perícia contábil. As outras atividades foram distribuídas na seguinte proporção: 91,67% contadores, 16,67% professores, 91,67% peritos, 16,67% auditores e 16,67% com outras atividades. Quanto ao tempo de atividade pericial 8,33% exerce a atividade entre 1 e 5 anos, 16,67% entre 5 e 10 anos e 75% a mais de 10 anos. Em relação aos tipos de perícias realizadas 100% responderam realizar perícia judicial, já no âmbito da atuação 58,33% na esfera cível, 50% trabalhista e 100% como perito do juízo. 66,67% admitem muitas vezes participarem de programas de educação continuada e 33,33% apenas às vezes.

(CONCLUSÃO) Constatou-se que as principais atividades desenvolvidas pelos peritos do RN são do âmbito judicial e da esfera civil, concluiu-se ainda que na sua maioria apresentam uma idade superior a 35 anos, e a perícia não é realizada como atividade principal e sim sempre paralela a outras atividades onde na sua maioria são contadores, percebe-se também a importância da educação continuada onde, estes estão sempre em busca. Assim, essa pesquisa possibilita ao perito contador e aos interessados uma visão dos peritos do RN e de suas áreas de atuação.

DESAFIO DOS CONTADORES QUANTO ÀS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS IMPOSTAS ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS - ESTUDO DE MULTICASO NOS MUNICÍPIOS DE NATAL E PARNAMIRIM/RN

Autor(es):

Almir Antonio de Figueredo e Silva: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Ridivalvo Medeiros Alves de Oliveira

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) As Pequenas e Médias Empresas, vem a cada dia tomando uma posição de destaque em nosso país, com este crescimento houve a necessidade de reformulação dos demonstrativos contábeis das PME's. Visando melhor entendimento nestas demonstrações em dezembro de 2009 foi homologado pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.255/09, em vigor desde 1º de janeiro de 2010. Essa lei torna as demonstrações mais uniforme facilitando as análises comparativas. Para atingir o objetivo da pesquisa foi necessário seguir os seguintes objetivos específicos dentre os principais são: revisão de literatura relacionados a IFRS das PMEs; quantidade de Pequenas e Médias Empresas existentes no Município de Natal/RN e Parnamirim/RN; quais os pontos positivos e negativos das novas exigências para as PME'S.

(METODOLOGIA) A Pesquisa se trata de um estudo de caso, pois serão estudados fatos relacionados apenas com os municípios em questão. Quanto aos objetivos se classifica como descritiva e exploratória, pois apresentará dados específicos dos contadores pertencentes aos escritórios de contabilidade dos município de Natal/RN e Parnamirim/RN, tais como: histórico, aspectos econômicos e financeiros, entre outros. Quanto aos procedimentos foi feita uma pesquisa bibliográfica por recorrer a materiais escritos sobre o tema para elaboração do referencial teórico. Foi aplicado um questionário via surveymonkey contendo 10 questões sendo sendo 08 fechadas e demais abertas, na primeira quinzena de outubro, até o momento tendo apenas 22 respondentes. Quanto a abordagem a pesquisa foi classificada também como sendo quantitativa e qualitativa. Para as perguntas abertas serão expostas as opiniões dos próprios respondentes.

(RESULTADOS) Para resultados parciais até o momento tiveram 22 respondentes, dos quais 90,9% pertencem a Natal. Desta amostra 66,7% tinha clientes classificados como PMEs entre 11 a 50. Quando perguntado sobre o conhecimento das novas regras, 65% responderam ter conhecimento. Apenas 38,1% dos respondentes disseram não ter tido gasto com treinamentos para seus funcionários e 19% assumiram ter gasto entre R\$ 500,00 e R\$ 1.000,00. Quanto ao perfil dos contado na sua maioria são do sexo feminino (76,2%). referente a preocupação dos cliente, 33,3% tinham preocupações com aumento de impostos e 33,3% se preocupavam com aumento dos honorários. Foi questionado referente a probabilidade de aumento de honorários e 52,4% dos respondentes reajustaria os honorários em mais de 5%. Também foram questionados os pontos fortes e fracos em relação as novas regras, as principais respostas foram: transparência; informações mais úteis a tomada de decisão; alinhamento com as tendências mundiais; . Quanto aos pontos fracos responderam: aumento na demanda de trabalho; necessidade de maiores controles; falta de compreensão dos empresários, dificuldade de obter informações; pouco tempo para a implantação, entre outras.

(CONCLUSÃO) Dados parciais, não há como concluir pois apenas 22 respondentes ideal é que o mínimo 30% da população pesquisada tenham respondido o questionario. Porém diante dos resultados percebemos que há muito o que se aprofundar neste estudo, pois os contadores estão inseguros com as novas normas.

A CONTABILIDADE E A ADMINISTRAÇÃO COMO FERRAMENTAS PARA O PLANEJAMENTO E CONTROLE DO ORÇAMENTO DOMÉSTICO

Autor(es):

Delzuita Melo dos Santos Castro: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Gisleinny Cristina Alves de Melo: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Jessica Fernandes Damasceno: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Maria Bruna de Medeiros: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Maria das Dores Regis Nunes da Silva: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Cásio Carlos Pereira Barreto

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Diante do questionamento da existência ou não de planejamento financeiro das famílias brasileiras, este artigo vem abordar de forma concisa a contribuição que a Contabilidade e a Administração podem dar para planejar e controlar o orçamento doméstico, pois acreditamos que essas ferramentas podem transformar-se em aliadas no controle das finanças pessoais, na medida em que se permite enxergar o montante dos gastos mensais em relação à renda familiar e vislumbrar o atingimento de metas. Dessa forma podemos demonstrar que as Ciências Sociais, mais especificamente a Administração e a Contabilidade possuem ferramentas que podem auxiliar as famílias na administração e controle de seus orçamentos. Podendo ser relevante na redução do endividamento e, por conseguinte a formação de poupança.

(METODOLOGIA) O trabalho foi elaborado com base em pesquisa bibliográfica com base em livros de contabilidade e de administração e de dados estatísticos disponíveis em sites da internet.

(RESULTADOS) Nos últimos anos um conjunto de medidas macroeconômicas de distribuição de renda, expansão do crédito, entre outras, inseriram milhares de famílias em um novo mercado de consumo. Esse novo cenário deixou incipiente a necessidade de educação financeira das famílias. Para que elas passem a enxergar a verdadeira dimensão do seu patrimônio tanto a Contabilidade quanto a Administração podem ser grandes ferramentas neste sentido. A contabilidade no âmbito doméstico, da mesma forma que a Ciência Social liga-se às questões das entidades, é a ferramenta hábil para o controle das finanças. No mesmo sentido a Administração, que através de suas funções administrativas pode nortear o gestor familiar para que faça o monitoramento e gestão das finanças, e assim possa utilizar bem os recursos disponíveis e alcançar os objetivos desejados. O objetivo da Contabilidade é o de fazer uma avaliação econômica e financeira, já o da administração é o de se utilizar dos recursos da forma mais eficiente possível, a fim de se alcançar as metas planejadas. O orçamento doméstico pode tornar-se numa importante ferramenta no controle das finanças pessoais, assim como nos ramos empresarial e público, os respectivos orçamentos os são. Pesquisas demonstram que cada vez mais os brasileiros se endividam e deixam de pagar suas obrigações, pois corriqueiramente as pessoas esquecem-se de que alguns conhecimentos contábeis, administrativos e orçamentários poderiam contribuir muito no controle, ordem e equilíbrio de seus orçamentos. Dessa forma o gestor familiar deve estabelecer metas e planejar os resultados utilizando-se de uma ferramenta simples: Uma planilha orçamentária. Onde ele passa a relacionar todas as receitas e despesas. Com essa peça orçamentária em mãos seus usuários (a família) adquirem informações úteis e necessárias para a tomada segura de decisão. A Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) cabe perfeitamente como instrumento de planejamento e controle financeiro pessoal, com as devidas adaptações se torna uma arma poderosa em favor da saúde financeira das famílias.

(CONCLUSÃO) Ao elaborar o orçamento mensal de forma eficiente, utilizando-se de uma simples planilha orçamentária ou de forma mais elaborada uma DFC, controlam-se os gastos do período e planeja-se para os próximos exercícios, provisionando-se, assim, grande parte das despesas. Tudo isso evidencia que é possível utilizar-se dos demonstrativos e técnicas contábeis e administrativas na mensuração e controle do patrimônio familiar, na redução do endividamento e no planejamento financeiro para se atingir metas. Palavras-chave: Controle. Planejamento. Família.

LEI MUNICIPAL DE INCENTIVOS FISCAIS DJALMA MARANHÃO: ESTUDO DE CASO NA UNIMED NATAL

Autor(es):

Mônica Maria Alcântara de Lima: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Joana Darc Medeiros Martins

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O mundo corporativo exige das empresas uma gestão empresarial socialmente responsável, mas o empresário defronta-se com um campo adverso, que dificulta sua contribuição devido à elevada carga tributária. Assim, uma solução que atende, em parte às demandas sociais das empresas é a utilização dos Incentivos Fiscais à Cultura, que correspondem a uma renúncia fiscal das autoridades públicas às empresas para a aplicação em projetos artístico-cultural. O patrocínio cultural torna-se uma das estratégias mais eficazes de comunicação que as empresas têm lançado mão para atingir seus objetivos institucionais, promocionais e de relacionamento com seu público alvo. No município de Natal, pouco se comenta sobre os incentivos fiscais no âmbito da cultura e não existem bibliografias que tratem especificamente da utilização desses incentivos.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória, já que não existe no município de Natal bibliografia que trate especificamente das vantagens oferecidas pela lei Djalma Maranhão. Os procedimentos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, a partir das leis e resoluções vigentes acerca do assunto. A pesquisa é qualitativa, pois contribuirá para o processo de mudança quanto ao entendimento e utilização dos incentivos fiscais à cultura no município de Natal. A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, onde foi aplicado questionário contendo perguntas abertas na empresa UNIMED NATAL.

(RESULTADOS) Os resultados demonstraram que a empresa tomou conhecimento dos benefícios da lei Djalma Maranhão através dos próprios produtores culturais, que passaram a procurar a Unimed para apoiar seus projetos. Como se tratava de um fenômeno ainda muito novo avaliou os projetos e aprovou aqueles que tiveram interesse. Os motivos que levaram a utilizar os incentivos fiscais teve a finalidade de criar uma presença constante no quadro cultural do estado, patrocinando artistas, projetos e programas de diversos segmentos. Com os incentivos, a cooperativa entrou em segmentos onde anteriormente não tinham presença marcante. A equipe de contabilidade da Unimed Natal participa ativamente do planejamento, principalmente com a parte financeira. Vários projetos são feitos todo mês e para que todos possam entrar na programação, é necessário haver um alinhamento estratégico dentro da verba que tem disponível mensalmente. Já apoiaram artistas e músicos, projetos literários, culturais e desportivos. A Unimed Natal pratica responsabilidade social de várias formas, dentro e fora da empresa. A utilização da lei Djalma Maranhão surgiu como mais uma forma de exercer sua responsabilidade social empresarial. Os apoios advindos da lei de incentivo à cultura é uma forma de retribuir tudo o que a cidade do Natal e o Rio Grande do Norte já fizeram pela empresa.

(CONCLUSÃO) Conclui o estudo que, desde que começou a utilizar os incentivos para apoiar projetos culturais, a Unimed Natal tem mudado seu posicionamento estratégico, ainda que de forma branda. Passou a participar mais de projetos voltados à música bem estar, cultura e a utilizar esses aspectos da vida na divulgação, principalmente em redes sociais. Apesar de ser uma empresa com a finalidade de promover saúde, tem se mostrado uma empresa abrangente, aparecendo e atuando em diversos projetos e campanhas. Isso se deveu à iniciativa de utilizar a arrecadação do ISS para incentivar projetos culturais. O feedback da população tem sido positivo e consegue-se mostrar que é uma empresa que impacta positivamente na vida das pessoas, em todos os aspectos. Palavras-chave: Incentivos Fiscais. Marketing Cultural. Responsabilidade Social.

ORÇAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS PÚBLICAS: UM ESTUDO DE CASO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA/RN

Autor(es):

Rubens Lima de Figueiredo: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Ridivalvo Medeiros Alves de Oliveira

Instituição de Ensino: UNI-RN

Thereza Angélica Bezerra de Souza

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O orçamento público é um instrumento de planejamento, no qual são definidas as prioridades políticas de um governo. Todas as políticas públicas de uma cidade precisam estar previstas no orçamento público para que possam ser executadas, expresso em Lei nº 4.320/64. Assim, simultaneamente com essas atividades, o Estado exerce mais uma, a atividade financeira, que visa obter recursos, gerenciá-los e aplicá-los de acordo com a lei supracitada. A atividade financeira do Estado desenvolve-se, basicamente, em três áreas: a receita, ou seja, a obtenção dos recursos; a gestão, que é a administração não só desses recursos, como também de todo o patrimônio do Estado, e a despesa, que é a aplicação dos recursos no pagamento das verbas autorizadas no orçamento anual.

(METODOLOGIA) Foram aplicados questionários, no período de Agosto a Outubro de 2012, contendo 03 perguntas abertas e 08 fechadas a 17 deputados, correspondendo 85% da assembleia. Também a pesquisa foi classificada, quanto aos aspectos, na visão de Beuren (2009), como sendo qualitativa e quantitativa, para as perguntas fechadas serão utilizados percentuais e para as perguntas abertas serão expostas as opiniões dos próprios respondentes.

(RESULTADOS) foi aplicado um questionário de múltipla escolha aos Deputados Estaduais que são responsáveis pela aprovação do orçamento e prestação de contas públicas. No dia em que foi feita a pesquisa dos 24 deputados que trabalham na Assembleia Legislativa da cidade de Natal/RN somente 17 (equivalente a 85%) responderam ao questionário, portanto, 07 (equivalentes a 15%) alegaram que estavam muito ocupados, dos quais todas as questões foram respondidas. Quando foi questionado se os Deputados já desaprovaram algum orçamento/prestação de contas, todos responderam que NÃO. Quanto há análise de prestação de contas p Sr. Sempre reforma orçamento do projeto, todos responderam que SIM. E para finalizar foi questionado se houve alguma prestação de contas que veio com ressalva de TCE e mesmo assim houve aprovação do legislativo sem as devidas providências, todos disseram que NÃO. Quanto aos gêneros dos entrevistados, 3% são do sexo feminino e 97% do sexo masculino; Já no quesito idade, 10% responderam que estão entre 31 a 40 anos e 90% 41 a 50 anos; Sobre a escolaridade, 5% tem o Ensino Médio completo; 10% graduado; 70% pós-graduação e 15% mestrado/doutorado; e por fim, quando foi questionado sobre o tempo de legislatura, 40% tem 04 anos; 50% 08 anos e 10% acima de 08 anos, ou seja, já estão em seu segundo mandato.

(CONCLUSÃO) Este estudo possibilitou-nos ter um conhecimento maior da atual realidade da orçamento e prestação de contas públicas: um estudo de caso, mesmo com a certeza de que esta realidade é muito mais complexa do que este trabalho possa desvendar. Após a pesquisa realizada conclui-se que o Orçamento Participativo utilizado no Município de Natal detectou várias dificuldades na elaboração tais como: falta de um maior comprometimento do governo municipal, no que diz respeito as informações passadas pelos coordenadores responsáveis pela elaboração do Orçamento Participativo aos representantes da população de maneira transparente quanto as receitas previstas para determinados programas, além do alto nível técnico nas informações do ciclo orçamentário.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: UM ESTUDO SOBRE ADOÇÃO E PRÁTICA EM EMPRESAS DE ASSESSORIA CONTÁBIL DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Bruna Larissa Lima da Silva: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Gustavo Arruda Gesteira: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

João Paulo Nunes de Melo: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Nataly de Meireles da Silva: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Cásio Carlos Pereira Barreto

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Nos últimos anos o planejamento estratégico tem ocupado um espaço maior tanto nas instituições de ensino, como nas empresas, isso se dá em virtude da sua relevância nas tomadas de decisões das organizações. Este estudo tem como objetivo verificar quais conceitos do planejamento estratégico estão sendo aplicados nas empresas que oferecem assessoria contábil para as empresas dos mais diversos ramos de atividade do nosso estado, visto que a contabilidade é um instrumento de informação para a tomada de decisão das empresas, e caminha lado com o gerenciamento da informação.

(METODOLOGIA) O presente trabalho de pesquisa constitui-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, qual está objetivando através de estudos de natureza qualitativa e quantitativa. O questionário construído foi estruturado em um roteiro previamente elaborado, contendo perguntas fechadas e um campo aberto para apresentação de críticas e sugestões, aplicada mediante entrevistas, e também via e-mail, aos gestores de empresas de assessoria contábil. Este questionário foi utilizado anteriormente em uma pesquisa para fins de planejamento estratégico e obteve êxito, acrescentamos algumas questões e sugestões aos gestores. Selecionamos seis empresas do ramo de assessoria contábil do RN para aplicarmos o estudo.

(RESULTADOS) Os principais resultados obtidos na pesquisa de campo foram os seguintes: Identidade Organizacional – define como a empresa se comporta em relação ao estabelecimento de suas políticas organizacionais, identificamos que apenas 66,66% das empresas participantes possuem declaração formalizada de sua missão, as mesmas possuem conta com uma estrutura organizacional clara e definida, 66,66% afirmam definir de forma clara sua visão de futuro, 66,66% não estabelecem políticas organizacionais fundamentadas em crenças e valores. Quanto à importância de fazer planejamento estratégico, 100% das empresas afirmaram ser essencial para a conquista de objetivos futuros e considera o planejamento uma ferramenta indispensável para se manter no mercado, em relação a prática de elaboração do planejamento, 100% das empresas afirmam não elaborar formalmente. Essa informação é preocupante, visto que a formalização do planejamento é essencial para nortear as atividades da empresa. Apenas uma das empresas participantes afirmou que a elaboração do planejamento estratégico é contínua, e que revisa anualmente.

(CONCLUSÃO) O presente estudo nos oportunizou conhecer a adoção e a prática do planejamento estratégico nas empresas de assessoria contábil do Rio Grande do Norte, possibilitando responder ao problema configurado no que diz respeito aos conceitos e metodologias do planejamento adotado por estas empresas. Por meio da aplicação de pesquisa de campo, foi possível identificar a percepção dos gestores das empresas em relação à prática do planejamento estratégico, caracterizados através dos aspectos: identidade organizacional, análises de mercado, processo de avaliação e comunicação e inovação. De acordo com os resultados, é notório fragilidades no processo de gestão, principalmente no processo de elaboração do planejamento estratégico e no processo de comunicação, que mostrou em sua totalidade não ser adequado. Identificando-se a necessidade de melhoramento em suas ferramentas estratégicas para que se alcance o resultados ideal.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO SETOR FINANCEIRO

Autor(es):

Ana Geovana Ribeiro: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN
Karine Araújo Bastos: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN
Luzineide Oliveira Silva Inácio: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN
Pâmela Roberta Amorim de Lima: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN
Paulo Henrique Annes de França: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Cásio Carlos Pereira Barreto
Instituição de Ensino: UNI-RN
Roberto Davi Miranda da Costa
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente artigo tem por objetivo destacar a importância do planejamento financeiro nas organizações como ferramenta necessária ao crescimento, fortalecimento e existência. Ao estipular os objetivos da empresa, o gestor traça metas que deverão ser seguidas para que não falem recursos para a realização das operações. O planejamento define as linhas de investimento e financiamento da empresa. Para compreender o conceito de planejamento financeiro, fragmentou-se em planejamento e finanças. Conforme o dicionário, planejamento é traçar metas, elaborar planos direcionados a peculiaridades do projeto que se almeja por em prática. Já as finanças, pode-se dizer que são um método de administração dos recursos disponíveis, encaixando-se no meio empresarial ou particular, discutindo-se a distribuição e aplicação dos recursos, seja ele um salário de específica pessoa ou faturamento de uma organização. Ao juntar os dois conceitos, entende-se que o planejamento financeiro é o ato de estabelecer o modo pelo qual os objetivos financeiros podem ser alcançados. A presente análise descreve pontos relevantes ao processo de planejamento financeiro que contribuem significativamente para a empresa atingir seus objetivos da melhor forma possível

(METODOLOGIA) Como procedimentos metodológicos, foi realizada a leitura de autores recomendados e elaboração de uma base teórica, seguido de uma entrevista feita no setor financeiro de uma empresa de contabilidade privada para que fossem obtidas algumas informações em relação ao planejamento estratégico, onde foi colocado em questão da utilização do plano estratégico financeiro, como ferramenta utilizada na gestão empresarial.

(RESULTADOS) A partir da pesquisa, pôde-se concluir, que o plano estratégico financeiro, bem elaborado permite otimizar e racionalizar o uso dos recursos disponíveis, visando a fornecer um instrumento aos gestores empresariais para que avaliem a eficiência de sua administração e considerando os fatores internos e externos que podem interferir em sua gestão.

(CONCLUSÃO) O assunto abordado no artigo é, atualmente, uma condição essencial para alavancar o sucesso empresarial. Não existe mais lugar para a improvisação na empresa. É preciso ser profissional, identificar e até mesmo prever dificuldades existentes num empreendimento e formular uma política empresarial que atenda a todos estes fatores levando a empresa a ter um crescimento sustentável. O planejamento financeiro possui uma série de pontos a serem analisados à administração financeira, os quais são de extrema importância para a elaboração do mesmo e necessário para dar mais segurança quanto a sua eficácia, os quais estão o planejamento financeiro a longo prazo, planejamento financeiro a curto prazo, planejamento de fluxo caixa, e um dos mais importantes, o planejamento do lucro, dentre outros a serem mencionados. O mesmo deve ser cautelosamente analisado e discutido entre os envolvidos até que se chegue a um senso comum. O processo não deve ser uma atividade mecanizada, apesar dos avanços da tecnologia que trouxeram uma agilidade indiscutível ao processo com o uso, por exemplo, de planilhas eletrônicas e gráficas estatísticas. Tornou-se um requisito de suma importância para que os planos financeiros da empresa obtenham um desempenho eficaz e um papel relevante para o funcionamento e prosperidade da organização, tornando assim a empresa mais segura e estável dando maior liquidez em suas operações financeiras e um maior prestígio com relação as concorrentes.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: CONSTITUÍ-LO REFLETE NO PRESENTE PERSPECTIVAS PARA UM FUTURO PROMISSOR

Autor(es):

Arivan Cavalcante Moreira: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN
Felipe Gomes de Freitas: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN
Ivanildo Praxedes dos Santos: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN
Sharly Soares Sales: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Cásio Carlos Pereira Barreto
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Vivemos em um ambiente extremamente dinâmico onde ocorrem constantes mudanças. A todo o momento surgem novos mercados, tecnologias, produtos e clientes cada vez mais exigentes. Tornou-se indiscutível e imprescindível o uso do planejamento estratégico nos ambientes Interno e Externo. Através da elaboração e implementação do planejamento estratégico se tem uma concepção dos caminhos mais adequados para se chegar aos objetivos e alcançar a missão de uma organização. Obtidos, de dados sobre a capacidade de atendimento, da oferta e demanda dos serviços prestados, do grau de satisfação dos públicos focados para as empresas que são: os Clientes, os Fornecedores, os Distribuidores, os Acionistas etc. A necessidade do PE consiste na formulação de meios para explorar as oportunidades, evitar as ameaças e eliminar as fraquezas. Haja vista a integração no âmbito geral de todos os setores da empresa, focando no delineamento dos objetivos e maximização de resultados.

(METODOLOGIA) Foi feita uma revisão bibliográfica em livros, periódicos e em endereços eletrônicos das áreas de administração e contabilidade no tocante ao planejamento estratégico, além de se utilizar de estudos de casos que contemplaram a citada ferramenta como instrumento de alavancagem organizacional. O qual proporcionou discernimento para elaboração deste referido trabalho.

(RESULTADOS) Fundamentou-se de forma teóricas com base nas percepções dos autores, que permitiu identificar de maneira sistematizadas a todos os conceitos e premissas. O que foi percebido com as leituras feitas, a análise dos estudos de caso, dos sites, etc? O PE é válido? É útil? Como é útil? E é aplicável?

(CONCLUSÃO) O objetivo da pesquisa foi demonstrar a relevância do planejamento estratégico para o "desenvolvimento organizacional". A forma que Prioriza a assiduidade e criatividade dos projetos inovadores, descentralizando as viabilizações de investimentos em produtos e serviços, equilibrando os recursos: financeiros, tecnológicos e humanos, permanecendo em constantes processos de mudanças dos setores. Permitindo identificar e monitorar as variáveis que influenciam na competitividade e produtividade que afetam a desempenho da empresa que contribui para alcançar os fins, objetivos e metas. O PE influencia no desempenho das organizações, com praticas de ações conscientes e racionais, melhorando o relacionamento com seu ambiente interno e externo, aumento da capacidade gerencial para tomar decisões, promovida e proporcionada por uma visão coletiva. E assim, transformando as ideias em realidades, definindo exatamente quais propósitos e os objetivos a serem seguidos, que refletiram no presente perspectivas para um futuro promissor.

PROCESSO DE PLANEJAMENTO EMPRESARIAL

Autor(es):

David Carlos Pereira dos Santos: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Elisiane Borges de Oliveira: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Eroniza Tavares Brasil: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Grazielle Mayara Silva Rocha: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Lidiane Carine Ferreira Dias: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Cásio Carlos Pereira Barreto

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho traz algumas abordagens acerca do Planejamento estratégico bem como das suas características e objetivos. Sabemos que este é um processo que visa contribuir e buscar orientações e caminhos que ajudem às empresas a modificar, melhorar ou fortalecer a sua posição no meio empresarial. É um instrumento de apoio à gestão com o objetivo de desenvolvimento futuro da empresa. O planejamento estratégico deve ser elaborado e posto em prática através da direção da empresa onde irá observar alguns aspectos como: missão, política, estratégias empresariais, etc. Deve estabelecer e delinear um plano que pode ser adequado a cada unidade de negócio, obedecendo à cultura organizacional de cada negócio.

(METODOLOGIA) O trabalho foi desenvolvido através de pesquisas eletrônicas, em artigos, dissertações, onde o foco foi a dificuldade nas micro e pequenas empresas, abordando experiências práticas. Foram feitas reuniões de grupo para leituras e discussões sobre o assunto abordado, levantando situações e questionamentos para elaboração do trabalho. Realizamos visitas junto ao SEBRAE para coletar informações, e através do acompanhamento do professor orientador.

(RESULTADOS) Hoje o planejamento estratégico vem sendo utilizado em diversas empresas, não mas importante o tamanho e o porte, devido o dinamismo e facilidade com que as informações estão para quem as consulta. Sendo assim nosso trabalho pretende mostrar um pouco sobre a importância do plano estratégico e levar a compreensão que o mesmo irá ajudar a desenvolver inicialmente o planejamento gerencial, logo em seguida, após a organização da empresa buscando através do planejamento estratégico desenvolver novos objetivos e conquistar novas metas. O equilíbrio no planejamento estratégico tem uma enorme influencia no resultado da empresa, onde não se deve desviar de um objetivo pulverizando diversas possibilidades e diminuindo o resultado final. As grandes empresas têm certa vantagem sobre as médias e pequenas, devido ao controle gerencial já esta bem desenvolvido, onde as decisões são mais descentralizadas havendo uma menor concentração na tomada de decisão. O administrador de empresas médias e pequenas já tem uma tendência a querer centralizar todas as funções em uma só pessoa prejudicando a iniciativa para uma melhoria como o planejamento estratégico para novas idéias.

(CONCLUSÃO) Diante do exposto podemos perceber que trata-se de uma tema de grande relevância para as empresas como também para as demais organizações, pois envolve aspectos de grande relevância que podem afetar diretamente sua atividade. Nesse sentido, este tema está voltado para o futuro do negócio, para as metas e missão. Com isto ela alcançará seus objetivos, eficiência, eficácia e sua sobrevivência.

OS PROBLEMAS ENFRENTADOS NA ADMINISTRAÇÃO DOS FUNDOS FINANCEIRO E PREVIDENCIÁRIO DO IPERN

Autor(es):

Cláudia Raissa Correia Garcia: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Em 1888 foi criada a primeira legislação, onde foi regulamentado o direito a aposentadoria e pensão no Brasil (MONTEIRO, 2012). E com a finalidade de assegurar aos seus beneficiários os meios indispensáveis de manutenção por motivo de morte daqueles de quem dependiam economicamente, bem como a prestação de serviços que visem à sua proteção de sua saúde e concorram para o seu bem-estar" (art. 1º, in fine, Lei nº 2.778/62, em 1962 surgiu o IPERN (Instituto de Previdência do Estado DO Rio Grande do Norte) com a lei nº 2.728, sendo sede e foro no Estado do Rio Grande do Norte. Contudo, as vantagens de se ter uma administração própria, são varias, como poupança interna para o município porque os recursos não se destinam a abater o déficit do INSS; é um instrumento de ação que permite a alocação de recursos no mercado financeiro local; e permite que se tenha poder de representação, com fiscalização e acompanhamento da destinação dos recursos (SILVERIA, 2010).

(METODOLOGIA) A pesquisa se trata de um estudo de caso, pois serão estudados fatos relacionados ao IPERN/RN. Quanto aos objetivos, classifica-se como descritiva e exploratória, pois apresentará dados específicos do estado do Rio Grande do Norte/RN, tais como: histórico, aspectos econômicos e financeiros, e documentos cedidos pelo órgão IPERN, entre outros. Quanto aos procedimentos será uma pesquisa bibliográfica para construção do referencial teórico. A coleta de dados se deu através de um questionário não estruturado contendo 06 perguntas abertas e 06 fechadas aplicados com o gestor e com os funcionários. Foram também aplicados questionário, contendo 06 perguntas fechadas com os clientes no período de 4 dias, sendo conseguido uma amostra de 34 clientes, a fim de buscar informações sobre o respeito e o atendimento dirigidos a estes . Quanto a abordagem a pesquisa é classificada como sendo quantitativa, pois se utilizará de dados numéricos para responder algumas questões e qualitativa por expressar a opinião dos respondentes em relação as perguntas abertas.

(RESULTADOS) No presente estudo pode-se verificar que o RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) é de suma importância para o Estado, no entanto, inicialmente não existia tanta fiscalização a respeito dos fundos desta previdência, no começo, devido a isso foi gerado um grande rombo na previdência, pois o dinheiro era desviado e utilizado para outros benefícios, e sendo investido de forma errada, entre outros pontos, com isso o fundo financeiro do IPERN (Instituto de Previdência do Estado), se manteve sempre com um grande déficit. Feito uma análise dos últimos 10 anos pode-se verificar que houve um déficit no total de R\$ 1.507.525.521,47, e apenas em 2011 que teve um superávit de 34.047.445,23, apenas da uma diminuída quando o governo repassa o valor para cobrir o mesmo. Com base nisso surgiu a necessidade de criar um novo fundo, onde fosse mas amarrado e não tivesse brechas para desvios, o Fundo Previdenciário, onde no momento tem sua receita bem elevada por quase não ter despesas, sua receita é totalmente capitalizada prevendo que em 2035, terá um fundo bastante enriquecido para começar a pagar os aposentados e para que não ocorra o mesmo que o anterior.

(CONCLUSÃO) a

BALANCED SCORECARD NA PERSPECTIVA DO CLIENTE INTERNO: UM ESTUDO DE CASO DA AMIL-NATAL.

Autor(es):

Celly Cristina Lopes dos Santos: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A globalização e o avanço tecnológico trouxeram consigo grandes mudanças na economia mundial, como consequência disso surgiu a necessidade das organizações estarem cada vez mais comprometidas com a busca de maior competitividade, traduzida em ganhos de produtividade e melhoria de qualidade, fazendo com que o pensamento fosse voltado para a rentabilidade e não mais lucratividade. A alta competitividade exige o abandono da utilização de largas margens de lucro para garantir a sobrevivência empresarial através do giro das vendas, ou seja, ganhar menos, porém, mais vezes. Portanto, além da natural necessidade que se faz presente nas empresas, de se manterem em constante crescimento, as empresas devem analisar tanto a rentabilidade quanto à satisfação dos clientes internos e externos e considerar nesta busca, o processo interno como base de apoio para a mudança. O Balanced Scorecard, ao agregar em um único sistema a perspectiva financeira, perspectiva dos clientes, do processo interno e de crescimento e aprendizado, disponibiliza um sistema de informações que reflete, via indicadores e sob quatro enfoques, a real situação da empresa, permitindo realizar mudanças essenciais na forma como a empresa se via ou gerenciava.

(METODOLOGIA) Para atingir os objetivos propostos na pesquisa, desenvolveu-se um estudo teórico de natureza descritiva, de modo a conhecer os aspectos da empresa a ser estudada, demonstrando seus principais dados. Em relação aos procedimentos de busca, são empregadas as pesquisas bibliográficas e de coleta de dados como formulação de hipóteses e de estatística, de entrevistas e formulários, além de tabelas e gráficos se configurando em um estudo de caso.

(RESULTADOS) Após o trabalho de análise da pesquisa realizada pôde-se observar que com relação aos seus concorrentes a empresa se manteve como a primeira colocada em apuração média de vendas (em R\$) de seus produtos apesar de configurar a segunda posição em quantidade de novos clientes e também em ticket médio (R\$). A empresa Amil-Natal também ficou com a primeira posição quanto ao faturamento e participação no mercado, responsável por 39% do total.

(CONCLUSÃO) Analisando as causas e feitos do Balanced Scorecard na empresa Amil-Natal, constatou-se que o mercado de planos de saúde está com forte concorrência e que as empresas que não utilizarem desses métodos de gestão de negócios poderão ficar para trás, pois as mesmas não competem apenas entre si, mas também com a satisfação do cliente externo e órgãos reguladores responsáveis pelo controle de seus serviços. Diante dos resultados, pôde-se observar que os indicadores Financeiros e de Clientes são muito importantes para a sua atuação no mercado; que a perspectiva dos Processos Internos auxilia no aperfeiçoamento das operações da empresa e a perspectiva do Aprendizado e Crescimento identifica as necessidades dos colaboradores e o tipo de treinamento a ser adotado, entre outras medidas. Conclui-se que a utilização do Balanced Scorecard como instrumento de gestão auxiliará a empresa no mercado como também os colaboradores dentro da mesma. Ao trabalhar os indicadores financeiros e não financeiros, a Amil-Natal deixará de focar apenas o retorno de sua proposta de vendas para focar a continuidade de seu negócio, a conquista e retenção de seus clientes e a satisfação de seus funcionários.

A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO NA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RN

Autor(es):

Irandir Dantas Bezerra: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Augusto Cesar Rebouças de Brito
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A contabilidade constitui uma ciência de registro dos fatos empresariais que subsidia as empresas com as informações comparando o bom desempenho de suas atividades. O estudo avalia as demonstrações financeiras da companhia de água e esgoto da cidade do Natal/RN com o objetivo de fornecer informações numéricas da situação da empresa estruturando a mesma a tomada de decisão. Justifica-se a pesquisa em função da sua importância, cujas evidências são claramente demandadas pela eficiência que a contabilidade exerce no dia-a-dia da empresa, onde a função do contador torna-se fortemente definida nos relatórios contábeis do balanço de 2009 a 2011.

(METODOLOGIA) O estudo se trata de um estudo de caso, pois foram analisados fatos relacionados apenas com o município em questão tendo como principal objetivo apresentar dados específicos do município de Natal/RN. O presente estudo foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica.

(RESULTADOS) A pesquisa que o início da contabilidade surgiu com o cálculo que registrava o somatório e diferença iniciando a então figura do contador que passou a desenvolver análises financeiras passando a registrar, mensurar e evidenciar todos os fatos primordiais das empresas o contador passar a ser figura principal para tomada de decisão, indispensável, pois o profissional devidamente habilitado no conselho de classe direciona a empresa a tomar decisão, em relação à atuação do contador a área financeira e de grande importância, pois fornece informações básicas ao usuário como demonstrações, lançamentos tomada de decisão os empresários, contadores, administradores, acionistas, tem como obrigação manter seus dados resultados parciais regular em função de legislação com objetivo registrar o faturamento de determinada empresa. Capacitado o contador analisar e registra os índices contábeis como principal fonte de alavancagem e faz a comparação com padrão que permite verificar o melhor índice e a média melhor de rentabilidade para a garantir um bom lucro operacional essas receitas operacionais são registrados e documentados em livro diário que registra todas as transações ocorridas. Os requisitos dos livros empresariais são autenticados pela junta comercial. O presente estudo se restringe um limite legal máximo dentre estes os anos estudados foi observado em seu ativo e Passivo um faturamento total em 2009- R\$ 780.438.068, em 2010- R\$ 803.473.676 , 2011 - R\$ 758.447.961 verifique que 2011 houve uma ligeira queda desse percentual de um ano ao outro. Já a análise de seu Fluxo de caixa nas respectivas datas citadas teve um percentual de 62% Positivo Prejuízo Líquido por ação do capital social no fim do exercício de um ano para outro 0,0006% o contexto operacional da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN tem documentado saldos positivos.

(CONCLUSÃO) A contabilidade é a ciência aplicada a avaliações de informação que têm por finalidade registrar, mensurar e evidenciar fatos contábeis. A evolução do capitalismo vem exigindo mudanças contínuas na gestão empresarial, a qual demanda novas formas de atuação da contabilidade, principalmente relacionadas à análise de desempenho da empresa, para todos os níveis de organização, desde a microempresa até as médias e grandes empresas. Portanto, a contabilidade deve acompanhar o processo evolutivo da gestão empresarial, o que exige novos conhecimentos do contador, principalmente relacionados à análise de conjuntura e de indicadores de desempenho que levam a avaliar a rentabilidade da empresa.

A ÉTICA DA EVASÃO FISCAL: UM ESTUDO COMPARATIVO DE PROFISSIONAIS E ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNI-RN

Autor(es):

Thiago Teixeira da Silva: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

José Emerson Firmino

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) No estudo da evasão fiscal existem dados importantes que investigam o problema partindo de uma abordagem ética. O Brasil tem sido alvo de questionamentos e objeto de estudo por diversas ciências, pesquisadores não só ligados às áreas de contabilidade, mas também ligados à área de economia, administração e direito apontam carência no tema das questões tributárias. O presente estudo utilizou um questionário com informações relevantes para apontar análise na cidade do Natal em uma instituição de ensino superior com finalidade de ter o posicionamento ético de profissionais e estudantes da área de Especialização em Gestão Fiscal e Tributária no Estado do Rio Grande do Norte. Uma ampliação da amostra é necessária para que as conclusões possam ser entendidas.

(METODOLOGIA) O presente estudo foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, consultas a trabalhos científicos, dados disponíveis em livros na internet com posterior análise dos mesmos. Foi utilizada coleta de dados por meio de questionário direcionado aos estudantes e profissionais pós-graduados da UNI-RN.

(RESULTADOS) A pesquisa confirma que o setor fiscal tem sido alvo de questionamento em diversas áreas. O presente estudo aponta dados importantes em relação ao tema evasão fiscal e tributária. Em relação ao tema estudado, diversos pontos interessantes foram citados para futuras investigações, pois faz referência ao meio ilícito de que forma essa linha de pensamento deva tomar diversas visões encontradas por profissionais da área. O tema tem sido objeto de estudo visando à necessidade de aprofundamento deste. Segundo alguns autores o tema é de fundamental importância para o direito tributário. A análise dos dados revela que além de profissionais da área de negócios, os brasileiros tendem há não levar há tributação como prioridade. Além disso, o contribuinte é considerado alguém perfeitamente amoral, que toma decisões unicamente em função das conseqüências em sua renda.

(CONCLUSÃO) O Direito tributário é o conjunto de princípios e normas que regulam a convivência social, de forma coercitiva tendo por finalidade dar origem às principais fontes jurídicas relativas às leis no sentido jurídico consideram-se ato ilícito praticado antes do surgimento do fato gerador ato formal e substancialmente legítimo. Há elisão fiscal tem com a finalidade de evitar a incidência tributaria ou diminuir o tributo a fim de evitar ou retardar o pagamento de tributo. Já evasão fiscal o nosso objeto de estudo é o descumprimento da obrigação tributaria.

O RELACIONAMENTO EMPRESARIAL E A NOVA FASE DA PROFISSÃO CONTÁBIL

Autor(es):

Gonzaga Lira Dantas: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Cásio Carlos Pereira Barreto
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Ao longo dos tempos, as pessoas consideradas sábias influenciavam seus povos com orientações e procedimentos, ou seja, uma forma primitiva de aconselhar. E nos dias de hoje, chamamos esse aconselhamento de consultoria. Com o avanço da tecnologia e a rapidez de fluxo das informações, o profissional contábil entra numa nova fase, ou seja, consultores contadores. Por isso, é de extrema importância que os profissionais de contabilidade possam se adaptar às mudanças e estar mais próximo da realidade do seu cliente, através do estreitamento das relações empresarias, com objetivos de ouvir as necessidades, orientar, agregar novos valores e apontar soluções para os problemas enfrentados cotidianamente pelos empresários, pois contratam a atividade profissional não somente obrigações burocráticas que são exigidas pelo governo, mas para norteá-lo às decisões. E a partir desse novo papel, o profissional poderá agregar novos serviços de acordo com os anseios de seus clientes. O bom relacionamento empresarial é o principal diferencial de um profissional. Este conceito precisa ser praticado de forma em estabelecer aproximação com a realidade do cliente, para que possa visualizar suas necessidades e propor as melhores soluções. Com isso, abre a possibilidade da avaliação direta dos serviços prestados (feedback) pelo profissional, fidelizando o cliente de forma plena.

(METODOLOGIA) Coletadas informações de pesquisa de satisfação do cliente, experiência de ter fundado um setor de relacionamento com o cliente numa empresa de contabilidade e agora como visão de um empresário contábil. Então houve um roteirização das idéias para elaboração do artigo de acordo com a minha própria experiência prática das situações em que o profissional de contabilidade em sua relação com o cliente.

(RESULTADOS) Varias correntes de pensamento sobre o assunto destacam o novo papel do profissional da contabilidade de acordo com os assuntos pesquisados sobre o tema, pois dentre eles agora está mais debatido é que o contador deve deixar a antiga imagem de peça de uso do fisco para se dedicar a realidade das empresas.

(CONCLUSÃO) Hoje, muito ainda se confunde o papel da profissão contábil com a figura de um mantenedor das informações para o fisco, ou seja, apenas de assuntos relacionados a áreas legal e tributária. Ainda mantendo uma visão arcaica que o contabilista ainda é considerado de "DARFISTAS", pois a nova fase da contabilidade contraria todo o pensamento antigo da imagem do contador, mas com a Globalização há países que já mudaram esses conceitos, pois já tem esse profissional como agregador de conhecimento.

A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE, SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS

Autor(es):

IranDir Dantas Bezerra: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Alúísio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A contabilidade é uma ciência milenar que vem atravessando a história do tempo e sendo confirmada como uma atividade técnica, científica e jurídica para toda a sociedade do planeta. A pesquisa tem por objetivo descrever a evolução história da contabilidade, a situação atual e suas perspectivas. Justifica-se o estudo, considerando a importância da contabilidade na sociedade contemporânea e seus avanços científicos nos tempos atuais.

(METODOLOGIA) O estudo foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisados conteúdos de autores renomados da ciência contábil, destacando-se Antônio Lopes de Sá, autor de renomados livros e pesquisador credenciado, com ênfase para o livro História Geral da Contabilidade no Brasil. As abstrações obedeceram a lógica da pesquisa bibliográfica, ressaltando-se as categorias, leis e teorias da ciência contábil.

(RESULTADOS) A pesquisa confirma que o setor contábil já tinha grande importância desde o século XVIII segundo Antônio Lopes de Sá (História Geral da Contabilidade no Brasil p.23) seus princípios utilizados eram precários, mas de grande influência, sendo contabilizado por período dessa técnica surgiu o cálculo que registrava o somatório e diferença iniciando a então figura do contador que passou a desenvolver análises financeiro passando a registrar, mensurar e evidenciar todos os fatos primordiais das empresas o contador passar a ser figura principal para tomada de decisão, indispensável, pois o profissional devidamente habilitado no conselho de classe direciona a empresa a tomar decisão, em relação à atuação do contador a área financeira e de grande importância, pois fornece informações básicas ao usuário como demonstrações, lançamentos tomada de decisão os empresários, contadores, administradores, acionistas, tem como obrigação manter seus dados resultados parciais regular em função de legislação com objetivo registrar o faturamento de determinada empresa. A contabilidade constitui uma ciência de registro dos fatos empresariais que subsidiar as empresas com as informações comparando o bom desempenho de suas atividades.

(CONCLUSÃO) A situação atual da contabilidade é de avanços de conteúdos e de formas de análise, destacando-se novos estudos na área tributária, comercial, gerencial, custos e demais segmentos do mundo empresarial e institucional. A contabilidade é a ciência aplicada a avaliações de informação que têm por finalidade registrar, mensurar e evidenciar fatos contábeis. A evolução do capitalismo vem exigindo mudanças contínuas na gestão empresarial, a qual demanda novas formas de atuação da contabilidade, principalmente relacionadas à análise de desempenho da empresa, para todos os níveis de organização, desde a microempresa até as médias e grandes empresas.

PLANEJAMENTO EM GESTÃO HOSPITALAR

Autor(es):

Gustavo Henrique da Silva: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Lília Débora Araujo do Nascimento: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Ronalicy Rebouças de Oliveira Saraiva: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Cásio Carlos Pereira Barreto

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O objetivo da presente pesquisa foi apresentar os principais aspectos associados à gestão da qualidade na área hospitalar

(METODOLOGIA) . Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e interpretativa.

(RESULTADOS) O sucesso de um estabelecimento hospitalar pode estar relacionado a uma infinidade de fatores como, por exemplo, o seu aspecto físico, políticas de recursos humanos, corpo de colaboradores, qualidade do serviço prestado, clima organizacional, estratégia adotada, localização física, etc. Para que os esforços de pesquisa pudessem ser orientados de forma mais eficiente, observamos que muitos dos fatores críticos de sucesso na gestão hospitalar estariam relacionados aos desafios enfrentados atualmente pelos hospitais, às estratégias adotadas, à forma de implementação dessas estratégias e às tecnologias de gestão empregadas. Como objeto desse artigo científico, vamos citar a Clínica Pedro Cavalcante que através do seu modelo de gestão tornou-se uma referência na área médica. A Clínica Pedro Cavalcanti foi fundada em 1986 na cidade de Natal/RN é referência de qualidade tecnológica em Otorrinolaringologia, reconhecida internacionalmente e, através dos seus clientes, foi apontada por diversas vezes como a clínica médica mais lembrada, nos prêmios: Top Natal e Marcas que Marcam nos anos de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009. A partir de 2009, a clínica consolidou-se como Hospital-Dia, oferecendo uma completa infraestrutura e a utilização de tecnologia de última geração para a realização de procedimentos de baixa e média complexidade. Foi constatado que a clínica vem oferecendo um diferencial no seguimento de saúde, focando suas atividades na especialidade de otorrinolaringologia. Formando profissionais de diversas partes do país sendo reconhecido pelo MEC e Associação Brasileira de Otorrinolaringologia, em convênio com a UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – HUOL Hospital Universitário Onofre Lopes com o programa de Residência Médica há mais de 10 anos. Além disso, a empresa tem adotado esforços para diferenciar o seu atendimento na área proporcionando mais comodidade aos seus pacientes. Todos esses pontos de gestão fazem levar sua excelência em elevado índice de qualidade, competência e estabilidade no seguimento hospitalar. As principais conclusões foram que a clínica pesquisada adotou o sistema de gestão da qualidade como estratégia para estabelecimento de vantagens competitiva e que para isso foram realizados planejamentos estratégico e operacional.

(CONCLUSÃO) As principais conclusões foram que a clínica pesquisada adotou o sistema de gestão da qualidade como estratégia para estabelecimento de vantagens competitiva e que para isso foram realizados planejamentos estratégico e operacional. Esse trabalho, a partir de sua publicação, poderá contribuir para o desenvolvimento de outros artigos relacionados ao segmento de saúde, utilizando sistemas de gestão da qualidade. Beneficiando não só a si, mas também aos usuários dos sistemas de saúde.

GERENCIAMENTO DE FINANÇAS PESSOAL

Autor(es):

Andréa Calina de Oliveira Sampaio: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Deyse de Carvalho Leite: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Eneldisa Pereira do Nascimento: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Igor Judson de Lima Teixeira: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Kedijane Ferreira da Silva: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Roberto Davi Miranda da Costa

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Qual a importância da economia financeira pessoal e como fazer? Demonstrar a importância da Educação financeira, dando informações para auxiliar as pessoas no controle sobre as finanças pessoais. De acordo com pesquisas e visitas a sites, comprava-se que embora convivan-se em sociedade, recebemos uma informação formal em maior ou menor grau a baixo, a qual nos auxiliam na compreensão de conhecimento de mundo, porém no que se refere ao tema abordado quase sempre não está englobado na educação. Isso faz com que se tenha dificuldade de lidar com o dinheiro e sabe-se administrá-lo. Ocasionalmente um descontrole no orçamento financeiro pessoal. Diante disso seria importante que fosse inserido na educação como disciplina educacional tanto no ambiente familiar como no escolar, essa atitude agregaria ao ser humano uma alta gestão financeira mais equilibrada.

(METODOLOGIA) Optou-se pela escolha de pesquisa em órgãos pertinentes, possibilita a mensuração das opiniões descritas na pesquisa permitindo apresentar precisamente características de uma situação. Para este estudo será realizada uma amostra do tipo probabilista aleatória simples, onde os elementos da amostra serão escolhidos de forma aleatória. Os dados serão coletados através de questionário estruturado, com perguntas fechadas, a serem aplicadas junto ao público-alvo da pesquisa

(RESULTADOS) • Diagnosticar o grau de dificuldade das pessoas em gerenciar sua vida financeira; • Identificar o grau de conhecimento para a elaboração de tal informação, • Identificar a necessidade de cada um;

(CONCLUSÃO) Este estudo trará à tona a grande importância da necessidade da reorganização financeira. Outro fator importante e a diminuição que irá ser notado após a análise feita sobre os custos e despesas, onde será possível identificar. Assim, este estudo pretende avaliar e diagnosticar o grau de dificuldades dos indivíduos com seus próprios orçamentos financeiros. CONIC ALUNO: IGOR, KEDJANE, ANDREA CALINA. ORIENTADOR: Roberto Davi TEMA Gerenciamento de finanças pessoal PROBLEMA Qual a importância da economia financeira pessoal e como fazer? OBJETIVOS OBJETIVO GERAL Avaliação de um controle financeiro pessoal, passar informações de como reorganizar a vida financeira. OBJETIVOS ESPECÍFICOS • Diagnosticar o grau de dificuldade das pessoas em gerenciar sua vida financeira; • Identificar o grau de conhecimento para a elaboração de tal informação, • Identificar a necessidade de cada um; JUSTIFICATIVA Este estudo trará à tona a grande importância da necessidade da reorganização financeira. Outro fator importante e a diminuição que irá ser notado após a análise feita sobre os custos e despesas, onde será possível identificar. Assim, este estudo pretende avaliar e diagnosticar o grau de dificuldades dos indivíduos com seus próprios orçamentos financeiros. METODOLOGIA Optou-se pela escolha de pesquisa em órgãos pertinentes, possibilita a mensuração das opiniões descritas na pesquisa permitindo apresentar precisamente características de uma situação. Para este estudo será realizada uma amostra do tipo probabilista aleatória simples, onde os elementos da amostra serão escolhidos de forma aleatória. Os dados serão coletados através de questionário estruturado, com perguntas fechadas, a serem aplicadas junto ao público-alvo da pesquisa. .

CUSTOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL: ESTUDO DE CASO DE UMA CONSTRUÇÃO EM PARCERIA

Autor(es):

Allan Sayure de Azevedo Barbosa: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Para o sucesso de um empreendimento é fundamental o estudo de viabilidade Econômica. Tendo em vista as novas dimensões do mercado e das diretrizes da Globalização existe a necessidade de dominar com segurança as finanças do empreendimento. Isso demanda uma metodologia capaz de gerar informações de qualidade, de relevância e em tempo hábil para as tomadas de decisão. Entende-se que para a sobrevivência e permanência competitiva das empresas no mercado é necessário que estas integrem o processo de gestão da empresa ao processo de gestão de custos. Recentemente no Brasil o mercado de construção civil foi impulsionado pelo apoio do governo federal através do programa minha casa minha vida que investe mais de 40 bilhões em projetos de construção civil que visam melhorias na área de infraestrutura, saneamento e moradia. Facilitando dessa forma a população de baixa renda a comprar a sua casa própria e ajudando as construtoras e incorporadoras a maximizar seus lucros.

(METODOLOGIA) O tipo de pesquisa utilizada para elaboração do trabalho foi basicamente a pesquisa bibliográfica, uma vez que, foram utilizados livros, sites, artigos de periódicos e informações disponibilizadas na internet.

(RESULTADOS) Luzivalda Apud Hansen e Mowen (2003) O objetivo da Gestão Estratégica de Custos é reduzir custos enquanto, simultaneamente, fortalece a posição estratégica escolhida. Ressalvamos ainda, que uma vantagem competitiva está amarrada aos custos. Logo, não é viável uma empresa buscar vantagem competitiva sem tratar dos custos que ela incorre.

(CONCLUSÃO) No mercado atual de construção civil, a concorrência cada vez maior e o número de empresas que declaram falência por investirem em um empreendimento que não deu certo ou que não teve o retorno esperado só aumenta. Leva as empresas a se aprimorarem e investirem em uma forma de controlar os custos ponto fundamental. Nessa área já que o preço de venda é determinado pelo mercado a única solução para maximizar os lucros e diminuindo os custos, entretanto para ser reconhecida no mercado essa redução de custo não pode interferir na qualidade do produto final. Contudo é notório a importância da contabilidade aliada a gestão da empresa, o empresário que investir em métodos de controle contábil dos custos para tomar decisão certamente terá uma poderosa arma para ter sucesso na construção civil. Além disso, é preciso ficar atento às mudanças do mercado e procurar fazer o produto que o público-alvo precisa sempre passando confiança e qualidade para os seus clientes. Esse é o segredo do sucesso.

A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL INTELECTUAL: ESTUDO NA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE.

Autor(es):

José Costa Soares Júnior. Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Verifica-se que nas últimas décadas o Capital Intelectual passou a ser percebido como um elemento essencial, que auxilia organizações a obterem diferencial competitivo. Portanto, este estudo é de vital importância no sentido de demonstrar a evolução do capital intelectual dentro da Polícia Militar do RN, propondo ideias que gerem uma melhor alocação do Capital Intelectual nos órgãos de direção.

(METODOLOGIA) Para atingir os objetivos, foram utilizadas pesquisas bibliográficas. A pesquisa teve caráter exploratório, tendo como universo a PMRN e amostra os militares dos órgãos de direção da corporação. Foi utilizado o estudo de campo, sendo aplicados questionários junto à organização. Os dados coletados foram tabulados no Excel.

(RESULTADOS) Os resultados obtidos indicaram que a instituição não incentiva seus colaboradores a qualificar-se, e que não há espaço para discussão sobre a importância da qualificação, não existindo preocupação por parte dos superiores com o aproveitamento do Capital Intelectual existente. Porém 54% disseram que se sentem reconhecidos por seus superiores e 91% dizem ter um bom relacionamento com os mesmos. Verificou-se que a instituição não possui políticas de formação para seus funcionários, e que a mesma não os incentiva na continuação dos estudos. Verificou-se também, que a instituição não incentiva sugestões ou projetos que visam o desenvolvimento intelectual dos colaboradores, e que em sua grande maioria não avalia o desempenho de seus funcionários e não realiza pesquisas para verificar como está o crescimento intelectual dos mesmos. A grande maioria de 85% respondeu que instituição não possui plano de carreira. Porém, verificou-se que 95% procuraram se qualificar com meios próprios e se julgam capazes de exercer funções ou cargos de maior responsabilidade.

(CONCLUSÃO) Verificou-se através dos questionários aplicados que apesar da instituição não incentivar seus colaboradores, houve um aumento do capital intelectual, uma vez que eles procuraram por meios próprios se qualificarem. Observa-se um aumento no nível de escolaridade, onde tínhamos colaboradores com até 1º grau que era de 5%, foi reduzido para 2%, aqueles que tinham 2º grau eram 38% reduzindo para 25%, aumentando o número daqueles que tinham 3º grau eram 57% passando a 74%. Conclui-se então que as turmas mais novas de colaboradores que tem de 1 a 5 anos de serviço, detêm um maior nível intelectual, pois 44% estão cursando ou cursaram 3º grau, número superior a outras turmas de maior tempo de serviço e em virtude deste nível intelectual são maioria no serviço administrativo nos órgãos de direção, porém, não são aproveitados no quadro de oficiais administrativos existente na PMRN.

IMPACTOS DA REAVALIAÇÃO E DO IMPAIRMENT NA CONTABILIDADE PÚBLICA

Autor(es):

Fábio Silva da Costa: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Nessa pesquisa foi abordado também a aplicabilidade desses dois métodos no Setor Privado e no setor público Tendo como enfoque um comparativo da aplicabilidade desses dois métodos nos dois setores normatizado pela lei 11638/2007 e NBCASP respectivamente abordando a extinção do método de reavaliação no setor publico devido manipulação de informações trazendo vantagens para as empresas maquiando as demonstrações contábeis e a continuidade da realização desses métodos no setor publico Desta forma o presente estudo busca verificar os possíveis impactos que os métodos de reavaliação e impairment causa aos imobilizados do setor publico. Para obter os resultados serão analisados dados referente depreciação, teste de recuperabilidade, demonstrações contábeis, despesas públicas como também, analise sobre resposta coletadas através de questionários com os contadores do setor publico do estado do RN.

(METODOLOGIA) O estudo trata-se de uma pesquisa de Campo e Descritiva pois alem de observa os fatos nos locais onde eles ocorrem ou seja indo ate os profissionais da área para obter mais informações sobre o tema e buscando técnicas de entrevistas como questionários formulários procedimentos de amostragens etc Quanto a abordagem a pesquisa é qualitativa

(RESULTADOS) O presente estudo foi realizado em órgãos do setor publico como prefeituras, tribunais, secretarias dentre outros com o objetivo de evidenciar os possíveis impactos que a convergência das normas contábeis as normais internacionais introduzidas pela NBCASP e pelo IFRS trouxe para os setores através das mudanças propostas por essas novas normas Através de questionário aplicados nos órgãos públicos, onde 77,8% tem uma graduação 87,5% dos órgãos possui contadores efetivos em , em quanto 12,5% não possui 50% dos seus contadores tem uma maior preocupação nas multas, que podem vim a ocorrer em caso de atrasos ,16,7% tem uma preocupação nas padronização das demonstrações contábeis, 33,3% acreditam que a maior preocupação é com relação a coerência e instrução aos funcionários com relação as novas normas Com relação a capacitação dos profissionais as novas normas, 50% dos entrevistados responderam que sim, foram feitos cursos, treinamentos e outras atividades para prepara-los a essas mudanças, e 50% dos entrevistados responderam que não foi realizado nenhum tipo de treinamento para prepara-los a nova norma Já com relação a fiscalização, 100% dos entrevistados acreditam que a forma de fiscalização será realizada através de auditoria externa e visitas de fiscais nos órgãos

(CONCLUSÃO) Apos toda as analise e levantamentos de dados concluímos que os metodos de impairment e reavaliação causam grandes impactos nas operações contabeis dos orgãos publicos devido dificuldade encontradas na sua implantação Apos a convergencia das normas de contabilidade as normas internacionais os orgãos vem buscando se enquadrar nessa nova realidade Alem disso os contadores do setor publico vem encontrando dificuldades na realização da reavaliação nos seus bens 60% dos contadores questionados afirmam terem dificuldades na aplicação desse metodos Segundo eles as maiores dificuldades são na periodicidade da realização desse método nos procedimentos adotados já que depende de um julgamento utilizando conhecimentos tecnicos trazendo uma subjetividade muito grande com relação aos resultados obtidos Desta forma a questão de multas tambem traz grandes preocupações aos orgãos ja que devido as dificuldades encontradas na aplicação desses metodos trazem uma grande duvida se os órgãos conseguiram se adaptar as novas normas

O PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL SEGUNDO A LEI 10.931/04

Autor(es):

Raiane Naiara Oliveira de Moura: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Augusto Cesar Rebouças de Brito

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Com o aumento constante da globalização e o progresso das grandes cidades, vem surgindo também o aumento da urbanização, e o campo imobiliário têm crescido significativamente, grandes e pequenas construtoras estão surgindo, aumentando a concorrência nesse ramo de negócios. A atividade imobiliária no Brasil tem efeito multiplicador positivo na economia do país, manifestando-se principalmente na geração de novos empregos formais absorvendo mão-de-obra de baixa qualificação, pelo baixo impacto na balança comercial, pelo pouco uso de materiais importados, e pela expressiva participação no PIB nacional. Com o surgimento de novas construtoras e a crescente competitividade, vieram também as falências, citando como exemplo a Encol que era a maior incorporadora e construtora do Brasil que faliu na segunda metade da década de 90, suas dificuldades começaram em 1995 chegando a decretar falência em 1999, acabando com o sonho de 42.000 famílias de adquirir o seu imóvel e acarretando um grande impacto social e econômico para o país, mas esse não foi um fato isolado, pois existiam á época muitas incorporadoras em situação similar, as empresas alegam que um grande entrave para um maior direcionamento de um volume maior de crédito voltado para a habitação, são os elevados riscos nas operações de crédito imobiliário, dentre eles a necessidade de maior segurança na alocação de recursos, sem desvios para outras finalidades.

(METODOLOGIA) A metodologia procura estabelecer regras básicas a fim de produzir um novo conhecimento e corrigir e integrar conhecimentos já existentes. De acordo com OLIVEIRA (1999), a metodologia estuda os métodos de investigação ao pensamento correto e do pensamento verdadeiro, e procura estabelecer a diferença entre o que é verdadeiro e o que não é, entre o que é real e o que é ficção. A metodologia procura juntar evidências, baseadas apenas em experiências, mensuráveis, para muitos autores o método científico nada mais é do que a lógica aplicada à ciência. Com a aplicação de hipóteses para se verificar a falsidade ou a veracidade da mesma, para então se chegar ao resultado proposto. Como todo trabalho de pesquisa científico deve ser baseado em um tipo de pesquisa, o presente trabalho será baseado na pesquisa exploratória, com base em um estudo de caso, com uma abordagem qualitativa, na construtora Villas Boas localizada na cidade de Natal/RN

(RESULTADOS) A coleta de dados foi feita através de um questionário aplicado ao gestor, e de análise das demonstrações contábeis.

(CONCLUSÃO) O objetivo do presente trabalho foi verificar se a opção do Patrimônio de afetação é vantagem para a empresa. A respeito da satisfação do cliente, notou-se que a maioria deles não tem conhecimento desse regime, e que ficaram satisfeitos em saber que com ele estão mais protegidos em relação ao seu investimento. O presente trabalho mostra que o regime de afetação satisfaz tanto as incorporadoras, com aos clientes, e que poderia se tornar obrigatório nos empreendimentos imobiliários.

ANÁLISE DE CRÉDITO: AVALIAÇÃO DOS INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO PROCESSO DE CONCESSÃO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO

Autor(es):

Talita Kelly Soares de Lima: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O Tema em estudo apresenta a importância da análise de crédito no processo de concessão de crédito em uma determinada instituição financeira, mais especificamente em uma Cooperativa de Crédito, pois nesta análise será possível identificar as reais condições das empresas/clientes e se os mesmos possuem idoneidade e capacidade financeira suficiente para amortizar a dívida que se pretende contrair, bem como mitigar os riscos inerentes a concessão através da avaliação de instrumentos como a utilização dos C's do crédito, método credit scoring, podendo assim chegar a uma decisão segura por partes dos gestores e analistas de crédito. O processo de análise de crédito é muito utilizado em Instituições financeiras, segundo Schrickel, (2000, p 11) "tanto as pessoas, quanto as empresas, estão continuamente às voltas com o dilema de uma equação simples: a constante combinação de recursos finitos com o conjunto de imaginações e necessidades infinitas". Devido à estabilidade econômica, diminuição das taxas de juros, o aumento de renda e conseqüentemente a ascensão das classes sociais percebe-se que atualmente houve uma facilidade na forma de conceder crédito aos usuários, isto é, os limites, muitas vezes, não condizem com a renda do cliente. Com isso, cresce a possibilidade de inadimplência. Assim o trabalho objetiva analisar os instrumentos que auxiliam na concessão do crédito em uma Cooperativa de Crédito.

(METODOLOGIA) Se fez necessário a realização de pesquisa bibliográfica utilizou-se principalmente das contribuições de vários autores como Adriano Blatt: Fraudes e golpes em crédito e cobrança e outros estelionatários que afetam nosso cotidiano (Editora Printed, São Paulo, 2000) e Wolfgang Kurt Schrickel: Análise de Crédito. Concessão e gerência de empréstimos (Editora Atlas, São Paulo 2000), dentre outros para dar embasamento ao tema em estudo. Além disso, realizou-se uma pesquisa classificada como descritiva e exploratória. No que concerne à coleta de dados, foram aplicados 15 questionários com perguntas abertas e fechadas, junto aos analistas de crédito e consultores da cooperativa estudada. Os dados foram tratados quantitativamente através da tabulação simples, com o uso do Excel e qualitativamente por meio das respostas obtidas nas entrevistas. Se configurando um estudo de caso.

(RESULTADOS) Através da pesquisa realizada observou-se que o credit scoring é uma ferramenta muito importante para dar suporte e agilizar o processo de concessão mais isoladamente não seria tão eficaz, é necessário que os C's do crédito sejam analisados de acordo maioria dos analistas o principal C é o caráter e em segundo lugar a capacidade, sendo mais importante o relacionamento do cooperado com a cooperativa do que até mesmo uma garantia real (colateral).

(CONCLUSÃO) Diante do levantamento realizado, constatou-se que devido a cooperativa ser muito tradicional e conservadora os analistas ainda levam em consideração os C's que dizem respeito aos aspectos pessoais, são aprovadas operações mesmo com risco elevado somente devido ao fato dos cooperados/clientes, terem um histórico familiar de bom relacionamento com a cooperativa. Já para cooperados que não tem esse bom relacionamento o C mais exigido é o colateral. Podemos concluir que na cooperativa isso seja uma troca, fazendo jus à essência do cooperativismo.

DIREITO

XII

CONIC

2012

Educação, saúde e desenvolvimento humano

25 a 27 de outubro

Ciência e Desenvolvimento Humano

Congresso de Iniciação Científica do UNI-RN chega à décima segunda edição baseado na tríade Educação, Saúde e Desenvolvimento Humano

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.



UMA ANÁLISE DA JURISDIÇÃO SIMBÓLICA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Autor(es):

João Henrique Tavares Lopes Cardoso: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Fabio Fidelis de Oliveira
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Muito se vem discutindo a respeito da jurisdição constitucional, principalmente do chamado ativismo judicial, politização da justiça e da judicialização da política, como se tudo significasse uma só coisa. Proponho que além deste tipo de desdiferenciação do sistema jurídico há um outro que denominei, a partir do conceito de A Constitucionalização Simbólica de Marcelo Neves, de Jurisdição Simbólica. Objetivo analisar (possíveis) casos de jurisdição simbólica no Supremo Tribunal Federal e quais são suas consequências para o Direito, isto é, se há um atentado, neste tipo de jurisdição, contra a autopoiese do sistema jurídico que é diferenciado funcionalmente.

(METODOLOGIA) Utilizei como método de abordagem o indutivo, partindo da pesquisa de julgados do Supremo Tribunal Federal (STF). Para tanto, destaquei como campo específico para a presente pesquisa o caso do julgamento a respeito da criação do Instituto Chico Mendes, que considero um exemplo-forte, em razão do seu alto grau de “politização”. Assim, parti da análise deste julgado para ir, posteriormente, a observação da Jurisdição Simbólica. A perspectiva com a qual abordo meu objeto é a Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann. De modo que, sendo coerente com o enfoque adotado, faço uso dos conceitos de sistema e autopoiese; enquanto que de Marcelo Neves adotarei seu significado de simbólico.

(RESULTADOS) Acredito que ocorreram casos no âmbito do Supremo Tribunal Federal de jurisdições simbólicas, isto é, de jurisdições que não são pautadas pelo código do sistema jurídico lícito/ilícito nem pelos critérios e programas deste, haja vista que nessas decisões vemos uma alopoiese do direito, que passa a ser decidido pelos códigos de outros sistemas alheios ao jurídico, sendo eles principalmente os da moral (bem/mal), política (poder/não poder), economia (lucro/prejuízo), amizade (amigo/inimigo), dentre outros. Analisei prioritariamente a apreciação feita pelo STF em relação à lei que criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), tendo a Corte inicialmente entendido a inconstitucionalidade parcial da lei e um dia depois mudado de posicionamento, julgando, agora, que considerava constitucional a criação do Instituto. Tal mudança repentina, única na história jurisdicional do STF, se deveu a algum fator jurídico ou se trata de elementos alienígenas ao Direito? Para mim, se trata de uma ‘colonização’ do jurídico pelo político, contribuindo negativamente para a continuidade autopoietica do sistema jurídico.

(CONCLUSÃO) Este trabalho buscou oferecer sua singela contribuição para o estudo da jurisdição constitucional. Dentro de uma panaceia e intrincamentos confusos de conceitos, busquei diferenciar uma jurisdição simbólica de uma jurisdição ativista. Para tanto, apresentei o caso do julgamento do STF a respeito da criação do Instituto Chico Mendes, que enquadrei na espécie de jurisdição-álibi. No enfoque de um aspecto negativo, vejo que a jurisdição simbólica, na medida em que de jurídico só tem a sua aparência, contribui deveras para o destrutivo processo de desdiferenciação funcional do sistema jurídico, o que vai contra todo o desenvolvimento histórico que foi preciso para o Direito poder apartar-se do quadro de dependência legítima pela religião, depois pela política e por fim pela economia, até se diferenciar funcionalmente e se tornar um sistema parcial do sistema social.

ARG - ASSISTENTE DE ARGUMENTAÇÃO

Autor(es):

Nailton Gomes Silva: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

José Eduardo de Almeida Moura

Instituição de Ensino: UNI-RN

Kaio Alencar de Azevedo Dantas

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A teoria do direito contemporânea apresenta como um de seus problemas fundamentais o rigor e a consistência da produção do conhecimento jurídico e da aplicação do direito positivo. Dentre as correntes do pensamento que buscam soluções apropriadas situam-se as teorias da argumentação. Aliás, considera-se a argumentação como o coração do fenômeno jurídico, pois a fundamentação, em regra, assume o papel de referência para validar e permitir o controle da atividade judicante. Ou seja, é por meio da argumentação que se produz o conhecimento jurídico em teorias, teses, pedidos e/ou determinações. Ademais, é perturbador que um argumento ou raciocínio mal elaborado possa ser o suficiente para condenar alguém a penas severas ou prejudicá-lo grave e irreversivelmente. É necessário saber reconhecer argumentos artificiosos, maliciosos, falaciosos, para, então, solapá-los. Igualmente, é preciso entender o que significa argumentar e ter a capacidade de diferenciar opinião de fundamento. Nesta perspectiva e na tentativa de consolidar resultados de pesquisas anteriores e integrar conhecimentos extraídos das áreas do saber do direito, lógica, argumentação e informática pensou-se e fora desenvolvido o ARG – um sistema de informação para auxiliar na construção crítica de argumentos, acreditando-se na ideia de um sistema de informação capaz de introduzir e/ou auxiliar alguém a pensar criticamente e a argumentar bem. Assim, neste trabalho, quer-se apresentar o sistema construído.

(METODOLOGIA) Para o desenvolvimento de um sistema de informação dessa natureza, foram adotados como referências teóricas fundamentais a teoria de argumentação de S. Toulmin e os esquemas de argumentação de D. Walton, C. Reed e F. Macagno. Justifica-se a opção por Toulmin devido à aplicabilidade de sua teoria aos argumentos jurídicos, permitindo estruturá-los e compreender os elementos que os compõem. Quanto ao Walton, seu estudo dos esquemas de argumentação e seu compêndio de falácias permitem observar os cuidados para construir argumentos efetivamente bons. Para delimitar um objeto de estudo mais específico fora realizado um recorte de investigação, selecionando o direito penal e dezesseis sentenças condenatórias de varas criminais da comarca de Natal-RN para compor o material empírico. A tecnologia aplicada no desenvolvimento foi selecionada para a construção de um sistema de arquitetura web com código fonte público, estando-o acessível por qualquer dispositivo eletrônico com acesso à rede mundial de computadores.

(RESULTADOS) Atualmente, através da ferramenta desenvolvida, é possível: a) ter um perfil para armazenar argumentos e constituir um catálogo pessoal; b) visualizar argumentos através de um histórico ou individualmente; c) acompanhar os argumentos de outros usuários; d) obter auxílio para compor (bons) argumentos e para aprimorá-los; e) aprender o básico de uma teoria de argumentação; f) conhecer os principais esquemas de argumentos; g) aplicar os esquemas de argumentos para aprimorar um argumento; h) receber e fornecer avaliações de argumentos; i) estimular e ser estimulado a argumentar; e j) encontrar bons argumentos.

(CONCLUSÃO) Por fim, apresenta-se e disponibiliza-se o sistema desenvolvido que ainda está em fase de testes, tentando de algum modo inovar e contribuir para a formação de estudantes do curso de direito e/ou com quem quer que tenha interesse. Espera-se, futuramente, através da análise da qualidade da ferramenta, estudar quais suas implicações e melhorá-la qualitativa e quantitativamente na medida em que os usuários apontarem critérios sobre sua utilidade e funcionalidade.

NECESSIDADE/UTILIDADE DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA ASSISTIR OS BACHARELANDOS DO CURSO DE DIREITO

Autor(es):

Nailton Gomes Silva: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

José Eduardo de Almeida Moura

Instituição de Ensino: UNI-RN

Kaio Alencar de Azevedo Dantas

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Qualquer profissional do direito, sem ressalva, deve, obrigatoriamente, saber fundamentar. Isto é, contemporaneamente, não há lugar para o profissional do direito, seja ele um advogado, promotor, juiz, desembargador, ministro ou doutrinador que não saiba expressar suas conclusões e justificá-las. Ou seja, é estritamente necessário possuir, além do pensamento crítico, a habilidade de desenvolver raciocínios, pois, apenas desta maneira, o profissional jurídico poderá contribuir na edificação de um direito consistente, amadurecido e que pode ser constantemente atualizado e racionalmente controlado. Ressalta-se ainda que na base da formação destes profissionais estão os acadêmicos do curso de direito, o que torna imprescindível um estudo sobre a capacidade de fundamentar desses estudantes. Por oportuno, este trabalho constitui um recorte de pesquisa que pretende investigar a necessidade e utilidade de um sistema de informação para auxiliar na compreensão de uma teoria de argumentação, no armazenamento e produção de argumentos jurídicos. Nesta perspectiva, pretende-se investigar se os bacharelandos em direito possuem conhecimentos mínimos em argumentação e se eles consideram útil um sistema de informação que contribua em sua formação em argumentação.

(METODOLOGIA) Para a sondagem dos acadêmicos do curso de direito e diante da necessidade de um recorte específico - em razão da dimensão do objeto de estudo -, abordaram-se os alunos da Cadeira de Direito Penal IV do UNI-RN, turmas matutinas A e B, ministrada pelo Professor Sandresson Menezes, dos quais 31 (trinta e um) participaram. Foi desenvolvido um questionário com 18 (dezoito) questões, das quais 3 (três) constituíam o teste de conhecimentos mínimos em argumentação. Pretendia-se que o aluno verificasse se no texto apresentado havia um argumento e, existindo, definisse sua qualidade. Aspirava-se, também, averiguar, sob a ótica do acadêmico, a utilidade de um sistema de informação para auxiliá-lo na compreensão de uma teoria de argumentação e produção de argumentos.

(RESULTADOS) Após o processamento dos questionários, foram verificados, entre outros resultados, que: a) 94% dos acadêmicos acreditam que as teorias de argumentação exercem um papel relevante na produção do conhecimento jurídico; b) 90% acreditam que por meio da análise dos argumentos de uma decisão judicial pode-se definir sua qualidade; c) 17% conhecem ou usam alguma teoria de argumentação; d) 42% atendem as expectativas em identificar argumentos; e) 17% atendem as expectativas em avaliar argumentos; f) 81% acham útil um sistema para auxiliar na compreensão de uma teoria de argumentação; e g) 97% acham útil um sistema para estimulá-los a argumentar.

(CONCLUSÃO) Finalmente, diante dos resultados obtidos, pode-se observar a necessidade e utilidade de um sistema de informação para assistir os bacharelandos do curso de direito, em especial os que foram examinados, na aprendizagem em argumentação, seja para identificar, avaliar e/ou produzir argumentos jurídicos.

A INVIOLABILIDADE DE SIGILO DE CORRESPONDÊNCIA NOS PRESÍDIOS: UMA BREVE ANÁLISE NORMATIVA SOBRE A POSSIBILIDADE DA QUEBRA DE SIGILO NO SISTEMA CARCERÁRIO.

Autor(es):

Juliana Falluh Fuerte: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Sandresson de Menezes Lopes
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O objetivo do artigo científico em questão é trazer uma análise sobre o preceito constitucional que se refere à inviolabilidade de correspondência (artigo 5º, XII, CF) e sua aplicação no âmbito do sistema carcerário, focando questões como: Será adequado aplicar a norma em sua literalidade dentro dos presídios? Caso a norma não seja aplicada literalmente haverá o enfraquecimento da Carta Magna? Até que ponto os direitos do encarcerado devem ser preservados? O que deve prevalecer, a segurança pública ou o direito do apenado, já que ambos estão na órbita dos direitos fundamentais? É possível que os criminosos se beneficiem do instituto previsto na Constituição para a prática de atividades ilícitas? O artigo foi dividido em quatro capítulos, com o intuito de facilitar o entendimento dos principais pontos de estudo, que são, a origem dos direitos e garantias fundamentais, os preceitos constitucionais relacionados ao tema central, a interpretação literal do art. 5º, XII, CF, e as consequências que ela pode trazer, o conflito entre direitos fundamentais, o confronto entre a segurança pública e o direito à intimidade do encarcerado e por último o princípio da proporcionalidade, a fim de determinar quando e como a norma deve ser aplicada no sistema carcerário, pois através da ponderação entre valores é possível apontar em quais casos o sigilo da correspondência deve prevalecer.

(METODOLOGIA) Foram utilizados como método de pesquisa as fontes bibliográfica e documentais, trazendo a apreciação de outros preceitos constitucionais e normas infraconstitucionais, além de entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, de modo a complementar o entendimento sobre a questão da viabilidade ou não do sigilo das cartas na esfera prisional. Também foi trabalhado o conhecimento empírico adquirido através do contato com os apenados no ambiente forense e de informações veiculadas na mídia, procurando-se extrair elementos adequados para o desenvolvimento do tema.

(RESULTADOS) Ao analisarmos a questão da inviolabilidade do sigilo de correspondência (art. 5º, XII, CF) no sistema carcerário, pudemos refletir, através dos pontos de vista doutrinário e jurisprudencial, que a lei não deve ser interpretada em sua literalidade, tratando-se de norma relativa, pois se assim fosse, o meio de comunicação favoreceria a prática de ilícitos, servindo o dispositivo constitucional como meio de resguardar os responsáveis por tal prática criminosa. Sendo assim, apesar de encontrarem-se no rol dos direitos e garantias fundamentais, tanto a inviolabilidade do sigilo de correspondência, como a honra e dignidade do preso, entre outros mencionados ao longo da obra, é adotada pela doutrina majoritária e pelos Tribunais Superiores o entendimento de que deverá prevalecer o interesse público, em detrimento do privado, ou seja, é mais importante que se preserve a segurança pública do que a intimidade do apenado. Porém, é necessário que seja usado o princípio da proporcionalidade, para que tal intervenção por parte do Estado não se torne arbitrária, ponderando-se os valores e no caso concreto determinando quando a interceptação se faz imprescindível. O princípio pode ser observado nas normas infraconstitucionais citadas, que permitem que a autoridade interfira quando julgar conveniente.

(CONCLUSÃO) Por fim, chega-se ao pensamento de que o sentenciado tem seu direito fundamental de inviolabilidade de sigilo de correspondência preservado, porém suscetível de intervenção, a fim de evitar o cometimento de delitos e resguardar a segurança pública.

A PIROTECNIA NAS OPERAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Autor(es):

Anna Karinna Cavalcante da Silva Castro: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Daniela Freire de Araujo: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Larissa Maciel Fernandes: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN
Vanessa Pessoa da Rocha Aires: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Sandresson de Menezes Lopes
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Os excessos recorrentes cometidos pelo Ministério Público, sozinho ou em conjunto com a polícia judiciária, em processos de investigação, viraram alvo de críticas contundentes em vários âmbitos. Muitas vezes resultando em grave lesão a direitos individuais e fundamentais, sob o “argumento” da supremacia do interesse público, essas ações vêm provocando reações da sociedade e dando causa a iniciativas como projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional e ADI no STF para limitar o poder do MP e criminalizar, punindo com rigor os abusos cometidos por seus agentes.

(METODOLOGIA) Analisamos o procedimento do parquet em algumas operações e confrontamos com Direitos Fundamentais em espécie que estão sendo violados e desrespeitados. É nítida a atração do Parquet pela convocação da imprensa para acompanhar prisões preventivas e temporárias e buscas e apreensões de pessoas suspeitas ou investigadas. Momento em que os promotores ganham holofotes e expõem seus acusados à execração pública antes mesmo do devido processo legal e contrariando a presunção de não-culpabilidade, expresso no art. 5º, LVII.

(RESULTADOS) As operações do MP seguem rito quase padrão: Iniciam sigilosamente investigações que podem durar anos, com quebras de sigilos telefônicos e de comunicação; Solicitam ao Judiciário, apontando indícios e possível autoria, prisões e buscas e apreensões; Pedem levantamento do sigilo e “vazam” as operações para que a imprensa acompanhe as prisões e buscas; Enquanto presos os acusados, convocam entrevistas coletivas e anunciam sua versão dos fatos. Na nossa visão, esse procedimento “padrão” viola não apenas a norma constitucional da presunção de inocência, mas também um dos princípios mais importantes consagrados com o Estado Democrático de Direito: o devido processo legal, que pressupõe respeito ao direito do contraditório e ampla defesa, ao direito ao juiz natural, ao direito a não ser processado e condenado com base em prova ilícita e ao direito de não ser preso senão por determinação da autoridade competente e na forma estabelecida pela ordem judicial.

(CONCLUSÃO) Não dá para fechar os olhos diante dessa forma de agir nas operações de investigação criminal do MP. Com nomes chamativos comparados a um produto de marketing; Convocação de imprensa para cobertura de prisões e buscas; Entrevistas coletivas para apresentar indícios e, por vezes, entregar áudios de conversas telefônicas frutos de interceptações que devassam a vida íntima de investigados, expondo intimidades que nada têm a ver com instrução criminal, as operações shows precisam ser reavaliadas, tanto pelo parquet, quanto pela sociedade e autoridades competentes. O Brasil não quer a volta do Estado de Exceção com todos os poderes concentrados nas mãos de alguns. Mesmo que esses alguns sejam pessoas que agem em nome da lei. A separação dos poderes é o freio! Não deve o MP investigar, acusar, divulgar sua versão para influenciar a opinião pública, pressionar o judiciário tentando vincular o juiz à sua versão, expor pessoas investigadas à condenação antecipada e achar que tudo faz parte de suas prerrogativas, sem admitir responsabilidades e punições. A Constituição que criou o MP como fiscal da lei e da sua execução, tornou essencial o seu vínculo indissociável ao primado da lei. Isso significa zelar pela lei e também estar vinculado a ela, e não acima dela. Promotores são homens e não super-heróis ou deuses. Por isso também estão sujeitos ao erro. Cautela é melhor que sensacionalismo, quando vidas estão em jogo.

ADOÇÃO NO BRASIL - EFEITOS PESSOAIS E PATRIMONIAIS PARA O ADOTADO

Autor(es):

Clarisse Kaline Batista Dantas: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Lorena Carvalho Leite: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN
Luana Medeiros Gurgel de Faria: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Maria das Graças Miranda Monte de Araújo: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Nicole Carvalho Leite: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Gabriella Simonetti Meira Pires Barbalho
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O instituto da adoção no Brasil é visto sob vários aspectos; sabe-se, no entanto, que ele é um ato jurídico complexo e que estabelece vínculo de filiação para o adotado. Embora as causas sejam diversas, não se pode distinguir os laços existentes entre os filhos biológicos e os adotivos, os chamados “filhos do coração”, em relação a seus pais. O vínculo parental é o mesmo, apesar de um decorrer da própria natureza humana e o outro ser oriundo da natureza jurídica.

(METODOLOGIA) Em nosso país existem várias modalidades de adoção, como a prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, que obedece a cadastro previamente catalogado com nomes de pretensos adotados e adotantes, a intuitu personae, a adoção por estrangeiros, a de casais homoafetivos, a tardia, a singular ou conjunta, a póstuma, e a chamada “adoção à brasileira”, esta última não prevista no Código Civil ou no ECA, mas muito comum ainda na atualidade.

(RESULTADOS) Sabemos que hoje a adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres em relação aos adotantes e aos irmãos que por acaso existam, desligando-o de qualquer vínculo com os pais e parentes, mantendo-se tão-somente os impedimentos matrimoniais. A adoção, portanto, supõe a integração plena do adotado à nova família, exatamente por essa ruptura que se dá com os parentes de sangue, já que os pais biológicos perdem qualquer direito que até então tinham sobre ele, não sendo mais detentores do poder familiar em relação àquele filho a partir do momento em que ele foi adotado por outrem. No dizer do jurista Sílvio Rodrigues, “o vínculo é absoluto entre o adotado, o adotante e a família deste”, não havendo qualquer diferença entre o filho adotivo e o biológico. O adotado passa a ter direito, inclusive, a nova certidão de nascimento, com o nome da família que o adotou, e pode até ter seu prenome alterado, desde que ainda não tenha idade para se identificar com o nome pelo qual era conhecido até então e isso não lhe traga qualquer tipo de incômodo ou insegurança. Quanto aos direitos patrimoniais, não há dúvida de que o adotado passa a ter todos, em caso de morte de seus ascendentes após a adoção. Inclusive na adoção póstuma, se a pessoa antes de morrer tiver manifestado, explícita ou tacitamente, a sua intenção de adotar, o adotando terá todos os direitos sucessórios garantidos.

(CONCLUSÃO) No que diz respeito aos adotantes, eles assumem, em plenitude, a posição dos pais biológicos, passando a responder civilmente pelos atos do novo filho. Cabe-lhes o dever de educá-lo, prover-lhe o sustento e manter vigilância, dando-lhe amor, afeto, além de tratá-lo do mesmo modo com que trata os filhos biológicos, se os tiver, ou como os trataria, se eles existissem. Assim, resta a certeza de que o adotando tem que levar muito a sério suas novas responsabilidades, que serão para sempre; ele passará a ter uma postura de pai biológico em relação àquela criança ou àquele adolescente que, mesmo não tendo o seu sangue, vai fazer parte de sua família e cujos laços vão se perpetuar no tempo. É imprescindível, portanto, que os pais adotivos se disponham a receber o novo filho com o coração preparado para as alegrias advindas da paternidade/maternidade, mas conscientes também de que chegam com ele também todos as suas deficiências e defeitos, suas marcas indeléveis, seus genes biológicos e tudo o que mais vier. A adoção tem que ser, sobretudo e principalmente, um ato do mais puro amor!

AS ATENUANTES NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

Autor(es):

José Gustavo Alves Ferreira: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Marina Fernandes de Moura: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Sandresson de Menezes Lopes

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Na prática da atividade jurídica nos deparamos com inúmeras questões controversas e entendimentos opostos sobre determinado assunto. A redação legal, algumas vezes abre margem a mais de uma interpretação, em outros casos a discussão é gerada por argumentos que fogem a interpretação do dispositivo legal e defendem posicionamentos de autoridade provenientes de doutrinadores clássicos. Diante da necessidade de um posicionamento no caso concreto, acaba ganhando grande importância e força os precedentes jurisprudenciais. Ocorre que as relações sociais são extremamente dinâmicas e exigem uma adaptação constante das normas jurídicas. Muitas vezes a norma até se modifica, mas os posicionamentos e os entendimentos amplamente difundidos apresentam uma grande resistência à modificação. É o que ocorre com a súmula 231 do Superior Tribunal de Justiça, a qual possui a seguinte redação: “A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal”. Uma súmula representa a consolidação do entendimento de um tribunal acerca de determinado tema já discutido e defendido. É uma uniformização de entendimento, por meio do qual o tribunal antecipa aos litigantes qual o posicionamento será adotado para determinada matéria caso um feito que a aborde chegue até ele. Todavia, da mesma forma que as normas, os entendimentos também devem evoluir. Bem como a súmula é apenas a exteriorização do entendimento de determinado tribunal não ficando os demais julgadores adstritos aos seus termos. Embora, muitos se sintam vinculados a esses entendimentos, em especial diante de temas controvertidos.

(METODOLOGIA) Este trabalho de cunho acadêmico foi baseado em pesquisas bibliográficas e jurisprudenciais, assim como o contato com profissionais da área que possibilitaram o levantamento de dados importantes para o desenvolvimento do estudo.

(RESULTADOS) Diante do pesquisado, verificou-se que, a sociedade e o direito passaram por uma série de mudanças que não foram absorvidas pelos tribunais pátrios, em especial diante de mudanças legislativas, sem que houvesse a respectiva atualização do entendimento jurisprudencial, o qual continua apegado ao tradicionalismo e ao argumento de autoridade. Os precedentes e entendimentos sumulados, ainda que não vinculantes, são utilizados de forma automática, em substituição a carga argumentativa que exige uma decisão judicial, o que traz comodismo ao magistrado que se ver em meio a um número cada vez maior de litígios e a imposição de metas que buscam em rápida solução das demandas, assim, todas as súmulas acabam por possuir um efeito vinculante, ainda que consuetudinário, muitas vezes deixando de lado as particularidades do caso concreto, ensejando decisões que fogem ao senso de equidade e vão de encontro com vários preceitos e princípios constitucionais, deixando de lado a própria ordem constitucional, na busca pela resolução do maior número de processos, sem que ocorra, necessariamente, a resolução do maior número de litígios.

(CONCLUSÃO) Diante de todo o apurado, percebe-se uma grande valorização ao entendimento dos “tribunais superiores”, dispensando os magistrados de discorrerem uma fundamentação detalhada de acordo com as particularidades pertinentes a cada caso, na busca pelo cumprimento das metas de celeridade que são impostas por órgãos como o Conselho Nacional de Justiça- CNJ, percebendo-se grande apego ao tradicionalismo e ao argumento de autoridade, impondo nos dias atuais os entendimentos e objetivos ultrapassados, perpetuando uma jurisprudência anacrônica e que não mais se amolda a atual redação legal.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E INFORMAÇÃO SOB A ÓTICA DO DIREITO PENAL

Autor(es):

José Gustavo Alves Ferreira: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Marina Fernandes de Moura: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Sandresson de Menezes Lopes

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente artigo tem como objetivo estabelecer uma reflexão, análise e crítica acerca do instituto da Liberdade de Expressão e Informação, ambos direitos e garantias constitucionais, quando confrontados com outros fundamentos de igual ou superior hierarquia constitucional, a título de exemplo, o respeito à vida, dignidade da pessoa humana, entre outros. Este sob a ótica penal. Para isso, traçam-se os conceitos e origens dos respectivos institutos, com o fito de se estabelecer o necessário conhecimento dos referidos institutos para, a partir daí, efetuar a valoração e crítica a que esse estudo se propõe. O artigo parte da premissa da qual se tem como fundamento basilar a todo comportamento e respectiva sanção, os Direitos Humanos reconhecidos estes na dignidade da pessoa humana. De tal forma, através desse confronto, busca-se verificar as hipóteses nas quais o direito à liberdade de expressão e informação encontra os seus limites no ordenamento jurídico e sendo resposta afirmativa, se o direito penal é um instrumento eficaz e suficiente à imposição dessas restrições, sem que, com isso, venha a se configurar, a constitucionalmente repudiada censura. O presente estudo em nenhum momento tem a finalidade de defender a já mencionada censura, pois isso seria um contrassenso aos ideais da república e democracia brasileira, configurando-se num retrocesso político e jurídico, de tal maneira a crítica que se faz é no sentido de se reconhecer que a liberdade de expressão não pode ter um alcance ilimitado, pois nenhum direito é absoluto.

(METODOLOGIA) Este trabalho de cunho acadêmico foi baseado em pesquisas bibliográficas e jurisprudenciais, assim como a utilização de dados de vivência pessoal, como reportagens dos mais diversos meios de comunicação, foi utilizado também como fonte do referido trabalho debates em congressos, em sala de aula o que possibilitou o levantamento de dados importantes para o desenvolvimento do referido estudo.

(RESULTADOS) Diante do estudo, ficou constatado que no Brasil a liberdade de expressão e de informação, por diversas vezes é exercida de forma absoluta sem respeitar as devidas garantias constitucionais, como a dignidade da pessoa humana, a imagem, a honra entre outros direitos esses considerados indisponíveis, bem como ficou palpável a forte influência que a mídia exerce na formação da opinião pública desrespeitando os referidos valores mencionados anteriormente, pois a mídia da forma que é exercida no Brasil não esta em consonância com os dispositivos constitucionais.

(CONCLUSÃO) A conclusão final a que se chega é que apesar de um instrumento tão importante que é a liberdade de expressão como um meio de participação social na democracia, atualmente esta encontra-se pautada somente pela busca desenfreada de índices de audiência e de lucros econômicos, em que a informação como meio da referida participação, política passou a ser um meio de controle das massas que diariamente são bombardeadas de todas as direções sobre os fatos que ocorrem na realidade, fatos estes as vezes controversos, inverídicos e até mesmo invasivos, por todo o exposto, clama-se por uma legislação que venha a dar os contornos necessários para que as informações sejam veiculadas sem que isso acarrete na violação da intimidade, da honra, da imagem, da dignidade da pessoa humana e, também, respeitando a referida liberdade de forma que mesmo lhe sendo imposta algumas restrições, estas não se configurem na condenação das pessoas ao silêncio.

O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E A SEGURANÇA NO AMBIENTE DE TRABALHO E A APLICABILIDADE DAS NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO TRABALHO E EMPREGO AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS

Autor(es):

Danielle Sousa da Silva: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Humberto Lima de Lucena Filho
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O regime estatutário atende, aos interesses públicos, objetivando garantir adequadas condições de trabalho, através de um ato unilateral em que o servidor é nomeado e, automaticamente, ingressa em uma situação jurídica já esboçada, não podendo este modificá-la. A Lei 8.112/90 trata do regime jurídico dos servidores públicos civil da União, das autarquias e das fundações públicas federais; As Normas Regulamentadoras do MTE conferem estabelecimento às diretrizes gerais relativas à segurança e medicina do trabalho, às empresas particulares e públicas da administração direta e indireta, e a órgãos dos poderes legislativo e judiciários que possuem empregados regidos pela CLT; A CF/88 esboça como direito social: a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. Nesse aspecto, estaríamos perante um conflito hierárquico de normas, pois, no caso em comento, temos à disposição normas que se contrapõem: a observância de uma implicaria o descumprimento de outra. Tratamos, portanto, de um ato de inconstitucionalidade e desrespeito ao princípio da isonomia, no qual há uma norma que deixa os servidores estatutários à margem das normas de saúde e segurança do trabalho.

(METODOLOGIA) Da análise do art. 6 e 7º, inciso XXII, da CF/88 depreende-se que é inegável a aplicabilidade da NR 01 do MTE, porém ela é exclusiva para empregados regidos pela CLT. E, sendo assim, os servidores estatutários não usufruem o direito às normas (NR 01) de segurança e saúde do trabalho. De acordo com a RECLAMAÇÃO Rcl 3303 PI (STF) do STF, não resta dúvida de que as normas trabalhistas relativas à higiene, segurança e saúde dos trabalhadores se aplicariam ao art. 01 da NR, posto que, ele versa sobre um direito assegurado na CF/88, e tem por finalidade viabilizar o respeito e a utilização dos serviços públicos essenciais.

(RESULTADOS) A partir da revisão conceitual da NR do MTE do levantamento, análise, sistematização e avaliação comparativa dada aos trabalhadores de regime celetista e estatutário, e de uma interpretação a luz da Constituição Federal, é possível constatar, quanto ao efeito da aplicação do instrumento sobre a estrutura trabalhista, que normas regulamentadoras podem ser aplicáveis aos estatutários.

(CONCLUSÃO) Diante das transformações no mundo do trabalho e nas relações entre empregados e empregador, o desafio do Estado é encontrar outros mecanismos e políticas que minimizem os impactos causados pela aplicação dissociada das leis trabalhistas, conforme fizeram muitos países. Com efeito, constata-se que a atribuição do direito está vinculada ao cumprimento do dever que lhe é intrínseca para um determinado fim, que por força de dispositivos constitucionais citados, bem como pelo Princípio da Isonomia, necessariamente vincula à questão que concerne à dignidade do servidor público. Para tanto, é fundamental que o Estado consiga valorizar seus servidores e, ao mesmo tempo, consiga máxima eficiência e qualidade nos serviços prestados à população.

A IMPORTÂNCIA DA RELIGIÃO NO SISTEMA CARCERÁRIO

Autor(es):

José Augusto de Lima Neto: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Linian Lariete de Paula Brasil: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Sandresson de Menezes Lopes
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Observando a realidade em que, hoje, o País se encontra, o povo brasileiro não pode “fechar os olhos”, como se nada estivesse acontecendo. O sistema prisional do Brasil se encontra falido, consequência de anos de desprezo, de falta de investimento para com aqueles que cometeram sim um ilícito penal, mas que não merecem receber tratamento desumano, o que só faz com que a situação se agrave mais a cada dia. A atual Constituição de 1988, em seu artigo 5º proíbe tratamento desumano, tortura, enfim, prevê tratamento digno para todos, porém, infelizmente não é o que se vê diariamente, a realidade é completamente controversa. O que as autoridades, os políticos, em sua maioria esquecem, é que os presos ainda continuam sendo cidadãos, acima de tudo, ainda são seres humanos, e por isso, devem ser tratados e respeitados como tais. É nessa perspectiva de completo descaso com o ser humano, levando em consideração o ócio que opera e se materializa dentro dos sistemas prisionais, que a religião vem como forma de resgate, de tentar fazer com que os apenados busquem o conforto nas palavras de Deus e assim se tornem pessoas melhores, não voltando a delinquir após o retorno à sociedade, não pensando em fugir da prisão, enfim, compreendendo os preceitos religiosos os delinquentes que estão momentaneamente no cárcere possuem a oportunidade de interiorizarem ensinamentos que, na maioria das vezes, não tiveram oportunidade de ter acesso enquanto estavam “livres” e, por isso, por falta de estrutura familiar, de ensino educacional e religioso, adentraram no universo criminoso.

(METODOLOGIA) Utilizou-se de estudos de casos práticos, partindo do método indutivo, a partir da análise da realidade social, trazendo como fonte de pesquisa as informações contidas em livros, artigos, trabalhos acadêmicos, além de outros materiais retirados da internet. O grupo fará uso do aparelho retroprojeter, utilizando-se de slides para melhor direcionar a apresentação, que será realizada de forma oral, no próprio setor do curso.

(RESULTADOS) Diante do estudo realizado acerca do assunto, verifica-se que o sistema prisional necessita de mudanças efetivas o mais rápido possível, a começar pela inserção da religião em todos os estabelecimentos prisionais do País, pois quanto mais o apenado conviver com situações degradantes e com presos de alta periculosidade, mais se estará contribuindo para que tais indivíduos saiam “pós-doutores” no crime, afinal de contas o sistema que deveria ser ressocializador, acaba sendo uma grande escola do crime.

(CONCLUSÃO) É nesse panorama que a sociedade deve modificar a sua forma de ver o apenado, pois se sabe que os crimes estão ficando cada vez mais cruéis, e por motivos cada vez mais fúteis. Porém, se o nosso sistema realmente tem o papel de ressocializar e não só de punir os que infringem a lei, então que cumpram com seus deveres, que instituíam meios para que os que em cárcere estão possam estar a todo momento ocupados, não fiquem esperando o tempo passar sem nada realizarem, a começar pela inserção da religião, como forma de reestruturar o indivíduo, fazendo-o repensar nos atos cometidos, e assim, levando-o a se tornar um ser humano melhor, com capacidade de retornar à sociedade consciente de suas atitudes, bem como predisposto a não mais infringir as leis, buscando a partir dali somente fazer o bem, na constante tentativa de consertar os erros cometidos.

A RESPONSABILIDADE CIVIL PRÉ-CONTRATUAL POR DISCRIMINAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Autor(es):

Layla de Oliveira Lima Linhares: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN*Linian Lariete de Paula Brasil*: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Humberto Lima de Lucena Filho

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A responsabilidade civil, em linhas gerais, pode ser conceituada como o dever de reparação por dano causado a outrem, decorrente da violação de uma norma. No que tange à relação contratual, a observância de tal instituto não deve limitar-se somente ao contrato em si, podendo alcançar a fase pré-contratual, de acordo com o que preceitua o artigo 422 do Código Civil, que se insere numa importante corrente de pensamento, com expressão em diversos ordenamentos jurídicos, demonstrando o dever de seriedade nas negociações e lealdade entre as partes em qualquer fase da relação contratual, estando sempre presentes os princípios da probidade e da boa-fé, cuja violação poderá constituir ato ilícito, resultando no dever de indenizar, previsto nos artigos 186, 187 e 927 do mesmo Código. Por meio da responsabilidade pré-contratual, torna-se possível a reparação dos prejuízos ocasionados, não somente durante a vigência do contrato, mas também em sua fase preliminar. Nesta linha de raciocínio, propõe-se discutir a existência, bem como a adequação da responsabilidade pré-contratual no tocante as relações trabalhistas, já que a fase anterior ao contrato nesse tipo de relação é visivelmente um campo aberto para o dano, principalmente quando se trata das práticas discriminatórias, como por exemplo, a discriminação em relação às pessoas portadoras de moléstia grave, estando o HIV (Vírus da Imunodeficiência Adquirida) no rol das mais conhecidas; às que possuem algum tipo de deficiência física, bem como, a mais comum que seria relacionada com o sexo, sendo a mulher a mais prejudicada. Além de que, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 114, delega à Justiça do Trabalho a competência para processar e julgar ações de indenização por danos morais e materiais, quando decorrentes da relação de trabalho, demonstrando que, embora ainda não reconhecido majoritariamente pela doutrina e pela jurisprudência pátria, o reconhecimento da responsabilidade pré-contratual além de servir como um fator educativo para conscientização dos empregadores, tem o condão de proteger o trabalhador, que na maioria das vezes se encontra em situação de desvantagem no momento da contratação.

(METODOLOGIA) A pesquisa realizar-se-á, por meio de levantamento bibliográfico, buscando a elucidação do tema abordado, mediante a análise de alguns conceitos, legislação e jurisprudência pertinentes. O método adotado será o dedutivo e o procedimento a ser utilizado é o da observação indireta, através de pesquisa literária e documental. O grupo fará uso do aparelho retroprojeter, utilizando-se de slides para melhor direcionar a apresentação, que será realizada de forma oral, no próprio setor do curso.

(RESULTADOS) Discutir a responsabilidade civil pré-contratual no tocante das relações trabalhistas. E, a partir disto, demonstrar a importância de que seja tutelado, neste sentido, algo além dos limites do contrato, cabendo o dever de reparação, quando constatadas práticas discriminatórias nocivas ao trabalhador.

(CONCLUSÃO) Assim, um estudo mais profundo acerca da responsabilidade pré-contratual poderá futuramente dar base para uma melhor elucidação e aplicação do tema nos julgados, com o fim de que haja uma diminuição efetiva dos prejudicados, evitando abusos nas contratações por parte do empregador. Dessa forma, entende-se que se há margem para o desrespeito ao trabalhador, é porque não existe ainda o reconhecimento da existência de um pré-contrato de trabalho na fase das tratativas, sendo, portanto, necessária à adequação das normas trabalhistas, garantindo proteção à parte prejudicada na relação trabalhista.

O JULGAMENTO DE JESUS CRISTO À LUZ DOS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CONTEMPORÂNEOS

Autor(es):

Humberto Lima de Lucena: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Humberto Lima de Lucena Filho
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho está voltado para uma breve análise das repercussões do Direito e da Moral Judaico-Cristã, seus reflexos no ordenamento jurídico brasileiro, examinando o julgamento de Jesus Cristo à luz dos princípios processuais hodiernos. O tema revela-se merecedor de pesquisa em razão da íntima conexão existente entre a moralidade e sua absorção pela ciência jurídica, bem como a constatação da imutabilidade de determinados institutos típicos da dogmática judaica tangentes ao Direito Positivo Brasileiro. É cediço que o julgamento de Cristo, considerado o maior de todos os tempos, não pelo fato de tratar-se de uma pessoa cuja vida foi um divisor da história, também pode ser visto como o mais injusto de todas as épocas. Da sua análise, pode-se constatar o cerceamento do direito de defesa, atos jurídicos na calada da noite, ausência de recursos, e testemunhas subornadas.

(METODOLOGIA) O método utilizado na confecção do trabalho em epígrafe foi o dialético e lógico-dedutivo. Para tanto, analisaram-se alguns dispositivos normativos a partir dos evangelhos sinóticos (Mateus, Marcos e Lucas) e do livro de João, constantes do Novo Testamento, em comparação às regras e princípios alocados na Constituição e legislação esparsa brasileiras. Pesquisaram-se, ainda, por intermédio de compilação doutrinária e normativa, os possíveis pontos de toque, convergentes e divergentes, entre os respectivos modelos dogmáticos.

(RESULTADOS) Constatou-se, pelas pesquisas, a correspondência e reprodução de diversos institutos do Pentateuco e dos relatos dos evangelhos no arcabouço legislativo brasileiro. Como resultados mais expressivos, destacaram-se a prisão de Jesus ocorrida à noite, contrária às leis hebraicas e romanas, não dando ao processo publicidade. No ordenamento jurídico brasileiro, entende-se este princípio pela redação do inciso IX do artigo 93 da Constituição Federal Brasileira de 1988: "todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos", e o Art. 5º, LX – "a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem" – o que não ocorreu no caso fático apreciado. Constatou-se que o interrogatório fora realizado por Anás em sua própria residência, que àquela altura já não fazia mais parte do Sinédrio, o que tornara o procedimento ilegal em virtude da incompetência de seu interrogador e da inapropriação do local utilizado, visto que o Sinédrio, também conhecido como Tribunal dos Setenta, tinha como sede o templo, configurava-se como espaço dos interrogatórios de acusados de crimes religiosos e políticos, exercendo funções políticas e judiciárias. Constatou, ainda, segundo relata João, que o direito de defesa foi cerceado.

(CONCLUSÃO) Finalizadas as pesquisas, constataram-se algumas irregularidades, tais como a falta de publicidade do processo; do dinheiro oferecido em prejuízo da justiça; da falta do juramento do réu no início do processo; do falso testemunho; do presidente do Sinédrio rasgando as vestes por ocasião do julgamento; do julgamento sumário; do lapso temporal; da sentença capital proferida na véspera da Páscoa; dentre outras. Com a evolução da sociedade, houve a necessidade de modernizar o direito e adaptá-lo a cada momento histórico visando impedir os excessos e corrigir erros profundos ocorridos no passado.

DIREITO PENAL DE RISCO, BIOPODER E A OTIMIZAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA

Autor(es):

José Reinaldo Coelho Peixoto Filho: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Riev Correia Dantas: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Introdução: atualmente, o Direito Penal encontra-se num cenário que traz a tona óbices a serem superados, ao passo que a sociedade segue as tendências tecnológicas e econômicas com muito mais obstinação do que nos séculos XVIII e XIX. Com isso, tal ramo do Direito necessita adequar-se aos parâmetros seguidos pela sociedade nos dias hodiernos e modificar sua forma de prevenir e punir. Nos países Europeus e na América do Norte, em especial os Estados Unidos da América, os doutrinadores e, conseqüentemente, os aplicadores do Direito Penal passaram, no final do século XX, por uma significativa mudança pragmática na maneira de observar a política criminal e o sujeito passível a cometer delito, ou melhor, o “dangerous man”. Assim, o Direito Penal é observado agora não mais com um direito meramente punitivo à figura do delinqüente, mas voltado à uma política de defesa social em que predomina o estudo e desenvolvimento da prevenção associada a otimização dos gastos ligados a segurança pública e na distinção, em grau de periculosidade, de cada ser inserido na sociedade de risco. Observa-se, portanto, a “natureza” do criminoso e o mal que este poderá acarretar a sociedade com muito mais afinco do que apenas a gravidade do crime em si na hora de ser aplicada uma pena. Destacando, assim, a importância maior dada a função protetora da sociedade, ante a visão punitiva e reabilitadora do atual Direito Penal adotado no Brasil.

(METODOLOGIA) Metodologia: O presente trabalho constitui-se no resultado de pesquisa teórica, de cunho histórico-comparativa, na doutrina especializada do Direito Penal no ocidente. Estabelece uma abordagem crítica atinente à função atribuída a referenciada doutrina e sua forma antiquada de abordar a atual política criminal desenvolvida nos países ocidentais e o Direito Penal hoje no Brasil.

(RESULTADOS) Resultado: Foi possível perceber a inépcia do Direito Penal no Brasil, ao não visar uma adequação eficiente em tornar útil a sua função de tutelar os bens jurídicos da sociedade. Perpetuando, de tal modo, uma visão ultrapassada de esperar acontecer a infração para, em seguida, punir, sem fazer uso e progresso de medidas preventivas. Assim como, a visão de que aquele que comete um delito deve ser punido, unicamente, de acordo com o crime que cometeu e posto em um local aparte da sociedade, sem prévio estudo de sua periculosidade e, desse modo, sem averiguação do quão danoso este pode ser a sociedade para, por fim, voltar à liberdade com o discurso de que, agora, trata-se de um indivíduo ressocializado.

(CONCLUSÃO) Conclusão: Conclui-se, pois, que o Direito Penal no Brasil deve seguir a evolução social, não permanecendo imune a mudança de paradigma que lhe é posto, ao arriscar-se a aperfeiçoar suas medidas preventivas de vigilância aos delinquentes. Adotar-se-ia, para isso, parâmetros capazes de proteger a sociedade através de um sistema nacional integrado de dados e monitoramento de periculosidade. Por fim, otimizando tempo e dinheiro e tornando eficaz o sistema penal do Brasil.

ATIVISMO JUDICIAL NO ESTADO BRASILEIRO

Autor(es):

Anne Crystine Rios Tavares: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Carlos André Maciel Pinheiro Pereira: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Filipe Alberto Ramos Rebouças: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Marcílio Luiz Messias Diogenes: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Raul Cláudio Navarro da Costa Araújo: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como objetivo discutir a legitimidade e as características do Ativismo Judicial, visando relacionar como este instituto com os Direitos Fundamentais, a Tripartição dos Poderes, do Judiciário como Legislador Positivo e fazendo atenção aos instrumentos constitucionais previsto pela Carta Magna.

(METODOLOGIA) Como substrato para materializar a busca pelo conhecimento necessário ao desenvolvimento dos objetivos, elegemos o método dedutivo, partindo de uma construção geral para obter resultados específicos, mediante a adoção de pesquisa qualitativa, debruçada sobre fontes bibliográficas e jurisprudenciais relacionadas ao tema em discussão, de modo a encontrar uma resposta viável e pertinente.

(RESULTADOS) Como resultados, encontramos que o Ativismo Judicial encontra embasamento primário nas teorias de Hans Kelsen e Konrad Hesse, que legitimam a Corte Constitucional a agir na proteção da Constituição e seus preceitos, mesmo que isso signifique debate de questões intrínsecas à essência do Estado e de Ronald Dworkin que entende que os Direitos Fundamentais devem vir em primeiro plano, assim cabendo ao Judiciário, mediante decisões de princípios, criar o Direito para garantir a aplicabilidade e defesa destes. Nesses termos, notamos que a Tripartição dos Poderes foi modificada de seu conceito clássico, passando o Judiciário a ter uma posição de prestígio, suprimindo a ineficácia dos demais poderes, posto que a inércia constitui uma afronta aos Direitos Fundamentais. Encontramos que os instrumentos utilizados pelo Supremo Tribunal Federal para atuar em sede ativista são a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental e o Mandado de Injunção.

(CONCLUSÃO) Diante da temática exposta, podemos concluir que a postura Ativista em nada fere o princípio da Tripartição dos Poderes, mas sim busca salvaguardar os Direitos Fundamentais, mesmo que para tanto a soberania popular seja colocada em segundo plano. Sendo assim, a Corte Constitucional, responsável por velar Constituição pode e deve criar o direito no caso concreto quando provocada para tanto, embasando suas decisões de forma em princípios, de forma a não realizar uma atividade política, mas sim garantir a força normativa constitucional. Em um país como o Brasil onde há uma forte desigualdade social e a ineficácia dos poderes Executivo e Legislativo, cabe ao Judiciário e mais precisamente ao Supremo Tribunal Federal, ao manejar suas decisões em sede de controle de constitucionalidade, garantir a aplicabilidade dos Direitos Fundamentais, mesmo que isso signifique atuar como legislador, de modo que se torna possível para o cidadão gozar daquilo que deveria ser prestado pelo Estado, seja na forma de uma política pública, seja na forma de uma prestação legislativa.

AMARO CAVALCANTI E O FEDERALISMO BRASILEIRO NA CONSTITUIÇÃO DE 1891

Autor(es):

Alessa Sanny Lima Pereira: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Augusto César Costa Bezerra: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Fabio Fidelis de Oliveira
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O direito brasileiro ao longo da sua trajetória possuiu grandes e honrosas personalidades que se debruçaram em seu estudo. Dentre essas Amaro Cavalcanti, foco específico deste trabalho. Natural do Rio Grande do Norte, alcançou grande destaque dentro e fora do nosso país, a sua formação acadêmica nos Estados Unidos lhe conferiu uma particular visão sobre o federalismo, liberalismo e democracia. Assim, participou de forma efetiva da análise e elaboração da constituição de 1891 e 9 anos depois escreve uma obra sobre o regime federativo. Sendo assim, este trabalho se propõe a compreender a relação, entre o pensamento de Amaro e a mudança que o Brasil experimentou na temática federativa, além de demonstrar em que medida essa inteligência privilegiada pode ter contribuído para a modificação do texto constitucional em relação a questão do federalismo.

(METODOLOGIA) A fonte de pesquisa foi fundamentada na análise da obra O Regime Federativo, de 1900 de autoria do próprio Amaro Cavalcanti, concebendo-a como um documento histórico. Também tomou por base pesquisa bibliográfica do texto constitucional de 1891 e demais referências relacionadas com este específico contexto histórico.

(RESULTADOS) Pelo estudo da obra O Regime Federativo foi possível detectar conexões entre as ideias doutrinárias de Amaro e os elementos jurídicos objetos da reforma constitucional. Apesar do entusiasmo do autor em relação ao novo modelo político instaurado no Brasil, diante de tanta esperança, se encontra uma visão real, que ainda perdura 112 anos depois, a de que enquanto as ambições de poucos e a corrupção eleitoral perdurar, será impossível haver um sistema sem falhas. Foi escolhido para participar da comissão de elaboração da constituição de 1891 e atuou decisivamente nas principais discussões sobre as emendas, se mostrando crítico aos diversos problemas que impediam a nação de se desenvolver.

(CONCLUSÃO) Por todo o exposto é possível observar indícios da participação ativa de Amaro na elaboração de dispositivos constitucionais na problemática federativa, a partir do cotejo das modificações normativas com os apontamentos doutrinários do autor acerca do tema. A forma específica com a qual é tratado o sistema federalista norte americano e sua adaptação pelo ordenamento jurídico brasileiro, pode permitir a observação de influências sofridas pelo o doutrinador e repercutidas em propostas para a modificação constitucional. Sobre esse ponto merece destaque a sua peculiar formação acadêmica na Escola de Direito da Union University em Albany. Em outro sentido, elementos biográficos relacionados à personalidade de Amaro mencionam a sua participação para impedir que se deturpasse a essência das ideias que inspiraram os melhores debates para elaboração do texto constitucional.

A PROBLEMÁTICA DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL

Autor(es):

Barbara Cristina de Paiva Serrano: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Priscila Costa de Farias: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Sandresson de Menezes Lopes

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A exploração infantil, apesar de ser uma prática proibida em nosso território nacional e de existir projetos de combate ao seu exercício, não é recente na sociedade brasileira, visto que, ela vem desde os primórdios de sua colonização. Dessa forma, a finalidade da presente pesquisa é esclarecer a sociedade sobre a gravidade do trabalho infantil (suas formas, consequências e riscos para a criança), a razão da existência desta prática, a sua relação com o Direito Penal, a proteção do Direito Constitucional à criança, a posição do Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, (como combater, ou seja, as formas de erradicação).

(METODOLOGIA) A presente pesquisa visa explorar, através de dados e fontes bibliográficas e virtuais o assunto que será retratado de forma clara e concisa, fazendo com que as pessoas tenham total absorção do que será retratado e entendam a problemática do tema em nosso país. Abordando como fundamento da pesquisa: o conceito de trabalho, a definição de criança, a razão da existência do trabalho infantil, a posição do Direito Constitucional, a relação do tema exposto com o Direito Penal, as formas de trabalho, consequências e riscos proveniente do mesmo para a criança, a postura do ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente de como proceder no combater, visando sempre a erradicação).

(RESULTADOS) Através da exploração do assunto que será explanado, podemos chegar a uma sociedade mais esclarecida quanto a gravidade do tema e conseqüentemente mais sensível perante a gravidade da situação, aumentando, dessa forma, o número de denúncias, das quais podemos citar: o disque-denúncia, os conselhos tutelares, o Ministério Público, as delegacias de polícia, os centros de defesa da criança e do adolescente, as Defensorias Públicas, as Varas da Infância e Juventude. Resultando também na formação de alianças entre o Poder Público e os variados setores da sociedade com a finalidade de assegurar, de forma plena e direta, os direitos pertencentes às crianças.

(CONCLUSÃO) Dentre tudo que foi exposto acima, percebe-se um maior combate ao trabalho infantil, devido à uma forte sensibilização da sociedade perante a situação, que se engaja cada vez mais para obter a erradicação de tal prática no , através de denúncias, de programas sociais e da não contribuição dos cidadãos com dinheiro em mercadorias e esmolas nos semáforos, bares, restaurantes e nos mais diversos locais. Portanto, esperamos que com a exposição e abordagem da temática de extrema importância, que os resultados sejam cada vez mais alcançados, através do esclarecimento que será proporcionado aos cidadãos.

A LEI Nº 12.690/12 E AS RECENTES MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE COOPERATIVAS DE TRABALHO

Autor(es):

Livia Thaise Revorêdo Dantas Alves: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Rafaela Santos Chrystalino: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Humberto Lima de Lucena Filho

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O cooperativismo sugere a solidariedade e a igualdade entre os trabalhadores para que todos possam obter melhores condições de trabalho e de vida. Nesse contexto, considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho. A presente pesquisa objetiva abordar os pontos mais importantes elencados na lei nº 12.690/12, a qual versa sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho, e destacar a sua importância, uma vez que, ao longo dos últimos anos, essas entidades sofreram inúmeras críticas e pressões em razão das várias dúvidas que pairavam acerca de seu funcionamento, e até mesmo sobre a legitimidade da existência dessas organizações no ordenamento jurídico brasileiro, objetivando enfatizar a proteção dada aos sócios cooperados após a lei nº 12.690/12 e os seus pontos que mais se destacam.

(METODOLOGIA) A metodologia aplicada a esta pesquisa foi de natureza bibliográfica e qualitativa, sendo desenvolvida através da busca sistemática de artigos que versam sobre o tema, a fim de compreender o eixo em questão.

(RESULTADOS) A Lei nº 12.690, publicada em 19 de Julho de 2012, revogou o parágrafo único do art. 442 da CLT, e instituiu o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho, no intuito de garantir o desenvolvimento dessas entidades. Dentre os seus pontos mais importantes podemos destacar os seguintes: as cooperativas poderão ser criadas para produção de bens ou prestação de serviços, observando a exigência do número mínimo de 7 (sete) sócios para serem constituídas; estão terminantemente proibidas de intermediar mão de obra subordinada; e surge como grande novidade o art. 7º da nova lei que garante aos sócios cooperados direitos semelhantes aos conferidos ao empregado celetista, tais como: a cooperativa deverá garantir aos sócios remuneração não inferior ao piso da categoria profissional ou ao salário mínimo, duração de trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) semanais, repouso semanal e anual remunerado, remuneração para o trabalho noturno superior à do diurno e adicional para atividades perigosas ou insalubres, bem como seguro de acidente de trabalho.

(CONCLUSÃO) Diante o exposto, pode-se concluir que a nova lei é importante, pois com ela encerram as dúvidas acerca do exercício do trabalho cooperado, podendo ser este tipo de trabalho utilizado com segurança jurídica e em benefício mútuo dos contratantes e dos contratados. Ela surge com a clara preocupação de evitar que as cooperativas de trabalho se afastem dos ideais cooperativistas, criando mecanismos para coibir fraudes em sua atuação. A extensão desses direitos essenciais e irrenunciáveis aos trabalhadores cooperados foi um importante passo rumo ao combate a precarização do trabalho no Brasil.

A LEI 12.440/11 E A EFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS TRABALHISTAS

Autor(es):

Anderson Kleiton de Carvalho: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Humberto Lima de Lucena Filho
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A Lei 12.440/11 acrescentou à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a mais nova forma de buscar a segurança jurídica no Direito do Trabalho. O objetivo é instituir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, que possibilita e motiva a segurança jurídica no Direito do Trabalho. É fruto da iniciativa da Magistratura do Trabalho e de longos debates no Congresso Nacional e no Poder Executivo. A CNDT tem como principal objetivo se constituir em uma ferramenta de execução indireta para o cumprimento de obrigações trabalhistas constituídas não só por Títulos Judiciais, mas também por Títulos Extrajudiciais. Enorme evolução e busca incessante pela celeridade nos processos de execução e o melhor, a concretização da satisfação da pretensão dos empregadores em busca de seus direitos. O tema em questão foi considerado muitas vezes como inconstitucional porque diziam que tal instituto fere os direitos dos empregadores. O que mais motivou a existência desse tipo de execução foi a necessidade acelerar e induzir a execução dos processos de conhecimento já finalizados na Justiça do Trabalho, sem desrespeitar o devido processo legal e os direitos dos reclamados (empregadores). Dessa forma, diminuindo em grande quantidade as “pilhas” de processo de execução na Justiça do Trabalho.

(METODOLOGIA) O estudo se desenvolve num raciocínio lógico-dedutivo, pois parte de princípios que constam na Constituição Federal para a concretização dos mesmos na forma concreta, como uma interpretação mais expansiva. Sem esquecer da sistematização das leis especiais e esparsas. Os instrumentos técnicos de coleta de dados definidos para subsidiar a análise do problema em estudo são as várias jurisprudências recentes de casos que foram solucionados de uma forma célere, amigável e regular, e claro, os resultados positivos fornecidos pelos Tribunais Superiores do Trabalho. E como o tema não está restrito somente ao Direito do Trabalho, fui muito bem informado por meio do neoconstitucionalismo, que estudos em livros e artigos de Doutrinadores e Doutores em Direito Constitucional estão interpretando e extraíndo a essência do texto constitucional para dar uma “roupagem” nova nos processos da Justiça brasileira.

(RESULTADOS) Até o presente, os resultados apontam a necessidade de proceder-se um aprofundamento teórico maior no tocante à aplicação dessa lei, para que outros Direitos Fundamentais não sejam prejudicados. Isso, por ser um tema novo no mundo jurídico. Toda essa sistematização legal resulta em uma Segurança Jurídica eficaz e uma credibilidade dos trabalhadores para com a Justiça. É o que hoje podemos ver nas pesquisas e estatísticas feitas pelo Tribunal Superior do Trabalho, relacionadas ao adimplemento dos reclamados pra com seus credores. Notícia publicada no portal da Justiça do Trabalho revela esse fenômeno que foram realizados 486 atendimentos de devedores interessados em regularizar sua situação perante a Justiça do Trabalho antes do dia da vigência da Lei 12.440/2011.

(CONCLUSÃO) A conclusão é que essa atitude da Justiça do Trabalho trará mais Efetividade quanto às regras e leis trabalhistas, e melhor, intimidará cada vez mais os empregadores que se omitem ao adimplemento das verbas trabalhistas para com seus credores (trabalhadores). Dessa forma, diminuirá as reclamações trabalhistas e os processos para serem executados, muitas vezes sem êxito. Por fim, a Lei 12.440/11 atualmente é o instrumento e técnica utilizada para a busca e efetividade dos direitos sociais do trabalho. Palavras-chave: EFETIVIDADE.DIREITOS SOCIAIS.SEGURANÇA JURÍDICA.

A ESTABILIDADE DA GESTANTE E A ALTERAÇÃO DA SÚMULA 244 DO TST

Autor(es):

Anna Karinna Cavalcante da Silva Castro: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Daniela Freire de Araujo: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN *Larissa*

Maciel Fernandes: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN *Vanessa*

Pessoa da Rocha Aires: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcelo de Barros Dantas

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O Artigo 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988 preconiza que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”. Em seguida, o Art. 7º inciso XX, estabelece a “proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos” e, conforme o inciso XXX do mesmo artigo é proibido “a diferença de salários, de exercício de função e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estrado civil”. Não resta dúvidas que o Constituinte quis dar à mulher os mesmos direitos e garantias de liberdade, igualdade e trabalho assegurados aos homens ao longo da história. Uma tentativa de reduzir as distorções, acabar com a discriminação e a submissão das mulheres, vítimas de séculos de exclusão. Ainda como forma compensatória ou garantia de proteção da mulher, também preconiza o artigo 7º da Constituição Federal de 1988 que a relação de emprego da mulher encontra-se protegida contra dispensa arbitrária é vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. Prevendo indenizações compensatórias, entre outros direitos. Eis o foco do nosso tema. A estabilidade do emprego da mulher gestante. Fruto de divergências por parte dos tribunais, o entendimento sobre esse direito percorreu caminhos distintos até que mais uma vez convergiu para um consenso, desta vez com nova alteração, neste ano de 2012, da Súmula 244 do TST.

(METODOLOGIA) Neste trabalho faremos uma análise da Súmula 244 do TST, editada pela primeira vez em 1985 e que de lá pra cá foi alterada em 2003, 2005 e agora recentemente em setembro de 2012. Em seguida vamos confrontar os entendimentos das turmas do TST, de acordo com a súmula, e a posição divergente adotada pelo STF com base no texto constitucional. Por último, traremos a nova alteração da súmula 244, que convergiu para o consenso com as diretrizes do STF, mas cujo novo texto pode gerar efeitos colaterais indesejáveis às no mercado de trabalho, por criar dificuldades aos empregadores para suas contratações.

(RESULTADOS) Inegável tais avanços no âmbito jurídico e social são instrumentos de proteção não apenas à mulher, mas às vidas que estão por vir, já que a maternidade, segundo já assinalou o mestre Ives Gandra¹ “é uma das dimensões mais próprias do mundo feminino”. Mas não podemos fechar os olhos para a discussão do impacto dessa mudança nas relações sociais e de trabalho que envolvem as mulheres. Se por um lado, a proteção ao trabalho da mulher tenta corrigir distorções, por outro, sem o devido e justo incentivo estatal para a manutenção dessas relações de emprego, o excesso de normas que beneficiam as mulheres podem representar dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, pois elas representam encargos a mais para os empregadores.

(CONCLUSÃO) Quanto maior o protecionismo legal em relação à mulher, que onere o empregador, maior poderá ser a restrição na contratação de mulheres. Por isso é importante o legislador suprir a omissão da lei complementar que regulamenta a proteção e os incentivos ao trabalho da mulher, de forma a proteger não apenas na teoria, mas na prática esse direito constitucional ao trabalho. Isso deve se dar de forma a não onerar o empregador, pelo contrário, criando-lhes incentivos para abrir mais postos de trabalho que beneficiem o gênero, e instituindo maiores responsabilidades ao poder público para arcar com os gastos extras decorrentes da relação de trabalho das mulheres em condições especiais.

A FUNÇÃO SOCIAL DO PROCESSO CIVIL – ASPECTOS FILOSÓFICOS E JURÍDICOS

Autor(es):

Thaíssa Louyse Bezerra da Câmara: Discente do curso Pós Graduação do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcelo Maurício da Silva
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A pesquisa que se propõe tem como objeto o processo civil, sob as óticas do direito e da filosofia, considerando a função social que exerce na sociedade. O interesse sobre o tema surgiu no curso de pós-graduação lato sensu em Direito Processual Civil no Centro Universitário do Rio Grande do Norte. A função social do processo civil se faz tema relevante, à medida que esse processo é considerado elo entre o indivíduo e o direito. Pensar em como se dá a relação entre o cidadão e o direito através do processo civil é pensar, também, no alcance social da justiça. O acesso a esta, tão necessário, tão carente de amplitudes social e econômica, depende de uma compreensão jurídica que vai além do Código de Processo Civil, uma compreensão na qual é imprescindível, também, uma observação dos aspectos filosóficos. Este trabalho parte de uma problemática – quais são os aspectos jurídicos e filosóficos que dão suporte à realização da função social do processo civil? –, para a qual se busca respostas ao longo da pesquisa.

(METODOLOGIA) Para a realização da pesquisa que aqui se propõe, faz-se necessária uma constante interdisciplinaridade. Partindo de uma problemática que busca detalhes da relação entre o cidadão e o direito através da função social do processo civil, considerando aspectos jurídicos e filosóficos, percebe-se no método dialético o mais apropriado para o desenvolvimento deste trabalho. Relacionando todos os elementos que compõem a pesquisa teórica, salientando as semelhanças e as contradições entre eles, a partir do método dialético, pretende-se enfatizar a interdisciplinaridade exigida pelo tema.

(RESULTADOS) Partindo da problemática que questiona os aspectos jurídicos e filosóficos que dão suporte à realização da função social do processo civil, vê-se que a resposta encontra-se disposta ao longo da história, nos diversos momentos em que foi abordado o papel do direito – como se constata nas análises de Karl Marx e a tese do direito como fenômeno social de manutenção do status produzido pela classe dominante, ou em Ronald Dworkin e sua teoria dos princípios – e da luta por sua efetividade (IHERING), entre tantos outros. A filosofia que tenta encontrar o espaço do direito em uma sociedade, quando se propõe a mostrar formas de concretização de direitos, é aspecto capaz de dar sustentação à função social do processo. Saindo de uma visão mais ampla para uma constatação do que dispõe a Constituição Federal, há garantias processuais na categoria de direitos fundamentais, a exemplo do artigo 5º, LXXVIII. Ainda, a Lei de Introdução ao Código Civil, de 1942, traz em seu artigo 5º a finalidade social da norma. Há, ainda, e de maneira mais relevante, a força social que concretiza a função social do processo, através da luta pelos direitos. Se a filosofia e o direito dão suporte à realização da função social do processo, tal função só se concretiza a partir da participação de cada indivíduo e da coletividade na busca por um direito cujo processo seja justo para todos.

(CONCLUSÃO) A função social do processo civil mostra-se um tema relevante não apenas por carregar em si várias possibilidades de estudo, mas – e esta é, na verdade, sua principal importância – também pelo fato de estar diretamente ligada a cada pessoa que precisa provocar a jurisdição para alcançar um direito. Quanto mais uma pesquisa se aproxima da sociedade na qual é produzida, maior é a realização do pesquisador. Assim, refletir sobre como o direito e a justiça chegam a cada cidadão é, além de prática acadêmica, um necessário exercício social.

UM CERTO GALILEU... E A AÇÃO PENAL DO DIREITO ROMANO

Autor(es):

João Victor Maciel Barros: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Maxuel Batista de Araujo: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Wesley Tiago Antunes de Lima: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Sandresson de Menezes Lopes
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Roma entre o século I a.C e o século I d.C vivia graves momentos de instabilidade política, guerras e disputas pelo poder que permitiu o surgimento da figura de Julio Cesar, que com sua habilidade política e militar concentrou em si diversos cargos da magistratura e assim o controle exclusivo do Império Romano, inaugurando uma nova forma de governo, O Principado. E, diante dessa agitação social, uma Lei Penal mais eficaz mostraria a todo os povos a severidade do poder romano. Mostrando assim que o instituto do principado, instituído a partir de Julio Cesar, continuado por Otávio Augusto e Tibério Cesar principalmente, analisando da ótica do direito romano, observando a centralização do poder em torno do princeps e sua relação com as províncias romanas, como por exemplo, a Judéia, que além das Leis Romanas, naquela província do Império, se aplicava também as leis locais, como a Lei Mosaica.

(METODOLOGIA) Pesquisa bibliográfica e exposição de figuras e imagens sobre o tema pesquisado, revelando uma breve descrição da ação penal do Direito Romano no julgamento do Galileu Jesus Cristo.

(RESULTADOS) Dados sobre a ação penal na antiguidade e o entendimento melhor dos julgamentos na Roma Antiga e a aplicação de pena de morte pela crucificação. O resultado obtido ainda foi à observação mais clara de como o Direito influenciou outros povos e como estes absorveram e adaptaram as Leis de Roma a Leis Locais, configurando como um ensaio preliminar da ação penal primitiva. O julgamento de um certo Galileu, chamado de Jesus. Que com sua filosofia, desígnios e prodígios incomodou a elite judaica e sacerdotes, dessa forma para seu banimento, recorreu-se primeiramente a imputação de crime de lesa majestade, imputando o crime de sonegação de impostos (“Dai a Cesar o que é de Cesar...”), sedições e injurias ao imperador. Todavia, o real motivo para a condenação foi a auto proclamação de “rei dos judeus”, crime na Lei Mosaica e também romana de laesa majestas. Revelando assim que ambas as leis coexistiam naquela província romana, tanto a judaica como a romana.

(CONCLUSÃO) Demonstrar a questão da ação penal e a aplicação da pena de morte, tendo como referência o caso mais comum a cerca de 1/3 da população do mundo atualmente, o galileu Jesus Cristo, observando que não se trata de algo que exalte ao faça apologia religiosa e sim discutir a luz do direito, as razões na Lei romana para sua condenação a crucificação. Diante das investigações, análises e comparações como, por exemplo, dos costumes e leis locais da província da Judeia, viu-se que no caso envolvendo o Galileu Jesus, tanto se aplicou a Lei Romana quanto a Lei Mosaica. Observando assim uma especial de conjugação das Leis que extrapolem as meras fronteiras territoriais.

UNIÃO ESTÁVEL POLIAFETIVA

Autor(es):

Patrice Alexandra de Farias Teixeira: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Ressú Ferreira Pires: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Thayanne Clélia Nogueira Pinto: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

José Albenes Bezerra Junior

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O mundo passa constantemente por profundas transformações e não seria diferente com as relações afetivas. Alterações nas esferas sociais, econômicas e tecnológicas fazem as relações mudarem dentro do contexto nas quais estão inseridas. A Revolução industrial, o surgimento da pílula anticoncepcional, a inserção da mulher no mercado de trabalho contribuíram para as mudanças no modelo tradicional das relações. O casamento tradicional vem dando espaço a união estável, modelo de convivência duradoura entre duas pessoas com o objetivo de constituição familiar, que está sendo cada vez mais comum na sociedade pós-moderna. Ultimamente acompanhamos uma nova espécie de relação afetiva que rompe com a tradicional monogamia, chamada por alguns de poliamor, a qual prega a possibilidade de amar mais de uma pessoa de maneira igualitária. Esta nova forma de amar ganhou visibilidade jurídica através de uma escritura pública declaratória de união estável poliafetiva, suscitando questionamentos sobre o tema que será analisado no nosso trabalho.

(METODOLOGIA) O grupo realizou uma pesquisa explicativa, pois registrou os dados e procurou as razões da eficácia, legalidade e legitimidade da escritura. O método de abordagem utilizado é o dialético e o método de procedimento foi o monográfico. Por fim, a técnica utilizada foi a documentação indireta pois não houve entrevistas, somente coleta de dados.

(RESULTADOS) O resultado da pesquisa mostrou que a união estável poliafetiva ou sociedade afetiva é um instituto jurídico em construção - sendo tese de doutorado de Claudia Domingues de Nascimento, discente da USP (Universidade de São Paulo) – que corresponde a uma demanda legítima de um determinado segmento da sociedade que tem como objetivo a afirmação de direitos, tomando como exemplo o reconhecimento da união estável homoafetiva pelo supremo tribunal federal, tendo em vista a omissão do legislativo em relação a matéria.

(CONCLUSÃO) A união estável poliafetiva comprova mais uma vez o dinamismo do direito, observado pelos doutrinadores como Maria Berenice Dias e filósofos como Heráclito de Éfeso, integrando também os direitos constitucionais de terceira geração, uma vez que visa alcançar e proteger direitos decorrentes de uma sociedade já modernamente organizada, que se encontra envolvida em relações de diversas naturezas. Nesta situação, outros direitos precisam ser garantidos, além daqueles normalmente protegidos, uma vez que essas novas relações devem ser consideradas coletivamente. Nesta terceira geração de direitos fundamentais, podemos mencionar como principais características os direitos relacionados a grupos sociais não dominantes como no caso em questão. Sendo assim, a união estável poliafetiva vem para preencher a lacuna ontológica deixada por leis caducas que não possui eficácia de acordo com as transformações gradativas e constantes presentes nas sociedades.

MEDIAÇÃO JUDICIAL: PARADIGMA QUE EFETIVA O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DO ACESSO À JUSTIÇA

Autor(es):

Elbia Moura de Miranda Henriques: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Glauceineia Gomes de Lima
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Desde o início do movimento de acesso à Justiça, os operadores do direito têm investido em novos estímulos a processos autocompositivos. A inovação do ordenamento jurídico processual está tão-somente adequando-se à nova concepção de Direito. Estudos asseguram que devem ser objetivos da autocomposição a capacitação das partes, através da educação sobre técnicas de negociação, para que elas componham seus futuros conflitos. O trabalho propõe-se a conhecer a mediação judicial como processo alternativo de solução de controvérsias, suas principais características e técnicas, tornando-a paradigma para efetivação dos princípios da dignidade da pessoa humana e acesso à Justiça. Investiga-se, também, como essa forma de resolução de litígio, respaldada pelo Conselho Nacional de Justiça, contribui para resolução das lides processuais e possibilita a prestação jurisdicional de forma econômica e célere, à medida que propicia às partes o fim ao conflito compondo acordo segundo seus interesses.

(METODOLOGIA) Utilizando o método de abordagem dialético contemporâneo (hegeliano), faz-se uma pesquisa teórica de fonte bibliográfica sobre a mediação para posterior estudo de casos oriundos das mediações judiciais realizadas no Núcleo de Mediação Judicial do Tribunal de Justiça do RN/Fórum Zona Sul, bem como cotejamento futuro do referencial teórico com os casos estudados, analisando-os dialogicamente a partir das doutrinas de Azevedo, Bacellar, Moore e Serpa, de modo a dissertar sobre a mediação judicial, suas principais vantagens e desafios.

(RESULTADOS) Analisou-se que o verdadeiro acesso à Justiça envolve não apenas a prevenção de conflitos e a reparação de direitos mas também a construção de soluções negociadas e o estímulo à mobilização da sociedade para que participe ativamente dos procedimentos de resolução de disputas, assim como de seus resultados. Identificou-se que o atendimento aos interesses reais dos jurisdicionados é uma realidade que vem ganhando corpo e se delineando em torno das políticas públicas em autocomposição no Brasil. Constatou-se que as reformas no sistema de Justiça, no que tange a acessibilidade, celeridade, eficiência e modernidade, não poderiam prescindir de meta para disseminação da mediação como mecanismo para solução de conflitos. Definiu-se mediação como meio autocompositivo facilitado por um ou mais colaboradores, previamente capacitados, através do qual é desenvolvido um processo constituído de vários procedimentos pelos quais o(s) facilitador(es) neutro(s) e imparcial(is) fomenta(m) a negociação entre pessoas em conflito, capacitando-as a melhor compreender suas posições e a encontrar soluções que se coadunem aos seus interesse e necessidades. Percebeu-se que o maior desafio da mediação judicial diz respeito a sua implementação, sobretudo criando condições para sua expansão, assim como promovendo mecanismos de aferição da efetividade de suas práticas, replicando e universalizando os bons resultados da mediação judicial.

(CONCLUSÃO) Comprovou-se que a mediação vem proporcionando estabelecimento adequado do conceito de Justiça como valor estabelecido através de procedimentos equânimes que instrumentalizem as partes na produção de resultados satisfatórios, tendo em vista total conhecimento do contexto fático e jurídico em que se encontram. Por conseguinte, na mediação, há a concretização da justiça à medida que as partes são convenientemente estimuladas à produção da solução de forma consensual, as quais restarão satisfeitas tanto pela forma como pelo resultado. Palavras-chave: Mediação. Autocomposição. Justiça.

O PEQUENO PRÍNCIPE E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: UMA ANÁLISE DA OBRA DE SAINT-EXUPÉRY COM BASE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988

Autor(es):

Cassiene Silvério da Silva: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Isabella Jamel Lauar DosSantos: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Ana Paula Oliveira Cacho
Instituição de Ensino: UNI-RN *Juliana*
Maria Rocha Bezerra da Silva
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A proposta deste estudo é analisar a obra *O Pequeno Príncipe*, de Antoine de Saint-Exupéry, estabelecendo uma dinâmica entre esta e o direito brasileiro, especialmente a Constituição Federal de 1988, e os Direitos Fundamentais que são a base de qualquer ordenamento jurídico de um Estado Democrático de Direito na atualidade.

(METODOLOGIA) O método adotado para a pesquisa é o teórico, com a análise da obra *O Pequeno Príncipe* de Antonie Saint- Exupéry e dos princípios da Liberdade, da Igualdade, da Fraternidade e da Segurança Jurídica, norteadores da Carta Magna brasileira, tendo como base para nossos estudos as obras, *Direitos Humanos e Justiça Internacional* e *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*, de Flávia Piovesan.

(RESULTADOS) Perante a delimitação feita na obra *O Pequeno Príncipe* em três trechos e relacionando-os com a Constituição e os Direitos Fundamentais que nela estão presentes, chegamos aos seguintes resultados: No capítulo X temos o encontro do Pequeno Príncipe com um Rei que habita sozinho um planeta. O monarca adota uma postura imperativa e arbitrária com a chegada do príncipezinho, criando e desfazendo normas a todo o momento, sem haver uma previsibilidade legal, um direito protegido pela Constituição Federal, para a garantia do princípio da segurança jurídica. No capítulo XIII, o Pequeno Príncipe chega em um planeta habitado por um homem de negócios cuja rotina se resume em contar estrelas, que ele diz lhe pertencer. O ritmo adotado pelo homem de negócios é técnico, calculista e individualista, completamente distante do que ocorre ao seu redor, deflagrando uma postura totalmente oposta do que defende nossa Constituição, cuja interpretação deve ser fundada nos princípios da Liberdade, Igualdade e Fraternidade. No capítulo XIV, o Pequeno Príncipe chega a um planeta habitado por um acendedor de lampião que executa um trabalho em tempo integral: acender e apagar o lampião, dia e noite, como manda o regulamento do lugar. O problema é que a cada ano o planeta gira mais rápido, de modo que, o trabalhador não pode, ao menos, descansar, ou seja, o planeta mudou, mas o regulamento não. Isso nos remete a necessidade de adequação da lei as transformações sociais, que em nossa Carta Magna podemos relacionar com a matéria de Mutação Constitucional, cujas regras de interpretação têm a finalidade de trazer as normas para o plano da aplicabilidade.

(CONCLUSÃO) Desse modo, foi constatada intertextualidade entre a obra *O Pequeno Príncipe* e a nossa Constituição Federal de 1988, percebendo que o texto é intertemporal e que os princípios fundamentais de nossa Carta Magna são universais e aplicáveis de forma impessoal a diversos contextos.

O AMOR "AFECTUS" COMO CONDUTA LEGITIMADORA DE DIREITO

Autor(es):

Ruan Fernandes da Silva: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

José Albenes Bezerra Junior
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O Direito na atualidade compreende a modalidade jurídica e extra jurídica da resolução dos conflitos sociais e pessoais entre os indivíduos. Contudo, nesta modalidade, a conciliação e a mediação passaram a ter destaque no cenário jurídico diante do modelo convencional das resoluções de conflitos arbitrada pelos magistrados. As perspectivas são positivas e as estatísticas mostram uma crescente na busca pela conciliação e mediação, mas a pouca informação limita sua demanda e traz em decorrência resistências quanto a sua eficácia. Neste ambiente o modelo da conciliação e da mediação trazem o amor "affectus" como conduta de respeito e manutenção da "prudencia" entre os indivíduos. Entretanto, como é possível o amor affectus se fazer legitimador e reconhecido no Direito pelas normas jurídicas no âmbito da conciliação e da mediação?

(METODOLOGIA) O estudo teve por objetivo metodológico uma análise explicativa do tema abordado e utiliza o procedimento da abordagem direta documental. O levantamento de dados e informações sobre o tema teve como parâmetro a pesquisa bibliográfica para com o objeto da pesquisa. As ferramentas adotadas para a pesquisa estão definidas por bibliográficas e documentais, tendo em vista o fato de que livros, relatórios, projetos e artigos serão selecionados para aplicações de fichas de leitura e seleções e organizações das fontes de leitura para uma melhor levantamento dos dados a serem explorados.

(RESULTADOS) O trabalho sobre o "O amor affectus na esfera jurídica da conciliação e da mediação" revelou que são inúmeras as iniciativas de projetos no Brasil apontando a conciliação e a mediação como instrumentos inovadores para um novo Direito. Aliado a estes projetos o amor "Affectus" compreende uma conduta que amplia os deveres do indivíduo para uma estágio mais subjetivo (intersubjetivo) e social. O amor "affectus" instrui o indivíduo para o respeito mútuo, a reciprocidade entre cidadãos, a obrigação de educar o coletivo. Preceitos estes identificados no antigo método de educação grega, a Paidéia. Decisões judiciais em vários Estados do Brasil demonstram a relevância do princípio da afetividades para a manutenção das relações de conflitos pessoais e as comunidades estão se aproximando de um Direito local e de comunidade que trate e decida sem a arbitrariedade do magistrado.

(CONCLUSÃO) Este trabalho não teve a pretensão de esgotar a temática em questão e tão pouco expressar mesmo que superficialmente todos os principais argumentos, pois estamos diante de uma reflexão nova e nascente no Direito. Por isso, este trabalho teve, aí sim, a pretensão de levar à diante a discussão sobre esta questão diretamente assistida nos tribunais pelo campo jurídico da Conciliação e da Mediação. Tendo oferecido à reflexão para o leitor da presente proposta do Amor "affectus" como fundamento último do Direito. O trabalho se orientou pelas esferas de conhecimento da Filosofia e da Psicanálise para trazer minimamente o cenário contextual e complexo no qual o amor como sentimento se insere e por outro lado, analisou-se a resistência, para não dizer, repúdio com que é tratado pelo Direito a temática, ou pelo menos pelos juspositivistas. Contudo, mesmo ciente de todas essas dificuldades, fazemos questão de registramos aqui um nova abordagem acerca do Direito. Não com o intuito de causar perplexidade, nem muito menos de convencer, mas com o escopo de levar ao leitor a reflexão. Se tiver despertado, pelo menos em um leitor, um furor de uma crítica consistente e fundamentada, já teremos alcançado o objetivo a que nos propusemos.

A3 COACHING: UMA NOVA PROPOSTA PARA A SOLUÇÃO DO PROBLEMA DA DELINQUÊNCIA JUVENIL.

Autor(es):

Danusa Regina Filgueira Bezerra Souza: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Luiz Eduardo Marinho Costa
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Esta pesquisa tem como propósito avaliar o Coaching, que é um processo de parceria entre quem aplica e quem se submete ao processo, com o uso de ferramentas e metodologias comprovadas, capazes de gerar transformação, melhorando a performance, aumentando os resultados e a qualidade de vida, como uma nova ferramenta para recuperação e ressocialização de jovens delinquentes. O Estado tem a obrigação de vigiar e punir aqueles que infringem as Leis, assim como a obrigação de reintegração na sociedade após período em que cumpre as Normas de Proteção. Quando se trata de jovens, torna-se um pouco diferente, devido o ECA fazer considerações em função da idade.

(METODOLOGIA) A pesquisa será bibliográfica, onde terá os fundamentos do Coaching, referências a Constituição Federal Brasileira de 1988 e ao Estatuto da Criança e do Adolescente. No Centro de Recuperação de Menores Infratores, será feito um estudo por amostragem: dois grupos com menores serão avaliados - os que estão cumprindo os últimos dias de Normas de Proteção que passaram pelo Coaching e 10 indivíduos menores que não passaram pelo Coaching, ambos os grupos que estejam respondendo a Processos Criminais; a fim de se observar comportamentos atuais, avaliar a performance, os resultados e as perspectivas futuras de recuperação na vida do crime.

(RESULTADOS) Este estudo mostrou que o Coaching pode ser uma ferramenta de extrema importância na recuperação de adolescentes, pois os jovens que fizeram o Coaching apresentaram desenvolvimento pessoal, aumento de autoestima, mais perspectivas futuras, melhor performance e qualidade de vida; eles se reorganizaram, reviram seus valores, objetivos e metas, e concluíram que "O CRIME NÃO COMPENSA".

(CONCLUSÃO) O Estado deve usar o Coaching como possibilidade de recuperação dos menores, pois enquanto dever e obrigação inseridos nos Textos Constitucionais, nos Direitos Humanos e no ECA, atualmente não se descobriu uma forma de desenvolvimento humano tão eficaz e que cause um grande impacto pessoal e social. O Coaching proporciona um resultado mensurável e mais rápido em relação aos outros tipos de processo, por exemplo a psicoterapia. Devido o Coaching levar o indivíduo a reflexões sobre sua vida e chamar a responsabilidade dela para ele próprio, o processo de Coaching facilitaria o trabalho de todos os que acreditam na recuperação destes menores, auxiliando o processo judiciário e indiretamente ajudando nossa sociedade. Pode-se dizer que o Coaching torna-se um trabalho de Responsabilidade Social com resultados positivos para o indivíduo e a sociedade.

EXECUÇÃO TRABALHISTA NA FALÊNCIA

Autor(es):

Elydiana Mayara Araújo de Lima Nunes: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Luzia Priscilla de Araujo Aquino: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Humberto Lima de Lucena Filho

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A execução trabalhista tem por objetivo a realização prática dos atos concretos e satisfativos do direito do credor, com fulcro na Consolidação das Leis do Trabalho e, na hipótese de lacuna, aplica-se subsidiariedade a Lei de Execução Fiscal e o Código de Processo Civil. A falência é um instituto destinado a atividade empresarial, que visa a liquidação de uma atividade econômica em crise, por meio de um processo de execução concursal e tem por objetivo a observância da ordem de preferência aduzida pelo ordenamento jurídico pátrio. Este procedimento é regulado pela Lei nº 11.101/2005. O presente estudo tem por objetivo abordar e analisar os principais pontos da execução de créditos trabalhistas em face de devedor falido.

(METODOLOGIA) A presente pesquisa se deu com base na investigação bibliográfica e qualitativa, buscando subsídios necessários para o seu desenvolvendo, a fim de compreender a problemática em apreço.

(RESULTADOS) Com o advento da Lei nº 11.101/2005, o processo falimentar não se destina à executar os bens do falido para atender os interesses do credor, mas à melhorar a utilização produtiva dos bens, visando atender a função social e econômica e prestigiando o crédito trabalhista. Por se tratar de uma justiça especializada, sabe-se que a Justiça do Trabalho tem competência para processar e julgar as causas trabalhistas. No entanto sua atuação é mitigada, uma vez que, em sede de falência, a ela se dá até o momento da apuração dos valores do crédito, sendo a execução competente ao juízo de falimentar. A partir da interpretação sistemática do art. 114, VIII, da Constituição Federal com os arts. 6º, 76 e 83 da Lei de Falência, conclui-se que o juízo falimentar é universal e indivisível e por conseguinte é o competente para proceder à execução. Assim, respeitado o procedimento pertinente, a ação trabalhista irá até a apuração do valor devido, expedindo-se uma certidão de habilitação de crédito, após deverá ser apurada no juízo falimentar, para que seja incluída no rol de credores do falido, respeitando a preferência legal face aos demais créditos, uma vez que possui natureza alimentar. Outrossim, é importante destacar que a aludida ordem de preferência se dá até o limite de cento e cinquenta salários mínimos para efeitos de privilégio concursal, ultrapassando esse valor, transfere o saldo restante para a categoria dos credores quirografários.

(CONCLUSÃO) Assim, percebe-se que, mesmo com a preferência na ordem de execução, o crédito trabalhista esta sujeito à regra do concurso de credores. E no que tange a competência pra proceder à execução trabalhista na falência, conclui-se que a atuação da Justiça do Trabalho exaure-se com a quantificação do crédito e a habilitação no quadro geral de credores do Juízo Universal Falimentar, cabendo essa prerrogativa ao Juízo Falimentar.

A MUDANÇA DE SEXO E SUAS IMPLICAÇÕES NO ÂMBITO CIVIL

Autor(es):

Elydiana Mayara Araújo de Lima Nunes: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Livia Thaise Revorêdo Dantas Alves: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Luzia Priscilla de Araujo Aquino: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN *Rafaela*

Santos Chrystalino: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Luciana Flávia Nunes Casimiro

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Perante o avanço da medicina e do direito os quais procuram adequar-se ao desenvolvimento da sociedade, ainda há questões a serem analisadas e possivelmente modificadas para uma melhor condição de vida. Uma delas é a importância da problemática transexual e os desdobramentos quanto a seu âmbito civil, ao enfocar o exercício dos direitos inerentes a sua personalidade, quais sejam as modificação do sexo civil e prenome. Sua relevância é constatada por tratar-se de um assunto que vem suscitando grande interesse sobre o aspecto jurídico e bioético que nela se entrelaçam, repercutindo inclusive na questão da dignidade da pessoa humana. Ademais, dada a gravidade desse drama vivido pelos transexuais, bem como da ausência de leis específicas para o reconhecimento jurídico da mudança de sexo, a presente pesquisa justifica-se na medida em que busca acabar com a exclusão social e constrangimentos causados no convívio em sociedade.

(METODOLOGIA) Estudo mediante investigação teórica, qualitativa e bibliográfica em textos, sendo desenvolvida através da busca sistemática de artigos que versam sobre o tema, a fim de buscar subsídios necessários ao desenvolvimento deste trabalho.

(RESULTADOS) No Brasil, por ausência de legislação específica, o judiciário tem se deparado com barreiras ao tratar questões referentes à averbação do nome do transexual em seu registro de nascimento. Entretanto, consoante art. 4º estabelecido na Lei de Introdução ao Código Civil, o judiciário vem decidindo o caso por analogia, princípios e costumes gerais do direito. Conforme previsto no art. 1º, III da CRFB/88, o exercício dos direitos da personalidade visam à concretização do princípio da dignidade da pessoa humana, o qual é inerente de todo e qualquer ser humano. A Lei de Registros Públicos nº 6.015/73, mesmo não tendo dispositivo específico para o tema, tem no artigo 109 juntamente com o artigo 55 à possibilidade dessa modificação em detrimento de constrangimento causado ao transexual. Nesse pórtico, algumas jurisprudências também já se posicionaram a favor do tema, no ano de 2009 a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu de forma unânime a favor da alteração de registro civil, conferindo ao transexual o direito à mudança sem que conste quaisquer observações a respeito da origem da alteração do referido registro. Segundo a relatora do caso, a Ministra Nancy Andrighia, existência de observação na certidão só faria persistir a exposição da pessoa a situações constrangedoras e discriminatórias e segue tendência celebrada em tribunais europeus.

(CONCLUSÃO) Ante o exposto, pode-se concluir que cabe ao ordenamento jurídico o papel de garantir ao indivíduo transexual a sua plena inserção na sociedade em que vive por meio do respeito a sua dignidade, valor maior do texto constitucional de todo ordenamento jurídico. Ainda que sem lei específica, a modificação do sexo civil e prenome é o exercício do direito a personalidade. É inegável a constatação de que a sexualidade humana não se restringe ao aspecto biológico, mas sim da interação entre este, o psíquico e o comportamental.

RUI BARBOSA - INOVAÇÕES NO DIREITO E NA EDUCAÇÃO, NO SÉCULO XIX, E SUAS INFLUÊNCIAS NA ATUALIDADE.

Autor(es):

Hadamylla Walleska de Oliveira Silva: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Tamires da Silva Regis: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Rasland Costa de Luna Freire

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Nascido em 05 de novembro de 1849, Rui Barbosa teve grande destaque em vários cargos que ocupou durante todos os anos de sua vida, e também em seus projetos; Um desses projetos, que ainda é lembrado atualmente com grande ênfase, é o chamado “pareceres”, que buscava a criação de um sistema nacional de ensino gratuito, obrigatório e laico, desde o jardim de infância até a universidade. Para a elaboração de tal projeto analisou países reconhecidamente desenvolvidos na área educacional (Ex: Inglaterra, Estados Unidos, França, Suíça, Alemanha, Áustria, e Austrália) e daí partiu a inspiração para seus artigos sobre a educação brasileira no século XIX. Mesmo sendo chamado de idealista, pois o acusavam de não levar em consideração a realidade brasileira, pelo fato do Brasil não ter uma preocupação com a educação e não haver uma distribuição de verbas para o ensino, atualmente ainda podemos ver traços fortes de suas ideias em projetos que visam à melhoria da educação brasileira. Além disso, Rui Barbosa foi um homem de grande destaque no Direito, atuando como delegado do Brasil na II Conferência da Paz, em Haia (1907), notabilizou-se pela defesa do princípio da igualdade dos Estados, (Sua atuação nessa conferência lhe rendeu o apelido de “O Águia de Haia”). Portanto, devido ao grande destaque e magnitude de Rui Barbosa em ambas as áreas, nós, como estudantes, bem como futuros bacharéis do Direito, buscamos com este projeto, entender a relevância histórica desta grande personagem que teve destaque e suma importância tanto para o Direito quanto para a educação brasileira, ilustrar alguns de seus principais projetos no campo da educação e do Direito brasileiro, e os impactos que causou e que podemos perceber até hoje no nosso dia a dia e nos estudos avançados na área jurídica.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo bibliográfico a partir de dados históricos, com destaque principalmente nos projetos de Rui Barbosa no campo do Direito e da Educação, nos quais ele teve grande destaque. Discorreremos (mas, em menor proporção) acerca da vida deste grande jurista, jornalista, político, diplomata, escritor, tradutor e orador.

(RESULTADOS) Com os resultados desta pesquisa podemos perceber que os projetos nos campos buscados (Direito e Educação) são de suma importância para os estudantes de Direito, para os educadores, e para a história do sistema de ensino e jurídico brasileiro, visto que em seus projetos, Rui Barbosa deu enfoque à Educação e ao Direito fazendo com que pudesse existir uma maior preocupação em relação a esses campos por parte dos governantes.

(CONCLUSÃO) A tônica do trabalho será analisar e discutir acerca dos projetos de Rui Barbosa no campo da Educação e do Direito tendo em vista as contribuições dadas à sociedade brasileira, bem como reforçar a importância de tais projetos, buscamos fazer com que a sociedade brasileira reconheça quem foi e o que fez Rui Barbosa nos campos citados.

CONTRADIÇÕES DO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL CONSTITUCIONAL DO DIREITO À SAÚDE E SEUS EFEITOS SOBRE A GESTÃO E SUAS REPERCUSSÕES SOBRE A EQUIDADE NO SUS.

Autor(es):

Ivo Lucas Moreira Pereira: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Thiago Gouveia da Camara: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Juliana Maria Rocha Bezerra da Silva
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A saúde é um direito de todos e dever do Estado, diretriz normativa imposta pelo art. 196, caput da Constituição Federal que também atribuiu a Saúde como um Direito Fundamental, tornando as ações e serviços de saúde de grande relevância, porém a incapacidade do Governo de prestar essa devida efetivação da saúde vem fazendo com que a população busque a justiça para obrigar o Estado a cumprir o que é estabelecido em nosso ordenamento, esse fenômeno vem sendo caracterizado de Judicialização da saúde, tal fenômeno cada vez mais presente em nossos dias, pois já não se vê investimentos e ou melhorias nas condições de trabalho nessa área. Esse processo se dá quando a Justiça é provocada a obrigar o Estado a fornecer determinado medicamento, atendimento médico ou insumo terapêutico, dando poder decisório ao juiz que antes era conferido aos Gestores, entretanto, até onde esse fenômeno é legal, devemos ponderar suas conseqüências a todos que integram a sociedade, se agindo assim, a partir da Judicialização da Saúde iremos prejudicar o orçamento ou inviabilizar a máquina estatal. Atendendo a Judicialização, apenas uma pequena parte da população estará sendo atendida pelos serviços de saúde indo a confronto com os princípios básicos do SUS, que são a Universalidade, Equidade e Integralidade, deixando os demais com poucos recursos e desacreditados nas políticas públicas de saúde. Dentro desse contexto devemos observar com cautela os critérios dos mecanismos processuais que viabilizam a intervenção jurisdicional na saúde para poder evitar prejuízos e garantir o direito à saúde a toda população.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada trata-se de uma revista de literatura, com a leitura de cinco artigos científicos descritos na referencia do presente trabalho e algumas revistas com assuntos pertinentes ao tema, servindo de sustentação teórica na argumentação deste.

(RESULTADOS) O que predomina da literatura é buscar formar uma equipe multidisciplinar tendo como componentes os responsáveis pela promoção e proteção da saúde, como os gestores que podem articular seus secretários de orçamento e financiamento, de planejamento, de atenção a saúde, de promoção, proteção e recuperação da saúde, dos fornecedores de medicamentos e serviços em saúde para que juntos com o Juiz possam transformar dados em informações para a aferição das cautelas necessárias ao deferimento do pedido do paciente. Percebendo assim uma pactuação de diversas áreas com só um objetivo, que é procurar atender a efetividade da saúde sem prejudicar outras pessoas ou o próprio sistema de saúde por uma única decisão judicial.

(CONCLUSÃO) O que resolveria a questão dessa contradição dos direitos fundamentais que os poderes públicos trabalhassem efetivamente na concretização de todas as ações que estão presentes na constituição federal, oferecendo assim um serviço de saúde com qualidade que atendesse universalmente de forma integral e equidamente a população brasileira. E enquanto essa situação não é realidade, buscar o mínimo possível de dignidade e humildade, fundamentando as decisões judiciais para que sirvam para garantir sim a saúde da população, mas como forma de pressionar o Estado a arcar com uma obrigação.

O FENÔMENO DE TERRORISMO E O CRIME DE TERRORISMO

Autor(es):

Vassili Salomaovitch Barinov Gurgel: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Sandresson de Menezes Lopes
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A concepção científica do terrorismo nasceu no seio da Revolução Francesa quando a jovem República lançou a mão do espanto generalizado "terroir" para combater os seus oponentes. Através desta concepção, os agentes estatais tentavam impor a sua vontade à população através do medo. O terrorismo, como o movimento próprio surgiu apenas no final no século XIX quando vários grupos passaram a atuar contra os Estados e seus representantes, seguindo os preceitos libertários ou anarquistas. Esta primeira onda do terrorismo expirou com a Primeira Guerra Mundial. A segunda onda começou no âmbito da Guerra Fria, onde os terroristas eram bem organizados e financiados por grandes potências. Atualmente vivemos na terceira onda do Terror o qual é caracterizado por descentralização dos grupos terroristas, muitas vezes fundidos com o crime organizado e onde o fator político foi substituído por vertentes religiosas.

(METODOLOGIA) A doutrina não é unânime o que seria o fenômeno do terrorismo, pois existem mais de cem definições sobre o tema. A visão jurídica sobre este fenômeno é dificultada por falta da previsão legislativa nacional. A Lei 7.170/83 continha definição sobre os atos do terrorismo, mas não foi recepcionada por Constituição Federal de 1988. A própria Carta Magna equipara o terrorismo ao crime hediondo. Para suprir este vácuo foi proposto, na Câmara Federal, o projeto de lei 3714/12 que descreve o terrorismo e as condutas conexas.

(RESULTADOS) Em todos os países onde a conduta do terrorismo foi tipificada, foi notado o enrijecimento da legislação penal. O mais controverso de todos é chamado o Ato Patriótico que permitiu ampliar os poderes de polícia do Estado e que considerado por muitos juristas americanos como uma afronta a Constituição. Entre os anos 90 e 2000 tipificaram a conduta do terrorismo tais países como Grã-Bretanha, Espanha, França e Rússia. Todos os estes países conheceram o terrorismo em maior ou menor grau. O Brasil, ao contrário, não conhece os grupos que praticam terror desde a sua democratização. Então deve o legislador ter grande sensibilidade em inserir este crime no seu Livro Penal, pois sob o contexto do terrorismo podem ser enquadrados os crimes que não tenha atitude política ou ser cerceado o direito das manifestações e opinião contrária.

(CONCLUSÃO) Há uma divergência sobre a natureza do terrorismo, se é o crime comum ou político. Sem dúvida, todos os países o tipificaram como o crime político, pois a motivação do terrorismo é, antes de tudo, política. Mas mesmo sendo um crime político, deve atender aos princípios do devido processo legal e respeito à Constituição, para evitar os abusos e sua indevida aplicação contra os grupos discordantes como ocorre nos demais países.

O TELETRABALHO E AS NOVAS TENDÊNCIAS DA SUBORDINAÇÃO JURÍDICA

Autor(es):

Gustavo Fernandes de Oliveira Rocha: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Igor de Oliveira Fernandes*: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Humberto Lima de Lucena Filho

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Os avanços tecnológicos advindos da tecnologia da informação e da comunicação influenciaram e elaboraram novos conceitos de prática de trabalho nos tempos modernos. Uma nova modalidade de trabalho vem se tornando habitual no mercado hodierno, denominada “teletrabalho”. Consiste no trabalho exercido à distância através das novas tecnologias de comunicação, já que muitas pessoas estão trabalhando fora da sede da empresa. A modalidade também é conhecida como Trabalho com rede (networking) ou Trabalho à distância (remote working). De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) o teletrabalho é o trabalho desenvolvido longe dos escritórios ou empresas, onde o trabalhador não tem contato pessoal com outros trabalhadores, mesmo podendo se comunicar através das atuais tecnologias. Referida modalidade não deve ser confundida como uma função ou atividade específica, mas sim como uma atividade que pode ser exercida através do usufruto de mecanismos digitais, eletrônicos e de comunicação, sendo estes software, computadores, telefone, Skype, algum instrumento que faça coexistir o compromisso do labor entre ambas as partes. O Teletrabalho tem previsão legislativa no Código do Trabalho de Portugal, Lei nº 7 de 2009, que conceitua a modalidade como “prestação laboral realizada com subordinação jurídica, habitualmente fora da empresa do empregador, e através do recurso a tecnologias de informações e de comunicação”. Já no nosso Ordenamento Jurídico não há nenhuma previsão legal nesse sentido, salvo o art. 6º da nossa CLT, editado pela lei nº 12.551 em 2011 equiparando o trabalho feito no âmbito da empresa àquele realizado à distância por meios eletrônicos. Sabe-se que o subordinação do empregado é um dos mais importantes elementos para caracterização do vínculo jurídico empregatício, sendo o lastro para a normatização e preponderante do início até a extinção do contrato de trabalho. Na subordinação encontra-se mencionada no art. 4º da CLT e consiste na sujeição do empregado à vontade do empregador pela disposição daquele em troca de uma contraprestação de salário. Nesse contexto estaria a subordinação mitigada? Não é o que ocorre, pois com o uso da informática muitos teletrabalhadores estariam na dependência dos empregadores mais que se na empresa estivessem. O computador passaria a ser um instrumento de controle, principalmente se o teletrabalhado é conectado, e mesmo que não seja ainda assim existem programas que são usados pelos empregadores com o fim de controle. Além disso, o empregador pode passar novas instruções, metas que delimitam o compromisso do empregado em satisfazê-las em determinados períodos e condições estabelecidas.

(METODOLOGIA) Para o desenvolvimento do presente trabalho foi utilizado método dialético e lógico-dedutivo.

(RESULTADOS) Percebem-se vantagens como redução de gastos imobiliários, aumento da produtividade, menor número de interrupções e interferências do que no ambiente da empresa, maior oportunidade e menor barreira aos profissionais deficientes físicos abrindo um leque de oportunidades e perspectivas profissionais e maior geração de emprego. Noutro bordo, as desvantagens apontadas são a deslealdade dos teletrabalhadores com a empresa, forte dependência tecnológica, objeções sindicais, redução das oportunidades de carreira e falta de legislação.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que o teletrabalho é uma nova modalidade de labor que vem ganhando espaço meio ao crescimento da tecnologia que possui vantagens e desvantagens tanto para a empresa como para o empregado e que precisa ser normatizada para que possa assegurar ambas as classes envolvidas.

HERMENÊUTICA E CONSTITUIÇÃO: MÉTODOS CLÁSSICOS E MODERNOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.

Autor(es):

Aglene de Arruda Moreira Sotero: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Carlos Thompson Costa Fernandes
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A interpretação é algo que faz parte do mundo jurídico e é carregada de muita importância, tendo em vista que a aplicação das normas jurídicas em sociedade passam, obrigatoriamente, por um processo de interpretação. Neste trabalho será abordada a interpretação constitucional. O presente estudo tem o objetivo de apresentar e explicar as formas de se interpretar a constituição, passando dos métodos de interpretação clássicos aos modernos. Aqui são abordados os conceitos de hermenêutica, de interpretação e de cada método interpretativo. O presente trabalho surgiu da necessidade de confecção de um artigo científico para ser apresentado à disciplina de Metodologia da Pesquisa Jurídica, como requisito parcial para aprovação na referida disciplina. Essa tarefa apresentou-se como uma boa oportunidade de discutir um importante tema para o mundo jurídico: a interpretação das normas.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada para realização deste trabalho foi, basicamente, a pesquisa bibliográfica. Buscou-se com este pesquisa construir um referencial que pudesse dar uma considerável base teórica ao tema aqui estudado.

(RESULTADOS) Neste artigo, inicialmente, é trazido ao leitor os conceitos de hermenêutica e interpretação. Entendeu-se necessária a abordagem desses conceitos para se tornar mais clara e completa o entendimento do leitor a cerca do tema aqui discutido, bem como entende-se importante apresentar o conceito de hermenêutica, pois, é essa a ciência que se preocupa com a teoria da interpretação e com seus métodos de aplicação. O presente estudo está dividido em: métodos clássicos de interpretação constitucional; e métodos modernos de interpretação constitucional. Não foram abordados, neste trabalho, os princípios de interpretação constitucional em virtude da apresentação e discussão desse tema requerer mais tempo, ficando tal tema, para um possível posterior trabalho.

(CONCLUSÃO) O ato de interpretar é imbuído de uma grande responsabilidade, a qual é atribuída ao intérprete. É interessante lembrar que a interpretação é algo, assim como a ciência e quase tudo nesse mundo, que sofre alterações ao longo dos tempos. Nas palavras de Barroso (2009) “a interpretação não é um fenômeno absoluto ou atemporal. Ela espelha o nível de conhecimento e a realidade de cada época, bem como as crenças e valores do intérprete, sejam os do contexto social em que esteja inserido, sejam os de sua própria individualidade.” Isso é tão nítido no mundo jurídico, que não raro observam-se diferentes interpretações, do mesmo dispositivo normativo, sendo emanadas de uma mesma corte, prevalecendo, é claro, a maioria dos votos. Mesmo havendo uma sistematização da ciência interpretativa, que elenca seus diversos métodos, os resultados não são exatos, simplesmente por se tratar de uma área que, por maior que seja o esforço de isenção axiológica, sempre há na interpretação a marca da época em que foi realizada e, por conseguinte, a do seu realizador. Nos últimos anos o direito constitucional tem sido muito desenvolvido e discutido, e é possível que daqui a alguns anos ou décadas o rol dos métodos de interpretação constitucional que aqui foram apresentados, principalmente os modernos, sejam complementados por novos métodos ou, quem sabe, alguns podem até tornarem-se obsoletos. O fato é que a ciência da interpretação tem que, obrigatoriamente, acompanhar a evolução da sociedade, pois, onde há sociedade, há lei. E onde há lei é necessário aplicá-la para que surta o seu pretendido efeito, e como já foi dito anteriormente, neste trabalho, a aplicação da norma passa necessariamente por uma interpretação.

A CONDENAÇÃO CRIMINAL ANTECIPADA PELA IMPRENSA NO BRASIL

Autor(es):

Renan Santana da Silveira: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

João Batista Machado Barbosa
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A atual Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, além de prever, eleva à categoria de Direito Fundamental a plena Liberdade de Manifestação do Pensamento em seu art. 5º, inciso IV, sendo esta manifestada, dentre outras maneiras, através do exercício da atividade de imprensa (Comunicação Social). Esta atividade, por sua vez, dada a relevância, encontra-se prevista nos arts. 220 e seguintes da carta magna. Por outro lado, têm-se diversos postulados do Direito Penal e Processual, dentre eles: Ampla Defesa, Presunção de Inocência, Devido Processo Legal, os quais precisam ser respeitados e assegurados para que ocorra um julgamento, pelo poder judiciário, justo, sem que seja influenciado pelo exercício desregrado da liberdade de expressão. O foco do trabalho é abordar o elevado sensacionalismo jornalista que envolve os casos criminais, bem como os termos jurídicos utilizados fora do seu contexto ou, até mesmo, equivocadamente, fazendo surgir a ficção jurídica representada pelo título do presente trabalho.

(METODOLOGIA) O presente trabalho, de cunho acadêmico, foi lastreado em pesquisas bibliográficas no tocante aos assuntos jurídicos e, em relação aos casos concretos estudados, foi feito um acompanhamento de reportagens pela televisão Brasileira, ao vivo, bem como das que foram disponibilizadas na internet e, por fim, foram analisados alguns artigos divulgados na rede mundial de computadores que, somados, possibilitaram um importante desenvolvimento do estudo que está sendo realizado.

(RESULTADOS) Diante da forma de abordagem de um fato cotidiano (o crime), através de reportagens jornalísticas veiculadas em diversos meios midiáticos, resolvi analisar, a partir de casos concretos, que ficaram conhecidos no cenário nacional, tais como: Caso Eloá Pimentel, Isabela Nardoni e o Mensalão da Vila (Vila Flor/RN) e, diante de uma análise jurídica dos termos utilizados pela imprensa, percebe-se que não houve precisão dos termos de modo que o conteúdo da mensagem na maior parte dos casos se passava deturpado a fim de polemizar o assunto e piorar a situação do réu/acusado.

(CONCLUSÃO) A partir de todo apanhado bibliográfico e audiovisual, chego à conclusão de que na maior parte dos casos não há harmonia entre o exercício da atividade profissional da imprensa com os Direitos que devem ser resguardados àqueles que estão figurando processo penal. Violação à intimidade, honra, ampla defesa, ao princípio da presunção de inocência, ao devido processo legal, dentre outros são constantes. Com efeito, a fim de poder se chegar a um consenso deveria ser disciplinada, através de legislação, a forma de atuação daqueles profissionais, os quais não podem exercer a liberdade de expressão de forma absoluta (violando o Direito dos outros), cabendo, também, bom senso e razoabilidade na divulgação das matérias. Por fim saliente-se que até mesmo o exercício do Direito de Resposta ou uma absolvição judicial pode ser ineficaz para restaurar a mácula deixada por uma informação distorcida.

A ABORDAGEM CULTURALISTA DO DIREITO: ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS DO TRABALHO JURÍDICO DE NELSON SALDANHA

Autor(es):

Thaíssa Louyse Bezerra da Câmara: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Mario Sergio Falcão Maia
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Trata-se de apresentação dos resultados iniciais da pesquisa intitulada "A tradição culturalista nordestina no âmbito da teoria do direito: aspectos epistemológicos do trabalho jurídico de Nelson Saldanha", contemplada com Bolsa CNPq 2012/2013 através do UNI-RN. A pesquisa principal é um estudo sobre os tipos de pesquisa jurídica no universo acadêmico brasileiro. O trabalho é guiado pela problemática que questiona o que faz o ser humano concreto identificado como cientista jurídico. Em termos mais precisos busca-se identificar e descrever características de um tipo de abordagem jurídica que se pode intitular de "culturalista" (PAIM). Por se tratar de um objeto amplo – a pesquisa jurídica brasileira – é necessário um recorte mais específico. Nesse caso busca-se descrever e caracterizar a abordagem culturalista do direito como vertente da produção científica no ambiente da Faculdade de Direito do Recife. Assim, o trabalho tem por objetivo analisar a abordagem jurídica de um autor específico: Nelson Saldanha. A citada Faculdade (hoje Universidade Federal de Pernambuco) foi fundada em 1827 para formar a inteligência nacional. Trata-se de uma "casa do saber", projetada para formar os quadros administrativos do Estado brasileiro e, especialmente, do Nordeste. Nesse ambiente, a abordagem culturalista apresenta-se como uma vertente marginal no universo de produção do saber jurídico, no sentido de representar uma corrente minoritária, com perspectiva humanista. Descontadas as particularidades das ciências humanas, esse paradigma (Kuhn) científico nunca chegou a fazer parte do senso comum do jurista. Assim, a pesquisa busca compreender o trabalho do cientista jurídico, partindo de uma vertente minoritária, materializada na abordagem culturalista.

(METODOLOGIA) Por se tratar de uma autorreflexão do ambiente acadêmico do direito, buscou-se orientação metodológica na sociologia do conhecimento, principalmente nos trabalhos de Thomas Khun, Karl Manheim e Pierre Bourdieu. Em um trabalho compreensivo, tentou-se a construção de um "tipo ideal" capaz de ser utilizado como parâmetro para mensurar a realidade. Fez-se observação os trabalhos científicos para se formar uma ideia clara sobre aquilo que se poderia chamar de "abordagem culturalista" do direito. É, assim, um procedimento dialético que parte do concreto para formar um tipo ideal e, depois, parte do tipo ideal para mensurar o concreto – com base em observações e comparações.

(RESULTADOS) Considerando o momento inicial da pesquisa, assim como o principal objetivo, a construção de um "tipo-ideal", foi possível a realização de sucessivos movimentos de aproximação do objeto de estudo. Assim, o culturalismo no direito apresentou-se como: a) uma maneira de se fazer pesquisa francamente minoritária no universo de pesquisa no Brasil; b) uma maneira não dogmática de se aproximar do direito; c) o culturalismo não é uma teoria da norma (nem do ordenamento), nem uma teoria da justiça.

(CONCLUSÃO) Terminado o primeiro ciclo de leituras e comparações, pode-se apontar como conclusão parcial, respeitando o cronograma da pesquisa principal, a identificação e a delimitação de algo que possa ser chamado de "abordagem culturalista do direito" como perspectiva de produção do conhecimento jurídico. Percebe-se, ainda, que os aspectos que compõem essa abordagem apontam para um olhar marginal sobre a ciência do direito, capaz de mostrar um tipo concreto de cientista jurídico, afastando-se da perspectiva dogmática.

ALIENAÇÃO PARENTAL: FENÔMENO E PREVISÕES LEGAIS

Autor(es):

Barbara Marques Putrique: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Daniel de Araújo Jofily: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Fernando José Fernandes Cavalcanti: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Juliana Maria Rocha Bezerra da Silva
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo objetiva examinar o fenômeno da Alienação Parental e a Síndrome a que corresponde. Busca, pelos entremeios da psicologia, encontrar e delimitar os conceitos e entendimentos imprescindíveis ao Direito em sua empreitada normativa. Em um tempo no qual a conformação familiar tradicional foi essencialmente desconstruída, há de se considerar a necessidade de analisar o novo quadro social para a partir dele, sob a luz da psicologia jurídica, adequar o ordenamento normativo. Conceituada pela primeira vez pelo psiquiatra Gardner, hoje se pode dizer que Alienação Parental é o ato advindo da família, isolado ou, principalmente, reiterado de programar uma criança para odiar seu outro genitor. Todos os atos, conscientes ou não, do alienador são direcionados a implantar a ideia de aversão ao alienado. Fonte de angústia para a criança que recebe as mensagens e se percebe em conflito de lealdade e medo de abandono. Bem se percebe a interdisciplinaridade do tema, que é interseção da psicologia e do direito. Por óbvio é fundamental que exista ampla análise em ambos os domínios.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada nessa pesquisa foi de cunho bibliográfico e qualitativo, a qual foi desenvolvida através da busca sistemática de artigos em periódicos, sites e revistas especializadas que tratam da temática e na análise da jurisprudência pátria e no ordenamento jurídico vigente.

(RESULTADOS) O Brasil deve se orgulhar por ser um dos pioneiros na normatização do fenômeno Alienação Parental, mas não por isso acomodar-se em pensar que a lei está pronta para ser aplicada. A norma não possui ainda o material extra-positivo de que necessita para atingir sua eficácia maior. Caberá à doutrina estudar o tema e aprofundar-se nas sutis diferenças conceituais para não correr o grave risco de tornar uma lei, a princípio audaciosa, ineficaz ou insuficiente aos casos concretos. O direito, no caso em tela, precisa encontrar-se com a psicologia, para ser acrescido desta, de maneira prioritária, para aprender e aproximar-se um pouco mais do sonhado dever-ser. O que se observa em casos práticos, de acordo com a Jurisprudência pátria atual, é a deficiência de formas eficientes de coibição e punição para as práticas características de Alienação Parental. As sanções abarcadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, quais sejam, multa e perda do poder familiar, são utilizadas para casos em que a AP é observada, porém são insuficientes para impedir a referida prática.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que a lei de Alienação Parental apenas traceja os caminhos pelos quais deverá andar o judiciário, quando se deparar com os difícilimos casos em que a problemática da Alienação Parental se faz presente; mas acima de tudo, serve para alertar, informar e declarar definitivamente que o Estado estará atento às suas crianças. Há, por fim, a necessidade de mais debates aprofundados por parte dos profissionais competentes para o tema, objetivando formas mais eficazes de coibição e punição para as práticas demonstradas com exaustão no presente estudo.

COMISSÃO TÉCNICA DE CLASSIFICAÇÃO: PREMÊNIA DE UM NOVO ENFOQUE

Autor(es):

Juliana de Souza Marques Santana: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Talita Gancedo Silva: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Juliana Maria Rocha Bezerra da Silva

Instituição de Ensino: UNI-RN

Sandresson de Menezes Lopes

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A motivação para realizarmos o presente estudo deve-se à necessidade de aprofundar o conhecimento na prática do Direito, e de promover melhora no sistema de tipificação e execução de pena, ademais, a eminente problemática abordada pela criminologia e a carência do desenvolvimento na área estão estruturadas no presente artigo de atualização sob uma perspectivada da Lei de Execução Penal e aspectos ressocializadores da doutrina, em conjunto com trabalhos acadêmicos visando trazer mais eficiência à tipificação e execução da pena. Assim, se o estudo fosse baseado nos exames criminológicos dariam resultados atuais aplicáveis e de sucesso, desenvolvidos de acordo com as necessidades específicas e reais, facilitando alcançar a evolução dos “comportamentos criminais”. Medidas ressocializadoras pontuais (retiradas da vivencia) projetadas pelo profissional criminólogo, devidamente positivado.

(METODOLOGIA) Artigo de atualização sob uma perspectivada da Lei de Execução Penal e aspectos ressocializadores da doutrina, em conjunto com trabalhos acadêmicos visando trazer mais eficiência à tipificação e execução da pena por meio de investigação real temos o exemplo do Estado do Rio Grande do Norte por falta de cumprimento de exigencias técnicas como a da Comissão Técnica de Classificação(CTC) por falta da mesma, impossibilitando o parecer legal que auxilia o operador do direito executar a progressão de pena prevista pelo ordenamento jurídico; assim como no Estado do Rio Grande do Norte.

(RESULTADOS) Assim, se o estudo fosse baseado nos exames criminológicos dariam resultados atuais aplicáveis e de sucesso, desenvolvidos de acordo com as necessidades específicas e reais, facilitando alcançar a evolução dos “comportamentos criminais”. Medidas ressocializadoras pontuais (retiradas da vivencia) projetadas pelo profissional criminólogo, devidamente positivado.

(CONCLUSÃO) É notório que o legislador jurídico brasileiro busca abranger a maior quantidade de casos concretos às normas jurídicas, na tentativa de manter a organização social, contudo, sabemos que é essencial que todas as instituições estejam estruturadas, mas vivemos, lamentavelmente, em uma sociedade em que a maioria delas encontram-se em estado de falência. Diante do exposto, qualquer finalidade e execução da pena ficam comprometidas, mas ao menos legalmente a pena é um representante da proteção de bens jurídicos, independentemente de seu fundamento estar em uma retribuição ou prevenção portanto, assim como as instituições, a má atuação da comissão técnica em relação ao que está posto na Lei da Execução Penal(LEP) acarreta na necessidade eminente de mudança de foco, positivamente da profissão do criminólogo e acima de tudo o retorno da obrigatoriedade do exame criminológico devido a Lei 10.792, de 2003, ter extinguido a obrigatoriedade do mesmo; contudo, existe o projeto de lei 1294/07, do Senado.

A IMPORTÂNCIA DA APROVAÇÃO DOS PROJETOS DE LEI QUE VISAM CLASSIFICAR COMO HEDIONDOS OS CRIMES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Autor(es):

Luiz Felipe da Paz Vianna de Lima: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Mariana Figueiredo de Barros: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Milena Cavalcanti de Aguiar: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Monique Martins da Câmara: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Renatha Zulma Rodrigues Pinheiro: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Edinaldo Benicio de Sa Junior

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem por escopo trazer à academia um breve estudo acerca da importância da aprovação dos Projetos de Lei que visam classificar como hediondos os crimes de improbidade administrativa. Vivemos em um momento incomum, porém extremamente positivo, onde os próprios políticos passaram a notar a importância e a gravidade dos crimes de improbidade administrativa. Como resultado, nota-se o surgimento de diversos projetos de lei que propõem uma maior responsabilização daquele que deveria melhorar a qualidade de vida da população, contudo, age de maneira adversa. Os projetos que estão em marcha no Congresso, visam alterar a Lei nº 8.072/1990, a qual define os crimes considerados hediondos. Caso a proposição venha a se tornar lei, os crimes de corrupção passarão a fazer parte do rol de crimes hediondos, desta forma, deverão ser julgados também pelo Tribunal do Júri. Nada mais justo, vez que os verdadeiros atingidos pelos desvios dos recursos públicos, são os contribuintes, ou seja, o sujeito passivo destes crimes é na realidade, toda a população, sendo, portanto, imprescindível que a mesma tenha a possibilidade de julgar os seus representantes que a lesaram.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada é a da pesquisa jurídica, tendo como método de abordagem, principalmente, o dialético. A pesquisa baseia-se na legislação, jurisprudência e doutrina jurídica e criminal, nas quais se debruçam no estudo da improbidade administrativa, do tribunal do júri, dos direitos sociais e dos crimes hediondos.

(RESULTADOS) De acordo com o senador Lobão Filho, autor do projeto de lei número 124 de 2012, foi constatado pela Controladoria Geral da União (CGU) que entre 2007 e 2010 foram desviados, por prefeitos ou ex-prefeitos, R\$ 662,2 milhões destinados à educação e saúde. "Eram verbas destinadas à reforma de escolas e hospitais, compra de merenda escolar e remédios bem como procedimentos no Sistema único de Saúde (SUS)." Lobão lembra que o Departamento de Patrimônio e Probidade da Advocacia-Geral da União (AGU) aponta as áreas de educação e saúde como alvo de 70% dos recursos públicos desviados no País. Diz ainda que, o indicador criado pelo Ministério da Saúde para avaliar o Sistema Único de Saúde (SUS), mostra que apenas 0,1% dos municípios brasileiros conseguiram alcançar nota superior a oito no quesito saúde, numa escala até dez.

(CONCLUSÃO) Pode-se concluir com o presente trabalho, que os referidos projetos atribuem ao povo não somente o poder de escolher os seus representantes, mas também de julgá-los na eventualidade de desvios de conduta com a res pública. O legislador foi particularmente infeliz por limitar todo o processo democrático a uma escolha de governantes, negando à sociedade o direito de submetê-los a um julgamento popular. Assim, torna-se imprescindível a inserção dos crimes de improbidade administrativa no rol de crimes hediondos e assim, passíveis de serem julgados pelo tribunal do júri, a fim de conceder ao povo a possibilidade de exigir de seus representantes uma conduta coerente com o seu respectivo cargo, e de julgá-los caso os mesmos cometam desvios.

CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA: CAUSAS E EFEITOS

Autor(es):

Carlos Assunção Moraes: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
João Pedro de Araújo Medeiros: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

José Albenes Bezerra Junior
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A proposta deste trabalho é fazer uma breve análise da “Constitucionalização simbólica”. Tomando por base a leitura da obra de Direito Constitucional do Professor e Doutor pela universidade alemã de Bremen Marcelo Neves: A Constitucionalização Simbólica e estudando as causas e consequências deste fenômeno político-jurídico, buscando-se melhor entendê-lo, assim como às suas implicações no âmbito do Direito Constitucional.

(METODOLOGIA) O método empregado na realização do trabalho foi o teórico, que teve por base a análise da obra A Constitucionalização Simbólica do Professor Marcelo Neves.

(RESULTADOS) A obra entende que ocorrerá a constitucionalização simbólica quando o sentido político da norma sobressai-se sobre o jurídico-instrumental, ou seja, as normas que estariam na Constituição ou Leis infraconstitucionais não apresentariam somente o papel de regulamentar bens jurídicos ou condutas, mas também uma função meta-jurídica de apaziguar tensões sociais e assegurar o status quo de determinados grupos de interesse, criando normas de pouca densidade normativa. Com base na visão do autor, que parte de um ponto de vista neo-constitucionalista, ou seja, entendendo-se o conceito normatividade através da ideia de concretude, a eficácia da norma dar-se-á através do ato de vivenciar o Direito. Partindo da ideia de Direito do autor, bem como do conceito de Constitucionalização Simbólica, temos que os motivos que desencadeiam a formação desse fenômeno surgem de acordo com as necessidades dos grupos que detêm o poder, visando à reiteração de valores sociais, éticos ou religiosos, assim como, a mera demonstração da capacidade de ação e gerenciamento dos organismos estatais e, por fim, através da criação de normas programáticas que adiam a resolução de conflitos para um futuro indeterminado. Consequentemente, poderá ocorrer à utilização da lei para institucionalizar valores e condutas de grupos sociais específicos, diferenciando institucionalmente as culturas que tem legitimação e dominação pública; A criação de normas que estabelecem programas pode vir a gerar o adiamento de problemas, sem vir a resolvê-los imediatamente, ou seja, são usadas como uma forma de aliviar as pressões sobre o sistema político; Além do mais, proporcionará a exposição simbólica das instituições estatais como merecedoras da confiança pública.

(CONCLUSÃO) Com base no que foi apresentado, entende-se que a Constitucionalização Simbólica oferece uma vasta possibilidade de utilização do Direito, sendo este, instrumento de dominação política, social ou jurídica, mostrando que o Texto Constitucional e a realidade Constitucional estão em intensa comunicação, de modo que, não é possível afirmar que o texto encontra-se divorciado da realidade.

A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE COMO MEIO DE DEFESA IDÔNEO EM FACE DE REDIRECIONAMENTO FISCAL CONTRA SÓCIO ADMINISTRADOR

Autor(es):

Egle Karoline Martins de Azevedo: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Com o presente estudo pretende-se analisar a exceção de pré-executividade como meio de defesa idôneo em face de execuções fiscais que atribuem à responsabilidade tributária da empresa ao patrimônio pessoal do sócio administrador. Ocorre que no âmbito jurisprudencial, especialmente perante os julgados do STJ, há grande controvérsia sobre a admissibilidade ou não da exceção de pré-executividade para fins de redirecionamento fiscal. Neste contexto, pretende-se defender a exceção de pré-executividade como meio de defesa idôneo para afastar a prática de redirecionamentos fiscais em dissonância com o CTN e a Constituição Federal, no sentido de garantir devido processo legal no âmbito das execuções fiscais.

(METODOLOGIA) No cumprimento dos objetivos da presente pesquisa, nos fazemos valer do método dialético e o hipotético-dedutivo, considerando as divergências doutrinárias e jurisprudenciais a respeito do tema. Com o intuito de responder ao problema de pesquisa formulado, precisamente no que tange a correta imputação da responsabilidade tributária.

(RESULTADOS) Da análise dos acórdãos do STJ e do STF sobre a matéria, constata-se que a exigência dos embargos à execução fiscal como único meio de defesa do sócio administrador em face do redirecionamento da execução fiscal viola o devido processo legal e compromete a higidez processual da execução fiscal, além de impor obstáculo à ampla defesa. Ocorre que os embargos à execução se constituem no meio de defesa mais gravoso ao administrador da sociedade, na medida em que para apresentá-los é necessário que submeta seu patrimônio pessoal à constrição judicial de forma proporcional ao valor do crédito tributário.

(CONCLUSÃO) Então, para que haja o devido processo legal, é necessária a admissibilidade da exceção de pré-executividade como meio de defesa idôneo no processo de execução fiscal em face da ilegalidade do redirecionamento, já que, segundo construção pretoriana, a exceção de pré-executividade é admissível quando há nulidade do título executivo fiscal. Considerando que o redirecionamento fiscal contra o sócio administrador sem a observância do art. 135 do CTN, isto é, sem a prova de alguma ilicitude por ele praticada, torna a certidão de dívida ativa (CDA) ilegal, por atribuir responsabilidade tributária a terceiro sem qualquer fundamento jurídico que a justifique. Em face da ilegalidade de tal atribuição de responsabilidade, a CDA torna-se nula e o redirecionamento da execução fiscal ilegal. Considerando a ilegalidade do redirecionamento fiscal, estamos diante de uma questão processual de ordem pública que denuncia inobservância do devido processo legal, o que autoriza o uso da exceção de pré-executividade como meio de defesa idôneo no âmbito da execução fiscal que atribua responsabilidade tributária a terceiro sem o devido respaldo legal e constitucional, conforme ditames do art. 135 do CTN e art. 5º, LIV da CF.

REDIRECIONAMENTO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL: UMA ANÁLISE DO ART. 135, III DO CTN E DA SÚMULA 435 DO STJ

Autor(es):

Egle Karoline Martins de Azevedo: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Da análise do 135 do CTN e da súmula 435 do STJ, pode-se observar a ilegalidade praticada pela Fazenda Pública e pela omissão do Judiciário brasileiro nas ações de execução fiscal, em que o simples fato da empresa não ser encontrada no decorrer do processo torna o sócio-gerente responsável pela dívida tributária empresarial. Neste contexto pretende-se problematizar a respeito da presença de possíveis ilicitudes e de “injustiça tributária” em face dos atos praticados no âmbito da execução fiscal no que tange à responsabilidade tributária do administrador.

(METODOLOGIA) Para alcançar os objetivos deste estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório, mediante análise de artigos em revistas jurídicas especializadas e de julgados aplicados a casos concretos, a fim de confrontar os posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais, tornando assim, o método dialético o aplicado no presente trabalho científico.

(RESULTADOS) Ao confrontar o teor do artigo 135, III do CTN e a sua aplicação nos processos de execução fiscal, a partir da análise dos julgados do STJ nos últimos 05 anos sobre a matéria, constata-se a ilegalidade no modo de agir da Fazenda Pública, já que o instituto da responsabilidade tributária dos sócios tem sido aplicado indiscriminadamente sem que haja a comprovação da prática de atos ilícitos no cumprimento da obrigação tributária, o que justificaria a medida excepcional de constrição do patrimônio da pessoa física do administrador por dívidas da sociedade. Ocorre que o caput do aludido artigo atribui a responsabilidade pessoal ao sócio administrador somente nas hipóteses de prática de atos com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.

(CONCLUSÃO) Constata-se a inobservância do referido dispositivo legal, na medida em que o entendimento sumulado pelo STJ (súmula 435) é no sentido de que “presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente”. Desse modo, independentemente da existência de prova da prática de ato ilícito pelo diretor ou gerente ou ainda representante da pessoa jurídica, pelo simples fato de alterar seu endereço sem comunicar ao órgão fiscal, o sócio gerente pode responder por dívidas tributárias da sociedade, através do redirecionamento da ação de execução fiscal da pessoa jurídica para a pessoa do administrador da sociedade. Portanto, o referido redirecionamento fiscal, conforme praticado pelo judiciário com a chancela do entendimento sumulado pelo STJ, denota “injustiça tributária”, já que viola frontalmente o disposto no art. 135 do CTN, bem como o devido processo legal constitucionalmente assegurado, na medida em que ao sócio-gerente não é oportunizada a defesa antes da execução fiscal, isto é, na fase do processo administrativo fiscal. Isso ocorre justamente porque o redirecionamento fiscal se dá diretamente no processo executivo, no qual a defesa, segundo a Lei de execução fiscal (Lei 6830/80), só é possível após constrição patrimonial do sócio, por dívida tributária que não lhe pertence, mas é própria da sociedade empresária.

A PSICOPATIA E A MEDIDA DE SEGURANÇA

Autor(es):

Aldenir Rodrigues dos Reis: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Danielle Lirio de Brito: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Everton da Silva Rocha

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Sendo a continuação de um trabalho de pesquisa científica pretendemos agora, analisar a abordagem no campo jurídico que vem sendo aplicada aos indivíduos que sofrem com o transtorno de personalidade antissocial, em especial a utilização da medida de segurança, já que em momento oportuno o trabalho foi direcionado à construção conceitual e análise do diagnóstico a cerca da psicopatia. No presente momento, direcionamos a pesquisa para investigar com o Direito devem lidando com os indivíduos percebidos, geralmente, como sendo frios e calculistas; com uma capacidade incrível de mentir, seduzir, dissimular e manipular; incapazes de sentir empatia, compaixão, culpa ou remorso; além de desrespeitar e violar os direitos alheios, conhecidos como psicopatas. Para isso se faz necessário analisar os elementos básicos em torno da imputabilidade, inimputabilidade e semi-imputabilidade, para só assim constatar se a medida de segurança realmente é a melhor medida a ser aplicada e se há a real possibilidade de ressocialização das pessoas que sofrem desse transtorno de personalidade.

(METODOLOGIA) A fim de cumprir tal investigação, realizamos um levantamento bibliográfico, no sentido de melhor compreender as peculiaridades e diferenças entre os indivíduos considerados imputáveis, inimputáveis e semi-imputáveis, para assim analisar em qual dessas categorias o psicopata se enquadra, bem como o levantamento e a exploração de casos concretos para verificar a que medidas o judiciário vem submetendo os portadores do transtorno de personalidade antissocial quando cometem um crime, principalmente quando se tratar da medida de segurança.

(RESULTADOS) Os resultados da nossa pesquisa não foram conclusivos, pois o material explorado até o momento não foi suficiente para um total convencimento de uma teoria única a qual submeter o psicopata, pois ainda há muita discussão em nível global sobre o tema. Porém percebe-se, a partir dos casos concretos explorados, que em âmbito nacional o Poder Judiciário vem considerando o psicopata com um indivíduo semi-imputável, aplicando a este a medida de segurança. Todavia com base nos argumentos que justificam a utilização de tal medida, o grupo não acredita que esta seja a mais apropriada para tais delinquentes, já que esse não tem cura para ser submetido a tratamento

(CONCLUSÃO) Conclui-se, portanto, que o assunto tratado no presente trabalho necessita ter um estudo mais aprofundado, já que apesar dos estudos sobre os indivíduos que sofrem do transtorno de personalidade antissocial virem a cada dia avançando, ainda existem muitas lacunas que exigem serem preenchidas, para que só assim o Direito e a sociedade possam lidar devidamente com tais indivíduos.

MODUS OPERANDI ESQUEMA DOS PRECATÓRIOS

Autor(es):

Madson Vítor Nogueira de Medeiros: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Maria Clara de Sousa Cavalcanti: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Everton da Silva Rocha

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) (INTRODUÇÃO) No mês de Abril deste ano veio à tona uma denúncia envolvendo o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte essa que foi nomeada “A operação Judas”, tem como missão a investigação de desvio de verbas no setor de precatórios. Dessa forma, pretendemos averiguar os dispositivos utilizados para arquitetar o suposto esquema de retirada de dinheiro, e passagem para os possíveis envolvidos no caso, a princípio chefiado pela servidora pública, Carla Ubarana e os ex-presidentes do TJRN; Rafael Godeiro e Oswaldo Cruz. Em julgamento Carla utiliza o benefício de delação premiada, relatando como possivelmente ocorreu o golpe. A partir de informações discorridas pela acusada em seu interrogatório embasamos a tese do desconhecimento por parte do governo federal no que concerne aos débitos julgados no TJ-RN, dívidas para com a população que ganhou na justiça contra órgãos Estatais. Analisaremos os principais elementos que configuraram o modus operandi relacionadas acusações imputadas e os fatores que contribuíram para o suposto esquema de desvio de dinheiro público.

(METODOLOGIA) (METODOLOGIA) A pesquisa utilizou como base os vídeos do interrogatório de alguns envolvidos disponíveis na internet, a partir dessas informações contidas em depoimentos gravados analisamos aspectos do início, meio e fim da formatação do esquema. No entanto, elaborar um trabalho consistente sobre a “Operação Judas” e o modus operandi desse suposto esquema requer uma trajetória mais ampla, de modo tal que o presente trabalho representa os primeiros passos de uma análise mais apurada. Para amparar nosso trabalho desenvolvemos pesquisas em jornais, artigos jornalísticos e até mesmo notas fornecidas pelo Tribunal Judicial do RN. Dada à complexidade do caso, e considerando que o processo está em tramitação, acreditamos que muitos elementos novos surgirão brevemente.

(RESULTADOS) (RESULTADOS) Os resultados da nossa pesquisa não foram conclusivos visto que o material explorado até o momento está sujeito a mudanças, de maneira que o esquema ainda se encontra em julgamento, dando total abertura para a apresentação de novos posicionamentos. Com isso, o grupo espera pelas decisões dos tribunais para obter um amplo conhecimento e uma completa visualização do caso e assim, afirmar e exibir o esquema e seu modo de atuação.

(CONCLUSÃO) (CONCLUSÃO) Conclui-se que a investigação do modus operandi apresentada até agora pelos elementos metodológicos pedem uma maior cautela em sua afirmação, pois o assunto estudado não pode ser pautado como decisão tomada já que o crime ainda está em julgamento, de forma que novas maneiras de atuação podem ser apresentadas, mudando ou acrescentando informações ao esquema de desvio de precatórios.

DIREITO COMPARADO COMO FONTE DE DIREITO: APLICAÇÃO TÉCNICA

Autor(es):

Aldenir Rodrigues dos Reis: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Danielle Lirio de Brito: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Everton da Silva Rocha

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Pretende-se, através do presente trabalho, fazer um estudo sobre o direito comparado no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro, buscando analisar a utilização desse instituto como fonte do direito, bem como sua aplicação por profissionais da área. Traçar um perfil histórico-bibliográfico para entender como essa fonte nasceu e se desenvolveu quais seus principais defensores no âmbito filosófico, bem como sua aplicação pelos legisladores e operadores do direito no Brasil. Buscaremos mostrar também, alguns dos modelos comparados e utilizados que trouxeram resultados positivos e ou negativos ao ordenamento jurídico pátrio. Com o chamado “fenômeno da globalização”, o mundo está a cada dia mais interligado, seja no setor econômico, cultural ou social (para citarmos apenas alguns). Diante disso torna-se muito importante um estudo sobre essas relações, sobretudo sob a ótica do direito. Nesse propósito, observamos a importância do direito comparado no sentido de homogeneização de normas que possibilitem um melhor entendimento nas relações jurídicas. A doutrina entende que o direito comparado teve início em 1900, em Paris na França, quando foi realizado o primeiro Congresso Internacional de Direito Comparado. Quanto a sua aplicação no plano fático como fonte de direito, deve-se ressaltar inicialmente a importância cultural e a interdisciplinaridade contida nesse instituto, tendo em vista que o aplicador traz não apenas a aplicação em si, mas toda uma amplitude de conhecimento e até uma visão crítica e conseqüentemente um melhor entendimento do próprio direito.

(METODOLOGIA) Tendo como finalidade a investigação e melhor compreensão acerca do direito comparado, realizamos, portanto, uma pesquisa com base em fontes bibliográficas, documentais e atuais. Essa pesquisa é de cunho pesquisativo e explicativo.

(RESULTADOS) Ao estudarmos o tema, percebemos que se faz mister ressaltar a importância desse instituto utilizado pelos diversos seguimentos do direito nacional, contudo, seu uso exige essencialmente cautela, no sentido em que não se deve copiar legislações de outros países sem que haja uma devida adequação aos costumes, cultura, preceitos e ao próprio ordenamento jurídico pátrio, essa observância reduzirá a possibilidade de possíveis equívocos que possam surgir na comparação e aplicação desse instituto.

(CONCLUSÃO) Nesse primeiro momento da pesquisa chega-se ao entendimento de que o direito comparado utilizado como fonte de direito é um excelente recurso, do ponto de vista a adequar tanto uma visão crítica do próprio direito, como também uma homogeneização de normas de modo a possibilitar um melhor entendimento nas relações que estejam ou possam ser lastreadas nesse instituto.

O TELEATENDIMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS

Autor(es):

Felipe Lourenço Moura Lima: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Henrique Batista de Araujo Neto
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O objeto do presente estudo são as implicações jurídicas do teleatendimento, meio que, em decorrência do advento da tecnologia das telecomunicações, passou a ter papel importante na formação de negócios jurídicos, os quais, são pactuados em larga escala diariamente, analisando a sua conceituação e ramificação, bem como as causas que levam a sociedade ao litígio decorrente da relação oriunda deste serviço e consequências que sofre o ordenamento jurídico e os possíveis modos de interpretação.

(METODOLOGIA) Nesta pesquisa foi utilizado o método teórico descritivo mediante análise da legislação pátria vigente, dos projetos de lei em discussão, das normas de caráter administrativo e autoreguladoras.

(RESULTADOS) Deve-se utilizar o termo teleatendimento como a relação genérica travada por via telefônica, sendo, portanto, um macroconceito, ao passo que call center, designará a central fornecedora do teleatendimento, que pode ser de telemarketing, serviço de atendimento ao consumidor ou ouvidoria. Sendo de bom alvitre que se faça uma análise das normas e proposições normativas com o objetivo de se buscar conclusões metodológicas eficazes na defesa dos direitos dos que sofrem diariamente com a má prestação do serviço dado pelas entidades que disponibilizam de um serviço de teleatendimento, sejam eles consumidores finais (vítimas corriqueiras) ou pessoas físicas ou jurídicas que não estejam sob o rótulo da hipossuficiência presumida, mas sim na situação pontual e específica que exige o caso concreto. Levando-se em consideração que a defesa dos interesses dos hipossuficientes neste contexto também terá caráter pedagógico. Punindo-se severa e efetivamente o ente público ou privado que se valem do serviço, existirá um impulso para que se promova uma melhora em que só poderá ser atingida se houver condições ideais de trabalho aos operadores da área, o que já deu causa a várias tentativas legiferantes em aprimorar o corpo normativo vigente no Brasil e respectivos estados.

(CONCLUSÃO) O foco normativo é mais voltado para sociedade em geral e para o setor econômico do que para os trabalhadores desse ramo, que embora não tão efetivo ou preventivo quanto as normas protetoras do operador de teleatendimento, possuem caráter pedagógico. Ou seja, ao punir o ente público ou privado que se vale do serviço, existirá, pelo menos, um impulso para que se promova uma melhora, contudo, as normas vigentes são desconhecidas, esparsas e falhas. Tornando-se necessário aprimorar o modo de como se trata um conflito que tem origem numa relação de teleatendimento, a incumbência da prova nos moldes do atual Código de Processo Civil, necessita ser flexibilizada, dinamizando a estática teoria da prova atual para os conflitos que surjam das relações em comento.

DIREITO DO TRABALHO: OS LIMITES ENTRE IDEOLOGIZAÇÃO E PROTEÇÃO DO HIPOSSUFICIENTE

Autor(es):

Ana Larissa Vasconcelos Parente: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN
Mariana Oliveira Ferrolho de Carvalho: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Humberto Lima de Lucena Filho
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O Direito do Trabalho, diferindo do Direito Comum que prima pela igualdade das partes, tem como escopo clássico a proteção da parte hipossuficiente da relação jurídica contratual, geralmente o empregado, objetivando igualar as partes no âmbito da relação trabalhista através de um tratamento isonômico. Tem-se discutido que esse tratamento só existe no campo ideológico, pois o hipossuficiente não tem sido protegido. A pesquisa teve como objetivo investigar a forma de aplicação fática do princípio da proteção ao hipossuficiente, avaliando se ela está sendo limitada pela ideologização.

(METODOLOGIA) O estudo foi realizado a partir de uma visão transdisciplinar da ciência, e como caminho de interpretação utilizou-se o método lógico dedutivo, que consiste na comprovação da veracidade do assunto através da utilização de regras de indução. A coleta de dados da pesquisa será realizada através de um levantamento bibliográfico sobre o tema e análise de jurisprudências.

(RESULTADOS) O Direito do Trabalho é um ramo jurídico que visa adequar a relação contratual trabalhista, criando condições para efetivar o direito fundamental da dignidade da pessoa humana do laborador. Entretanto, a relação entre empregado e empregador caracteriza-se por um estado de insegurança jurídica, pois sua aplicação tem maior garantia com a interpretação do jurista do que àquela configurada em lei, ou até mesmo pela Constituição. A ausência da fiscalização estatal consente na burla dos princípios normativos, não configurando na prática a proteção ao real do hipossuficiente, seja ele o empregado ou o empregador. A continuidade da flexibilidade de produção constituída pela busca de redução de custos e constantes inovações tecnológicas propiciam a fragilidade da relação trabalhista, pois almeja a adaptação ao processo produtivo, com a ampliação dos deveres frente ao reconhecimento dos direitos. Há um desrespeito às normas de amparo, principalmente ao que tange o princípio da proteção. Além disso as legislações são portadoras de textos cuja referência manifesta à realidade é normativo-jurídica, mas que serve às finalidades políticas de caráter não especificamente normativo-jurídico. A ideologia é uma representação ilusória do real imposta para o exercício da dominação presente na relação trabalhista. O homem enquanto ser social não se liberta da ideologia, pois ela não morre, mas é substituída por outras.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que o fator ideológico não está apartado, estanque ou independente do princípio da proteção, mas, pelo contrário, muitas vezes, oculta-se sob os argumentos da reserva legal e do possível para fazer valer o objetivo a que se destina: controlar e neutralizar as ações sociais. Evidenciou-se a existência de legislações simbólicas que servem para confirmar valores sociais em "grupos que 'veem a vitória legislativa' como uma forma de reconhecimento da 'superioridade' ou predominância social de sua concepção valorativa, sendo-lhes secundária a eficácia normativa da respectiva lei, ou seja, uma falsa consciência imposta para o exercício da dominação ideológica. Faz-se necessário uma fiscalização crítica no sentido de promover a eficácia dessas garantias.

A APLICAÇÃO DA TEORIA DE GABBA NAS RELAÇÕES DE TELEATENDIMENTO E SEUS REFLEXOS PROCESSUAIS

Autor(es):

Felipe Lourenço Moura Lima: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Henrique Batista de Araujo Neto
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O objeto do presente estudo é demonstrar como a ideia defendida por Gabba tem aplicação nos dias de hoje, do teleatendimento, meio que, em decorrência do advento da tecnologia das telecomunicações, passou a ter papel importante na formação de negócios jurídicos, os quais, são pactuados em larga escala diariamente, face o fenômeno da globalização, e é prestado por entidades de diferentes naturezas jurídicas diariamente, bem como as causas que levam a sociedade ao litígio decorrente da relação oriunda deste serviço.

(METODOLOGIA) Será utilizado o método teórico descritivo mediante análise da legislação vigente e a sua aplicação nos casos concretos, utilizando-se da jurisprudência especializada, em conformidade com a corrente doutrinária a ser defendida, bem como os projetos de lei em discussão, das normas de caráter administrativo e autoreguladoras.

(RESULTADOS) Nesta pesquisa, buscam-se soluções para os conflitos de relações de teleatendimento partindo-se de uma perspectiva contratual, utilizando-se a teoria de Gabba como meio de garantir à parte lesada por fato danoso ocorrido pela via telefônica, que não esteja sob o pálio do CDC, a não violação dos seus direitos pela ausência de prova concreta da existência do fato danoso. Uma vez que, na legislação consumerista, a parte hipossuficiente fica resguardada pela constante inversão do ônus da prova. O art. 428, inciso I, do Novo Código Civil, adota a referida teoria, já que considera como presente a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante. Devendo, não obstante ser uma norma de direito material, refletir no processo e ser utilizada como modo de se evitar a prova diabólica.

(CONCLUSÃO) Para o jurista italiano, Carlo Francesco Gabba, há a impossibilidade de alteração ou supressão do direito adquirido, ainda que o titular do direito não tenha concretizado expressamente seu interesse, eis que já o possuía independentemente de prévia manifestação de vontade, logo entendendo que o que tem significação para a solução do problema é o fato de os contratantes poderem comunicar-se diretamente, ouvir-se mutuamente, propor e aceitar imediatamente, embora não se vejam. Logo, os efeitos processuais de uma relação de teleatendimento onde não haja hipossuficientes devem ser oriundos de uma perspectiva contratual, ou até mesmo pré-contratual, para que se resolvam os conflitos entre partes com paridade de armas, em obediência ao princípio da isonomia, sem a necessidade de haver uma parte hipossuficiente, estando ambas no mesmo nível técnico ou econômico.

LIBERDADE SINDICAL: PLURISINDICALISMO EM FOCO

Autor(es):

Julio César Junqueira e Silva: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Edinaldo Benicio de Sa Junior
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Desde o início desenvolvimento da liberdade sindical dos tempos nos quais tal direito de auxílio mutuo entre os trabalhadores que desenvolviam a mesma função eram coibidos de fazê-lo por força de lei, tem se tornado cada dia mais relevante fazer uma análise de tal situação em todo o mundo. Sendo assim, trata-se de um trabalho interdisciplinar que visará fazer uma análise profunda à respeito de tal liberdade sindical no ordenamento jurídico pátrio e de como foi idealizado pela convenção 87 da OIT.

(METODOLOGIA) Para que possamos fazer tal análise para saber se há de fato uma liberdade sindical plena no Brasil, o estudo deve ter como importante aliado o Direito comparado para que vejamos em outras nações como elas tem se portado para efetivar tal idealização e também é extremamente necessário ver como tem o Brasil se se portado com suas exigências para a existência de sindicatos, tendo como foco a ausência do plurisindicalismo.

(RESULTADOS) Os resultados esperados são de provar que alguns artificios que o ordenamento juridico nacional tem fazer, de fato, um certo controle e, portanto, não há tal liberdade sindical idealizada. Alguns países, como a Alemanha, podem nos oferecer um claro exemplo de como o plurisindicalismo pode ser aplicado e quais são os seus benefícios. é importante notar que uma liberdade, ao ser mitigada, por consequencia leva a outra a ser mitigada também. Um claro exemplo disso é o que ocorre no momento que minha liberdade de me sindicalizar, ou não, é irrelevante no momento que há apenas um sindicato para o qual temos que pagar o tributo sindical que equivale a um dia de trabalho. Já recebendo tal contribuição de modo fácil, há, na realidade, um interesse até mesmo para que o trabalhador nao se sindicalize, pois assim haveria menos fiscalização e gozando ao mesmo tempo do fato de nao poder o Estado fiscalizar, o sindicato fica a deriva para fazer o que e como bem entender, logo a última coisa que se pensaria são nos benefícios que os trabalhadores podem ter se o sindicato souber administrar de forma correta o dinheiro que percebe.

(CONCLUSÃO) Por fim, poderemos concluir as razoes da impossibilidade do Brasil ratificar a convenção 87 da OIT e, isso, faz com que possamos afirmar que não há liberdade sindical plena no Brasil. Para tal, ainda é preciso que hajam mudanças. Pode-se notar, de maneira bem clara, que não há próprio um interesse em politizar mais o trabalhador brasileiro para que se envolva ou, ao menos, conheça bem o sindicato de sua categoria porque a contribuição obrigatória já coloca os sindicatos em uma situação confortável. O questionamento que fica, porém, é: Se houvesse uma maior educação do trabalhador brasileiro, não daria ele mais que um dia de trabalho de bom grado para o seu sindicato, desde que os benefícios e proteção prevista por tais orgaos sejam eficazes?

O DIREITO IMPRESSO NO CORPO: FORMA POSITIVA OU NEGATIVA DE LIBERDADE?

Autor(es):

Gabriel Sorrentino Baena de Souza: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Natasha Leite Peixoto: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Sandresson de Menezes Lopes

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho destina-se a fazer um estudo sobre as pulseiras e tornozeleiras eletrônicas que, atualmente vêm sendo bastante testadas no Brasil. Este assunto vem trazendo muitas polêmicas, já que alguns acreditam que seria um benefício tanto pro Estado, que reduziria grande parte dos gastos com um preso e diminuiria a quantidade de presos nas penitenciárias de todo o país, quanto pro preso, que poderia retornar ao convívio social (família e sociedade em geral). Por outro lado, alguns pensadores acreditam que a utilização dessas pulseiras não seria uma boa alternativa, tendo em vista que a sociedade brasileira ainda é muito preconceituosa, fazendo com que a dignidade do preso ficasse bastante abalada, tornando o sistema de ressocialização ineficaz. Além desse estudo pretendemos fazer uma comparação com períodos mais antigos na história do Brasil, como, na escravidão e no Estado Novo, que se utilizavam da tortura contra os subversivos a estes regimes (direito impresso no corpo).

(METODOLOGIA) O método de pesquisa utilizado pelo grupo consistiu em uma coleta de dados e informações em sítios na internet, bem como de casos concretos, possibilitando que o grupo possa disponibilizar de casos reais, resultando em uma explanação mais ampla do assunto abordado. A partir das informações adquiridas, o grupo realizou uma triagem para que fossem selecionadas apenas as melhores e mais relevantes informações, sempre buscando opiniões e pontos de vista de pesquisadores, estudiosos, membros de governos de vários Estados e membros do alto escalão relacionados com superintendência de penitenciárias, de modo a garantir uma maior riqueza ao trabalho que se pretende apresentar.

(RESULTADOS) Podem-se considerar resultados obtidos a grande diminuição dos gastos com os presos por partes dos Governos, possibilitando um melhoramento em outras áreas (saúde, educação, transporte, segurança, etc.) com o dinheiro que será poupado, bem como possibilitar ao preso uma reinserção na sociedade e o convívio com a sua família. Devemos considerar, porém, que existem alguns resultados negativos, como o aumento do preconceito contra os presos que porventura venham a utilizar o tipo de tecnologia abordado pelo trabalho, além da grande preocupação existente em relação a se esse método será realmente eficaz e conseguirá controlar um grande número de presos ao mesmo tempo, sem ocorrer nenhuma falha que possibilite a fuga destes. Outro problema observado é o fato de que alguns equipamentos enviam dados por satélite para um banco de dados no exterior, que posteriormente repassa os dados para o nosso país, o que não se pode admitir já que esses dados pertencem ao grupo da segurança estadual, nacional e do indivíduo, restando a dúvida: será que o sigilo das informações será realmente mantido?

(CONCLUSÃO) O grupo não chegou a nenhuma conclusão relacionada ao fato de se é possível ou não o uso dessa nova tecnologia, devido a todas as implicações que existem para o funcionamento da mesma. A conclusão a qual chegamos, é que se faz necessário que sejam feitos mais estudos e testes a respeito das pulseiras e tornozeleiras para que quando se resolva utilizá-la, não venham a ocorrer graves falhas que possam prejudicar o sistema penitenciário.

RESPONSABILIDADE CIVIL, PENAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA, DECORRENTES DO ACIDENTE DO TRABALHO.

Autor(es):

Athos Fernandes de Queiroz: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

José Albenes Bezerra Junior
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O direito do trabalho veio para regularizar às relações empregatícias. Contudo, mediante o grande uso dele, se esqueceu dos outros ramos do direito nessas relações, por diversos fatores. Focaremos nossos estudos na responsabilidade Civil, Penal, Previdenciárias e da trabalhista decorrentes dos acidentes de trabalho. Há décadas que os órgãos oficiais de prevenção e repressão ao acidente do trabalho se esforçam, em vão, buscando a erradicação do acidente do trabalho no Brasil. Estatística de 2009 indica que naquele ano o Brasil teve 428.072 acidentes de trabalho, sendo 5.538 fatais. Significando que morreram 15 trabalhadores por dia ou 22 a cada cem mil trabalhadores. Os juízes trabalhistas veem compreendendo o seu papel, contra as empresas recalcitrantes das normas de segurança e medicina do trabalho, fixando pesadas multas para obrigar as empresas a cumprirem com o dever de agir para prevenir e evitar acidentes do trabalho, mas e os demais juízes? Conforme especialistas da Policia Civil, 98% dos acidentes de trabalho tem um culpado, por que não temos condenação criminal desses culpados? Por que a condenação em casos de acidentes de trabalho é uma raridade da Justiça brasileira? Essas são as perguntas iniciais que surgem ao pensar nas demais responsabilidades. A matéria de investigação criminal do acidente de trabalho é ausente no curso de formação dos delegados, e quando se ver na faculdade é superficial. A policia, como todos sabem, é órgão publico de prestação de serviços e assim sendo, seus integrantes devem estar identificados com as necessidades e aspirações da população e conscientes de seu importante papel na repressão e prevenção da criminalidade. Por fim, o nosso objetivo é lembrar a toda a população que não existe apenas a responsabilidade trabalhista nas relações empregatícias, devendo buscar os demais ramos do direito.

(METODOLOGIA) Nosso estudo foi feito em três momentos. Primeiramente, buscamos a parte mais acadêmica, pesquisando em livros, sites e artigos científicos. No segundo momento buscamos diversos órgãos, tais como policia civil, varas penais e civis, JECRIM, INSS, MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO, TRT, TST, TRF, JUSTIÇA FEDERAL, para fazer a coleta de dados mais específicos. Por fim, entrevistamos 50 indivíduos no TRT, buscando saber se realmente sabiam que poderiam ajuizar ação em outros ramos do direito.

(RESULTADOS) Percebemos que a grande falha de não se buscar as demais responsabilidades, veem devido à população não ser informada que assim pode ser feito, mesmo tendo ocorrido em relações de trabalho. Faz-se importante se destacar que os entrevistados não foram se quer informado pelos seus advogados que poderiam também mover ações nas outras áreas do direito

(CONCLUSÃO) Todavia, mais que o Judiciário, o Ministério Público do Trabalho ou a Policia Civil, são os empregadores e os seus agentes que realmente mais podem fazer para resolver esse problema, pois detém os meios materiais e legais para prevenir e evitar acidentes do trabalho e investir na proteção da saúde e da integridade física do trabalhador, o que considero um ótimo investimento financeiro, com isso as estáticas serão implodidas, reduzindo-se a números inexpressivos, mas o que falta ao empresário é a humanização pelos seus funcionários, pensar no bem estar deles.

INFORMÁTICA

XII

CONIC

2012

Educação, saúde e desenvolvimento humano

25 a 27 de outubro

Ciência e Desenvolvimento Humano

Congresso de Iniciação Científica do UNI-RN chega à décima segunda edição baseado na tríade Educação, Saúde e Desenvolvimento Humano

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.



WEBSERVICES - NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-E)

Autor(es):

George Sávio Antunes de Lima: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Luiz Augusto Machado Mendes Filho
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Com o atual cenário cada vez mais globalizado se fez necessário acontecer uma revolução digital na tecnologia da informação sendo o que se propõe com implantação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Podemos conceituar a Nota Fiscal Eletrônica como sendo um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar, para fins fiscais, uma operação de circulação de mercadorias ou uma prestação de serviços, ocorrida entre as partes. Sua validade jurídica é garantida pela assinatura digital do remetente (garantia de autoria e de integridade) e a Autorização de uso fornecida pelo Fisco, antes da ocorrência do fato gerador. As tecnologias que fundamentam o funcionamento do novo sistema são ainda novidade no Brasil, e existe pouca mão-de-obra capacitada e poucas informações sobre elas em língua portuguesa, considerando-se tanto livros quanto à internet. Entretanto, muitas empresas de informática já se mobilizaram, aprofundando seus conhecimentos na nova sistemática e nas tecnologias envolvidas. Dessa maneira, as empresas que desejarem adotar a Nota Eletrônica dispõem da opção de contratar serviço especializado que direcione e execute a transição.

(METODOLOGIA) A metodologia apresenta os procedimentos de pesquisa utilizados no desenvolvimento do trabalho, caracterizando sua tipologia, procedimentos utilizados, bem como suas limitações e relato de experiência a respeito da NF-e, a partir de um sistema de automação comercial desenvolvido pela empresa AR-Consultoria em Informática <http://www.ar-consultoria.com/>.

(RESULTADOS) Destacar as tecnologias envolvidas como certificado digital, assinatura digital, XML, webservice, componentes obrigatórios identificando os princípios gerais e a conexão sistemática. Implantação da NF-e, história da NF-e, conceitos, objetivos e seus benefícios. Até o término desse trabalho acadêmico pretendo estudar o impacto na implantação das NF-e, desde a implantação dos sistemas de informações requeridos, as dificuldades das micro e pequenas empresas como também as softhouse acompanharem as freqüentes mudanças realizadas em pequeno espaço de tempo. Onde antes mesmo de ser concluída e implementada uma mudança o governo junto ao fisco lança outra mudança sem um treinamento e preparação com antecedência, causando preocupação e indignação por parte da sociedade em particular (empresários, desenvolvedores de softwares e contadores).

(CONCLUSÃO) Concluiu-se que cada vez mais o governo impõe a sociedade repentinas mudanças, sem que aja uma preparação. Afetando diretamente as microempresas, pequenos empresários que muitas vezes não tem recursos suficientes pra acompanhar tanta mudança. Como também desenvolvedores autônomos de softwares que não mais poderá viver desse mercado, pelo fato da homologação obrigatória do software. Restringindo somente a pessoa jurídica e softhouse, que terá aumento de despesas com freqüentes homologações pra seus softwares ficarem de acordo com as leis vigentes impostas pelo fisco em curto prazo de tempo.

MONITORAMENTO E GERENCIAMENTO DE REDES

Autor(es):

João Rodrigo Silva de Carvalho: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Aluizio Ferreira da Rocha Neto
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A função de um profissional recém formado que inicia uma atividade em uma empresa é colocar em prática aquilo que foi explicado em sala de aula pelos professores, assim, adquirindo um sólido conhecimento sobre a profissão a ser atuada. Em primeiro momento, foi feita uma reunião definindo atividades a serem feitas por cada um do setor, entre servidores do Instituto, bolsistas e estagiários. O setor de redes, tem como função gerenciar o monitoramento toda a rede, documentação da rede que vai desde impressoras de rede a servidores de grande porte. Toda essa documentação, inclusive do Zabbix, fica documentada num wiki em um repositório do Redmine, que é um software livre, gerenciador de projetos baseados na web e ferramenta de gerenciamento de bugs. Ele contém calendário e gráficos de Gantt para ajudar na representação visual dos projetos e seus deadlines.

(METODOLOGIA) Para a realização deste estudo utilizamos a pesquisa exploratória, utiliza-se de dados obtidos através do Zabbix. Esses dados como: quantidade de largura de banda, portas gerenciáveis de equipamentos como firewall, switches, servidores, conseguimos montar diversas telas de monitoramento, tais como: mapas de serviços, mapa do monitoramento dos links, uso de memória, CPU, serviços Voip. O gerenciamento da rede é feito através de um servidor instalado no Datacenter que aponta para uma URL. Através desse endereço, podemos acessar de qualquer computador que esteja na rede, o sistema de monitoramento. O uso no setor de redes é feito por uma TV de 60 polegadas que mostra em forma de slides todas as telas desse monitoramento e avisa em forma de cores, se há algum serviço parado ou não.

(RESULTADOS) Na análise dos resultados da pesquisa realizada, Dentro destas questões discutidas, deu-se total importância ao monitoramento dos equipamentos que suportam a comunicação do cliente com a empresa, os servidores da empresa e os servidores dos clientes. O quanto antes a equipe de TI souber que o serviço ou equipamento está com problemas, mais rápido podemos tentar solucionar esses serviços. O principal problema a ser resolvido com a implantação de um software de monitoramento é melhorar o SLA (service level agreement) que traduzindo para o português seria o acordo de nível de serviço. Níveis de serviço são definidos no início de qualquer relação de outsourcing e usados para mensurar e monitorar o desempenho de um fornecedor. Muitas vezes, um cliente pode cobrar multa de um outsourcer se determinados SLAs não forem atingidos. Existem empresas que prestam serviço como Embratel, SitecNet que tem contrato com IFRN de fornecimento de Links de Internet em todos os Campi do RN e que em contrato, podem ter uma inatividade desses serviços por um certo tempo, caso não atenda, o Instituto pode aplicar multa.

(CONCLUSÃO) A ideia de propor um estudo sobre uma ferramenta que auxilie na gerência de rede vem da experiência com esse tipo de recurso, a visibilidade de um grande potencial da área, seja ela usada numa rede escolar, empresarial ou qualquer outra coisa. Com essa gerência, podemos aumentar bastante o tempo de atividade funcional da nossa rede de computadores. A facilidade de entendimento e usabilidade de uma solução usando o protocolo SNMP é muito grande. A utilidade disso em qualquer rede corporativa hoje em dia é fundamental para um perfeito funcionamento da mesma. Um outro ponto forte desta proposta é em estar trabalhando como tecnologias totalmente livres para seu uso, o que condiz muito com o propósito de quem usa o plataformas do Linux, não só pela sua robustez, segurança, confiabilidade, mas também por sua liberdade.

IMPLANTAÇÃO DO IPV6 EM AMBIENTE CORPORATIVO

Autor(es):

Wendell Pablio Soares Campelo: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Aluízio Ferreira da Rocha Neto
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O "Protocolo Internet" (IP), em sua estrutura permite qualquer dispositivo com um número e um endereço encontrar outro dispositivo através da grande rede. Estes endereços devem ser univocamente únicos para assegurar a conectividade global. A versão atual do IP (IPv4) foi implantada no final da década de 70 e deste então possui endereçamento de 32-bits e disponibiliza mais de 4 bilhões de endereços IP. Entretanto, não é suficiente para manter o contínuo crescimento da Internet. Diante desta situação no final da década de 90 um grupo de especialistas e empresas publicaram o que seria o protocolo IPv6, que foi gradualmente implantado, visando resolver definitivamente o problema de esgotamento dos IPv4. A versão 6 do protocolo IP, é fortemente baseada na versão 4, conservando seus pontos fortes e corrigindo suas fraquezas. Este trabalho aborda as principais mudanças e os novos recursos trazidos pela tecnologia IPv6, as quais pode-se citar: alteração no cabeçalho dos pacotes, sistema de segurança mais robusto, recursos plug-and-play, melhor suporte a dispositivos móveis e otimizações no roteamento.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo de caso, para avaliar a implantação do IPv6 em uma organização. Neste estudo, é necessário analisar o impacto da implantação da tecnologia de forma que esta seja a mais adequada à estrutura da organização. Foram estudados diversos métodos de uso do IPv6 considerando os requisitos e impactos aos usuários de cada método.

(RESULTADOS) Neste estudo, foi escolhido o método de pilha-dupla ("Dual-Stack") de protocolos, isto é, cada computador utiliza tanto a pilha de protocolos TCP/IP sobre IPv4 quanto IPv6. Esta técnica de transição foi a de melhor estratégia para introdução do IPv6, visto que é totalmente desaconselhado possuir nós com apenas um suporte a versão do protocolo IP, já que a Internet ainda funciona sobre IPv4. Com esta metodologia, hosts, roteadores e demais dispositivos de rede serão capazes de enviar e receber pacotes tanto em IPv6 quanto em IPv4. Até a data deste estudo o provedor testado no estudo de caso não dava suporte ao IPv6. Consequentemente, não conseguíamos comunicação com sites já em funcionamento com o novo protocolo, como "ipv6.google.com", por exemplo. Como solução, para conseguir comunicação via IPv6 mesmo não estando em uma rede que suporte este protocolo, foi encontrado o site (<http://www.gogo6.com>). O site e seus parceiros oferecem serviços gratuitos de tunelamento do IPv6 em cima do IPv4, justamente para contornar esta indisponibilidade do IPv6 pelos provedores. Através do software Freenet6, um cliente simples e gratuito para criação do túnel IPv6, é possível ter acesso a Internet usando um endereço IPv6 cedido pelo site Gogo6.com.

(CONCLUSÃO) O protocolo IPv6 vem para ser o substituto do IPv4, porém, como não existe uma data para esta virada, especialistas propõem que esta mudança seja feita gradualmente à medida que sites e provedores estão se adequando. Para implantar o IPv6 é simples, porém é necessário estudos e análise da infraestrutura. Entre as premissas, devem ser analisadas os cenários de coexistência e as técnicas de transição. Por fim, é altamente recomendado o uso da técnica de transição pilha-dupla, pois esta nativamente processa aplicações tanto do protocolo IPv6 quanto do IPv4, encaminhando o pacote requerido a sua respectiva origem. Porém, somente aplicar o "Dual-Stack" não significa necessariamente estar totalmente aderente a esta nova tecnologia do protocolo IP. Deve-se levar em consideração a mudança da infraestrutura e os aspectos de segurança introduzidos pela nova tecnologia.

PROJETO DE MIGRAÇÃO DE SERVIDORES FÍSICOS PARA VIRTUAIS

Autor(es):

Marckson Tadeu Cavalcanti Fernandes de Negreiros Junior: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Alúzio Ferreira da Rocha Neto
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Este artigo se resume a um estudo de caso da implantação da tecnologia de virtualização em uma empresa que ainda não ha possui. Esta empresa, antes da implantação possuía uma infraestrutura de servidores físicos, onde eles utilizavam serviços de tecnologia da informação como: Active directory, DHCP, DNS, Servidor de arquivos, E-mail, banco de dados, firewall, proxy, vpn, acesso remoto e impressão. Cada um desses serviços utiliza um servidor físico dedicado para cada um deles. Neste sentido será feita a migração de toda a infraestrutura de servidores físicos de uma empresa para uma infraestrutura de servidores virtualizados. Diminuindo assim a quantidade de servidores de onze servidores para apenas dois.

(METODOLOGIA) Primeiramente será explicado teoricamente a tecnologia e dada a definição do conteúdo, explicaremos a tecnologia da empresa Microsoft para realizar os trabalhos, no caso o Microsoft Windows Server 2008 Hyper-V, que será a principal tecnologia utilizada para realizar o projeto. Será apresentado todo o processo de implantação da tecnologia e preparação da infraestrutura, migração dos servidores, a reinstalação e configuração de alguns deles e o gerenciamento e manutenção dos mesmos. Mostraremos cada equipamento que foi utilizado, como foi configurado e como será administrado.

(RESULTADOS) Teremos como resultado da migração, grande diminuição no gasto de energia elétrica por parte da diminuição da quantidade de equipamentos ligados a rede elétrica, bem como o ganho na facilidade no gerenciamento e manutenção dos serviços de tecnologia, visto que a empresa passará a não depender mais de equipamentos físicos para realizar as atividades cotidianas, tudo estará funcionando no ambiente virtualizado. Aumento na disponibilidade dos serviços, pois caso um dos servidores onde está sendo executado uma das máquinas virtuais pare de funcionar, bastará transferir a máquina virtual para outro servidor com apenas alguns cliques e o serviço estará funcionando em poucos minutos, aumento na segurança pois o backup é facilitado, visto que para fazer o backup de um servidor virtual inteiro, basta copiar o arquivo de sua máquina virtual para um lugar seguro, dentre outros.

(CONCLUSÃO) Foi visto na execução deste trabalho que é muito viável a utilização da tecnologia de virtualização e quase indispensável para a maioria das empresas que necessita de serviços críticos de tecnologia da informação. Pois as empresas ganham algumas vantagens da alta disponibilidade, gasto de energia reduzido, facilidade na manutenção, fácil migração de servidores entre os hosts, backup facilitado. E que o gasto e empenho utilizados para criar toda a infraestrutura e fazer toda a migração dos servidores é viável, pois as vantagens vistas após o projeto ser concluído fazem com que valha a pena.

ANALISE DO DESENVOLVIMENTO DO SOFTWARE GERADOR DO ARQUIVO SPED

Autor(es):

Clean Cordeiro de Lima: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Com o grande avanço de infra-estrutura da tecnologia da informação (TI) no Brasil, as empresas pautam suas estratégias de negócios tendo como base o uso da TI, seja para melhorar ou automatizar seus processos. Na atualidade, existem cada vez mais softwares controlando processos, seja em órgãos públicos ou empresas privadas. Vendo essa cena é necessário que os desenvolvedores de softwares tracem e definam a melhor metodologia para o desenvolvimento de seus projetos. O desenvolvimento de software é caracterizado pelo conjunto de componentes encapsulados como: procedimentos, funções, módulos, objetos, os quais compõem a arquitetura do software. A definição de metodologias no processo de desenvolvimento, oferece uma forma mais fácil no acompanhamento do progresso do projeto. Apresenta-se o caso do desenvolvimento do software gerador de SPED, onde aborda-se as principais metodologias, ferramentas e obrigações para o seu desenvolvimento.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa experimental, onde foi desenvolvido o software gerador de arquivo SPED baseado no guia prático da escrituração fiscal digital - EFD, disponibilizado pelo Governo Federal. O sistema foi desenvolvido no Delphi 7, usando o banco de dados Firebird e contou apenas com um desenvolvedor, não foi definido nenhum tipo de metodologia de desenvolvimento de software, nem feito qualquer tipo de modelo.

(RESULTADOS) A fase de análise iniciou-se com a leitura dos requisitos contidos no guia prático da escrituração fiscal digital - EFD (conforme Ato COTEPE/ICMS no 09, de 18 de 2008 e alterações). O arquivo SPED basicamente é organizado por blocos, onde a sua apresentação tem que seguir uma sequência exata, esses blocos são: bloco 0 abertura, identificação e referência, bloco C documentos fiscais I (ICMS/IPI), bloco D documentos fiscais II (ICMS), bloco E apuração do ICMS e do IPI, bloco G controle de crédito de ICMS do ativo permanente – CIAP, bloco H inventário físico, bloco 1 outras informações e bloco 9 controle e encerramento do arquivo digital. Com todo levantamento em mãos foi dado início ao processo de codificação, onde foi definido um prazo de 8 dias úteis para o desenvolvimento de cada bloco, levando um total de aproximadamente 2 meses para sua versão beta. Onde se iniciou a fase de testes, que foram feitos através do PVA, que é um programa validador do arquivo SPED. O software ainda passou por alguns ciclos de desenvolvimento, nova análise dos requisitos, codificação e testes, que durou mais 1 mês e meio até sua versão final. Por fim, foi cumprido todo prazo e toda obrigação imposta pelo governo federal.

(CONCLUSÃO) Este trabalho apresenta o desenvolvimento do software gerador de SPED, e foi visto o quanto é importante avaliar a situação atual de um processo de desenvolvimento de software antes de iniciar seu desenvolvimento ou sua melhoria, pois no processo pressupõe mudança de uma situação inicial ou atual para uma situação desejada. Os resultados da análise evidenciaram que o processo de desenvolvimento do software possui alguns pontos a serem melhorados, como por exemplo, não foi feito qualquer tipo de documentação do software. Apesar de não seguir duramente qualquer tipo de metodologia de desenvolvimento, foi possível desenvolver o software no prazo determinado e com um custo desejável.

IMPRESSÃO SIMULTÂNEA DE CONTAS DA CAERN

Autor(es):

André Gustavo da Silva Azevedo: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Ivaldo dos Santos Nascimento: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Ronaldo Batista Ferreira: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Luiz Augusto Machado Mendes Filho
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A modernização tecnológica observada nos tempos atuais nos permite que, cada vez mais, busquemos novas formas de agilizar a execução de nossas tarefas diárias, dessa forma, podemos direcionar o foco de nosso trabalho e aproveitar o nosso tempo com aquelas atividades que realmente são consideradas relevantes. Na CAERN, em particular nas atividades ligadas a leituras e impressão de contas, as novas tecnologias vieram revolucionar o processo que, até então, eram realizadas de forma muito mecânica, conseqüentemente, sujeito a erros de várias naturezas. Com a informatização, vislumbrou-se a possibilidade de levarmos agilidade e transparência aos nossos clientes e, principalmente, minimizar a quantidade de erros observados no processo antigo.

(METODOLOGIA) Para a elaboração deste trabalho foram realizadas entrevistas com 10 funcionários da CAERN, sendo eles: técnicos ligados à área de TI, pessoas ligadas ao setor comercial, e ainda alguns leituristas, que são profissionais voltados à coleta das leituras nas residências, paralelo a isso, foram realizadas consultas a sites especializados no assunto.

(RESULTADOS) O Sistema de Leitura e Impressão Simultânea de Contas permite que em menos de um minuto os dados sejam impressos e entregue ao consumidor em forma de fatura, possibilitando que o mesmo faça a conferência das informações e esclareça suas dúvidas no ato da leitura. Além disso, o sistema realiza a análise da leitura efetuada, realizando cálculos da média dos últimos seis meses de consumo. Havendo uma elevação ou diminuição considerada fora da média desse consumo, o leiturista será informado da necessidade de confirmar sua leitura, minimizando assim, os erros de digitação. Outro aspecto importante é que a leitura do consumo do cliente e a impressão das faturas são realizadas no mesmo momento, evitando a separação de tarefas e, conseqüentemente, o retorno posterior do leiturista ao imóvel para entrega da fatura. Após a digitação dos dados no dispositivo móvel a fatura é impressa através de uma impressora portátil, os dados da coleta são enviados ao servidor central por transmissão remota através de telecomunicação móvel, onde há sinal das operadoras, utiliza-se o serviço de dados fornecido por elas, contudo, em caso de falha na comunicação ou nos locais onde não há sinal da operadora essa transferência pode ser realizada também via cabo conectado ao computador. O sistema conta com módulo de envio e recebimento automático em uma única conexão, através de parcerias com empresas de comunicação móvel como a Claro, Oi dentre outras operadoras.

(CONCLUSÃO) Como vimos, o processo trouxe inúmeros benefícios à CAERN e aos consumidores, dentre os quais, podemos destacar a satisfação do cliente e a agilidade como os mais relevantes. Entretanto, já existem soluções bem mais eficientes, um exemplo disso é a leitura por Rádio frequência, que permite a leitura remota ou telemedição, ou seja, é a automatização da medição e da transmissão de dados de fontes remotas para estações de recebimento. A leitura remota é comumente usada em locais de difícil acesso para a leitura visual. É muito comum os prédios novos estarem com a caixa do hidrômetro ou do medidor voltado para dentro dos apartamentos, assim, num futuro próximo essas leituras poderão ser coletadas através dessa tecnologia.

SISTEMA DE PROTOCOLO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS (SPED)

Autor(es):

Rafael Cunha Alves Moreira: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Luiz Augusto Machado Mendes Filho
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) As Organizações Militares, assim como várias empresas no mundo, produzem diversos tipos de documentos diariamente. Diante dessa afirmação, se verificou a necessidade de um sistema que organizasse todas as fases do trâmite de documentos. Atualmente, o sistema utilizado é o SPED. O Sistema de Protocolo Eletrônico de Documentos é uma aplicação Web que contempla o controle de protocolo e a elaboração de documentos das Organizações Militares do Exército Brasileiro. Ele foi concebido para oferecer maior organização dos documentos, garantir a padronização e facilitar o trâmite interno dos documentos.

(METODOLOGIA) O Exército Brasileiro possui uma técnica de disseminação de conhecimento que funciona de forma que um representante de cada Organização Militar recebe as instruções em um nível capaz de repassar as informações aprendidas no âmbito de sua Organização. Dessa forma, o 7º Batalhão de Engenharia de Combate, organização militar fonte de pesquisa, foi instruída para utilização do SPED. As demais informações e experiências incluídas nesse trabalho foram colhidas durante a utilização do sistema, figurando tanto como usuário, quanto como nível básico de suporte do mesmo.

(RESULTADOS) Durante a produção do trabalho, foi possível perceber que a utilização do sistema gera muitos benefícios para a empresa. Alguns deles são: a economia de papel, a diminuição do trabalho manual diário que gera muito mais produtividade, a padronização da elaboração de documentos, a garantia da validade temporal dos documentos que não permite que documentos sejam gerados posteriormente para “tapar” um “furo” do processo, a geração de responsabilidades e direitos a partir de documentos digitais, a capacidade de acompanhamento do trâmite e a geração de diversos tipos de relatórios. Porém, para se alcançar os benefícios, foi necessário quebrar algumas barreiras e enfrentar algumas dificuldades para a implantação e utilização do sistema. Para um melhor entendimento, podemos citar algumas dessas dificuldades. Foram dificuldades encontradas pela instituição: a criação de uma nova cultura na rotina dos funcionários, a dependência da alta gerência da instituição, a capacidade do usuário de “travar” o trâmite dos processos por descuidos particulares, a dificuldade em solucionar problemas com documentos retroativos e a exposição dos usuários diante da capacidade de se acompanhar todo o trâmite documental.

(CONCLUSÃO) Desta forma, podemos concluir que a informatização (utilização de SI/TI) é algo necessário e de extrema importância para uma instituição. Os benefícios são diversos e produzem resultados importantes para a melhoria no andamento dos processos da empresa. Além disso, as barreiras e dificuldades criadas pela implantação e utilização do sistema são, na verdade, frutos necessários e até mesmo parte das etapas para conquista de um resultado, positivo, maior.

ANÁLISE DA SOLUÇÃO ERP TOTVS. ESTUDO DE CASO: CONSTRUTORA A.GASPAR

Autor(es):

Lays Dantas de Souza: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Leandro Silva Monteiro de Oliveira: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Robson Costa do Nascimento: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Sthênio Diego do Nascimento Pessoa: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Luiz Augusto Machado Mendes Filho
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Essa pesquisa foi realizada com o objetivo de conhecer o ERP utilizado por uma construtora do Rio Grande do Norte. O Sistema desenvolvido pela TOTVS, apontado também como maior empresa de desenvolvimento de software da América Latina. Observamos as facilidades e benefícios obtidos através do uso desta ferramenta na forma como vem sendo empregado na empresa, ou seja, cada módulo sendo utilizado de forma independente em relação aos outros módulos, sem integração entre eles e ainda apontamos as facilidades e benefícios que o software potencialmente poderia ofertar à empresa, caso houvesse uma integração entre os módulos contábil, financeiro e fiscal, que são os únicos módulos utilizados atualmente. Foi possível apontar ainda os módulos de compras, cargos e salários, controle de documentos, estoque/custos, gestão de contratos, gestão de pessoal, processos trabalhistas e veículos, como tendências de uso ampliando a integração entre módulos e otimizando o apoio a tomadas de decisões na empresa, agregando valor a esta.

(METODOLOGIA) metodologia aqui utilizada se baseia em entrevista com o gerente de tecnologia da referida construtora, colhendo os pontos em que houve benefícios com a implantação.

(RESULTADOS) Dentre os diferenciais oferecidos pela TOTVS a seus clientes estão a possibilidade de personalizar relatórios e trazer o desenvolvimento para dentro da empresa cliente, customizando soluções, personalizando de acordo com a necessidade do cliente, com o uso de compilador e linguagem própria (ADVPL) através de analistas da franquia TOTVS local visita a empresa do cliente; promove cursos e treinamentos abertos a seus clientes. A empresa dispõe de alguns relatórios gerenciais customizados sob medida para auxiliar a tomada de decisões da diretoria, já como desvantagens da TOTVS podemos relacionar custo elevado de implantação e manutenção, apesar de que custo/benefício é uma relação e deve ser ponderada por cada empresa interessada em uma solução desta. Devido ao fato de não existir uma integração entre os módulos Financeiro, Contábil e Fiscal utilizados pela construtora o responsável por cada um dos módulos precisa cadastrar uma mesma nota fiscal segundo critérios próprios evidenciando apenas aspectos que sejam importantes para seu setor. Dessa forma, o sistema está gerando um retrabalho, o que seria desnecessário, partindo do ponto de vista que a integração é peça fundamental do conceito de um ERP.

(CONCLUSÃO) Apesar da construtora contar com um poderoso ERP, o mesmo não utiliza todas as suas funcionalidades. Uma integração e a inclusão no uso de novos módulos agregará valor, agilidade e controle bastante efetivo na tomada de decisões da empresa.

NOVAS FERRAMENTAS DIGITAIS IMPULSIONANDO O MARKETING TURÍSTICO SOB A ÓTICA GOVERNAMENTAL.

Autor(es):

Helvetius Luis Pinheiro Morais: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Luiz Augusto Machado Mendes Filho
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O interesse pelo tema deu-se pela observação de um decréscimo na taxa de ocupação hoteleira no estado do Rio Grande Do Norte. No ano de 2006, a referida taxa, teve sua fase de ascensão seguida de uma queda gradativa nos anos seguintes até 2009. No ano de 2010, ocorreu um leve acréscimo seguido de uma nova queda em 2011 (dados fornecidos pela SETUR/RN). Esses dados se tornam ainda mais alarmantes quando nos deparamos com um aumento de 162% (cento e sessenta e dois por cento) na taxa de fluxo de passageiros do aeroporto internacional Augusto Severo (dados obtidos junto a INFRAERO). A partir desta observação buscamos identificar que fatores ocasionam esta realidade e, dentre tantos motivos, encontramos a questão pura do marketing mal executado na área de estudo do “web marketing”. O intuito deste trabalho é elaborar o projeto de web marketing e coloca-lo em prática no órgão competente do governo do estado. Mostrando seu potencial turístico na tentativa de estabelecê-lo em nível de competitividade com estados indutores do turismo que praticam esta modalidade de divulgação. E por fim promove-lo de forma consciente, mostrando o que há de melhor turisticamente no estado.

(METODOLOGIA) A metodologia aplicada é a pesquisa bibliográfica. Para o início deste trabalho é necessário identificar, particularizar e demarcar um problema. A partir disto, sempre relacionando com pesquisas e dados estatísticos, através de abordagens experimentais, montar um planejamento estratégico eficiente para solucionar a falta da divulgação turística do estado através da ferramenta do marketing conhecido por web marketing. Este tipo de metodologia consiste em levantamentos de dados impressos ou eletrônicos.

(RESULTADOS) São três focos principais: o primeiro consiste em colocar em prática todo o estudo e pesquisa executado neste trabalho científico. Pois, como disse previamente, o estado não dispõe de um trabalho de divulgação digital e, assim sendo, inseri-lo nesse novo nicho de mercado. O segundo foco está em ocasionar, com ajuda do web marketing e novas tecnologias, o emparelhamento com outros estados que fazem desta forma de divulgação um de seus pontos fortes na área turística e, com isso, levar o estado do Rio Grande do Norte a um alto nível de competitividade. Para pôr tudo isso em prática é necessário elaborar estratégia, propaganda sobre como anunciar, vender, promover, estabelecendo vantagens competitivas e o mais importante: permanecer competitivo. O terceiro, o que melhor expressa os resultados, que seria vender turisticamente nosso estado, consiste em convencer o turista a nos visitar, mostrar o que temos de melhor na gastronomia, na cultura, e no lazer, resgatando a taxa de ocupação hoteleira e aumentando a arrecadação de impostos, gerando assim, maior renda para o governo.

(CONCLUSÃO) É comum, profissionais da área de desenvolvimento e negócios para internet, ouvirem de empresários e executivos que: é necessário sua(s) empresa(s) estarem na internet, porque seus concorrentes estão lá. Imaginam um site bonito com alguns bons recursos para atrair um público considerável, cativar possíveis clientes e marcar presença na Web. Antes de tudo isso é necessário que a empresa saiba o que quer atrair com a internet: se novos clientes, fidelizar os atuais, facilitar realização de negócios, divulgar informações, provimento de serviços e quem sabe, intermediar negócios entre empresas. Essas são algumas das diversas possibilidades e com esse perfil de pensamento, certamente, será muito mais efetivo do que postar um simples site bonito na internet.

USABILIDADE PARA USUÁRIOS IDOSOS EM AMBIENTES DE APRENDIZAGEM WEB

Autor(es):

Daniel Franklin Lima e Silva: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Luiz Augusto Machado Mendes Filho
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Nos dias de hoje, sabemos que a tecnologia está cada vez mais presente em nossas vidas, a necessidade de recorrer a meios de informação alternativos aparece sempre constante em nossa rotina diária. O uso da internet para adquirir informações e conhecimentos é usado de maneira muito constante, e esse uso é feito por todas as faixas etárias. Entretanto, ainda existe uma dificuldade considerável por parte dos usuários idosos no uso de ambientes de aprendizagem virtual ou sites educativos, por diversos motivos. Essa pesquisa foi realizada a fim de tentar trazer um esboço ou modelo de como facilitar ou potencializar a construção de ambientes web voltados para este público.

(METODOLOGIA) Foi tomado como base estudos já existentes sobre desenvolvimento de sites para idosos, e a partir daí foi realizada uma pesquisa com idosos entre 60 e 75 onde foi observado em prática suas maiores dificuldades. A pesquisa foi feita da seguinte forma: os idosos foram acompanhados durante o uso de um site de aprendizado online. Ao decorrer do processo foram observados os questionamentos e dificuldades, e ao final do processo foi feita uma entrevista com cada usuário para saber o que mais dificultou o uso desse meio de pesquisa.

(RESULTADOS) Após o término do uso de cada usuário e do fim do questionamento sobre o que mais dificultou durante a navegação, foram obtidos resultados inesperados. Foi observado logo enquanto iniciavam a interação com a máquina, uma dificuldade acentuada no manuseio e operação do computador, principalmente com o "mouse" e sua localização na tela. Após uma breve adaptação, os usuários foram guiados e encaminhados a ambientes de aprendizagem virtual voltados para esse público, onde encontraram muita dificuldade na navegação em alguns fatores, principalmente no que diz respeito a distribuição e organização do site, os menus nada intuitivos, e também o quesito fonte, a qual na maioria dos sites visitados era usado fonte padrão, dificultando o acesso e visualização de certos tipos de conteúdos para o público idoso.

(CONCLUSÃO) Podemos concluir que ainda existe uma carência na web em páginas voltadas exclusivamente ou parcialmente para os usuários idosos. A forma como é estruturada as páginas deve ser muito bem elaborada, partindo do ponto que os idosos em sua maioria não tem essa intuição de navegação. A fonte que é escrita as páginas é outro ponto a se ter cuidado, pois boa parte desses usuários apresentam carência visual e demonstram dificuldades ao tentar ler as fontes padrão. É aconselhado também que os idosos procurem um curso ou um treinamento de interação com a máquina, a informática básica, pois também é outro fator que atrapalha o uso do mesmo.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA UM SISTEMA WEB: UM ESTUDO NA EMPRESA PARAFUS-E

Autor(es):

Nancy Franklin Azevedo da Silva: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Luiz Augusto Machado Mendes Filho
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Nos dias atuais, cada vez mais os gestores encontram um concorrência acirrada diante de um mercado muitas vezes instável. Diante deste cenário e da necessidade de maximizar os lucros e superar expectativas, as empresas vem procurando ferramentas de análise de mercado que lhe proporcionem uma melhor visão, que lhe permitam uma otimização na captação e utilização dos recursos necessários e um melhor aproveitamento de oportunidades de crescimento de suas empresas. O planejamento estratégico de um sistema voltado para a web envolve todos os mesmos aspectos físicos, culturais, internos e ambientais de uma “empresa comum”. A análise desses fatores é considerada, dentro de uma metodologia de estudo passo-a-passo que oferece critérios de análise, para a tomada de decisões. O planejamento estratégico vem se consolidando como um importante instrumento de gestão utilizado pelas empresas na busca de crescimento e solidez em seus negócios. Assim, pretende-se realizar o planejamento estratégico de um sistema para internet para venda de parafusos e seus complementos, objetivando estudar aspectos como forças competitivas e análise do ambiente para determinação das funcionalidades deste sistema, bem como algumas estratégias de atuação desta empresa.

(METODOLOGIA) Este estudo foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica e a partir do referencial teórico obtido desenvolveu-se uma pesquisa experimental para colher os dados de análise de mercado e consequente formalização do planejamento estratégico apresentado para a Empresa Parafus-e.

(RESULTADOS) Obteve-se uma análise detalhada do ambiente em que se insere a Parafus-e e suas forças estratégicas. Em função disso, pode-se determinar sua estratégia competitiva e de marketing, seu modelo de renda e de negócio e as funcionalidades do sistema que ela irá utilizar, passando também pelo modelo de tomada de decisão do consumidor. Todas estas informações reunidas em um documento servirão como um instrumento de competitividade, não deixando este de ser visto, entretanto, como um processo contínuo e propulsor do desenvolvimento comportamental desta empresa.

(CONCLUSÃO) O sistema proposto pretende suprir as necessidades do mercado industrial do Rio Grande do Norte com um atendimento bastante diferenciado de todos os concorrentes atuantes na área de vendas de parafusos. Todos os concorrentes da Parafus-e, sem exceção, limitam-se a atender seus clientes apenas em lojas físicas, sem serviço de entrega, além de também não disponibilizar sequer um site com informações institucionais. Atuam de maneira totalmente passiva, esperando que o cliente venha até a loja para poder comprar o que deseja. A Parafus-e buscará superar as expectativas dos clientes com um sistema que estará além da internet: ele estará presente dentro da empresa, na sua casa, onde quer que este cliente se encontre. A Parafus-e está a distância de um clique.

ANÁLISE DE USABILIDADE EM TRÊS SITES DE COMPRAS COLETIVAS BRASILEIRO

Autor(es):

Eduardo Thales Pereira da Silva: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Luiz Augusto Machado Mendes Filho
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Nos dias de hoje as constantes inovações no campo da Tecnologia da Informação (TI) têm induzido a adaptação da população a um mundo cada vez mais globalizado, onde os processos de emprego secularmente tradicionais estão sendo substituídos por novos produtos e processos particularizados. O aglomerado de informações tecnológicas que é a internet tem proporcionado o surgimento de novas formas de mercado e o aprimoramento de outras. Atualmente muito procurado por oferecer promoções de produtos e serviços a preços mais baixos do que os que são oferecidos no mercado convencional, os sites de compras coletivas têm ganhado destaque no cenário web brasileiro. Várias diretrizes de usabilidade são estudadas para que possam ser colocadas em prática e servir de molde para o desenvolvimento de websites. A porta de entrada dos usuários para um site é sua homepage, estudos comprovam que se o site não tem uma interface clara e objetiva, o usuário demora menos que dois minutos até trocar de site. Com essas mudanças e o crescimento das informações disponíveis na internet, as interfaces de comunicação têm sido sempre objetos de estudo. A partir desse contexto, a fim de atender as necessidades e os diferentes perfis de usuários, desde pessoas iniciantes sem experiência alguma na internet a usuários experientes, os quais possuem maior familiaridade com o computador, é necessário que sites sejam projetados pensando no usuário e em sua interpretação, considerando as conformidades ergonômicas. Dessa forma, se faz necessária a utilização de critérios da denominação Interação Humano-Computador (IHC) e usabilidade, que é entendida como um atributo de qualidade relacionado à facilidade do uso de algo. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é identificar aspectos positivos e negativos no desenvolvimento e usabilidade de três sites de compras coletivas brasileiros: Peixe Urbano, Groupon e Clickon, estudando suas homepages, tempo de resposta, links, conteúdos, entre outras diretrizes da usabilidade.

(METODOLOGIA) Este trabalho utiliza o método de pesquisa quantitativa e qualitativa, realizada através da aplicação de questionários, além de estudos e pesquisas bibliográficas fundamentadas em textos, artigos e livros especializados.

(RESULTADOS) Verificou-se que 66,66% dos entrevistados confirmaram que o conteúdo destinado a página inicial é volumoso, o que pode dificultar a busca do usuário pelo seu objetivo. No que se refere ao tempo de resposta, 83,33% acredita que os sites são relativamente rápidos. Referente à localização nos sites, 83,33% acredita ser fácil encontrar a sua localização no momento, isso pode ser percebido através de uma arquitetura hierárquica de informações da URL, trilha de migalhas de pão. Outras diretrizes analisadas incluem também elementos de design em outras páginas, como: logotipo da empresa no canto superior esquerdo, utilizado também como link direto para a homepage, e links contendo informações dos conteúdos que seriam encontrados após o clique.

(CONCLUSÃO) De forma geral, os resultados obtidos mostram que os maiores percentuais são favoráveis a uma boa impressão dos usuários ao uso dos sites. Dessa forma percebe-se que para ter um site bem estruturado, claro e objetivo é necessário manter o usuário no centro do seu projeto de design. O sucesso para uma boa implementação está na simplicidade, desde que atenda e priorize o usuário

ALTA DISPONIBILIDADE: HEARTBEAT E DRBD

Autor(es):

Ivaldo dos Santos Nascimento: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Rafael Cunha Alves Moreira: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Ronaldo Batista Ferreira: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Romulo Fagundes Cantanhede

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O conceito de um sistema de alta disponibilidade é aquele que utiliza mecanismos de detecção, recuperação e mascaramento de falhas, afim de manter os serviços funcionando durante o máximo de tempo possível. Desta forma, disponibilidade entende-se na possibilidade de um usuário de determinado sistema acessar, incluir ou modificar os dados existentes, assegurando a integridade de qualquer alteração realizada a qualquer momento. Se por algum motivo um usuário não tenha acesso a todo ou parte fundamental desse sistema, então se diz que ele está indisponível. O cálculo de disponibilidade de um sistema é encontrado a partir de dois parâmetros: O tempo médio entre falhas e o tempo médio de recuperação, que é o espaço de tempo médio em execução entre a ocorrência da falha e a total recuperação do sistema. As ideias mais próximas da perfeição de disponibilidade exigem a redundância da estrutura para evitar a existência de pontos únicos de falha. Com isso, percebemos que a redundância da estrutura é um dos requisitos para se conseguir alta disponibilidade. Combinando isso com uma camada de software capaz de monitorar e assumir os serviços de um servidor em produção quando nele ocorrer uma falha, podemos então encontrar uma das melhores tecnologias para disponibilidade. A camada de software é composta pelo Heartbeat e o DRBD, tecnologias de alta disponibilidade que serão foco desse projeto.

(METODOLOGIA) Os estudos realizados para a produção deste projeto foi baseado em assuntos tratados em sala de aula que incentivou a busca de informações mais profundas em artigos, revistas e livros. A partir de um tema "levantado" pelo professor durante as aulas, o grupo de autores deste projeto decidiu escolher o tema "Alta disponibilidade", solicitando ao professor mais esclarecimentos sobre o assunto agregando esse conhecimento colhido aos estudos e pesquisas individuais de cada componente do grupo.

(RESULTADOS) Dentre várias soluções proprietárias para construir um ambiente de alta disponibilidade, o Heartbeat e o DRBD conseguem juntos excelentes resultados para sistemas Linux, sem grandes custos por se tratarem de softwares livres, a maturidade desses dois softwares atingiu um nível que venceu determinadas desconfianças presentes no rigoroso mercado corporativo. Quanto mais os computadores ganham espaço nas empresas, nos escritórios e na vida das pessoas em geral, mais se houve falar em "alta disponibilidade". Sabemos que uma parada crítica pode causar prejuízos incalculáveis, assim, nenhum usuário quer que sua máquina pare, de repente, de funcionar. E é justamente a alta disponibilidade que vai garantir a continuidade de operação do sistema na prestação de serviços de rede, armazenamento ou processamento, mesmo se houver falhas em um ou mais de seus elementos.

(CONCLUSÃO) Portanto, alta disponibilidade é hoje um assunto que interessa a um número cada vez maior de usuários. E, sem dúvida, tornou-se um requisito fundamental em sistemas que ficam no ar 24 horas por dia, sete dias por semana, ou que não aguentam paradas de meia hora ou até mesmo de alguns minutos. Afinal, paradas não planejadas podem comprometer, no mínimo, a qualidade do serviço, sem contar o prejuízo financeiro.

ROUND ROBIN DNS: COMPARTILHAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE CARGA

Autor(es):

Robson Costa do Nascimento: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Sthênio Diego do Nascimento Pessoa: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Romulo Fagundes Cantanhede
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O Domain Name System (DNS) é um banco de dados de informações sobre os computadores (hosts) na internet. Esse banco de dados tem a característica de ser distribuído. Como a suíte de protocolo TCP/IP é baseada nos endereços IP e esses endereços são mais difíceis de serem memorizados, utiliza-se o DNS para mapear os nomes dos computadores (hosts) em endereços IP. Essa é a principal, mas não única função do DNS. O DNS mantém também informações sobre o roteamento de emails, além de conter uma série de informações sobre os hosts da rede. Quando uma aplicação ou usuário faz uma referência a um nome de um computador, é enviada uma mensagem para o servidor DNS que, por sua vez, retorna o endereço IP daquela, máquina e com esse endereço é que a comunicação se realiza.

(METODOLOGIA) Reunimos leitura especializada para chegar ao conceito ao qual atendia ao objetivo deste artigo. A existência de várias vertentes possíveis a partir do assunto principal fez com que a escolha de uma delas fosse necessária para dar maior ênfase e chegar a uma conclusão mais aprofundada restringindo, dessa forma, uma área a ser explorada de forma mais minuciosa, permitindo uma explanação mais clara e objetiva. Com isso foi abordado prioritariamente o DNS sob a ótica de sistemas distribuídos, o conceito Round Robin utilizado por servidores DNS e sua importância para a sustentabilidade dos serviços web tal como conhecemos e usamos cotidianamente.

(RESULTADOS) Observamos que o Round robin é um mecanismo de equilíbrio local de carga, usado pelos servidores DNS para compartilhar e distribuir cargas entre dois ou mais servidores da rede. Entenda-se por carga de trabalho no servidor DNS, os pedidos para resolução de nomes, enviados através de consultas dos diversos clientes da rede (estações de trabalho e outros equipamentos conectados à rede). Por exemplo, pode ser utilizado para distribuir os acessos a um site de elevado volume de acessos entre dois ou mais servidores Web, os quais que contém exatamente o mesmo conteúdo. Em resumo, usando o Round robin, a um único nome DNS são associados dois ou mais endereços IP. A medida que as requisições vão chegando, o servidor DNS responde cada consulta com um dos endereços IP e depois faz uma reordenação da lista de endereços, para que na próxima requisição, um endereço IP diferente seja o primeiro da lista. Isso proporciona uma distribuição igualitária de carga entre os diversos servidores.

(CONCLUSÃO) Embora muito fácil de implementar, podemos observar que o round robin DNS tem desvantagens importantes, como as herdadas da hierarquia DNS si e TTL, o que faz com que o cache de um endereço indesejado seja muito difícil de gerir. No entanto, algumas técnicas, juntamente com os métodos de balanceamento de carga, podem produzir boas soluções para algumas situações. Palavras-Chave: DNS, Round Robin, Balanceamento

GERENCIAMENTO DE MEMORIA VIRTUAL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Autor(es):

Ednildo Fernandes da Silva: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Fábio Henrique Meira Pereira: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Leandro Bezerra Diniz: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Marcelo Luis da Silva Pinheiro: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN

Orientadores(es):

Kaio Alencar de Azevedo Dantas
Instituição de Ensino: UNI-RN *Luiz*
Augusto Machado Mendes Filho
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Este artigo tem como objetivo descrever como a Memória Virtual funciona na atualidade e qual a sua importância para a execução de programas pelo sistema operacional, mostrando que a memória virtual é imprescindível para que tenhamos um sistema eficaz e mais ágil. A memória virtual foi um dos mecanismos mais interessantes criados até hoje no mundo da computação, fazendo com que programas compartilhem a memória RAM do sistema, pensando que possuem toda a memória esta disponível para uso próprio. Esse conceito engloba e utiliza vários outros recursos, como cache de disco, paginação e tabela de páginas.

(METODOLOGIA) Esse trabalho utiliza o método de pesquisa bibliográfica e exploratória, onde foram feitas pesquisas em livros e artigos especializados publicados e que se encontram disponíveis na internet.

(RESULTADOS) Em grande parte dos computadores, a quantidade de memória RAM instalada por padrão não dá conta de executar sozinho determinados aplicativos (navegador, suíte de criação, comunicadores instantâneos, etc.) ao mesmo tempo. Por esse e outros motivos, o mecanismo de Memória Virtual foi desenvolvido, visando compartilhar a RAM de maneira eficiente entre os programas. Logo, sua importância para a computação é inegável, principalmente por aproveitar ao máximo o uso da RAM. Apesar da memória ser dividida em pequenos pedaços, cada programa é enganado pelo sistema operacional, pensando que a memória é contínua e exclusiva só para ele. Isso acontece por causa do mecanismo de Memória Virtual, que consiste em criar tabelas que relacionam posições virtuais e reais da RAM para um mesmo aplicativo, já que os aplicativos necessitariam mais espaço do que o disponível. Memória Virtual é um artifício criado para poupar o uso da memória RAM, ele pega emprestado uma boa parte do espaço disponível do seu HD para emular uma memória RAM, com isso os dados ficam armazenados temporariamente no HD e sua memória RAM real fica livre para armazenar outros dados. A intenção é boa, deixa o sistema executar mais programas simultaneamente, porém paga-se um preço muito alto quando falamos em desempenho da máquina. Podemos dizer ainda que a memória virtual é um arquivo dinâmico, isto é, de tamanho variável dependendo da carga de trabalho do sistema, quando a mensagem de memória virtual baixa aparece na bandeja do sistema, é porque este arquivo dinâmico muito pequeno, provavelmente por causa da falta de espaço na unidade de disco onde está, quando isso acontece, o sistema perde rendimento, pois não consegue realizar a operação de troca de memória corretamente.

(CONCLUSÃO) Pode-se concluir que a cada ano que passa, as tecnologias utilizadas no mundo da computação se desenvolvem cada vez mais, fazendo com que os aplicativos exijam cada vez mais recursos do sistema.

UM ESTUDO DE MODELOS DE NEGÓCIOS PARA PORTAIS DE NOTÍCIAS

Autor(es):

Renato Lopes de Luna Freire: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Luiz Augusto Machado Mendes Filho
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Os portais de notícias atualmente estão entre os websites mais visitados em todo o planeta, com número médio de visitantes únicos crescendo cerca de 16%, segundo o instituto Nielsen, eles têm importância no dia-a-dia de seus leitores comparável à das maiores redes de televisão e dos jornais impressos, entretanto, como o mercado da Internet é, por sua natureza altamente dinâmico, competitivo e interativo, tais portais necessitam de não só repassar aos seus leitores as notícias como nos outros meios, mas precisam compreender o quê e como os mesmos querem consumir a informação como produto final, para que assim consigam tais acessos com frequência, assim, o presente trabalho tem como objetivo fazer um estudo de múltiplos casos de portais de notícias que para que outros possam adaptar-se às constantes mudanças de mercado, quais foram essas adaptações em seus modelos de negócios destacando aspectos como: mudança de hábitos de seus leitores e suas tendências para que as empresas jornalísticas que ainda não se adaptaram ao mercado da web 2.0 possam os adotar com a finalidade de tornarem-se relevantes.

(METODOLOGIA) O trabalho tem duas estratégias de pesquisa para a concretização de seu estudo, uma é a observação da realidade do mercado atual observando os hábitos e comportamento do público alvo, outra é o estudo de múltiplos casos de sucesso no mercado do jornalismo eletrônico, observando como tais empresas modificaram a elaboração de seus produtos, divulgação, organização e em que baseiam-se seus modelos de negócios.

(RESULTADOS) O projeto tem como resultados esperados detectar através da observação da realidade dos serviços oferecidos pelos portais mais relevantes e detectar as diferenças dos mesmos de acordo com os modelos adotados por tais portais detectando em qual modelo serão fundamentados os negócios dentre a adoção do "paywall" (distribuição de conteúdo fechada somente a assinantes), "paywall" apenas para parte do conteúdo disponibilizando conteúdo gratuito, ou com limite de uso para os usuários do serviço gratuito, ou com a venda de serviços diferenciados sendo um modelo freemium, ou da venda de propaganda.

(CONCLUSÃO) Espera-se que com este trabalho detectar as necessidades do mercado editorial online e quais as estratégias e identificar estratégias e implementações em casos de sucesso que sejam ideais para que uma empresa jornalística que ainda não se adaptou por completo ou ingressou no mercado de notícias online adote para obter sucesso de acordo com as tendências do mercado, sendo elas, tecnológicas, administrativas e no modo em que as notícias são distribuídas, trabalhadas, divulgadas e organizadas.

DESENVOLVIMENTO DA DELEGACIA VIRTUAL

Autor(es):

Vinicius Araujo Silva: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Itamir de Moraes Barroca Filho

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A popularização da internet e conseqüentemente dos sistemas de informação, tornou a informação um dos bens mais valiosos existentes hoje em dia. Através desses sistemas é possível ter tais informações sempre disponíveis, com um acesso rápido e seguro. Atualmente toda e qualquer instituição, seja ela pública ou privada, necessita que estas informações estejam sempre disponíveis quando forem necessárias, seja para auxiliar na tomada de uma decisão estratégica de uma empresa, ou para prestar um serviço. A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Estado do Rio Grande do Norte (SESED/RN) visando oferecer à população do estado uma melhoria no serviço de emissão de Boletins de Ocorrência, através da Coordenadoria de Informática e Estatística (COINE), solicitou o desenvolvimento de um novo sistema de informação, nomeado de Delegacia Virtual, sistema esse, que propõe um melhor serviço de emissão de Boletins de Ocorrência.

(METODOLOGIA) O desenvolvimento da Delegacia Virtual, se iniciou no dia 11 de novembro de 2011, sendo implantado em meados de fevereiro do corrente ano. Utilizando-se de uma metodologia experimental, o sistema foi desenvolvido utilizando-se da tecnologia Java, utilizando alguns de seus frameworks e bibliotecas auxiliares. As principais tecnologias utilizadas no sistema são: Microsoft SQL Server 2008 - banco de dados que armazena todas as informações pertinentes da aplicação, Java API Persistence (JPA) - framework responsável pela camada de persistência de dados, Primefaces - biblioteca de componentes responsável pela camada de visualização, JasperReports - framework responsável pela geração e apresentação de relatórios e o servidor de aplicação Apache Tomcat 7.0.

(RESULTADOS) A Delegacia Virtual ao ser implantada, cumpriu o seu objetivo principal de melhoria no serviço de emissão de Boletins de Ocorrência. As principais melhorias que ocorreram no serviço foram: a maior agilidade na emissão e confiabilidade nas informações presentes nos boletins e em relatórios, integração entre sistemas existentes em alguns órgãos que compõem a segurança pública, promovendo uma maior agilidade no andamento de processos internos dentro da instituição.

(CONCLUSÃO) A implantação desse sistema de informação foi um grande passo dado pela secretaria para a melhoria de seus serviços prestados à população do Estado do Rio Grande do Norte. Promoveu uma integração entre sistemas de diversos órgãos que a compõem, dando mais agilidade e confiabilidade em seus processos internos. O sistema ainda tem bastante espaço para crescimento, visto que sempre aparecem novos requisitos, dentre esses requisitos pode ser destacado o desenvolvimento de uma interface para dispositivos móveis, área em constante expansão na área de T.I.

MERCADO DE START UP - SUA IDÉIA GERANDO LUCROS

Autor(es):

Adeilton Nascimento Sales: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Kaio Alencar de Azevedo Dantas
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Tudo começou durante a época que chamamos de bolha da Internet, entre 1996 e 2001. Apesar de usado nos EUA há várias décadas, só na bolha ponto-com o termo "startup" começou a ser usado por aqui. Significava um grupo de pessoas trabalhando com uma ideia diferente que, aparentemente, poderia fazer dinheiro. Além disso, "startup" sempre foi sinônimo de iniciar uma empresa e colocá-la em funcionamento. O modelo de negócios é como a startup gera valor - ou seja, como transforma seu trabalho em dinheiro. Por exemplo, um dos modelos de negócios do Google é cobrar por cada click nos anúncios mostrados nos resultados de busca - e esse modelo também é usado pelo Buscapé.com. Um outro exemplo seria o modelo de negócio de franquias: você paga royalties por uma marca, mas tem acesso a uma receita de sucesso com suporte do franqueador - e por isso aumenta suas chances de gerar lucro. Um cenário de incerteza significa que não há como afirmar se aquela ideia e projeto de empresa irão realmente dar certo - ou ao menos se provarem sustentáveis.

(METODOLOGIA) Startups são somente empresas de internet? Não necessariamente. Elas só são mais frequentes na Internet porque é bem mais barato criar uma empresa de software do que uma de agronegócio ou biotecnologia, por exemplo, e a web torna a expansão do negócio bem mais fácil, rápida e barata - além da venda ser repetível. Mesmo assim, um grupo de pesquisadores com uma patente inovadora pode também ser uma startup - desde que ela comprove um negócio repetível e escalável.

(RESULTADOS) Muitas pessoas dizem que qualquer pequena empresa em seu período inicial pode ser considerada uma startup. Outros defendem que uma startup é uma empresa com custos de manutenção muito baixos, mas que consegue crescer rapidamente e gerar lucros cada vez maiores. Mas há uma definição mais atual, que parece satisfazer a diversos especialistas e investidores: uma startup é um grupo de pessoas à procura de um modelo de negócios repetível e escalável, trabalhando em condições de extrema incerteza.

(CONCLUSÃO) É justamente por esse ambiente de incerteza (até que o modelo seja encontrado) que tanto se fala em investimento para startups - sem capital de risco, é muito difícil persistir na busca pelo modelo de negócios enquanto não existe receita. Após a comprovação de que ele existe e a receita começar a crescer, provavelmente será necessária uma nova leva de investimento para essa startup se tornar uma empresa sustentável.

ALTA DISPONIBILIDADE DE BANCO DE DADOS UTILIZANDO O MICROSOFT SQL SERVER 2008

Autor(es):

Rafael Stroppa Gonçalves: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Romulo Fagundes Cantanhede
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) No mundo corporativo atual a dependência da informação tecnológica é um fator primordial para qualquer rotina administrativa executada. Através destas informações são tomadas decisões estratégicas que podem impactar diretamente na sobrevivência da empresa no mercado atual. Tendo em vista a importância destes dados, se faz necessário buscar soluções que tornem os dados disponíveis em tempo integral utilizando soluções de alta disponibilidade. A principal aplicação da Alta Disponibilidade é buscar uma forma de manter os serviços prestados por um sistema de informação, mesmo que este sistema venha sofrer modificações internas por causa de falhas. Neste ponto fica implícito o mecanismo utilizado para o mascaramento de falhas, seja através de redundância ou replicação de dados. Uma subárea de tolerância a falhas, que visa manter a disponibilidade dos serviços prestados por um sistema de informação, através de redundância de hardware e reconfiguração de software. Vários computadores agindo como um só, monitorando uns aos outros e assumindo seus serviços no caso de algum deles falhar.

(METODOLOGIA) Dentre os procedimentos de Alta Disponibilidade temos o conceito de disponibilidade de banco de dados. Altamente necessário tendo em vista que os sistemas de informação das empresas armazenam seus dados nestes repositórios. Com esta necessidade do Mercado, a Microsoft dispôs em seu SGBD algumas soluções para alta disponibilidade de banco de dados. Dentre essas soluções, temos a Replicação de dados, onde é possível manter cópias fiéis dos bancos de dados em diversos servidores. Replicação de banco de dados é o processo de manter duas ou mais réplicas dos dados em diferentes instâncias de um servidor de banco de dados. No planejamento para implantação de um ambiente de replicação devem ser considerados alguns fatores, tais como: Latência, Autonomia de réplica, Conflitos de atualizações e Velocidade de link.

(RESULTADOS) Com a implementação de uma solução de alta disponibilidade através de replicação de dados é possível destacar algumas vantagens, tais como: Disponibilidade: Considerando um conjunto de objetos, caso um deles se torne indisponível, o outro pode ser acessado mantendo a continuidade da operação que estava sendo realizada; Desempenho: partindo do princípio que vários objetos são replicados, uma aplicação que necessita desse objeto pode escolher, dentre os objetos disponíveis, o que lhe proporciona um tempo de acesso menor, aumentando assim o desempenho da aplicação; Redução de custos: É possível na replicação, em determinadas circunstâncias, propiciar uma redução de custos, por exemplo, com conectividade, pois se pode utilizar soluções de conectividade mais baratas mantendo localmente objetos replicados nos pontos de acesso e configurando a replicação para ocorrer em momentos de menor tráfego; Redundância da informação: as informações estão preservadas nas demais réplicas, no caso de falhas permanentes nos objetos replicados, visto que eles são replicados entre si.

(CONCLUSÃO) Hoje se torna indispensável uma solução de alta disponibilidade para empresas que necessitam dispor de serviços 24 horas / 7 dias por semana. Tomamos como exemplo empresas de comércio eletrônico, onde o forte é a venda de produtos pela web. Uma paralisação nos serviços custaria muito caro para esta empresa. Outro caso que podemos citar são os bancos, onde transações financeiras de diversos tipos ocorrem diariamente. Desta vemos que uma solução de alta disponibilidade hoje em dia deixou de ser um item opcional e passou a ser uma solução obrigatória em empresas que querem destaque no mercado.

CLÍNICAS MOBILE - OTIMIZANDO O GERENCIAMENTO DE CONSULTAS NO PROJETO DAS CLÍNICAS INTEGRADAS

Autor(es):

Lays Dantas de Souza: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Leandro Silva Monteiro de Oliveira: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Romulo Fagundes Cantanhede
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Os frameworks facilitam o desenvolvimento e a criação de softwares, permitindo assim um desenvolvimento de forma ágil e concisa, sendo eles baseados em regras pré-definidas de um modelo de arquitetura organizado, agilizando a entrega e validação do produto de software. Neste contexto, foi adotado o Framework Grails, como ferramenta de desenvolvimento utilizado no projeto em questão, por permitir o dinamismo e facilitar a curva de aprendizagem na criação de aplicações web através de uma linguagem de programação para a plataforma Java, chamada Groovy. Pelas facilidades oferecidas pelo Grails foi permitido a fácil integração com o Android - sistema operacional para dispositivos móveis baseado no núcleo do linux - com o objetivo de informatizar e otimizar processos, feitos de forma manual e demorada, de confirmação e visualização de consultas nas clínicas integradas, tanto para os pacientes quanto para os profissionais de saúde.

(METODOLOGIA) Para o desenvolvimento deste artigo foi efetuado uma pesquisa qualitativa, afim de conhecer como o processo de agendamento e confirmação de consultas das clínicas integradas da UNIRN era realizado. O público alvo desta pesquisa foram os pacientes e profissionais da saúde que, respectivamente, utilizam os serviços das clínicas integradas, e atendem aos pacientes. Além da pesquisa qualitativa, composta por uma questão subjetiva, foi realizado um estudo de caso embasado no projeto das clínicas integradas, que teve como finalidade extrair as soluções necessárias para a sua automatização.

(RESULTADOS) De acordo com as informações coletadas na pesquisa qualitativa, realizada no período de 01/10/2012 à 12/10/2012 em que foram entrevistadas seis pessoas, foi possível observar que o processo de agendamento de consultas é feito de forma manual. Para isso, é utilizada uma ficha impressa em que o paciente preenche seus dados a cada nova consulta realizada, desperdiçando, portanto, tempo e recursos como o papel. Com a implantação da solução desenvolvida pelo núcleo de desenvolvimento de software da UNIRN, todo esse processo é automatizado, agilizando e otimizando a marcação de consulta, uma vez que o paciente será cadastrado, com seus dados armazenados em banco de dados, no sistema e não precisará preencher uma ficha com os mesmos dados a cada nova consulta agendada. A partir disso, foi possível desenvolver um modulo mobile que utiliza a integração do Grails com o Android de maneira produtiva e simples. Esse modulo mobile tem a finalidade de ser utilizado tanto pelos pacientes, para a visualização e confirmação das suas consultas, quanto para os profissionais de saúde das clínicas, para a visualização das consultas em um intervalo de tempo definido por dias, auxiliando assim ambos os lados de maneira cômoda. Tais visualizações de consultas irão conter dados como data, hora, clínica, status e nome do paciente.

(CONCLUSÃO) Baseado no sistema ultrapassado utilizado pelas clínicas e levando em consideração que ocorre diversos problemas nesse sistema (inclusive sendo necessário, muitas vezes, a utilização de papel para cadastramento dos pacientes, o que leva a desperdício de recursos) é notável que o sistema implementado torna todos esses processos, antes manuais, mais eficientes e fáceis, inclusive permitindo a coleta de informações e armazenamento do histórico dos pacientes. Com isso, a proposta de utilização de dispositivos móveis para acesso e busca de informações por parte dos médicos e pacientes cumpri, de maneira eficiente e eficaz, ao que foi proposto inicialmente.

COMO EVITAR FALHAS EM SISTEMAS EMBARCADOS

Autor(es):

Carlos Magno Gonzaga Rabelo: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Denilton Falcão Soares: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
DIEGO BEZERRA RIBEIRO: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Mateus de Araújo Freire da Silva: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN

Orientadores(es):

Kaio Alencar de Azevedo Dantas
Instituição de Ensino: UNI-RN
Luiz Augusto Machado Mendes Filho
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Neste presente trabalho iremos abordar o que são sistemas embarcados, para que eles servem, onde podemos encontrar quais as consequências que podem ocorrer durante uma falha e quais os métodos que podemos ter para corrigir diversas falhas existentes.

(METODOLOGIA) Esse trabalho utiliza o método de pesquisa bibliográfica, onde foram feitas pesquisas em livros e artigos especializados publicados e que se encontram disponíveis na internet e também pesquisa exploratória que tem como objetiva entender uma situação, um fato, um problema, um caso, a partir de estudos feitos por diferentes autores. Funciona como se estivesse fazendo uma varredura em tudo que foi escrito de mais importante sobre o assunto, para poder entendê-lo.

(RESULTADOS) Sistemas embarcados são definidos como computadores embutidos em dispositivos portáteis, manipulando dados dentro de sistemas ou dispositivos maiores, possuindo atualmente um mercado em grande expansão. Segundo Broy (1997), um sistema embarcado tem como objetivo regular um dispositivo físico enviando sinais de controle para atuadores em reação a sinais de entrada fornecidos pelo usuário ou por sensores. A indústria eletrônica tem crescido nos últimos anos a uma taxa impressionante e um dos principais motivos para tal crescimento é a incorporação de sistemas eletrônicos numa grande variedade de produtos tais como automóveis, eletrodomésticos e equipamentos de comunicação pessoal. O que pode surpreender, no entanto, é que bilhões de sistemas são produzidos anualmente para as mais diferentes propostas; tais sistemas estão embutidos em equipamentos eletrônicos maiores e executam repetidamente uma função específica de forma transparente para o usuário do equipamento. Apesar da melhoria na qualidade do produto final, o projeto de tais sistemas tornou-se bem mais complexo, principalmente por envolver uma série de componentes distintos e de natureza heterogênea. O projeto de uma mesma aplicação pode incluir, por exemplo, transistores e instruções de máquina de um processador. Contudo esse crescimento tem suas desvantagens podendo levar a ocorrência a falhas que representa um grande desafio para os engenheiros e pesquisadores destes sistemas, visto que uma falha pode gerar efeitos catastróficos para o mesmo, ocasionando assim grandes perdas financeiras e/ou de vidas humanas. Existem técnicas que serão baseadas em hardware que serão capazes de aumentar a robustez de sistemas embarcados, entre essas técnicas esta a que é baseada na implementação de um escalonador que monitora a execução das tarefas e verifica se as mesmas estão de acordo com as restrições de tempo e sequencia de execuções especificadas. Em relação a modelos temos o de referencia que é o eOSI, onde tem por objetivo permitir que estes sistemas sejam desenvolvidos sob uma nova perspectiva que facilite a escolha das estratégias de tolerância a falha a serem empregadas na aplicação.

(CONCLUSÃO) Tiramos a conclusão que a cada ano que passa as indústrias vão modernizando o processo de sistemas embarcados e cada vez, mas ficando mais vulneráveis se não tiver um acompanhamento de profissionais que estejam qualificados para que diminuam essas falhas ocorrentes. Palavra-chave: Sistemas Embarcados; Falhas em Sistemas Embarcados; Sistemas Embutidos.

ANALISE DA RELAÇÃO FRAMEWORK E PRODUTIVIDADE NO DESENVOLVIMENTO WEB. ESTUDO DE CASO: CLÍNICAS INTEGRADAS

Autor(es):

Lays Dantas de Souza: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Leandro Silva Monteiro de Oliveira: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Romulo Fagundes Cantanhede
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O uso de frameworks possibilita a reutilização de componentes comuns entre vários projetos de software, promovendo assim funcionalidades genéricas. Com isso, o tempo e os esforços exigidos na produção de software são reduzidos drasticamente, uma vez que, os frameworks aumentam a produtividade, maximizam o reutilização de código e reduzem a possibilidade de erros. Dentre os diversos frameworks existentes para a plataforma Java - plataforma mais utilizada para o desenvolvimento de aplicações web corporativas - foram escolhidos os dois principais (JSF - Java Server Faces - e Grails) para serem analisados e comparados, e assim verificar se existe relação, direta ou indireta, entre o desempenho da equipe desenvolvedora e o framework utilizado.

(METODOLOGIA) Foi adotada uma metodologia baseada em um estudo de caso do núcleo de desenvolvimento de software da UNIRN, em que foram realizadas comparações das soluções que foram utilizadas no desenvolvimento do projeto Clínicas Integradas. O estudo de caso foi dividido em dois momentos. No primeiro momento foi analisado o framework inicialmente utilizado, o JSF (Java Server Faces); e no segundo momento foi analisado a solução atual adotada, o framework Grails. A partir dessas análises foi possível fazer uma comparação dessas duas tecnologias, levando em consideração a que melhor atende as necessidades do projeto.

(RESULTADOS) Observamos que a arquitetura inicialmente utilizada no projeto das clínicas integradas continha as seguintes tecnologias: Java Server Faces, Jboss Seam, Hibernate, Postgres, juntos com a IDE do Eclipse. A integração entre essas tecnologias era trabalhosa, uma vez que, os componentes utilizados eram desacoplados, dificultando assim a manipulação dos mesmos em conjunto. Viu-se, também, que a equipe inicial do projeto das clínicas era composta por 15 desenvolvedores, 2 analistas de software e 1 administrador de banco de dados, entretanto essa equipe não tinha as facilidades que uma arquitetura bem estruturada e agregada trás, pois mesmo ela sendo numerosa isso não se refletia na produtividade. Os principais problemas encontrados nesse aglomerado de tecnologias eram a demora para dominar a arquitetura, a integração dos frameworks e o fato de não existir um reaproveitamento de códigos repetitivos. Isso não acontecia na arquitetura atual. Nela foi utilizada uma solução desenvolvida pela empresa Spring Source, que é um dos maiores desenvolvedores de frameworks para a plataforma java. Essa solução consisti em um framework mais robusto que agrupa todo um conjunto de ferramentas. Dentre elas, o framework Grails que utiliza uma linguagem de tipagem dinâmica, chamada Groovy, para a plataforma Java. Com esse conjunto de ferramentas foi possível um fácil e ágil desenvolvimento, uma vez que os códigos repetitivos são reaproveitados e existe uma organização pré definida das pastas que estruturam o projeto.

(CONCLUSÃO) Portanto, existe relação direta em relação a escolha do framework e a produtividade da equipe desenvolvedora. Essa análise foi feita levando-se em consideração que os frameworks agregam facilidades na construção de sistemas, uma vez que, otimizam o desenvolvimento através da reutilização de componentes comuns a outros projetos, reduzindo bruscamente o tempo gasto para fazê-los. Em relação aos dois frameworks abordados (JSF e Grails), percebeu-se que o Grails trás maiores facilidades para o desenvolvimento, pois ele utiliza uma linguagem dinâmica (Groovy) de fácil aprendizado, trazendo vários componentes básicos inteiramente prontos, gerando assim resultados mais concretos e significativos em um curto período de tempo.

A VIABILIDADE DA VIRTUALIZAÇÃO

Autor(es):

Elton Maximiano Tavora: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Aluízio Ferreira da Rocha Neto
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Um Centro de Processamento de Dados é um ambiente que abriga servidores e dispositivos onde o objetivo é, basicamente, oferecer alta disponibilidade de serviços como processamento e armazenamento de todo o tipo de dado, incluindo sistemas e sites de internet. Muitas empresas possuem dentro de sua estrutura, seu próprio Centro de Processamento de Dados, mas existem também os chamados Data Centers, que são empresas de grande porte, onde seu produto principal é prover processamento e armazenamento de dados em grande escala. Estes Data Centers são responsáveis pelo armazenamento de uma grande porcentagem dos sites e serviços disponíveis na internet, e pensando nisso, chegamos a conclusão da própria realidade de que um Data Center necessita de espaço para alocar sua infra estrutura composta por uma grande quantidade de servidores e dispositivos, bem como uma estrutura elétrica e de rede para manter o funcionamento de tantos equipamentos. Com o aumento das capacidades computacionais e, preocupando-se com a otimização de hardware, consumo de energia, custos operacionais, entre outros, surge a necessidade de se criar novos paradigmas para viabilizar e controlar este aumento, garantindo que o equipamento comprado venha a ser utilizado de forma eficiente. Nestes casos, a Virtualização pode se tornar um grande facilitador para o profissional de TI na otimização e centralização de recursos, levando em conta desempenho e alta disponibilidade.

(METODOLOGIA) O objetivo do presente trabalho foi avaliar o desempenho de duas ferramentas para virtualização: Microsoft Windows Hyper-V e VMware Server. Mais precisamente, utilizando o sistema operacional da microsoft: Windows Server 2008 que, embora não seja o sistema mais recente, ainda é o sistema operacional mais utilizado no mercado atualmente no que se diz respeito a servidores. Foram realizados testes a fim de analisar se há perda ou ganho de desempenho de uma máquina física para uma virtual, bem como as diferenças, se estas existirem, entre as ferramentas utilizadas para criar as máquinas virtuais, e tentando chegar a resultados que auxiliem na decisão de virtualizar ou não.

(RESULTADOS) Ao final da pesquisa, conseguimos identificar as vantagens e desvantagens de um ambiente virtual, onde as vantagens tiveram um destaque maior frente às desvantagens: A viabilização do ti verde, redução do uso de espaço físico, custos com gerenciamento, recuperação de desastres, aumento da disponibilidade, entre outros.

(CONCLUSÃO) Após a realização do presente trabalho, pode se concluir que virtualizar seus ambientes é muito mais do que apenas uma possibilidade: É uma necessidade. Pode-se, seguramente, sugerir que as áreas de TI das empresas, desde já, procurem migrar seus sistemas para o ambiente virtual até mesmo por não depender necessariamente de uma infraestrutura complexa. Além de ser uma solução transparente para o usuário final.

TESTE DOS REQUISITOS FUNCIONAIS DO PROGRAMA APLICATIVO FISCAL – EMISSOR DE CUPOM FISCAL (PAF-ECF)

Autor(es):

Wesley Steverson Santos de Azevedo: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Nas últimas décadas a Engenharia de Software teve uma evolução expressiva, procurando determinar técnicas, processos, métodos e ferramentas para a construção de softwares, em virtude do crescente uso de sistemas baseados na computação em grande parte das áreas de atuação humana, o que exige uma demanda por qualidade e produtividade, tanto para quem os produzem como a quem os utilizam. O objetivo desse estudo é contribuir através do conhecimento da engenharia de software, a melhoria do software com as regras do Programa de Aplicativo Fiscal que faz interface com a Emissora de Cupom Fiscal. O Programa Aplicativo Fiscal - PAF é um software devidamente homologado pelo órgão competente, instalado no computador conectado ao Emissor de Cupom Fiscal - ECF. O PAF faz a comunicação com o ECF possibilitando o registro de operações de venda varejo no estabelecimento comercial. A primeira obrigatoriedade do uso de tal aplicativo, se deu em 31/07/2011, a princípio para as empresas que já se encontrava com a obrigatoriedade do uso da ECF.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa experimental, realizada através da técnica de testes funcionais juntamente com os roteiros de análise funcional do Programa Aplicativo Fiscal – Emissor de Cupom Fiscal (PAF-ECF), disponibilizado pela Secretaria de Estado de Tributação do Rio Grande do Norte. No qual foi confrontado o que o roteiro solicitava com as respostas do software.

(RESULTADOS) Embasado na técnica de teste funcional, testou-se às características de: funcionalidade, confiabilidade, usabilidade e eficiência. Para atingir o objetivo, foi necessário que o software fosse capaz de executar todas as funcionalidades exigidas pelo roteiro, coerente com a sua proposta perante as empresas que já utilizava uma versão não homologada. O roteiro de análise dos requisitos funcionais do PAF-ECF dispõe de testes estabelecidos na legislação, que devem ser executados para verificar se os requisitos foram atendidos, os testes foram compostos por passos executados integralmente, sem pausas ou interrupções de forma seqüencial, na ordem em que foram apresentados no roteiro. Para verificar se o requisito foi atendido, foi confrontado o resultado dos passos com o previsto no roteiro, quando divergente significava dizer que o requisito não foi aprovado e conseqüentemente não seria emitido o laudo do Órgão Técnico analisador nos termos do disposto na sétima do Convênio ICMS 15/08.

(CONCLUSÃO) Com os testes realizados pôde-se corrigir as falhas melhorando as funcionalidades antes da homologação do órgão competente e da atualização dos clientes. Constatou-se que os desenvolvedores de software em geral sabem que testar é importante, que devem dedicar parte do seu tempo para a atividade. Entretanto, a situação mais comum é aquela na qual testes adequados acabam sendo realizados somente após a liberação do sistema ao cliente, podendo ocasionar inúmeros erros, com os testes realizados evitou-se o desperdício de tempo na correção dos erros ocasionados por testes não realizados, dando a possibilidade do programador dedicar-se na inovação de novos sistemas.

LTE (LONG TERM EVOLUTION): AS EVOLUÇÕES DAS REDES 3G

Autor(es):

Nelson Peixoto Teixeira Filho: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Aluizio Ferreira da Rocha Neto
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Nos dias de hoje, onde a internet móvel está cada vez mais presente em nosso dia a dia, faz-se necessário uma internet com altos padrões de qualidade. O LTE está pra revolucionar o cenário que temos hoje em dia, no que diz respeito ao acesso a internet através de dispositivos portáteis. O presente trabalho tem como objetivo principal apresentar esta tecnologia e suas principais características e como ela vem avançando em busca da evolução das redes da terceira geração de celulares (3g).

(METODOLOGIA) Este trabalho utiliza o método de pesquisa aplicada, onde foram realizadas pesquisas bibliográficas em materiais publicados na internet.

(RESULTADOS) Muitos aspectos mudaram desde a primeira geração de celulares (1g). Naquela época o sinal era analógico e suscetível a interferências. Havia também um grande problema com a segurança da informação, pois, a falta de criptografia permitia que o sinal fosse interceptado. Logo surgiu a segunda geração (2g). A chegada desta geração proporcionou maior confiabilidade, visto que seu sinal era digital e a informação poderia ser codificada. Com esta geração, ganhou-se também uma nova funcionalidade, o Short Message Service (SMS). Os aparelhos e baterias ganharam uma nova aparência, visto que o sinal digital exigia menos largura de banda e consumia menos bateria. A terceira geração (3g) deu um grande salto. A geração 3g trouxe consigo uma maior largura de banda e uma maior amplitude na cobertura. O padrão 3g proporcionou que novos serviços fossem desenvolvidos, como aplicações via internet, realização de videochamadas e até assistir TV via internet pelo celular. Já a quarta geração (4g) traz como grande atrativo a convergência de uma grande variedade de serviços, até então somente acessíveis na banda larga fixa. A quarta geração de celulares ou a (4g) vem sendo disputadas por dois grandes gigantes da telecomunicação, são eles o WIMAX (Worldwide Interoperability for Microwave) e o LTE (Long term Evolution). Ambas partem da ideia de trafegar dados e informações através de IP. Porém a grande diferença é que o LTE é basicamente uma evolução natural dos padrões da terceira geração de celulares. A disputa está grande, porém devido a características de operabilidade e estruturais. O LTE suportará um número maior de protocolos e traz como grande atrativo a convergência de uma grande variedade de serviços, até então somente acessíveis na banda larga fixa, ela está sendo desenvolvida prevendo conexões de velocidade entre 100 Mbps em movimento e 5 Gbps em repouso, serviços como vídeo chat, mobile TV, conteúdo HDTV, Digital Vídeo Broadcasting (DVB) também estão sendo previstos com a utilização do LTE. A ideia é que, pelo celular, possamos estar conectados a todo o tempo, em altíssima velocidade e em qualquer lugar O LTE ainda elimina a limitação que as redes 2 e 3g impõe a uma determinada região “como um certo número de usuários por determinada área”.

(CONCLUSÃO) Com o advento de novos serviços online, faz-se necessário a implantação desta tecnologia. O LTE está preparado para atender os requisitos das redes móveis para a próxima geração. Infelizmente o nosso país ainda é muito atrasado, no que diz respeito à recepção de novas tecnologias. Enquanto países como o Japão, China e Coreia já estão utilizando o LTE, o Brasil ainda caminha a curtos passos com a terceira geração e ainda apresenta muitas falhas nas conexões e transmissões de dados. A proposta é que a partir de 2013 o nosso país venha a implantar e oferecer este tipo de tecnologia.

INCLUSÃO DIGITAL E SUA IMPORTÂNCIA NA INCLUSÃO SOCIAL

Autor(es):

José Lucas de Paiva Victor. Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Cristiane Clébia Barbosa
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A necessidade da utilização correta do computador e das novas tecnologias cresce vertiginosamente, sendo necessário ter conhecimento básico para utilizar esses recursos. O objetivo desse estudo é analisar a utilização do computador e das novas tecnologias na inclusão digital e social na oficina de informática no Núcleo de Assistência Social-NAS da Marinha do Brasil-Grupamento de Fuzileiros Navais de Natal. A oficina é uma parceria firmada entre a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social-SEMTAS e a Marinha do Brasil e foi iniciada em março de 2010 com o objetivo de incluir as crianças e adolescentes no mundo digital, incentivando-os a utilizar o computador de modo fácil e seguro. A oficina também foi iniciada no NAS-Transpetro, numa parceria firmada entre a SEMTAS e a Petrobras. O projeto atende adolescentes do sexo masculino com a faixa etária entre 12 e 16 anos, que moram próximo ao Grupamento de Fuzileiros Navais e que estejam em situação de vulnerabilidade social. O objetivo é eliminar o trabalho infantil em atividades perigosas, insalubres, degradantes e incompatíveis com a faixa etária dos adolescentes, ou seja, trabalho que coloca em risco a saúde, a segurança, bem como as condições de desenvolvimento deles. São oferecidas oficinas para os adolescentes, como: reforço escolar, capoeira, futebol, basquete e vôlei, além de marinharia (noções militares, como a disciplina).

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo de caso, em andamento, realizado na oficina de informática no NAS-Marinha. Como coleta de dados foi utilizado um questionário de pesquisa junto aos pais e alunos. O objetivo é avaliar as possíveis mudanças, significativas ou não, após a inserção desses alunos na oficina.

(RESULTADOS) Para atender o objetivo é preciso do apoio da SEMTAS com o envio de kits do Telecentros.BR, o comprometimento das parcerias - Marinha do Brasil e Transpetro - com um ambiente apropriado para as aulas de informática, além do incentivo e acompanhamento das famílias dos adolescentes. Atualmente, o estudo encontra-se em fase de coleta de dados através de questionários que estão sendo feitos com vinte adolescentes do projeto e vinte responsáveis pelos adolescentes para identificar qual o impacto da atual situação na vida desses garotos e mostrar a importância e os benefícios da inclusão digital em uma sociedade menos favorecida economicamente.

(CONCLUSÃO) Vivemos em uma sociedade em que o a utilização correta do computador é cada vez mais importante, tanto para a vida pessoal quanto para a vida profissional, portanto, é importante que crianças e adolescentes tenham uma orientação de como utilizar esse recurso de forma apropriada e segura. Durante os dois anos e meio de duração da oficina de informática básica no NAS-Marinha, as aulas eram ministradas sem o auxílio de computadores, o que dificultava a aprendizagem dos adolescentes. Só era possível ensinar a teoria, sempre buscando exercitar o raciocínio lógico dos adolescentes, com o uso de atividades de matemática e de lógica, caça-palavras e palavras-cruzadas. Tinha aulas sobre a história da computação, sua evolução e importância no dia a dia das pessoas. A oficina de informática no NAS-Transpetro está inativa desde o segundo semestre/2011, devido à falta de instrutor de informática e a falta de manutenção nos computadores. Já no NAS-Marinha, a oficina de informática foi finalizada no final do mês de setembro/2012, também devido a falta de instrutor e pela não entrega do kit do Telecentro.BR. O encerramento da oficina de informática básica acabou gerando uma pequena evasão de adolescentes.

T.I. VERDE-LIXO ELETRONICO

Autor(es):

Diego Ranyeres Silva Correia: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Os avanços tecnológicos no campo dos dispositivos eletroeletrônicos tornam os equipamentos ultrapassados e ineficientes em pouco tempo diante de seus usuários que optam por trocá-los por modelos mais novos. Diante dessa situação pode ser observada tanto em residências, quanto em escritórios, escolas e empresas, e inclui os mais variados equipamentos, tais como: computadores, equipamentos de telecomunicação, diversos equipamentos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, celulares, entre outros. Dai inicia-se o ciclo de vida do lixo eletrônico com o descarte desse tipo de material, na maioria das vezes em local impróprio.

(METODOLOGIA) Estes dispositivos eletroeletrônicos rejeitados são, na maioria dos casos, reduzidos à condição de lixo e têm como destino o lixo comum, chegando aos aterros sanitários ou lixões. Milhões de toneladas de lixo eletrônico são gerados todo ano no mundo e as consequências para os seres humanos, animais e ambiente são graves, pois esses equipamentos possuem diversas substâncias e elementos químicos extremamente nocivos à saúde, principalmente os metais pesados.

(RESULTADOS) As pessoas podem se contaminar pelo contato direto, no caso de manipulação direta de placas eletrônicas e outros componentes perigosos dos eletroeletrônicos nos lixões a céu aberto. A contaminação pode também ocorrer indiretamente ou de forma acidental, pois quando um eletrônico é jogado em lixo comum e vai para um aterro sanitário, há grande possibilidade de que os componentes tóxicos contaminem o solo chegando até o lençol freático, afetando também a água. Se essa água for usada para irrigação ou para dessedentar o gado, os elementos chegarão ao homem através da alimentação. Medidas estão sendo tomadas e os fabricantes, cada vez mais, estão sendo pressionados a eliminar ou diminuir a quantidade de componentes tóxicos na fabricação dos produtos, entretanto, a produção de equipamentos inofensivos ao meio ambiente ou facilmente recicláveis ainda é uma utopia. Além disso, os equipamentos obsoletos continuam chegando, em ritmo acelerado e sem controle, aos lixões. Assim é motivo de preocupação para os ambientalistas que buscam maneiras diferentes de controlar e ordenar essa produção de lixo nocivos a natureza.

(CONCLUSÃO) A Proposta da T. I. VERDE aliada a uma legislação especial sobre o lixo eletrônico trata da maneira correta de se descartar esses dispositivos eletroeletrônicos e assim proporcionar meios adequados para que população possa preservar o meio ambiente, já que esse assunto é de interesse mundial, contribuindo para o desenvolvimento de várias outras aplicações ecologicamente correta afim de manter o equilíbrio pacífico e harmônico entre a tecnologia que indispensável e o meio ambiente que deve ser preservado para as próximas gerações.

ANALISE DA SEGURANÇA DIGITAL EM UM AMBIENTE MILITAR

Autor(es):

Antonio Yuri Lulini de Assis: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Aluízio Ferreira da Rocha Neto
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Na realidade em que vivemos, onde tudo esta conectado à grande rede mundial de informação – a Internet – sempre ouve-se falar de invasões nesta rede, cometidas por especialistas possuidores de um grande conhecimento tecnológico, popularmente conhecidos como Hackers. Onde todos estão sujeitos a serem uma vítima destes ataques de Hackers, por mais seguros que estejam. As organizações militares não fogem à regra, também estão sujeitas a esses ataques, onde o dano gerado poderá ser imenso, podendo afetar não só um único país, mas o mundo inteiro. Este trabalho tem como propósito identificar as principais falhas do ambiente computacional do usuário, desenvolvendo assim, com base nos resultados obtidos, soluções eficazes e eficientes para sanar essas falhas.

(METODOLOGIA) A análise se desenvolveu em um ambiente militar, focada inicialmente em uma única seção, composta por 10 militares, tendo como objetivo geral identificar as principais falhas de segurança da informação. Afim de alcançar tal objetivo, foi necessário, primeiramente, observar a forma pela qual os usuários utilizam os recursos tecnológicos, e em seguida, entrevista-los para assim conhecer suas dificuldades e necessidades do dia-a-dia, continuando com uma pesquisa de campo por meio de questionários para avaliar o nível de conhecimento dos usuários.

(RESULTADOS) Ao observar a forma despreocupada a qual se era utilizada as estações de trabalho, identificou-se a primeira falha na segurança, que é a utilização de dispositivos de armazenamento por alguns usuários. Outro problema identificado foi que cerca de 80% dos usuários utilizam a senha padrão de acesso as estações, deixando assim elas vulneráveis ao acesso indevido por outros indivíduos. Em seguida, com a entrevista foi possível conhecer as queixas e identificar as principais necessidades dos usuários, sendo elas: a grande restrição do acesso ao conteúdo da Internet, ocasionando atrasos no desenvolvimento e nas conclusões de determinadas missões; a proibição do uso de dispositivos de armazenamento, diminuindo a praticidade e a velocidade no término de algumas outras missões; e a falta de conhecimento sobre aplicativos utilizados durante o expediente de trabalho, que é uma das tarefas que mais ocupa os técnicos da organização. Em seguida, os usuários da seção avaliada foram submetidos a um pequeno questionário de conhecimentos básicos, sobre componentes computacionais e segurança da informação, abrangendo os assuntos sobre componentes básicos de um computador, aplicativos mais utilizados, principais perigos da Internet, identificação das falhas mais comuns e como se proteger desses perigos. Foi obtido um resultado desanimador: 50% dos entrevistados desconheciam os componentes básicos, 60% não foram capazes de identificar os aplicativos, 60% desconheciam os principais perigos da Internet, 80% não conseguiram identificar as falhas mais comuns e 70% dos usuários não faziam ideia de como se proteger.

(CONCLUSÃO) Tendo em vista o resultado obtido nesta pequena fração da organização militar analisada, conclui-se que, mesmo no meio militar onde a hierarquia e a ordem são priorizadas, notou-se que pelo fato da “camaradagem” existente entre os militares, muitas vezes o próprio técnico da organização acabava abrindo algumas brechas afim de ajudar os usuários, como no caso do uso de dispositivos de armazenamento. Outro ponto relevante é o pouco conhecimento demonstrado pelos usuários sobre o ambiente computacional, que seria facilmente resolvido com a realização de mini-cursos na própria organização.

REDES SOCIAIS COMO UMA FERRAMENTA DE ANÁLISE DE RELACIONAMENTO ENTRE EMPRESAS DE TELEFONIA E SEUS CLIENTES

Autor(es):

Iarisson de Araújo Dantas Lima de Almeida: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho tem o objetivo de identificar os benefícios gerados pela utilização das Redes Sociais no relacionamento das empresas de telefonia com os clientes por meio da Internet, as Redes Sociais, tem estratégias de comunicação e relacionamento com os clientes e sobre o perfil dos clientes. A pesquisa abordou o Twitter como ferramenta, permitindo observar as estratégias adotadas, buscando resultados para aprimorar o relacionamento com os clientes e o retorno recebido. Pois as Redes Sociais se destaca pelo o grande número de clientes que são usuários dessa rede, sendo o Twitter uma das Redes Sociais mais influentes do país e a interação entre empresa-cliente. Essa nova era digital impulsiona as organizações a utilizar modelos estratégicos cada vez mais flexíveis e inovadoras para acompanhar os avanços tecnológicos e as exigências do mercado. As empresas que já utilizam essa ferramenta demonstram estarem atentas às novas demandas sociais e isso influir não somente na imagem, mas também nas estratégias e visão das organizações que podem se valer das informações postadas.

(METODOLOGIA) Utilizaram-se o Twitter como ferramentas que auxiliem as empresas de telefonia a avaliar o seu relacionamento com seus clientes. Os dados foram coletados por ferramentas do Twitter, com observações qualitativa e análise de conteúdo. A observação se deu por meio de acompanhamento dos conteúdos das manifestações escritas, ainda foi utilizado o método de análise de conteúdos através de ferramentas que fornecem dados de identificar intenções, apelações e características do consumidor.

(RESULTADOS) Verificou-se a interação dos clientes com a empresa, onde o cliente expõe todo desejo como espera que a empresa possa lhe oferecer seus serviços. São mostradas informações e estáticas tendo a capacidade de mensurar a utilização, assim mostrando resultados sobre a importância da interação com o cliente para as decisões estratégicas da empresa entre outras indagações.

(CONCLUSÃO) O advento da tecnologia promoveu uma evolução na sociedade, fazendo com que os relacionamentos e as formas de se relacionar fossem alterados. Consequentemente, o comportamento do cliente está diferente, pois esse passou a ter canais para se expressar e para buscar apoio de outros clientes. Diante disso, as empresas tiveram que mudar suas estratégias e canais de relacionamento para conquistar e reter seus clientes. O principal benefício na utilização das Redes Sociais é a interação que estas proporcionam entre os usuários. No Twitter, esse benefício é devido à rapidez com que essa plataforma atrai novos usuários e interação que ela proporciona, o que tem convidado as empresas a utilizarem cada vez mais. O Twitter consegue atingir vários públicos, de faixas etárias distintas e de ambos sexos, o que, aumenta a probabilidade da empresa encontrar seus clientes-alvos nessa rede.

INCLUSÃO DIGITAL E INCLUSÃO SOCIAL E O DESAFIO DA INFORMAÇÃO

Autor(es):

Julio Santos da Silva: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho visa apresentar um estudo sobre a necessidade que a sociedade atual tem de incluir-se digitalmente e o desafio frente à exclusão social. É essencial a compreensão de que a inclusão digital não é apenas o acesso ao computador e as novas tecnologias. Precisa-se abrir uma discussão sobre de que forma, na estrutura de classes, será alcançado o benefício esperado com a sempre crescente produção tecnológica. As pesquisas feitas na área de exclusão digital indicam que existe uma clara correlação entre nível de renda, escolaridade, posse de computador e a exclusão digital. Podemos assim inferir uma correlação entre inclusão digital e inclusão social. Ou seja, quem mais estuda e tem melhor renda tem maior acesso a computadores e a Internet. Surge assim a problemática que trata sobre a qualidade da informação que se recebe, em termos concretos, incluir digitalmente não é apenas “alfabetizar” em informática, mas também melhorar os quadros sociais a partir do manuseio dos computadores e o acesso as novas tecnologias.

(METODOLOGIA) Para a realização deste estudo utilizou-se uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de conhecer um pouco mais sobre o perfil dos usuários com exclusão digital, e observar qual o impacto que o acesso a conhecimentos básicos de informática oferecem, quais as dificuldades para se ter acesso a esses conhecimentos, e perspectivas a partir deste contato.

(RESULTADOS) A análise dos resultados da pesquisa proporciona uma visão geral sobre as dificuldades encontradas por aqueles que têm o primeiro contato tecnológico a partir das políticas públicas e também através das redes privadas. Enquanto que nas redes privadas recebem os indivíduos interessadamente em busca do conhecimento, o meio público por sua vez não pode ficar esperando que a pessoa vá até o ambiente do curso, e sim criar meios para tal. Há aqui o interesse em observar de que forma o conhecimento gerado forma a pessoa para a consciência do potencial existente no contato com o mundo digital e todo desenvolvimento que se pode ver a partir dele. O intuito não é comparativo entre os serviços oferecidos, mas quanto ao próprio usuário e a sua postura frente ao conhecimento que lhe é exposto. Já que é a partir deste conhecimento que sucede a melhoria na vida destes indivíduos.

(CONCLUSÃO) Pode-se compreender o quanto está interligada a questão da Inclusão Digital, cada dia mais essencial aos indivíduos, com a Inclusão social. E que apenas apresentar o computador a novos usuários, não significa incluir digitalmente, mas faz-se necessário criar uma consciência nestes indivíduos de que este primeiro contato precisa ser como uma porta de entrada para o conhecimento das novas tecnologias, e novos meios de crescimento pessoal e social. Para tanto é preciso admitir que as políticas públicas precisam crescer e muito para alcançar aqueles que estão à margem da sociedade, sem condições nenhuma de acesso a cursos ou a computadores, da mesma forma que é necessário mais do que se tem visto, facilitar a aquisição destes aparelhos a estes novos usuários, para que esta Inclusão Digital possa efetivamente ser transformadora do cenário atual.

GERENCIAMENTO DE MEMORIA: UM ESTUDO EXPLORATORIO DAS ESTRATEGIAS DE ALOCAÇÃO

Autor(es):

Jader Ribeiro Marinho Júnior: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Joab Soares dos Santos: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
José Francisco dos Santos Neto: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Thalles Roberto Fernandes Carer: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN

Orientadores(es):

Kaio Alencar de Azevedo Dantas
Instituição de Ensino: UNI-RN
Luiz Augusto Machado Mendes Filho
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Este artigo tem como objetivo descrever como o Gerenciamento de Memória utiliza as estratégias de alocação, como elas funcionam na atualidade e qual a sua importância para a execução de programas pelo sistema operacional, mostrando que as estratégias de alocação são imprescindíveis para que tenhamos um sistema eficaz e mais ágil. As estratégias de alocação são mecanismos utilizados pelo sistema operacional para garantir uma melhor utilização da memória principal. As estratégias de alocação que serão abordadas neste estudo são: Best-Fit, Worst-Fit e First-Fit.

(METODOLOGIA) Esse trabalho utiliza o método de pesquisa bibliográfica e exploratória, onde foram feitas pesquisas em livros e artigos especializados publicados e que se encontram disponíveis na internet.

(RESULTADOS) Nos computadores atuais, a quantidade de memória principal existente é praticamente suficiente para execução dos diversos programas existentes, mas o gerenciamento de memória necessita criar estratégias cuja finalidade é maximizar a utilização da memória principal de forma mais eficiente possível, minimizando assim os problemas de fragmentação interna e externa. Os sistemas operacionais implementam basicamente três estratégias para determinar em qual área livre um programa será alocado para execução. A melhor estratégia a ser adotada por um sistema depende de uma série de fatores, sendo o mais importante o tamanho dos programas executados no ambiente. A primeira trata-se da Best-Fit que procura a melhor partição, ou seja, aquela que deixa o menor espaço sem utilização. Uma grande desvantagem desta estratégia é que, como são alocadas primeiramente as partições menores, deixando pequenos blocos, a fragmentação aparece mais rapidamente. A segunda Worst-Fit aloca o programa na pior partição, ou seja, aquela que deixa o maior espaço livre. Esta técnica, apesar de aproveitar primeiro as partições maiores, acaba deixando espaços livres grandes o suficiente para que outros programas utilizem esses espaços, permitindo que um número maior de processos se utilizem da memória, diminuindo ou retardando a fragmentação. E por último First-Fit que consiste em um algoritmo utilizado por sistemas operacionais para decidir em que local da memória um processo deve ser alocado, ele funciona escolhendo sempre o primeiro espaço vazio na memória que caiba o processo. Tem um tempo médio de espera entre processos relativamente baixos, principalmente se levado em conta sua facilidade de implementação.

(CONCLUSÃO) Pode-se inferir a partir dos resultados alcançados através da pesquisa que a utilização da memória principal obteve um melhor desempenho a partir das estratégias de alocação. Acredita-se que no futuro outras estratégias de alocação serão necessárias em virtude do contínuo crescimento dos programas.

SGF - SISTEMA GESTOR DE FORMATURA E LERO - LEILÃO REVERSO DE ORIGEM

Autor(es):

Jonathas Rangel Berico: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Luiz Augusto Machado Mendes Filho
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Já faz algum tempo em que a internet se consolidou como um enorme canal de negócios, gigantes dos mercados mundiais surgiram mediante esse grande potencial que se estabeleceu e que a cada dia mais se expande. Em vista disso, os modelos de negócios da era digital surgiram e desde então seus nomes passaram, cada vez mais, a fazerem parte de nosso cotidiano. Dentre vários modelos, podemos encontrar o B2Ce os Leilões On-line, os quais faram parte da estrutura de negócio que viabilizam o funcionamento do SGF(Sistema Gestor de Formatura). O qual tem como finalidade integrar um nicho de mercado acadêmico, que apresenta várias falhas de gestão por muitos que dele fazem parte. E é em vista desse fator que foi desenvolvido um sistema visando gerir os processos desse mercado de forma eficaz, transparente, segura e lucrativa para clientes e fornecedores.

(METODOLOGIA) Através do estudo de um cenário real e com o apoio de integrantes de uma turma de universitários que participaram do projeto, elaborou-se uma análise de requisitos primordiais para o funcionamento dos processos de gestão. Apartir das necessidades apresentadas, desenvolveu-se uma plataforma web, utilizando a linguagem de programação PHP, o servidor Apache e banco de dados MySQL. A turma foi cadastrada no ambiente para que através de testes de uso fossem levantadas novas necessidades e ideias a respeito do funcionamento do sistema, até que este atingisse um ponto de maturação.

(RESULTADOS) O SGF proporcionou a integração entre os alunos que pertenciam a mesma turma e objetivavam a realização de um cerimonial na conclusão do curso. O ambiente oferecido estima um modelo de negócio que associa o B2C a um LeRO, proporcionando aos alunos um processo de contratação de serviços de cerimoniais ao melhor custo benefício, de uma forma transparente e segura. A plataforma gerencia a situação de cada aluno que pretende participar da festa de encerramento da turma, nos aspectos financeiros, organizacionais, informativos, legais e colaborativos, com o uso de ferramentas de geração de carnês, geração de relatórios, estimativas de preços, tomadas de decisões, central de notícias internas, gerenciamento de documentos, gerenciamento de participantes, gerenciamento de movimentos de receitas e despesas, gerenciamento de leilões e o respectivo gerenciamento da turma. Por parte das empresas que participaram dos processos integrados ao sistema, oportunizou-se um ambiente onde estas atualizaram sua informações de pessoa jurídica, seus dados de localização e contato, seus documentos de legalidade fiscal e informação de colaboradores integrantes da empresa. Para os fornecedores foi disponibilizado também ferramentas onde estes podiam ver os leilões abertos, os leilões em que estavam participando, bem como estatísticas de preço médio para os serviços solicitados.

(CONCLUSÃO) O sistema gerenciou as finanças da comissão de formatura de uma forma transparente para todos os alunos que estavam cadastrados. Também proporcionou um maior interesse dos alunos em acompanhar as ações relativas a organização do cerimonial da turma. A ferramenta de enquetes integrada ao sistema, diminuiu significativamente as interrupções das aulas e aumentou o número de participantes nas tomadas de decisões dos processos de cerimonial. Com o leilão reverso de origem, os alunos puderam mostrar o que queriam comprar, quanto pretendiam pagar e o prazo que tinham para finalizar a negociação. A partir daí, as empresas cadastradas disputaram o seu pedido com as melhores ofertas e com isso proporcionaram o melhor negócio para a turma.

O USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PELAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Autor(es):

Bruno Matheus Oliveira Cavalcante Antunes: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O Brasil se destaca hoje como um dos dez países com a maior taxa de empreendedorismo do mundo, o número de novas empresas cresce a cada ano, entretanto o índice de mortalidade empresarial também é elevado. Muitas pesquisas e trabalhos são realizados para entender a problemática relacionada a esse cenário, muitos questionamentos se originam tentando fornecer explicações, como também muitas estratégias são formuladas para resolver o problema. Um aspecto importante a ser analisado é o que a tecnologia da informação pode fazer a favor das micro e pequenas empresas? Um outro ponto relevante diz respeito a como as micro e pequenas empresas tem usado a tecnologia da informação a seu favor? Para responder as perguntas acima é necessário conhecer o papel da TI nas organizações, para isso o presente trabalho foi idealizado, para apresentar o propósito da tecnologia da informação nas micro e pequenas empresas, apresentando a necessidade, impactos e benefícios da implantação de sistemas de informação nas organizações e refletir sobre o uso real que as mesmas tem feito da TI, tendo como foco os empreendimentos brasileiros.

(METODOLOGIA) Com a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão identificou-se as vantagens que a TI oferece as micro e pequenas empresas, como também as barreiras para a sua implantação, com base nas pesquisas nacionais é possível confrontar as informações teóricas sobre o correto uso da TI com as estatísticas do uso real, obtendo uma informação clara sobre uso e consequências.

(RESULTADOS) Como produto dessa análise observou-se os erros e acertos cometidos na adoção da tecnologia da informação, bem como sugestões de ajustes a serem efetuados pelas micro e pequenas empresas (MPEs) para que a TI seja empregada corretamente, tornando-se um investimento para a empresa ao invés de uma despesa sem retorno. Também ficou claro a visão de muitas MPEs sobre o propósito da tecnologia quando usada pelas empresas, visão esta que mostrou-se incoerente e uma das causas de mortalidade empresarial, pois a administração e o planejamento do negócio (fatores importantes para a vitalidade da empresa) são prejudicados.

(CONCLUSÃO) Através desta pesquisa foi possível comprovar o papel importante que a tecnologia da informação possui para o crescimento da micro e pequena empresa, contudo percebeu-se que as mesmas fazem pouco uso da TI devido a diversos fatores, dentre eles destaca-se o desconhecimento dos benefícios advindos do uso correto de sistemas de informação. Portanto é necessário que as empresas enxerguem a TI como parceira do negócio, contribuindo para uma administração consistente e inovadora.

SISTEMA DE DETECÇÃO DE INTRUSÃO - IDS

Autor(es):

Juliano Diego Damásio de Sousa Braga Ponte: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Aluizio Ferreira da Rocha Neto
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Nos dias atuais, cada vez mais as empresas estão sendo alvo dos hackers, podendo ser invadidas por eles para obtenção de dados confidenciais, ou até mesmo somente para o ego dele, fazendo com que algum serviço de uma determinada empresa pare de funcionar, ocasionando assim prejuízos incalculáveis. Com isso cada vez mais as empresas devem utilizar de ferramentas atuais e que previnam contra essas ameaças virtuais. Dentro dessa grande variedade de ferramentas para prevenção e proteção de uma rede de computadores, existe o IDS - Sistema de detecção de intrusão, que é uma ferramenta poderosa que auxilia a vida de um administrador de redes. Para a realização do meu estudo de caso, estou realizando a pesquisa na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos que tem como objetivo planejar, coordenar e executar as ações públicas estaduais que contemplem a gestão dos recursos hídricos e do meio ambiente. A SEMARH é o local onde estou estagiando atualmente, e ainda não possuímos um sistema de detecção de intrusão, que fique monitorando nossa rede 24 horas por dia, 7 dias por semana, aumento assim a segurança e qualidade do serviço.

(METODOLOGIA) Para a realização desse estudo de caso realizado na SEMARH, tive a ajuda de um dos funcionários do setor de TI da mesma Fausto Filho, que me auxiliou, agregando o seu conhecimento ao trabalho. Foi utilizada uma máquina com a seguinte configuração: Processador core 2 duo, 8GB memória RAM, 2 placas de rede, sistema operacional Debian (Linux), e nela foi instalada o Snort, que é um IDS distribuído de forma gratuita pelo desenvolvedores, e que tem uma comunidade grande e ativa. Nessa máquina foi ativada para as placas de rede trabalharem em modo promíscuo, capturando assim, todo o tráfego que passa por ela, e também foi configurada para as mesmas trabalharem em modo bridge (ponte), que dessa forma, elas vão trabalhar de forma transparente para o usuário.

(RESULTADOS) Com a ajuda do software Basic Analysis and Security Engine (BASE), é possível observar os dados que são capturados pelo Snort em forma gráfica, tornando assim, bem mais agradável para o Administrador de redes analisar os pacotes analisados. Foi então realizado alguns testes simulando um ataque malicioso vindo tanto externamente como internamente. Alguns testes realizados foi o de port scan, syn flood, brute force, e não foram capaz de passar pela filtragem do Snort.

(CONCLUSÃO) Concluo com isso que a utilização de um sistema de detecção de intrusão em uma empresa, é um modo eficaz na prevenção de uma rede de computadores organizacional, tanto para ataques externo, como também para ataques internos. Meu objetivo hoje é colocar o Snort em produção na SEMARH, facilitando assim a vida da equipe de TI da mesma.

QUALIDADE DE SOFTWARE E SUAS METODOLOGIAS

Autor(es):

José Martinelle Freire de Almeida: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Alexandre Luiz Galvão Damasceno
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) No atual contexto mercadológico a adoção de novos meios de informatização constituem um importante fator estratégico para as organizações . Dentre essas tecnologias existe uma área de conhecimento da engenharia da computação que objetiva a qualidade dos software através da normatização nos processos de desenvolvimento para garantir um produto final que satisfaça a necessidade financeira e operacional do cliente. A medida em que se aumenta a procura por sistemas complexos para finalidades diversas como controles por exemplo, tendo ele obrigatoriamente a responsabilidade contextualizada das organizações que os adquirem, a qualidade aparece normalmente como um fator essencial no desenvolvimento do software. Sendo assim, cada vez mas há uma preocupação maior para que se possa se investir na qualidade do desenvolvimento, contudo o maior desafio nesse processo sem duvidas está em compreender o que significa o termo “qualidade de software” e o que ele compreende. Visando reforçar esse entendimento, a definição de programas de qualidade e o desenvolvimento de ferramentas de apoio, se propõe este trabalho a explicar de forma sucinta e clara para que se possa ter um melhor entendimento. Na sequencia serão abordados temas como o que qualidade de software, qual seu proposito e sua forma de aplicação como também serão explorados o domínio da qualidade de software e suas formas de aplicação.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo científico de caso para avaliar a necessidade da utilização de métodos com objetivo de atingir o ponto principal que é o desenvolvimento de softwares de qualidade, foram estudadas diversas formas como conceitos e metodos, considerando seus pontos positivos e negativos e os impactos causados por sua implementação.

(RESULTADOS) No desenvolvimento de softwares, a qualidade do produto está ligada a qualidade do processo de desenvolvimento, dessa forma é muito comum que a busca por um software de qualidade passe necessariamente por uma melhoria direta no processo de desenvolvimento, Rodney Brooks, diretor do Laboratório de inteligência artificial e ciências da computação do MIT (Instituto de tecnologia da universidade de Massachusetts - EUA), define a qualidade do software como a conformidade aos requisitos de desenvolvimento. Essas definições exigem determinar dois pontos que são "o que se entende por conformidade e como são especificados os requisitos e por quem são especificados". Dentro da pesquisa foram elaborados pontos de observação como requisitos de qualidades, que podem ser escalonados como: Fundamentos de qualidade de software, modelos de qualidade de processos, Gerência do processo de qualidade de software, Verificação e validação, Revisões e auditorias e Considerações práticas.

(CONCLUSÃO) Qualidade de software é um conceito complexo, porque significa diferentes coisas para diferentes pessoas e não há uma simples medida para qualidade de software que seja aceitável para todos os projetos de todas as empresas. Para estabelecer ou melhorar a qualidade de software, deve-se definir os aspectos de qualidade nos quais se está interessado e, então, decidir como fazer para medi-los e apesar dos custos elevados, é importante introduzir sistemas de gerenciamento de qualidade de software, como o CMM ou o ISO 9001.